



Timothy E. Gregory

Uma História de Bizâncio

Traduzido por:
Rafael "Hussein" Silva

UMA HISTÓRIA DE BIZÂNCIO

Por:

Timothy E. Gregory

Traduzido por:

Rafael “Hussein” Silva

Apresentação

Mais uma de minhas traduções que não se trata da história e/ou crença dos muçulmanos, mas vai de encontro a ela, sem dúvidas, após o século VII. Nesse livro será tratado a história do Império Romano do Oriente, mais conhecido como Império Bizantino, cuja capital, Constantinopla, ou em seu nome antigo grego, Bizâncio, dá nome ao livro.

Se forem fazer uma citação do livro em algum trabalho acadêmico, cite o livro em inglês, pois essa é apenas uma tradução amadora que não será publicada em editora.

Espero que gostem.

Sobre o Autor: Timothy E. Gregory nasceu em 1951 na Inglaterra e se tornou um especialista em arqueologia e no Império Bizantino. Ele recebeu seu PHD em 1972 e escreveu muitos livros, dentre os quais destacamos *Panathenaia: studies in Athenian life and thought in the classical age* (1979), *A social history of Philippi in the first century* (1988), *The soteriology of Clement of Rome within the intellectual matrix* (1988), *Archaeology and oligarchy at Isthmia* (1989), *The early Byzantine empresses and the Orthodox Church* (1990), *The sanctuary at Epidauros and cult-based networking in the Greek world of the fourth century B.C.* (1992) e *Greek and Indian mercantile communities of the diaspora* (1993), *Hellenic religion and Christianization, c. 370-529*, (2001) and *The Lives of Peter the Iberian, Theodosius of Jerusalem* (2008), e esse livro que se encontra em suas mãos escrito em 2005.

ÍNDICE

Prefácio – p. 5
Introdução – p. 7
Capítulo 1 – p. 15
Capítulo 2 – p. 21
Capítulo 3 – p. 25
Capítulo 4 – p. 38
Capítulo 5 – p. 48
Capítulo 6 – p. 57
Capítulo 7 – p. 70
Capítulo 8 – p. 87
Capítulo 9 – p. 96
Capítulo 10 – p. 102
Capítulo 11 – p. 109
Capítulo 12 – p. 123
Capítulo 13 – p. 137
Capítulo 14 – p. 142
Capítulo 15 – p. 156
Capítulo 16 – p. 167
Bibliografia – p. 171

Prefácio

Este é um livro sobre a história do Império Bizantino, uma das culturas mais antigas e importantes da civilização ocidental, mas também uma das menos compreendidas. O livro pretende ser ao mesmo tempo conciso e abrangente e, como tal, foi necessário tomar uma série de decisões e sacrifícios. A história de Bizâncio tem mais de mil anos de duração e qualquer livro razoável sobre o assunto deve preparar o terreno levando em consideração as instituições e as questões do que veio antes; deve também considerar as consequências do império e as maneiras pelas quais sua cultura continuou a afetar nossas vidas nos últimos 500 anos. Diante de tudo isso, o pensamento sério tinha que ser dedicado à organização e às questões de inclusão e foco.

Nos últimos anos, tornou-se moda escrever histórias introdutórias que focalizem principalmente temas sociais, econômicos e culturais, com doses pesadas do cotidiano e a mentalidade das sociedades estudadas. Embora eu aprecie essa abordagem e a maior parte da minha pesquisa e escrita tenha se preocupado com essas questões, sinto que isso não é apropriado para um livro que procura fornecer uma introdução a uma civilização como a de Bizâncio. Pelo contrário, acredito que uma narrativa política “tradicional” é essencial, especialmente para a grande maioria dos leitores que saberão pouco ou nada sobre Bizâncio no início. Esse quadro cronológico é projetado para retratar a enorme varredura geográfica e cronológica da história bizantina e permitir que os leitores vejam as vastas mudanças culturais que ocorreram dentro dessa mesma civilização ao longo do tempo. Alguns leitores podem criticar essa abordagem ou achar que ela é “antiquada”, e certamente posso entender esse ponto de vista. No entanto, esta é a base da organização do livro, e espero que alguns leitores o julguem satisfatório e sejam encorajados a continuar com textos mais especializados que tratem a arte, a sociedade e a cultura de Bizâncio em maior detalhe.

Esta organização não pretende implicar que a política imperial e as personalidades dos imperadores individuais foram necessariamente as forças motrizes no período bizantino, embora a natureza centralizada do estado bizantino certamente lhes desse uma importância que talvez não encontrássemos em todos os outros estados. Em vez disso, como uma abordagem para entender a história bizantina, esses reinos individuais formam blocos de tempo convenientes contra os quais se pode enxergar desenvolvimentos mais amplos.

Isso não quer dizer, então, que este livro é essencialmente sobre política e militares: por mais importantes que sejam, espero que o leitor os veja principalmente como um meio de “situar” a história bizantina e nos permitir, experimentar algo de como era a vida de bizantinos de todas as classes e de ambos os sexos. A narrativa se concentrará, por necessidade, mais nos imperadores e nos homens em geral, já que nossas fontes escritas nos falam mais sobre eles. Mas tentaremos conectar os eventos de guerra e política com as vidas de todas as pessoas e convidar o leitor para um encontro pessoal com os habitantes do Império Bizantino.

Tecer uma narrativa que inclua cultura, vida cotidiana e religião em torno de um quadro basicamente cronológico apresenta sérios desafios, entre os quais a realidade de que nem todos os fenômenos mudam e se desenvolvem na mesma proporção. Assim, embora o presente livro use os reinados de imperadores individuais como um meio de organização, questões religiosas, movimentos filosóficos, mudança arquitetônica e tendências econômicas nem sempre se movem no tempo com mudanças no trono imperial. Tentei, no entanto, discutir essas questões mais amplas dentro do quadro dos capítulos baseados em ordem cronológica, em vez de fornecer capítulos sobre cada um deles que seriam independentes, essencialmente fora do tempo.

Introdução

306 – Constantino I se torna imperador.

330 – Fundação de Constantinopla.

1204 – Quarta Cruzada e Saque de Constantinopla.

Atitudes Modernas e Medievais Sobre Bizâncio

Bizâncio era um lugar de paradoxo. Os habitantes do Império Bizantino conclamavam-se "romanos" e eles não se identificariam pelo termo "bizantinos", que é um termo usado pelos historiadores modernos para distingui-los dos antigos romanos. O Império Bizantino foi um elo crucial entre os mundos antigo e moderno, mas é muito menos estudado do que a maioria das outras culturas da Idade Média e há muito pouca compreensão de Bizâncio entre o público em geral. O Império Bizantino floresceu em um momento em que a Europa Ocidental afundou até um nível de barbárie, mas o próprio termo "Bizantino" é usado em inglês para denotar um sistema de complexidade bizarra e sinistra. Bizâncio é considerado um lugar de mistério, mas seu povo era cristão e os teólogos e bispos bizantinos criaram os ensinamentos e a estrutura organizacional que caracterizam o cristianismo hoje. Em um contexto religioso, a designação de "católicos bizantinos" é usada para descrever cristãos que reconhecem a supremacia do papa, enquanto os cristãos ortodoxos leais à tradição bizantina têm sido geralmente vistos no Ocidente como cismáticos ou mesmo hereges.

O Império Bizantino era, de fato, o Império Romano, que continuou a existir por mil anos após a antiga Roma ter caído nas mãos dos bárbaros. Ainda mais, foi considerado por seu povo como um império eterno, estabelecido por Deus para governar a humanidade desde a vinda de Cristo até o fim dos tempos. Era multiétnico e multicultural, embora a cultura grega e a língua grega fossem vistas como normativas; o cristianismo era o dominante, a religião "oficial" do estado, embora o judaísmo e o islamismo fossem geralmente tolerados (os hereges cristãos não eram!). O Império Bizantino estava centrado na "nova" capital, Constantinopla, a cidade conhecida como Bizâncio na antiguidade (e daí o termo "Bizantino") e como Istambul hoje.

No geral, é justo dizer que há "preconceito" contra Bizâncio no Ocidente (Europa Ocidental, América do Norte, Austrália, etc.) e, especialmente, no mundo de língua inglesa. Enquanto a cultura e a história da Idade Média ocidental são levadas a sério e consideradas positivamente (pensa-se no Rei Arthur, "cavaleiros de armadura brilhante", Robin Hood e Magna Carta), Bizâncio é considerado negativamente - se é que o é. Cristãos ortodoxos (principalmente gregos, eslavos e outros povos da Europa Oriental, na Europa e em todo o mundo) geralmente conhecem os nomes de imperadores bizantinos e muitos santos, mas outros dificilmente reconhecem uma pessoa ou um evento da história bizantina, mesmo que estes (na verdade) desempenharam papéis importantes em tornar o mundo do jeito que é hoje. Essa atitude em relação a Bizâncio não é algo novo, mas é, pelo contrário, derivada de formas que os ocidentais viam nos bizantinos e no Império Bizantino na Idade Média.

Estes, como veremos, foram caracterizados por desconfiança, desconfiança e uma tendência a considerar os bizantinos como cristãos arrogantes, desonestos e não exatamente "adequados". Os europeus ocidentais não conseguiam entender por que os bizantinos eram tão diferentes deles mesmos, já que eram cristãos e sua própria cultura também derivava da antiguidade grega e romana. É certamente um truísmo que indivíduos e culturas geralmente não gostem e se distanciem para se distinguirem daqueles com quem mais se assemelham, e este é provavelmente o caso das relações entre Bizâncio e o Ocidente. Embora o Ocidente tenha geralmente admirado as culturas da China, da Índia e lugares mais remotos e "exóticos", raramente teve o mesmo interesse em Bizâncio, que tem sido comumente visto como "parente pobre decadente" do Ocidente.

Além das diferenças de religião, os orientais e ocidentais foram, e permanecem, divididos pela experiência histórica das Cruzadas. Esse fenômeno, é claro, tinha importantes conexões religiosas, mas os bizantinos nunca foram capazes de entender completamente a base religiosa do desejo dos ocidentais de conquistar a Terra Santa. Os bizantinos, como veremos, sempre sentiram que continuaram a “possuir” territórios que haviam sido parte do império e, como resultado, acreditavam que a Terra Santa lhes pertencia por direito e que as Cruzadas eram uma invasão em assuntos bizantinos. Assim, quando os cruzados chegaram - sem serem convidados - em território bizantino, esperavam uma acolhida cordial e amigável e uma cooperação total, mas foram recebidos com desconfiança, uma recepção morna e oposição ocasional. Os ocidentais consideravam isso uma hostilidade às boas intenções dos cruzados, e a desconfiança tornou-se mútua. A hostilidade bizantina aos ocidentais, é claro, endureceu como resultado da conquista de Constantinopla e da divisão do império pela Quarta Cruzada (1204), enquanto os ocidentais consideravam a falta de vontade dos “gregos” de aceitar seu domínio e religião como perversa e equivocada. Essas atitudes, de ambos os lados, permaneceram durante toda a Idade Média e no período moderno.

As idéias do Iluminismo, que eram hostis à Idade Média em geral e à igreja medieval em particular, não estavam naturalmente dispostas ao Império Bizantino, onde o monasticismo, os milagres e a igreja organizada desempenhavam um papel muito grande. Edward Gibbon, um dos principais historiadores do período, dedicou grande parte de seu volume múltiplo *O declínio e a queda do Império Romano* a Bizâncio, e sua denúncia contundente dos bizantinos e sua cultura influenciou o pensamento histórico até o presente.

Neste livro, tentei ir além desses preconceitos culturais contra Bizâncio, e muitos leitores provavelmente até detectam um sinal de admiração no tom do autor. Isso não é porque eu acho que o Império Bizantino e a cultura bizantina eram “melhores” do que outras civilizações, mas sim porque eu acho que o estudo de Bizâncio tem um interesse intrínseco e que nossa sociedade perde muito por não saber mais sobre isso.

As Instituições do Império Romano

Como o Império Bizantino foi a continuação do Império Romano, é crucial que o leitor esteja familiarizado com as instituições políticas básicas do estado romano.

Na época de Constantino, o Grande, a antiga República Romana havia desaparecido há quase meio milênio, mas algumas de suas instituições continuavam a viver, a maioria apenas no nome, mas algumas continuavam a cumprir algo parecido a suas funções originais. Muitos dos antigos ofícios do estado romano (as magistraturas) sobreviveram na era bizantina, a maioria deles com tarefas que eram completamente diferentes daquelas do passado, e ao lado da autocracia de Bizâncio, permaneceu, pelo menos entre alguns intelectuais, uma admiração ao republicanismo. O cônsul continuava a existir, nomeado agora pelo imperador (quando o próprio imperador não ocupava o cargo) e, com frequência, mais de dois eram designados todos os anos, pois esperava-se que os *cônsules* oferecessem entretenimentos públicos pródigos e muito caros. O *quaestor* havia emergido como o conselheiro legal mais importante do imperador e ele continuou a cumprir essa tarefa pelo menos até o sétimo século. O velho senado romano, que na época do início do império havia perdido seu poder político, continuou a existir em Roma até a queda do Ocidente e em Constantinopla até o final do império. Os membros do Senado (a ordem senatorial) em Constantinopla eram, em geral, homens que haviam se levantado no serviço imperial, e eram normalmente os "homens do imperador", em vez de membros de uma aristocracia tradicional.

O cargo político mais importante dos impérios romano e bizantino era, claro, o imperador. No segundo século d.C, se não antes, o imperador tornou-se essencialmente um monarca, e sua palavra era lei. Ainda havia expectativas de que o imperador governaria justo e sabiamente, e considerações filosóficas, especialmente do estoicismo, argumentavam que o imperador tinha de governar em benefício de seus súditos. Essas considerações minimizaram o comportamento autocrático e arbitrário por parte do imperador, assim como, com o passar do tempo, a autoridade moral da igreja cristã, que poderia apelar para expectativas específicas baseadas em textos bíblicos e no desenvolvimento do direito canônico. Além disso, o verdadeiro poder por trás do trono sempre era o exército, e nenhum imperador poderia ter sucesso se ele não tivesse uma carreira militar bem-sucedida e o apoio do corpo de oficiais sênior.

Apesar do enorme poder que os imperadores detinham, é interessante que os romanos nunca tenham desenvolvido uma “constituição” consistente para organizar a sucessão. Comumente, o imperador reinante escolheria seu sucessor, e a eleição de um novo imperador por esse meio raramente encontrava qualquer oposição. Normalmente, o imperador mais velho faria sua escolha de um sucessor publicamente conhecido, e ele "associaria" o novo governante com ele em ocasiões públicas para esclarecer a situação e dar aos sujeitos a oportunidade de se acostumarem com o novo imperador. Além disso, sempre existiu uma tendência para o desenvolvimento de dinastias, com o filho sucedendo o pai no trono: sem dúvida, isso tinha alguma conexão com a cultura romana em geral, o que parece ter visto tais transferências de poder sob uma luz positiva.

Potencialmente mais importantes eram os membros do Senado, que às vezes também eram membros do tribunal, mas que normalmente possuíam riqueza independente e bases de poder. Havia também uma tradição, nem sempre respeitada, de que o Senado, como órgão, poderia atuar em casos em que a sucessão ao trono não

era clara. As fraquezas do poder senatorial eram que os membros desse órgão nem sempre concordavam, nem normalmente agiam rapidamente, e uma decisão na corte ou em outro lugar poderia pegar os senadores cochilando.

A terceira base de poder na escolha de um imperador era o exército, e este era freqüentemente o mais importante dos três, especialmente nos casos em que um imperador fosse derrubado. Uma revolta militar era um dos meios mais frequentes para a remoção de um imperador mal sucedido e, em tais casos, o exército poderia promover um novo candidato para o cargo. Mais favoravelmente colocados para tal intervenção foram a Guarda Pretoriana, teoricamente a guarda pessoal do imperador, que desempenhou o papel de "criador de imperador" em muitas ocasiões. As tropas legionárias também poderiam desempenhar um papel, embora o perigo aqui fosse a ameaça de guerra civil, bem como as dificuldades logísticas envolvidas em trazer as tropas para um lugar onde elas poderiam ter um efeito.

Sobre a história do Império Romano, de Augusto (27 a.C - 14 d.C) em diante, o maquinário do estado cresceu e uma administração central (em oposição ao governo provincial) lentamente emergiu para auxiliar o imperador no trabalho de administrar o Estado. Essa burocracia se desenvolveria consideravelmente no período bizantino e se tornaria uma das características mais características do estado bizantino.

Em geral, o governo central romano podia ser dividido em três grandes áreas: a militar, a administrativa e a fiscal, embora houvesse sobreposição naturalmente considerável. É preciso dizer pouco sobre a organização militar, já que em grande parte os comandantes dos exércitos eram os governadores das províncias ao longo da fronteira, e os assuntos militares eram naturalmente controlados pelo próprio imperador. Preocupações administrativas e fiscais estavam intimamente ligadas e no primeiro século d.C elas tendiam a ser administradas por indivíduos de baixa posição (às vezes ex-escravos) que dependiam diretamente do imperador. Com o passar do tempo, no segundo e no terceiro século, os imperadores passaram a depender de administradores de status mais alto, alguns deles da própria ordem senatorial. As questões legais eram naturalmente de primordial importância e os magistrados passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante como conselheiros do imperador.

Cristandade e a Igreja Cristã

O Império Bizantino era uma sociedade completamente cristã e as instituições e ensinamentos da igreja cristã influenciaram-na em todos os seus aspectos. A maioria dos leitores deste livro está familiarizada com as histórias do Evangelho e as origens do cristianismo, por um lado, e, por outro lado, as idéias básicas do cristianismo como são aceitas hoje. A maioria dos leitores não terá, no entanto, plena consciência do cristianismo como foi praticado durante os mil anos do Império Bizantino, um período que representa mais da metade da existência da religião até hoje.

Na época de Constantino (306-337), quando este livro começa, o cristianismo já havia passado para uma fase caracterizada por uma estrutura institucional razoavelmente complexa. Embora ainda não fosse universalmente aceito, os bispos geralmente dominavam a igreja de maneira essencialmente monárquica: cada bispo

governava sua cidade (e seus arredores) como uma figura supostamente inquestionável que adquirira sua autoridade em uma linha direta que remontava aos Apóstolos de Cristo (a idéia da sucessão apostólica). Os bispos eram essencialmente independentes de todas as outras autoridades, embora houvesse surgido uma classificação grosseira dos bispos, baseada em grande parte na importância de suas cidades. Os bispos controlavam a riqueza cada vez mais significativa das igrejas locais e determinavam a natureza do culto público, o desembolso da caridade e a regulamentação do número cada vez maior de clérigos (sacerdotes, diáconos e clérigos menores) sob seu controle. O bispo estava, assim, emergindo como uma figura importante na sociedade como um todo.

Na época de Constantino, havia um acordo geral entre os cristãos sobre quais livros deveriam ser considerados parte da Bíblia. Houve também um acordo básico de que Deus era uma Trindade, composta pelo Pai, Filho e Espírito Santo. Além disso, foi acordado que os cristãos deveriam levar um certo tipo de vida e adoração juntos e em particular, de acordo com os padrões que ainda estavam estabelecidos no nível local. Os autores cristãos da era pós-apostólica iniciaram o desenvolvimento dos princípios da teologia cristã e foi geralmente aceito que isso poderia, e deveria, fazer uso da lógica e das ferramentas do discurso filosófico contemporâneo (pagão).

A igreja cristã passou por surtos cada vez mais severos de perseguição, principalmente em nível local, mas ocasionalmente no nível do império, e discutiremos isso com algum detalhe no próximo capítulo. O fenômeno da perseguição - juntamente com a resistência a ele, bem como a cristalização das estruturas institucionais e de crenças - foram as principais características do cristianismo no início do período bizantino. Estes dois últimos deveriam ser consideravelmente desenvolvidos sob Bizâncio, enquanto o primeiro continuava a fornecer um pano de fundo histórico contra o qual os conflitos contemporâneos deveriam ser combatidos.

Fontes para a História Bizantina

As fontes históricas de qualquer cultura naturalmente formam e moldam nosso conhecimento dessa sociedade. As fontes escritas da história bizantina são, à primeira vista, muito semelhantes às da história antiga, e significativamente diferentes das da história do Ocidente medieval. Assim, uma classe importante de fontes bizantinas são obras históricas que conscientemente continuaram a tradição da historiografia clássica, especialmente as obras de Heródoto, Xenofonte e, mais notavelmente, Tucídides. No início do período bizantino algumas histórias foram escritas em latim, a mais famosa a obra de Amiano Marcelino, mas a partir do século V em diante a maioria foi escrita em grego, principalmente em uma linguagem altamente artificial que imitava o grego escrito em Atenas no quinto e quarto séculos a.C e isso era difícil para a maioria dos bizantinos entender. Prokopios (século VI) é o notável historiador classicista do início do período bizantino, mas esta tradição ressurgiu no século XI e ainda mais nos séculos XII nas obras de Constantino Porphyrogenitos e sua escola (século X), Psellos (século XI), Anna Komnena e Nikitas Choniates (ambos do século XII). Este estilo de escrita histórica, que fez uso de uma abordagem analítica ou

biográfica, continuou no período bizantino posterior nas obras de historiadores como Akropolites, Pachymeres (século XIII) e Gregoras (século XIV). O último século do Império Bizantino produziu um número notável de historiadores classicistas bastante competentes que conseguiram registrar o declínio e a queda de Constantinopla: entre eles Sphrantzes, Chalkokondyles, Doukas e Kritoboulos, alguns escrevendo bem depois da conquista otomana.

Além disso, um tipo de trabalho histórico ligeiramente diferente era a crônica bizantina (*chronikon*), cujas origens remontam à Crônica de Eusébio de Cesaréia e às curtas histórias escritas em grego e latim nos séculos IV e V. Essas crônicas eram às vezes apenas listas de eventos, muitas vezes de caráter miraculoso ou memorável (nascimento de bezerros de duas cabeças, terremotos, eclipses, etc.), juntamente com os principais atos dos grandes governantes, mas muitas vezes também continham comentários do autor, freqüentemente de natureza moralizante ou teológica, explicando o “significado” dos eventos históricos aos leitores. Na maioria dos casos, os autores de crônicas procuraram usar eventos históricos para demonstrar a verdade teológica ou as penalidades pagas pelos governantes ou por outros que não deram ouvidos à vontade de Deus ou ao ensino da igreja.

Malalas (século VI) foi o autor da primeira crônica totalmente desenvolvida desse tipo. Sua obra estava preocupada em unir a história secular e divina, começando com a Criação do mundo, recontando as histórias bíblicas básicas em seu contexto mais amplo, e continuando até o reinado de Justiniano. O mais importante dos cronistas bizantinos é Teófanos (o "Confessor"), que escreveu no início do século IX e cujo trabalho fornece a maior parte da informação que temos para a história do sétimo e do oitavo séculos. Teófanos era um monge e um Iconófilo devoto que via toda a história do mundo através das lentes da luta pela veneração dos ícones. O trabalho de Theophanes foram continuados por um autor desconhecido e uma série de outros escritores do século X que trouxeram sua crônica para o seu próprio tempo. João Skylitzes (século XI) e João Zonaras (século XII) escreveram importantes crônicas, com muita informação independente; depois desse período, a crônica continuou a ser uma importante forma de escrita histórica e muitas crônicas focaram em assuntos locais e curtos períodos de tempo, até a conquista otomana e posteriormente.

Esses produtos de variadas tradições históricas nos permitem reunir a história política e militar básica do Império Bizantino e fornecer informações consideráveis sobre eventos isolados. Mas todos são significativamente tendenciosos a favor ou contra diferentes governantes e dinastias, e não fornecem muitas informações sobre a economia, a sociedade, as pessoas comuns (inclusive as mulheres) e a vida cotidiana. Eles também quase todos tinham uma visão linear da história em que as idéias cristãs de salvação desempenhavam um papel dominante e o Império Bizantino era o ator central.

As Hagiografias (as biografias dos santos) fornecem uma visão significativamente diferente da vida bizantina. A vida dos santos já foi rejeitada e ridicularizada pelos historiadores modernos, já que eles pareciam ser compostos quase exclusivamente de histórias piedosas e milagres e que talvez não tivessem muito fundamento na realidade histórica. É claro que o gênero da hagiografia presta-

se à repetição, e a natureza estereotipada da vida dos santos e isso significa que não podemos acreditar em todos os detalhes de cada vida. No entanto, a maior parte das vidas contém uma riqueza de informações sobre a vida cotidiana, a economia e as condições locais que, embora incidentais os principais propósitos do autor, são de considerável interesse para o historiador. Elas também retratam, muitas vezes de maneira notável, as crenças, esperanças e aspirações das pessoas comuns, e fornecem uma fonte essencial para o estudo da espiritualidade bizantina e da prática religiosa. Deve-se notar também que, embora a maioria das vidas dos santos bizantinos tenha sido escrita em grego, muitos também foram escritos em (ou traduzidos para) eslavo, árabe, copta e - especialmente - siríaco. Essas biografias não-gregas muitas vezes fornecem uma visão muito diferente das coisas escritas no coração bizantino e fornecem um contraste de considerável importância.

Os historiadores do pensamento, especialmente da ciência, da matemática, da medicina e da filosofia, produziram um grande número de obras, a maioria delas ainda não traduzidas para as línguas modernas e muitas nem mesmo editadas adequadamente. Não obstante, as obras de Arethas de Cesaréia, Photios, Psellos, Metochites, Gennadios Scholarios e Plethon, bem como inúmeros tratados sobre astronomia, matemática, física, astrologia e alquimia, fornecem informações sobre como os pensadores bizantinos olhavam o mundo.

Não é de surpreender que os sermões, os comentários e estudos bíblicos e os tratados teológicos constituam uma proporção muito grande de literatura bizantina sobrevivente. Muito disso é um pouco difícil para o leitor moderno dominar, mas quase todo trabalho teológico fornece informações de importância histórica, seja esta uma visão das disputas teológicas ou detalhes incidentais da vida diária incluídos nos milhares de sermões bizantinos sobreviventes e trabalhos teológicos. .

Infelizmente, muito pouco sobrevive das fontes documentais que tanto fizeram para animar a história do Ocidente medieval. Embora o estado bizantino fosse de natureza enormemente burocrática e houvesse vastos registros sobre o funcionamento do governo, impostos, informações sobre terras e informações pessoais, a maior parte disso agora é perdida, vítimas do colapso final e da destruição do aparato o estado bizantino. Alguns desses registros sobrevivem, por exemplo, aqueles preservados no trabalho de Constantino Porphyrogenitos, o *Cadastro de Tebas*, numerosos papiros do período inicial, e os volumosos registros dos mosteiros do Monte Athos. Estes últimos são particularmente importantes, especialmente porque os mosteiros eram grandes proprietários de terra e mantiveram registros detalhados de suas propriedades em toda a Macedônia, permitindo a reconstrução da sociedade no final do período bizantino de uma forma que simplesmente não pode ser feita em outras partes do império.

As fontes escritas bizantinas, é claro, fornecem ao historiador as informações mais significativas, mas as fontes escritas por “pessoas de fora” também são muito significativas, especialmente em termos de esclarecimento sobre as atividades bizantinas externas e militares, mas também preenchendo lacunas significativas. muitas questões internas e dando-nos um vislumbre de como os outros viam os bizantinos. Talvez o mais importante nesse aspecto sejam os historiadores árabes, como al-Baladhuri, Tabari e Jahja de Antioquia, e geógrafos, como al-Masudi e al-

Idrisi. Estas e outras fontes escritas em armênio, georgiano e persa, nos fornecem informações significativas e um corretivo salutar aos textos bizantinos. Também de especial importância são as fontes eslavas, desde a *Crônica Primária Russa* até as traduções eslavas de várias obras bizantinas, e crônicas e outras obras da Sérvia, da Bulgária e de outras partes do mundo eslavo.

No geral, não há escassez de material e fontes para o estudo do Império Bizantino. A dificuldade para o estudante iniciante é que, embora as fontes escritas sejam vastas em número e diversidade, relativamente poucas foram traduzidas para as línguas modernas, e a grande maioria ainda não foi devidamente editada. Não há manual adequado em inglês para a história ou literatura bizantina e nenhum guia para as fontes históricas. Embora a situação seja melhor para a arte e a arquitetura bizantina, onde existem várias apresentações sólidas, o material ainda é diversificado e não é publicado em nenhuma série para a qual um aluno pode ir para uma visão ampla.

A Crise do Terceiro Século

253 – 268 – Gallienus

O Império Bizantino não tem um "começo" propriamente dito, pois era, de fato, a continuação do estado romano, que havia começado (segundo a tradição) em 753 a.C. Uma data conveniente para começar é o reinado de Constantino, mas os eventos de seu reinado não podem ser entendidos sem uma consideração dos eventos e problemas do terceiro século depois de Cristo, já que esses estabeleceram o cenário para a reestruturação e “reavivamento” de Roma no anos que se seguiram. Iniciamos nossa pesquisa, portanto, com a crise que afetou o mundo romano nos anos intermediários do terceiro século.

Os 50 anos entre a morte de Severo Alexandre e a ascensão de Diocleciano (235-284) testemunharam o quase colapso de todo o modo de vida romano, do governo e da estrutura militar à economia e ao sistema de pensamento que caracterizou o mundo antigo até então. Em termos políticos, nenhum imperador durante todo este período estava seguro, e quase todos eles morreram de forma violenta nas mãos dos rebeldes. As fronteiras do império cederam, os inimigos do estado, especialmente no norte e no leste, inundaram-se, e várias partes do império tornaram-se essencialmente independentes. Enquanto isso, a economia entrou em colapso, a inflação elevou os preços e a cunhagem se tornou praticamente inútil. Não surpreendentemente, em meio a essas dificuldades, desenvolveu-se o que podemos chamar de crise cultural, caracterizada por mudanças de estilo na arte, literatura e religião. Os historiadores costumam descrever esse período como sendo de “anarquia militar”, já que poucos dos imperadores reinaram tempo suficiente para estabelecer dinastias ou mesmo políticas firmes; a maioria desses governantes efêmeros eram soldados rudes sem muita educação ou preparação para governar o império.

No decorrer do segundo século ficou claro que os conselhos locais estavam tendo dificuldades, especialmente em termos de satisfazer as necessidades da vida urbana adequada. A causa final deste fenômeno é difícil de determinar, mas pode ter a ver com a tendência de as famílias aristocráticas morrerem ou ascenderem ao nível superior do serviço imperial e, assim, deixarem as responsabilidades locais para as famílias mais pobres, que eram menos capazes de suportar o encargo financeiro.

Nessa situação, a administração central tinha pouca escolha, exceto intervir - sempre a contragosto - para preencher o vazio e gastar dinheiro para fornecer serviços essenciais e o governo local. Tudo isso, claro, teve um preço. A administração imperial e o tesouro imperial eram agora obrigados a fornecer recursos que nunca haviam sido constituídos para suprir e - como os “mandatos não capitalizados” dos governos modernos - estes se tornaram um fardo enorme para o governo central. Como resultado, o governo teve que impor uma carga tributária maior aos seus cidadãos para pagar pelo aumento da administração, ao mesmo tempo em que o aumento de recursos era necessário para enfrentar os problemas militares da época. Independentemente da causa, o Estado tornou-se cada vez mais exigente de seus

cidadãos e implacável nos meios de cobrança de impostos, enquanto o tecido da sociedade romana se soltou.

Fim da Dinastia de Severo e Começo da Anarquia

Até o início do terceiro século, uma série de dinastias familiares governava o mundo romano, freqüentemente com um filho sucedendo a um pai. A última dessas dinastias foi a dos Severo, que reinou de 196 a 235. O último membro da dinastia foi Severo Alexandre, que tentou algumas reformas significativas, em parte para restaurar o antigo Senado romano a uma aparência de poder. Severus, no entanto, encontrou dificuldades quando procurou pessoalmente comandar uma força conjunta, composta de tropas do leste e do oeste contra os alamanos (um povo germânico) na fronteira do Reno. O imperador construiu uma ponte sobre o rio, mas depois hesitou e procurou um acordo negociado. As tropas se rebelaram contra Severo, proclamaram seu comandante Maximino como imperador e assassinaram o velho imperador. Júlio Vero Maximino, geralmente conhecido como Maximino Trácio (Maximino, o trácio) era um provinciano obscuro, filho de um camponês que se levantara no exército em parte graças à sua força física e tamanho. Ele foi o primeiro dos chamados "Imperadores do Quartel", governantes, comumente das áreas mais "atrasadas" do império, que se levantaram das fileiras do exército para tomar o poder pela força.

O Senado, embora certamente chateado com a perda de Severus, não podia fazer nada além de aceitar o fato consumado e reconhecer Maximino. O novo imperador estabilizou a situação militar, que havia sido deixada em confusão com a morte de Severo, e ele realizou uma difícil mas bem-sucedida campanha contra os alemães, após a qual ele teve seu filho elevado como co-imperador. No entanto, a oposição desenvolveu-se contra Maximino, especialmente por parte dos antigos partidários de Severo e daqueles que olhavam para trás com saudade ao domínio de um imperador civil. Houve pelo menos uma conspiração séria, e Maximino respondeu removendo a maioria dos senadores das posições de comando militar e punindo aqueles que ele achava que eram desleais para com ele.

O Senado tentou manter o controle em seu próprio nome, mas a situação deteriorou-se após a nomeação do neto de Górdio como imperador (Górdio III) e seguiu-se uma guerra civil de três vias, resultando na morte de Maximino e na elevação de Górdio III pela guarda pretoriana. O novo imperador tinha apenas 13 anos e o Senado parece ter continuado a ser muito influente no início de seu reinado. O novo governo procurou conter os abusos e limitar a insolência e o poder político dos soldados. A fronteira alemã foi a princípio estável, graças aos sucessos de Maximino, mas o crescente poder da Pérsia Sassânida - o grande rival de Roma no Oriente - começou a pressionar o território romano nessa direção.

Em 241, Gordiano nomeou o soldado Timisteu como prefeito pretoriano. Um homem eloqüente e bem-educado, ele serviu o império em uma ampla variedade de ofícios e sua filha foi dada em casamento com o jovem imperador. Por três anos Timisteu foi o verdadeiro poder por trás do trono e ele empunhou isso com cuidado e sabedoria. A aparição de Timóteo aconteceu em um momento especialmente feliz, pois em 241 Shapur acende ao trono da Pérsia e empreende uma ambiciosa campanha

contra o território romano, avançando para a Síria e ameaçando a própria Antioquia. Em 243, Timóteo chegou ao Oriente, acompanhado pelo jovem imperador, e a maré da batalha se transformou. Os romanos foram bem sucedidos e toda a Mesopotâmia caiu novamente em mãos romanas. Uma campanha contra a capital persa de Ctesifonte foi contemplada, mas Timisteu morreu repentinamente, e a situação mudou completamente.

Júlio Filipe, geralmente conhecido como Filipe, o Árabe, foi nomeado para suceder ao leal Timóteo. Filipe era filho de um árabe que já havia alcançado uma alta posição em Roma. Ele parece ter começado a conspirar contra o imperador quase imediatamente. A escassez de alimentos entre o exército deu-lhe uma oportunidade e, quando Gordiano III foi assassinado pelas tropas em março de 244, Felipe tornou-se imperador.

Felipe desejava, acima de tudo, ter sua posição confirmada pelo Senado, por isso fez uma rápida paz com os persas e voltou rapidamente a Roma. Ele honrou a memória de seu antecessor, e o Senado não teve outra alternativa senão reconhecer o novo imperador. Os contemporâneos esperavam um renascimento de um regime liberal sob Filipe e, a princípio, eles não ficaram desapontados. Ele tentou controlar as tropas e reformar a administração na direção de maior justiça. Filipe também procurou promover os interesses de sua família, e ele teve seu filho jovem coroado primeiro como César e depois como Augusto. Ele foi capaz de travar campanhas de sucesso contra os Carpi através do Danúbio e em 248 presidiu a celebração do milésimo aniversário da fundação de Roma. Ele proclamou o começo de um novo *saeculum* (um novo milênio ou uma nova era), e alguns observadores podem ter sentido otimismo em relação ao futuro. No entanto, houve considerável insatisfação entre várias partes do exército, e revoltas eclodiram nas regiões do Danúbio e no Oriente. Filipe ofereceu-se para renunciar ao cargo, mas foi persuadido a continuar. Nesta situação difícil, ele nomeou o Prefeito da cidade, Décio, como comandante na área do Danúbio. Décio se distinguiu neste comando e foi, portanto, proclamada pelas tropas em junho de 249. Mesmo que ambos os lados estivessem dispostos a se comprometer, uma guerra civil se seguiu, e Felipe foi derrotado e morto.

Décio desejou assegurar sua reivindicação ao trono, então ele se retirou para a Itália, essencialmente abandonando Dácia a seu destino. Ao fazer isso, ele deixou a fronteira aberta para os povos germânicos, principalmente godos, que estavam sendo empurrados contra o território romano pelos alanos, um povo nômade das estepes da Ásia. Os godos, assim, devastaram a totalidade dos Bálcãs até o sul da Trácia. Décio procurou expulsar os invasores, mas foi derrotado duas vezes por um líder gótico chamado Cniva no Dobrudja (o delta do Danúbio na Romênia moderna). A derrota romana foi facilitada pela deslealdade de alguns dos comandantes romanos, e Décio foi morto na segunda batalha (251).

A morte de Décio levou a uma guerra civil entre os comandantes sobreviventes, e ninguém foi capaz de obter segurança no trono até 253. Naquela época, Licinius Valerianus foi nomeado pelas tropas. Ele foi o último representante da antiga aristocracia republicana a ocupar o cargo imperial, e ele procurou governar cooperando com o Senado e controlando os piores excessos dos soldados. Infelizmente, o caos militar dos últimos 20 anos levou ao completo colapso da

fronteira do império. Os godos e alamanos atravessaram o Danúbio, enquanto os francos apareceram pela primeira vez em 256 e rapidamente invadiram a fronteira do Reno; no extremo noroeste, os saxões começaram a atacar a costa britânica. Enquanto isso, Shapur e os persas atacaram no leste. Os sassânidas invadiram a Síria e tomaram Antioquia em 256. Valeriano apressou-se para o leste e recuperou a cidade. Ele buscou um acordo negociado com os persas em 259, mas no momento crítico os persas quebraram o acordo e tomaram o desafortunado imperador, que terminou sua vida em cativeiro. Como se isso não bastasse, em meio às dificuldades, uma grande praga se espalhou pelo império.

Valeriano designara seu filho Gallienus como sendo Augusto e co-governante; ele o havia deixado em Roma durante a campanha do leste, e durante esse tempo Gallienus teve que abater pelo menos nove usurpadores.

Estados Separatistas

Odenathus era o rei de Palmyra, uma importante cidade no deserto na fronteira oriental do império. Seu pequeno estado dependia quase inteiramente do comércio e desenvolvia um relacionamento amigável, embora dependente, com Roma. Além de seu poder econômico, no entanto, Odenathus havia reunido uma considerável força militar, dominada por arqueiros móveis e cavaleiros pesados, semelhantes aos que eram o principal suporte do exército persa. Odenathus tinha ajudado Valeriano na guerra contra Shapur, e ele recebeu altas honras dele. Galiano, em seguida, procurou fazer Palmyra a base da política militar romana no Oriente. Galiano encorajou Odenathus a adotar títulos romanos; o rei denominou-se *imperator* e *corrector totius Orientis* ("supervisor de todo o Oriente") e ele foi autorizado a usar a coroa de louros do imperador. Palmyra derrotou os persas por duas vezes, mas Odenathus de repente foi vítima da faca de um assassino, que pode ter agido a interesse de Roma, desde que as ambições do rei começaram a ofuscar sua utilidade para Roma. Odenathus foi então sucedido por sua viúva Zenobia, uma mulher cada igual a ele, que governou em nome de seus filhos jovens.

Postumus, um dos melhores generais de Valeriano na luta contra os bárbaros, se proclamou imperador. A guerra civil irrompeu entre Galiano e Postumus, sem que nenhum dos lados pudesse derrotar o outro. Vastos recursos foram direcionados para a guerra civil, em detrimento da defesa contra os bárbaros. Postumus declarou-se imperador, embora tivesse apenas as províncias do noroeste; ele cunhou suas próprias moedas, fez sua residência principal em Trier, e montou uma administração e corte que igualou aquele de Gallienus. Esse "Império Gálico" sobreviveria ao próprio Postumus e forneceria um perigoso precedente para a divisão do império.

Um dos assassinos de Galiano, um oficial da Ilíria chamado Cláudio, tomou o poder imperial. Em marcada distinção à atitude de seu antecessor, Cláudio cortejou abertamente o apoio do Senado. Ele brevemente contemplou um ataque ao Império Gálico, mas percebeu que muitas das legiões do Reno eram de lealdade duvidosa, e os godos continuavam em liberdade nos Bálcãs. Numa brilhante manobra militar, Cláudio interceptou os invasores góticos e tratou-os de uma derrota esmagadora, assegurando a fronteira do Danúbio nos anos vindouros. Desta conquista, Cláudio

aceitou o epíteto Gótico, pelo qual ele é geralmente conhecido. No entanto, em 270, neste momento de sucesso, o imperador morreu da peste.

Após a morte de Cláudio, o Senado propôs a eleição de seu irmão Quintillus como imperador. Quintillus, no entanto, não tinha seguidores entre os soldados e nunca poderia tornar seu poder seguro. Assim, outro dos assassinos de Galiano, o comandante da cavalaria, Aureliano, levantou-se em revolta, espalhando o boato de que Cláudio o havia designado, e não Quintilo, como seu sucessor. Em sua sucessão, a situação militar era crítica: os bárbaros não tinham sido expulsos dos Bálcãs e os Juthungi invadiram a própria Itália. Aureliano alcançou o último quando eles voltaram para o Danúbio e os derrotaram profundamente; eles voltaram mais tarde para saquear o norte da Itália e o imperador novamente lhes causou um sério golpe. Ele expulsou os vândalos da Panônia e completou o controle da fronteira. No entanto, ele percebeu o quão sério o perigo havia sido para Roma, e em 271 ele ordenou a refortificação da cidade. A capital que há muito tempo era protegida apenas pela bravura das legiões dependia mais uma vez das defesas de tijolos e argamassa.

Em 271, Aureliano tomou uma importante decisão política que tem sido vista por alguns historiadores como o início do desmembramento do império. Sentindo que não podia mais arcar com os gastos militares necessários para defender a Dácia (a área da moderna Romênia), retirou tropas e cidadãos romanos da província e restabeleceu a fronteira romana ao longo do Danúbio.

Enquanto isso Zenobia, a rainha de Palmyra, conquistara quase todo o Oriente; ela controlava o Egito e estava transferindo tropas para a Ásia Menor. Aureliano partiu corajosamente contra ela em 271 e em uma campanha ousada moveu-se rapidamente pela Ásia Menor, levando tudo à sua frente. A maioria das cidades abriu suas portas para o imperador e o Egito retornou à lealdade, como os defensores de Zenobia a abandonaram. Em Antioquia, ele encontrou pela primeira vez uma resistência organizada, incluindo duas legiões romanas que tinham ido até os Palmyrenes e a cavalaria fortemente armada que formava o núcleo do exército de Zenobia. Mas Aureliano contra-atacou o inimigo com a cavalaria árabe a quem ele ordenou que fingisse a retirada a fim de cansar seus oponentes. Com a vitória, Aureliano mudou-se para Emesa, onde ele ganhou de novo, atribuindo seu sucesso ao apoio do deus-sol. O imperador então cercou Palmyra e, quando esperava que o socorro não viesse dos persas, Zenobia perdeu a coragem e tentou fugir. Ela foi capturada, a cidade se rendeu e a guerra acabou (272). Aureliano retornou ao Danúbio, mas lá ele recebeu a notícia de que Palmyra havia se revoltado novamente. Ele rapidamente marchou de volta novamente, reduziu a cidade, permitiu que fosse saqueada e teve suas paredes desmanteladas. A cidade ficou daqui em diante deserta.

Aureliano foi então capaz de voltar sua atenção para o Império Gálico. O usurpador Postumus morreu em 268. Ele foi sucedido por Victorinus e depois por Tetricus. Em 274, Aureliano marchou para a Gália e derrotou o exército de Tetricus, após o pretense imperador já ter se rendido. Aureliano retornou a Roma para ser honrado por uma das maiores procissões triunfais que o mundo romano já havia conhecido: os cativos incluíam Zenobia (enrolada em correntes de ouro) e tanto Tetricus quanto seu filho. No entanto, Aureliano foi magnânimo na vitória e ele estabeleceu Zenobia na Itália e a casou com um senador, enquanto ele recompensou

Tetricus com um cargo administrativo significativo. Aureliano passou legitimamente reivindicar o título de *restitutor orbis* ("restaurador do mundo").

No entanto, uma conspiração na corte, provavelmente formada por razões não conhecidas, levou ao assassinato do imperador em 275. Os nove anos seguintes foram caracterizados por instabilidade, com um imperador vencendo o outro com infeliz regularidade. Vários imperadores neste período fizeram tentativas de mudar o sistema governamental e permitir a estabilidade, mas nenhum ficou no trono por tempo suficiente para implementar reformas institucionais.

Filosofia e Religião no Terceiro Século

O terceiro século testemunhou mudanças e desenvolvimentos importantes na vida intelectual e religiosa. Estes incluíram uma séria perseguição aos cristãos, bem como o crescimento do neoplatonismo e do gnosticismo, movimentos que tinham uma base filosófica forte, mas eram essencialmente muito mais religiosos em seu caráter.

Neoplatonismo: Como o próprio nome sugere, foi baseado vagamente nos ensinamentos de Platão, mas devemos lembrar que o "neoplatonismo" é um termo moderno que, de certa forma, é enganoso. O "fundador" do neoplatonismo foi Plotino (205–270), que estudou em Alexandria e depois fundou uma escola filosófica em Roma. Ele tinha muitos seguidores entre a classe senatorial e era amigo do imperador Galiano. Como Platão, ele enfatizou a existência e a importância de um mundo imaterial além daquilo que podemos ver, um mundo que, em última análise, tem maior importância. Seu maior aluno foi Porfírio (233–cerca de 306), cujo nome original era Malchos. Ele estudou filosofia em Atenas sob Longinus e depois em Roma sob Plotino. Porfírio editou os trabalhos de Plotinus e escreveu uma biografia de seu professor. Seu livro "Contra os cristãos" rendeu-lhe a inimizade da igreja, apesar de sua influência no ensino cristão, e o livro foi ordenado a ser destruído. O trabalho de Porfírio é em grande parte derivado, mas teve influência considerável.

Um dos ensinamentos básicos do neoplatonismo é a teoria da "emanação", envolvendo a maneira pela qual Deus (o Uno) alcança a criação material: do Um através de suas hipóstases (Intelecto e Alma) para a matéria. Nesse sentido, foi possível entender alguma forma de conexão entre o mundo da perfeição e o da existência humana cotidiana. Claramente importante é a busca da alma pela salvação; em geral, sentiu-se que a alma individual não poderia ser facilmente unida à Alma universal (Deus), mas através do fenômeno de *epistrophe* (retorno) a Deus, através do pensamento, fé, verdade, etc., havia esperança de tal unificação. A salvação era vista como "ascensão" e era vista como essencialmente uma operação intelectual. Especialmente em suas formas posteriores, o neoplatonismo era freqüentemente ligado à magia e à teurgia.

Gnosticismo: (Da palavra *gnosis*, "conhecimento") é um termo moderno para várias abordagens relacionadas à religião e à experiência religiosa, do período helenístico em diante. O gnosticismo é mal compreendido, em parte porque não é um fenômeno único e em parte porque a maioria dos livros em que foi exposto foi destruída pelos cristãos. A descoberta da chamada Biblioteca Nag Hammadi, no

Egito, com muitos textos gnósticos, aumentou nosso conhecimento desse complexo fenômeno.

Um princípio básico do gnosticismo é o “dualismo”, o conceito de que existe uma força primária do bem e uma força primária do mal (essencialmente dois deuses diametralmente opostos). Os gnósticos associavam o Deus do Antigo Testamento com Satanás e ensinavam que tudo material era mal; isso levou algumas seitas gnósticas a abolir o casamento e até encorajar o suicídio. O ensino gnóstico não era unificado, mas variava amplamente, de tradições decididamente não-cristãs a crenças que combinavam idéias cristãs e pagãs (por exemplo, o herético cristão Marcião). No segundo século, o gnosticismo era um sério rival do cristianismo, mas no terceiro século começara a ser absorvido por outras tradições. Grande parte da teologia cristã primitiva se desenvolveu como uma reação ao gnosticismo, e como teólogos cristãos procuraram manter a crença em um único (bom) Deus e a realidade da encarnação de Cristo. Tanto o neoplatonismo quanto o gnosticismo, no entanto, influenciaram o desenvolvimento do pensamento cristão, especialmente na chamada “escola” de Alexandria.

No geral, a crise do terceiro século teve ramificações em todas as áreas da vida, à medida que um sistema político, econômico e cultural relativamente estável foi abalado até seu próprio centro. Para um contemporâneo, deve ter parecido que o mundo estava literalmente desmoronando. Como reação, alguns indivíduos buscaram estabilidade em novas idéias, instituições e formas de olhar o mundo. Daquela tentativa surgiu o mundo medieval de Bizâncio.

O Reavivamento Sob Diocleciano

301 – Édito de Price

302 – Grande perseguição ao Cristianismo

A Ascensão de Diocleciano (284 – 305)

Após a morte do imperador Carus (282-284), o exército do Oriente escolheu Diocleciano, um de seus oficiais, como imperador. No Ocidente, Carino (o filho de Carus) se recusou a aceitar essa proclamação e se preparou para a batalha. Os dois exércitos encontraram-se em 285 na Moesia, e as forças de Carino tiveram vantagem, mas justo naquele momento Carino caiu perante um assassino, e Diocleciano foi proclamado imperador por ambos os exércitos.

Diocleciano era, como a maioria de seus antecessores, um oficial militar da península balcânica. Ao contrário deles, no entanto, ele foi capaz de implementar suas reformas, e seu governo marca o fim da crise do terceiro século e o início de um novo período de maior estabilidade, bem como uma nova direção na política imperial. Ele não era um inovador, e a maioria de suas políticas havia sido antecipada por um ou outro de seus predecessores. No entanto, Diocleciano era um administrador e trabalhador talentoso.

A primeira tarefa de Diocleciano foi estabilizar seu próprio poder e fornecer uma liderança militar firme para todo o império. A experiência mostrara que o exército (e provavelmente o império como um todo) era simplesmente grande demais para uma única pessoa administrar efetivamente, e Diocleciano procurou um colega para trabalhar com ele nessa tarefa. Para isso, escolheu Maximiano, um velho camarada de armas, a quem chamou de César e enviou à Gália para lidar com a rebelião dos *Bagaudae* (bandos de ladrões) e as incursões dos alemães na Gália. Maximiano foi bem sucedido em ambos e Diocleciano recompensou-o com a promoção ao posto de Augusto. Diocleciano, enquanto isso, estava ativo no Oriente, restaurando o poder romano no Danúbio, na Armênia e na Mesopotâmia, e no Egito.

A Tetrarquia

Na Grã-Bretanha e no noroeste da Gália, entretanto, o rebelde Caráusio se estabeleceu e resistiu a todas as tentativas de derrubá-lo. Talvez por esta razão, Diocleciano decidiu expandir o conceito de governo colegial e nomeou dois Césares (*Caesares*, imperadores juniores) como assistentes dos dois Augustos (imperadores seniores). Assim, ele nomeou um oficial do Danúbio, Galério, como seu próprio César, e Constâncio Cloro, outro Danubiano, como o César de Maximiano. Esse sistema, chamado de Tetrarquia (ou “regra de quatro homens”), foi projetado para preservar a integridade do poder imperial enquanto ampliava o exercício dessa autoridade. Assim, em teoria, não havia divisão do império: as leis emitidas por cada imperador eram válidas em todo o império, e cada governante deveria consultar e

cooperar com os outros. De fato, a autoridade superior de Diocleciano serviu para manter o sistema unido, e cada imperador era responsável pelas funções governamentais em uma determinada parte do estado: Constâncio no noroeste (Gália e Grã-Bretanha), Maximiano na Itália e norte da África, Diocleciano em os Bálcãs e a Ásia Menor, e Galério no Oriente. Cada um deles tinha sua própria corte, organização militar e administrativa e estilo de governo. No entanto, especialmente sob o olhar atento de Diocleciano, o Augusto sênior, toda a propaganda imperial enfatizava a cooperação entre os imperadores e a sua solidariedade face a inimigos potenciais, domésticos e estrangeiros. Além disso, a Tetrarquia foi projetada para resolver um dos principais problemas políticos do Estado romano: a questão da sucessão. Assim, foi prometido aos Césares que eles iriam, com o tempo, suceder seus respectivos Augustos e então escolher novos Césares para perpetuar as dinastias. Diocleciano enfatizou sua conexão com o poder divino e seu lugar como imperador sênior, tomando o nome de Jovio (semelhante a Júpiter) para si e para Galério, enquanto o nome Hérculio (semelhante a Hércules) foi atribuído a Maximiano e Constâncio.

Sucessos Militares

Livres da constante ameaça da guerra civil, Diocleciano e seus colegas puderam voltar sua atenção para questões de preocupação militar e reforma interna. Constâncio recebeu a tarefa de subjugar o usurpador Caráusio. Ele primeiro derrotou os aliados bárbaros do usurpador; e Caráusio foi assassinado em 293 e, em 296, Constâncio invadiu a Bretanha e restaurou o poder romano em toda a ilha ao sul da Muralha de Adriano. Ele então retornou ao continente e derrotou completamente os alamanos em 298, trazendo muitos anos de paz e tranquilidade para a Gália. Em 296, houve uma revolta no Egito que Diocleciano teve que reprimir e, enquanto estava ocupado, Narses, o rei da Pérsia, aproveitou-se da situação e invadiu a Armênia e a Síria. Galério foi encarregado das operações contra os persas. Ele foi derrotado em 297, mas no ano seguinte ele conseguiu uma vitória esmagadora, incluindo a captura do harém do rei. Ele seguiu isso conquistando a Mesopotâmia e depois forçou os persas a uma paz que reconhecia o domínio romano em todo o Oriente.

Religião e Cultura

Diocleciano era um soldado e ele viu as coisas como um comandante militar. Assim, ele abordou suas reformas de maneira lógica e racional; ele emitiu ordens rigorosas e detalhadas e esperava que fossem obedecidas. Ao marcar consultas, ele preferia outros militares e quase ignorou completamente a classe senatorial, procurando por *equites* e soldados.

Em termos culturais mais amplos, a idade da Tetrarquia preferia uma representação simples e direta: a arquitetura, por exemplo, era poderosa e pesada, sem sofisticação ou vaidade. Escultura é talvez a mais clara indicação do espírito da época: um tanto abstrato e simples, com figuras apresentadas em realismo pesado, quase exagerado - imperadores que todos se parecem, com pescoços grossos, cabelos curtos e barba rala. A representação dos Tetrarcas, um grupo de pórfiro atualmente

em San Marco, em Veneza, é talvez o melhor exemplo dessa abordagem, assim como as muitas moedas e medalhões dos imperadores. O Arco de Galério, em Salónica, proclama igualmente o poder militar dos imperadores, a derrota dos persas e a harmonia entre os deuses e os governantes de Roma em declarações simples e claras.

Assim, autoritarismo, uniformidade, rigidez e apelo à força foram as principais características da época. E estas foram as reações óbvias e talvez necessárias ao colapso e instabilidade do período que veio antes. Além disso, eles provavelmente explicam melhor a reação do imperador aos cristãos e a eclosão da chamada Grande Perseguição, que se tornaria a última tentativa do estado romano de suprimir o cristianismo. Durante a maior parte de seu reinado, Diocleciano havia ignorado os cristãos, enquanto seu colega Galério parecia sempre ter sido hostil para com eles. Diocleciano, talvez inspirado por Galério e quase certamente irritado com a recusa dos cristãos em seguir sua ordem de fazer sacrifícios em nome do imperador, finalmente começou a perseguir os cristãos em 302 (a chamada Grande Perseguição). Ele ordenou que o clero fosse preso e que os livros sagrados cristãos fossem confiscados e destruídos. Houve até uma tentativa de desmascarar cristãos individuais, exigindo que todos os cidadãos do império se sacrificassem. A perseguição foi violenta, mas breve, e antes de sua abdicação em 305, Diocleciano tornou-se ciente de que essa política foi um fracasso e ele começou a relaxar seus termos. A Grande Perseguição, no entanto, abalou os alicerces da igreja cristã, em parte porque um número significativo de cristãos aparentemente se submeteu à vontade imperial e traiu sua fé. Por outro lado, a firme resistência dos mártires e suas mortes, por vezes horríveis, estabelecem um padrão de comportamento e resistência à autoridade imperial que a igreja deveria levar a uma nova era na qual o cristianismo se tornaria a religião dominante.

A Época de Constantino, o Grande

- 306 – Constantino se proclama Imperador
- 312 – Batalha da Ponte Milviana
- 325 – Concílio de Nicéia
- 330 – Fundação de Constantinopla.

A época de Constantino, o Grande, pode razoavelmente ser vista como o divisor de águas entre o antigo Império Romano e o novo Império Bizantino. Tal divisão é, até certo ponto, artificial, dependente da necessidade dos historiadores de transformar o passado em pedaços compreensíveis: muitos elementos da antiga civilização sobreviveram durante séculos no período bizantino, e muitos historiadores consideram Bizâncio como, de fato, uma sobrevivência do mundo antigo. De fato, como vimos, os próprios bizantinos reconheceram sua conexão com o Império Romano e, por todo o Império Bizantino (e mesmo depois de sua queda!), eles continuaram a se referir a si mesmos como "romanos".

Não obstante, está claro que o início do século IV testemunhou muitos fenômenos novos que passaram a caracterizar o Império Bizantino, e o que emergiu dessas mudanças foi uma sociedade significativamente diferente da que havia antes. A mais significativa dessas mudanças foi o surgimento do cristianismo como a religião favorecida (e depois oficial) do Estado e a criação de Constantinopla como o novo centro urbano do império às margens do Bósforo, a meio caminho entre todos os povos e das fronteiras do império. O período também foi marcado por muitas outras mudanças, algumas relacionadas a esses dois fenômenos abrangentes, outras independentes delas, e muitas com profundas raízes nas crises do terceiro século. Essas mudanças não ocorreram em um único momento e muitas delas levaram anos, ou mesmo séculos, para se resolverem, uma das razões que levaram os historiadores a ver o período bizantino, ou pelo menos seus primeiros anos, como sendo de transformação, como ponte entre os mundos antigo e medieval, ou mesmo entre os mundos antigo e moderno.

O Surgimento de Constantino

Em 305, o arranjo do colégio imperial era o seguinte, no Oriente Diocleciano era o Augusto e Galério o seu César, já no Ocidente o Augusto era Maximiano e o César era Constâncio Cloros. Em 1 de maio de 305,

Diocleciano abdicou formalmente na presença de seus soldados em Nicomédia, após um governo de mais de 20 anos que colocou o Estado romano em uma nova fundação. Diocleciano pressionou Maximiano a abdicar ao mesmo tempo, embora esteja claro que o último não estava realmente pronto para fazê-lo.

Pelos acordos já feitos, Galério e Constâncio Cloros se tornaram Augusto. Essas mudanças, é claro, exigiam a nomeação de novos Césares. Tanto Constâncio quanto Maximiano tiveram filhos capazes (Constantino e Maxêncio, respectivamente), que estavam ansiosos para participar do colégio imperial. Galério, no entanto, odiava Maximiano e seu filho, enquanto Diocleciano sempre desconfiava de Constantino, e ele se opunha fortemente à nomeação de filhos para suceder seus pais, uma vez que isso introduziria o princípio da sucessão hereditária no sistema. Como resultado, Maximino Daia, sobrinho de Galério, tornou-se César no Oriente, enquanto Flavius Valerius Severus se tornou César no Ocidente - e o velho Augusto Diocleciano se retirou para seu palácio monumental em Split, na costa da Dalmácia.

Assim de 305 a 308 o Augusto do Oriente era Galério e seu César era Maximinus Daia, e no Ocidente o Augusto era Constâncio Cloros e seu César era Severus. Galério era claramente o homem forte desse sistema, em parte porque tanto Maximino Daia quanto Severo eram seus nomeados e nenhum dos dois era forte o suficiente para agir contra ele. Constantino, o filho de Constâncio, era um refém virtual na corte de Galério, em parte para assegurar a cooperação de Constâncio no novo arranjo.

Como uma de suas primeiras ações, Constâncio realizou uma expedição militar na Grã-Bretanha. Em 306, os pictos, um povo nativo do que é hoje a Escócia, invadiram a Bretanha romana e Constâncio desejou empurrá-los de volta. Ele buscou a permissão de Galério para que Constantino se juntasse a ele em sua campanha e Galério concordou, embora ele talvez tenha mudado de idéia e tentado trazer Constantino de volta.

Constâncio e seu filho chegaram à Grã-Bretanha, mas Constâncio morreu inesperadamente em York, em 25 de julho de 306, lançando o novo arranjo da Tetrarquia em total confusão. Ao longo da história romana, as tropas militares eram normalmente leais aos filhos de seus comandantes, e os soldados de Constâncio não eram exceção. Imediatamente após a morte do Augusto, as tropas proclamaram Constantino como imperador. Constantino escreveu a Galério, pedindo-lhe que ratificasse a situação (isto é, que reconhecesse Constantino como Augusto) e então foi ao sul da Gália

para esperar uma resposta do imperador superior. Galério concordou com um compromisso: Constantino seria reconhecido como César, enquanto Severo seria Augusto. Constantino concordou, e por enquanto o sistema de Diocleciano permaneceu intacto.

Entretanto, em Roma, a Guarda Pretoriana estava descontente com a perda de poder e prestígio, junto com o povo de Roma, que agora estava sendo forçado a pagar impostos. Assim, eles se uniram para proclamar Maxêncio, filho de Maximiano, como César. Maxêncio pediu a seu pai que voltasse da aposentadoria e Maximiano o fez, retomando o título de Augusto. Galério ordenou que Severo atacasse Maxêncio, mas suas tropas se amotinaram e ele fugiu para Ravena, onde foi morto em 307.

Todas as partes concordaram que somente o prestígio de Diocleciano poderia salvar a situação, e Galério organizou uma reunião em Carnuntum em 308, com a participação de Diocleciano e Maximiano. Galério garantiu o apoio dos antigos ex-imperadores para nomear seu velho colega Licínio como Augusto. Licínio havia se destacado como comandante na campanha persa de Galério e, portanto, era um general experiente. Constantino e Maximino Daia foram obrigados a aceitar o posto de Césares. Assim ficou o Oriente com o Augusto Galério e o César Maximinus Daia, e o Ocidente o Augusto Licínio e Constantino como César.

A conferência foi, portanto, dirigida principalmente contra Maxêncio e serviu para isolá-lo dos imperadores "legítimos". Maxêncio, no entanto, permaneceu no controle efetivo de Roma. Constantino, enquanto isso, divorciou-se de sua primeira esposa (Minervina), a mãe de seu filho Crispo, e casou-se com Fausta, a filha de Maximiano (e, portanto, a irmã de Maxêncio). Em 310, no entanto, Constantino abandonou sua adesão à dinastia Hérculiana quando Maximiano tentou um golpe contra ele e foi posteriormente assassinado. Constantino então anunciou que ele era descendente de Cláudio Gótico e, portanto, membro da antiga família imperial romana dos Flavianos. Ao mesmo tempo, ele aparentemente selecionou o deus Sol Invictus (o Sol Invicto) como sua divindade patronal, rompendo assim com o patrocínio religioso de ambas as "famílias" dominantes da Tetrarquia, mas alcançando um dos deuses favorecidos por vários dos militares imperadores do terceiro século. Além disso, o deus do sol era aparentemente popular na Gália, a atual base de poder de Constantino. Durante esse período, Constantino procurou fortalecer seu apoio nessa área, enquanto talvez planejasse uma eventual tentativa de controlar todo o império.

Pouco antes de sua morte em 311, Galério anunciava o fim da

perseguição aos cristãos e a tolerância de todas as religiões por todo o império. Depois de sua morte, a cooperação entre os membros da Tetrarquia se desfez completamente: Maximino Daia tentou tomar as terras que haviam pertencido a Galério, mas teve a oposição de Licínio. Nesta situação, Maximino Daia procurou uma aliança com Maxêncio, enquanto Licínio e Constantino se opuseram a eles.

A Batalha da Ponte Milviana em 312

Assim, no Ocidente, a situação chegou a uma luta entre Constantino e Maxêncio. Este último estava no controle de Roma, que havia sido poderosamente fortificada desde a década de 270 e tinha uma força militar mais forte. Na primavera de 312, Constantino atravessou os Alpes e invadiu a Itália, trazendo consigo uma força de talvez 40.000 soldados. Maxêncio permaneceu em Roma, mas enviou um grande destacamento de cavalaria contra Constantino. Este foi derrotado perto de Turim e todas as cidades do norte da Itália abriram suas portas para Constantino. Quando Constantino marchou para o sul, Maxêncio preparou suas defesas dentro da cidade, destruindo a velha Ponte Milviana (do outro lado do Tibre, no Caminho Flamenino); em seu lugar, Maxentius construiu uma ponte flutuante estreita, composta de duas seções unidas por uma corrente. Constantino, enquanto isso, acampou ao norte da cidade. Lá ou em algum lugar antes de sua marcha, aparentemente um evento notável aconteceu a Constantino, que teria efeitos de longo prazo na história do mundo. Lactantius e Eusébio apresentam relatos variados do que realmente aconteceu, e provavelmente nunca saberemos a verdade da questão: de acordo com a tradição posterior, em *“A Vida de de Constantino”* de Eusébio, o imperador testemunhou uma cruz de luz no céu com as palavra “vitória” escrito por baixo. Constantino, então, independentemente de como ele entendeu, usou a cruz (ou alguma variante) como um símbolo para suas tropas a partir de agora.

Quando Constantino se aproximou da cidade, Maxêncio fez um erro fatal. Em vez de permanecer dentro da segurança das muralhas de Roma, ele decidiu levar suas tropas para fora da cidade para enfrentar Constantino. Nisso ele pode ter sido influenciado por presságios religiosos ou pelo perigo de uma revolta popular. Independentemente disso, ele colocou seu exército em uma situação insustentável com as montanhas à sua esquerda e o rio à sua direita, e as forças de Constantino em frente. Nesta situação, Constantino atacou e conquistou uma vitória esmagadora.

As tropas de Maxêncio foram empurradas de volta contra a ponte estreita e muitas delas - incluindo o próprio Maxêncio - foram mortas. No dia seguinte, Constantino entrou na cidade em vitória, onde foi saudado como libertador pelo Senado e pelo povo de Roma.

A “Conversão” de Constantino

É completamente impossível determinar quando, e como, Constantino foi convertido ao cristianismo. A questão real é a definição: o que significa ser cristão e o que se quer dizer por conversão. Certamente, não devemos supor que Constantino tenha tido o tipo de experiência pessoal e mudança de atitude que se quer dizer pela conversão em um contexto cristão moderno. E Constantino foi uma figura tão significativa para o cristianismo posterior - como o primeiro imperador cristão - que ele é em muitos aspectos mais uma figura do mito do que da história. Alguns dos conselheiros cristãos de Constantino, pessoas como Hosius de Córdoba, certamente desempenharam um papel importante em explicar a Constantino que ele havia conquistado sua vitória sobre Maxêncio através do poder de Cristo e que o milagre da cruz no céu era o sinal de Deus para ele. Eles também certamente indicaram ao imperador que ele tinha deveres específicos como resultado de sua lealdade ao cristianismo.

Não há dúvida de que, a partir de 312, Constantino favoreceu a igreja cristã e ofereceu a ela considerável riqueza. Ele claramente se envolveu profundamente nas controvérsias religiosas da época e favoreceu os cristãos no emprego do estado. Ao mesmo tempo, Constantino continuou a ocupar o cargo de *pontifex maximus* (sacerdote principal da religião do estado), e símbolos pagãos continuaram a aparecer em suas moedas, pelo menos até 323. Constantino foi finalmente batizado, mas apenas em seu leito de morte em 337. Isso, no entanto, não era uma situação incomum, e muitos indivíduos que estavam firmemente comprometidos com o cristianismo atrasaram o batismo até pouco antes de morrerem. Tudo somado, então, é muito difícil avaliar o quais os sentimentos e atitudes pessoais de Constantino para com a religião. Lactantius, que escreveu cerca de um ano após a batalha, estava ciente de que algum evento religioso havia sido associado a esse evento, mas seu relato é impreciso e incerto. Quase ao mesmo tempo, o senado romano, desejando se aproximar do novo governante de Roma e compensar seu apoio a Maxêncio, erigiu um arco triunfal que ainda se encontra entre o fórum e o Coliseu. A inscrição, que os senadores sabiam que tinha que ser aceitável a

Constantino, diz que a vitória do imperador se deveu à “grandeza de sua mente” e à “inspiração da divindade”. O uso do singular aqui e a falta de referência a os deuses tradicionais do panteão romano são sugestivos do movimento de Constantino em direção ao cristianismo, embora a inscrição obviamente careça dos detalhes que marcariam o mito plenamente desenvolvido da cruz milagrosa que aparentemente já estava circulando antes da morte de Constantino.

Constantino se reuniu com Licinius em 313 em Milão, e depois de marchar para a Gália para lidar com uma incursão franca, Maximino Daia aproveitou a oportunidade para se mudar para o território de Licínio na Trácia. Licínio derrotou Maximino em batalha perto de Adrianópolis e Maximino morreu pouco depois na Ásia Menor.

Império Dividido Entre Constantino e Licinius: 314 – 324

A partir deste ponto, o império foi dividido entre o Oriente e o Ocidente. Houve tensões desde o início e a guerra estourou em 316, mas isso resultou em um acordo quando Licínio concordou em deixar todo o Ocidente (com exceção da Trácia) para Constantino. A situação continuou a deteriorar-se, no entanto, agravada pela decisão de Licinius de retomar a perseguição aos cristãos. Constantino se tornara cada vez mais aberto em seu apoio ao cristianismo, e Licínio talvez sentisse que a igreja em seu território era uma força leal a Constantino, e não a ele próprio. A perseguição de Licínio deu a Constantino a desculpa que ele precisava para iniciar a guerra. Além disso, quando os godos invadiram a Mésia e a Trácia em 323, Constantino repeliu-os, atravessando deliberadamente o território de Licínio. Seguiu-se uma curta guerra que terminou com a derrota de Licinius em 324. Como resultado da intervenção de Constantia, a vida de Licinius foi inicialmente poupada, mas seis meses depois ele foi morto. Constantino era governante de um império indiviso.

O Reinado Indivisível de Constantino, o Grande

Depois de 324, Constantino continuou as reformas que Diocleciano havia instituído e ele completou o sistema governamental que dominaria o mundo bizantino por muitos séculos. Enquanto isso, sua aliança com a igreja cristã continuou a se tornar mais importante - e mais complexa - na política imperial. Constantino descobriu em uma data precoce que os benefícios que ele obteve de seu apoio ao cristianismo carregavam consigo

responsabilidades reais.

Heresia

Um dos fenômenos mais importantes nesse período é o que chamamos de “heresia”. Esse termo é um pouco enganador, pois implica um julgamento de quem está “errado” (os hereges) e quem está “certo” (o ortodoxo) em termos religiosos. A palavra é geralmente destinada a indicar um ensinamento ou um grupo que contém crenças religiosas “incorretas”. O que isto significa, é claro, é até certo ponto uma questão de opinião ou uma questão de definição: qualquer grupo que discorda da igreja “ortodoxa” é “herético”, mas heresias quase sempre surgiram em situações em que nenhuma posição oficial havia sido ainda ocupada, assim, em termos práticos, a heresia significava a posição que foi finalmente condenada pela igreja oficial ou ortodoxa, muitas vezes após considerável debate e acordos. O conceito de heresia é compreensível apenas em uma tradição religiosa exclusivista, onde há uma suposição de que um conjunto de crenças está correto e que todos os outros estão errados (assim, a idéia de heresia não teria surgido em um contexto romano anterior). Além disso, deve ser entendido que no cristianismo desta época (e de muitos outros períodos também) a salvação não era vista simplesmente como uma questão de aceitar o plano de Deus para a humanidade ou mesmo de viver uma boa vida e evitar o pecado; antes, a salvação só era possível para aqueles que aceitavam os ensinamentos “corretos” do cristianismo, assim sendo, aqueles eram definidos em última análise.

A heresia tinha sido um problema no cristianismo desde o começo, já que é claro que as pessoas freqüentemente tinham diferentes entendimentos das idéias básicas da crença cristã. Não obstante, desde o tempo de Constantino, o problema da heresia adquiriu um novo significado, em parte porque o Estado se envolveu profundamente. Além disso, à medida que o cristianismo passou a aceitar as tradições e a terminologia da cultura clássica, a teologia cristã foi expressa em termos derivados das escolas da filosofia “pagã” (isto é, pré-cristã). Isso teria enormes ramificações, uma vez que significava que as idéias cristãs usariam e preservariam as tradições do pensamento clássico, e que as discussões sobre a verdade cristã seriam colocadas na estrutura já antiga do mundo greco-romano. Ao mesmo tempo, as diferenças acadêmicas entre as várias escolas de filosofia clássica viriam então a caracterizar os debates entre os teólogos cristãos, o que elevaria o conteúdo intelectual do

debate, ao mesmo tempo que endurecia as diferenças entre os vários lados, uma vez que cada um deles chegava ao debate em controvérsia com significativos preconceitos intelectuais e abordagens para a definição da verdade. Além disso, essas questões não eram simplesmente disputas acadêmicas ou teológicas, pois envolviam questões de salvação pessoal e, embora os crentes comuns talvez não fossem capazes de compreender as diferenças sutis entre as várias posições teológicas, eles claramente entenderam que sua própria salvação não dependia disso somente em sua aceitação da posição “correta”, mas também no triunfo dessa posição na sociedade como um todo. Assim, o debate teológico, a tentativa de determinar a “verdade” teológica e divisões significativas entre os líderes da igreja e seus seguidores eram características importantes da época. Se Constantino esperava que o cristianismo trouxesse unidade ao Império Romano, ele deve ter ficado tristemente desapontado.

Donatismo

Quase imediatamente após a Batalha da Ponte Milviana, Constantino se deparou com a controvérsia religiosa sobre o Donatismo, que havia dividido seriamente a Igreja da África. O donatismo surgiu após as perseguições sob Diocleciano, quando muitos cristãos aparentemente cederam aos perseguidores e negaram sua fé ou entregaram livros sagrados aos oficiais do estado. Quando estes *traditores* (aqueles que falharam no teste de sua fé) pediram perdão e reintegração na igreja, alguns bispos estavam dispostos a perdoá-los, enquanto outros mantiveram um padrão mais estrito e se recusaram a fazê-lo, dizendo que seu sério pecado não poderia ser perdoado. O líder deste último movimento foi um sacerdote de Cartago de nome Donato, que condenou a prática de permitir que os *traditores* retomassem suas funções. De certo modo, os donatistas, como vieram a ser chamados, tinham uma visão diferente da natureza da igreja do que os ortodoxos. Os donatistas pensavam que a igreja deveria ser composta apenas dos "santos", que viviam uma vida santa; os ortodoxos, por outro lado, sentiam que a igreja tinha o poder de perdoar todos os pecados e que aqueles que pecaram deveriam ser perdoados desde que se arrependessem de seus erros.

A disputa na África surgiu quando os donatistas levantaram objeções a Ceciliano, o bispo de Cartago, que estava disposto a perdoar os *traditores* e até recebê-los de volta no clero. O bispo de Roma (o papa) havia apoiado Ceciliano, mas os donatistas rejeitaram essa decisão e elegeram Donato

mesmo como bispo de Cartago. Em muitos aspectos, o donatismo pode, portanto, ser visto como um cisma (uma divisão administrativa dentro da igreja) ao invés de uma heresia, uma vez que se trata principalmente de assuntos disciplinares e organizacionais dentro da igreja. No entanto, a negação de que a igreja tinha o poder de perdoar certos pecados e de que os sacramentos realizados pelos sacerdotes pecadores eram inválidos tinha importantes ramificações teológicas. Os historiadores há muito se perguntavam sobre o poder do donatismo no norte da África (praticamente não havia defensores em outros lugares) e sua disseminação no interior da África. W. H. C. Frend argumentou que o Donatismo era essencialmente um movimento social ou mesmo cultural, um meio pelo qual a população “nativa” (pré-romana) do Norte da África poderia expressar sua oposição a Roma e a romanização forçada. A maioria das autoridades hoje não concorda com essa visão e vê o donatismo como um movimento puramente religioso.

Constantino se envolveu na controvérsia donatista quando procurou restaurar a propriedade da igreja africana aos seus legítimos proprietários em 313: qual dos dois bispos era o legítimo representante da igreja? Constantino, a princípio, simplesmente pediu às duas partes que resolvessem suas diferenças e vivessem em paz - mas isso naturalmente não funcionou. Em seguida, ele convocou dois conselhos para a igreja, em 313 e 314, e estes se voltaram contra os donatistas. Os donatistas apelaram diretamente ao imperador, que também finalmente decidiu que os "ortodoxos" estavam certos. Quando se recusaram a se submeter, Constantino ordenou que o exército forçasse os donatistas à submissão - a primeira perseguição oficial realizada em favor do cristianismo. Os donatistas sofreram o martírio com o mesmo zelo dos primeiros cristãos, e Constantino finalmente desistiu. O donatismo permaneceu assim um movimento vital, a igreja foi oficialmente dividida, e a primeira experiência de Constantino com a heresia não foi de todo positiva.

Arianismo

Enquanto isso, em Alexandria, outro tipo de heresia cresceu. Alexandria era o centro intelectual do Mediterrâneo oriental, se não de todo o império, e os cristãos da cidade já tinham uma reputação de acalorado debate sobre a natureza de sua religião. Já havia fortes tradições intelectuais cristãs, baseadas principalmente nas escolas filosóficas da antiguidade. A visão dominante em Alexandria foi concebida por Orígenes

e baseada em grande parte nas idéias do neoplatonismo. Entre os principais aspectos desse ensino, havia uma leitura alegórica e espiritual (ou seja, não necessariamente literal) das Escrituras e uma ênfase no poder absoluto e na “alteridade” de Deus.

Arius, um sacerdote de Alexandria, discordou de muitos dos ensinamentos desta tradição e desejou enfatizar a humanidade de Cristo, em distinção à divindade de Deus o Pai. Assim, a controvérsia que resultou foi ligada estreitamente com a natureza da Trindade, especialmente as relações entre os membros da Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). Árius ensinou que Cristo (o Filho) não era tão plenamente Deus como o Pai, e que ele fora criado pelo Pai. Este ensinamento foi condenado por Alexandre, o bispo de Alexandria, e uma enorme controvérsia se seguiu. Isso atraiu a atenção de Licínio, então governante do Oriente, e em 320 ele usou a controvérsia como uma desculpa para retomar a perseguição aos cristãos.

Depois que ele derrotou Licinius em 324, Constantino teve que lidar com o problema do arianismo. Como ele tinha na controvérsia donatista, Constantino parece ter pensado que uma solução poderia ser encontrada se ambos os lados simplesmente procurassem um terreno comum, e ele escreveu cartas pedindo compromisso e harmonia. Quando isto faliu Constantino decidiu chamar um concílio de todos os bispos do império para decidir o assunto. Na linguagem bizantina, o império era comumente visto como o *oikoumene* (o "universo" ou o que se poderia chamar de "mundo civilizado"); por isso, tal concílio foi chamado de "todo o império" ou "ecumênico". A prática de discutir questões difíceis nos concílios da igreja já tinha uma longa história (voltando, pode-se argumentar, aos tempos do Novo Testamento), mas estes sempre foram locais. Constantino provavelmente via o concílio como algo similar ao Senado romano, um fórum de discussão entre os líderes de que o imperador poderia dominar como uma demonstração de sua própria autoridade. A esse respeito, ele obviamente entendeu mal a profundidade dos sentimentos em assuntos doutrinários e a importância que eles receberam tanto dos líderes da igreja quanto dos leigos.

O primeiro Concílio Ecumênico foi aberto em Nicéia (na Bitínia) em 20 de maio de 325. O imperador presidiu pessoalmente a cerimônia de abertura e apresentou um discurso no qual ele proclamou sua própria fé e suplicou aos pais que restaurassem a unidade da igreja. A política do conselho era complexa e o compromisso era impossível. Por uma razão ou outra, os opositores de Arius decidiram que o importante era que Arius

fosse condenado, e procuraram uma declaração que dividisse claramente os dois lados. Finalmente, um credo foi desenvolvido (o chamado Credo Niceno), que os arianos não aceitariam. Isto dizia que Cristo (o Filho) foi “gerado, não feito, da mesma substância (*homoousios*)” com o Pai. Isto significa que o Pai e o Filho foram declarados como sendo igualmente Deus e que ambos existiram (junto com o Espírito Santo) por toda a eternidade. O Concílio de Nicéia também passou a definir outras questões, como a data da Páscoa (como é definida ainda hoje - o primeiro domingo após a primeira lua cheia após o equinócio da primavera) e 20 cânones (regras) para o governo da Igreja.

O concílio, no entanto, teve conseqüências lamentáveis, uma vez que os arianos não desistiram e nem aceitaram a decisão ortodoxa. Em vez disso, eles afirmavam que estavam certos e que os ortodoxos eram os hereges. Esse impasse era perturbador para Constantino, já que ele esperava que o conselho produzisse unidade, e acreditava que Deus o havia encarregado de proteger a unidade da igreja e garantir que os hereges fossem convertidos de suas falsas crenças. A disputa continuada também levantou a questão perturbadora de como Deus finalmente permitiu que a heresia existisse e até floresça: se os arianos estivessem errados, por que Deus não os destruiria? Imperadores do futuro, e até o próprio Constantino, fizeram a mesma pergunta e não puderam encontrar uma boa resposta.

A Fundação de Constantinopla em 330

Durante suas guerras com Licínio, Constantino ficou impressionado com a localização natural de Bizâncio, na ponta mais oriental da Europa, voltada para a Ásia, no estreito estreito de Bósforo. Após sua vitória, Constantino queria construir uma cidade como um monumento ao seu sucesso militar, seguindo uma tradição de grandes comandantes desde a época de Alexandre, o Grande. No início, ele considerou a refundação de Tróia, mas estabeleceu-se em Bizâncio, em parte porque ficou impressionado com a sua configuração física no Bósforo e cercada em três lados pela água. Além disso, ele não pode estar inconsciente de sua localização, quase exatamente a meio caminho entre as fronteiras oriental e ocidental e sobre as encruzilhadas naturais de todo o império. Segundo a tradição, Constantino estabeleceu o circuito da cidade, guiado pessoalmente por um anjo: a cidade era de fato enorme, muitas vezes do tamanho da antiga Bizâncio, e protegida em seu lado terrestre por uma

parede poderosa.

De 324 até a dedicação da cidade em 330, Constantino não poupou gastos no planejamento e na decoração deste novo centro, despojando muitos grandes monumentos do mundo antigo a fim de criar uma cidade bela, digna de si e da nova ordem que ele procurava criar. Ele deliberadamente queria duplicar as características da Roma antiga, das sete colinas até o fórum, e uma população que estava isenta de impostos e fornecia entretenimento luxuoso e comida de graça. O nome oficial da cidade sempre foi *Nea Roma* (Nova Roma), embora também fosse chamada Constantinopla, a cidade de Constantino.

Constantino lançou as bases para muitos dos grandes edifícios que enfeitavam a nova cidade: o Grande Palácio, a catedral de Hagia Sophia, a universidade, hipódromos, banhos e numerosas outras igrejas, incluindo seu próprio local de sepultamento, a igreja de os Santos Apóstolos. Em 11 de maio de 330 a cidade foi dedicada, em meio a muita celebração e fanfarra.

Constantino certamente não procurou construir uma nova capital nem mover a capital de Roma para o Oriente. A própria idéia de um "capital" era, de fato, estranha à mente romana, mas a localização de Constantinopla destinava a cidade à grandeza. A defesa natural proporcionada pelas águas do Bósforo foi também para ajudar a cidade muitas vezes a resistir às hordas de bárbaros que se chocaram contra ela ao longo dos séculos. Além disso, a maior parte dos sucessores de Constantino, pelo resto do século, permaneceu principalmente em Constantinopla, e isso teve ramificações importantes no enfoque das instituições bizantinas emergentes na nova cidade imperial. Assim, a fundação de Constantinopla, juntamente com a ligação da igreja cristã com o estado romano, foi certamente uma das realizações mais duradouras do primeiro imperador bizantino.

A Morte de Constantino em 337

Os últimos anos de Constantino foram marcados por tragédia pessoal e dúvidas, em parte devido à percepção de que sua política em Nicéia foi um fracasso. Deus certamente o recompensou por sua "piedade" por uma seqüência ininterrupta de vitórias militares e estabilidade dentro do império, mas Constantino certamente deve ter se perguntado por que o arianismo continuava a florescer, mesmo depois de sua condenação em 325.

Em 337, Constantino marchou contra os persas em retaliação por seu

ataque à Arábia. No caminho, ele de repente adoeceu e voltou para Constantinopla. Chegando a Nicomédia, ele sentiu que o fim estava próximo e convocou o bispo Eusébio de Nicomédia e foi batizado. Pouco depois ele morreu e foi sepultado na igreja dos Santos Apóstolos, como ele desejava. O legado de Constantino é enorme e é lamentável que as fontes realmente não nos permitam abordá-lo como pessoa, já que ele se fundiu tão completamente a uma figura mítica que já estava sendo criada durante sua vida. Como indivíduos como Aquiles, Alexandre, o Grande e Augusto, sua personalidade e os motivos reais de Constantino provavelmente estão além da nossa capacidade de entender completamente, mas não pode haver dúvida sobre o efeito poderoso que seu reinado teve nos eventos subsequentes.

O Quarto Século: De Constâncio II a Teodósio I

361 – Juliano, o Apostata, se torna Imperador.

378 – Batalha de Adrianópolis

381 – Concílio de Constantinopla

As conquistas de Diocleciano e Constantino foram reais e revolucionárias em muitos aspectos. Não obstante, não havia como saber se as reformas sobreviveriam e continuariam a guiar o império para o futuro. A tarefa de dar continuidade, solidificar a situação e concretizar essas reformas foi deixada para os sucessores de Constantino. Estes determinariam, por exemplo, se o cristianismo permaneceria como a religião do império ou se haveria um retorno ao politeísmo clássico.

Os Filhos de Constantino

Por incrível que pareça, Constantino não havia tomado providências seguras para sua sucessão. Para ter certeza, seus três filhos sobreviventes foram todos feitos Césares: Constantino II (em 316), Constâncio II (em 326) e Constante (em 336). Todos os três eram filhos de Constantino e Fausta. Mas Constantino também elevara seus dois sobrinhos, Dalmácio e Hanibaliano, ao posto de César. Os Césares foram enviados para várias partes do império, onde todos ganharam experiência, governando em nome de Constantino. Hanibalianus, curiosamente, foi nomeado rei da Armênia.

Após a morte de Constantino, em 337, houve um período de notável indecisão, durando quatro meses, que mostrava que não estava claro quem realmente tomaria o poder e governaria o império. Por uma razão ou outra, surgiram rumores de que os meio-irmãos de Constantino o haviam envenenado, e histórias de conspirações se espalharam por todo o império. As tropas, no entanto, finalmente fizeram sua opinião e juraram que não apoiariam ninguém além dos filhos de Constantino. Conseqüentemente, ocorreu um massacre: Dalmatius e Hannibalianus foram assassinados, juntamente com todos os membros de suas famílias, com a exceção de dois jovens filhos do meio-irmão de Constantino, Julius Constantius, Galo e Juliano.

Os filhos de Constantino foram formalmente reconhecidos como *Augusti*: Constantino II tinha 21 anos, Constâncio II 20 e Constante I 17. O império foi então dividido: Constantino II recebeu a parte ocidental do império, Constante manteve a Itália, a África e a Ilíria, e Constâncio II deveria controlar o Oriente. Uma disputa logo eclodiu entre os irmãos. Em 340, Constantino II atacou Constante, mas ele foi derrotado e morto; Constantino herdou o território de seu irmão e controlou todo o Ocidente. Enquanto Constantino estava ocupado em defender a fronteira romana na Grã-Bretanha e na Alemanha, Constâncio II teve que lidar com uma Pérsia revitalizada sob o ambicioso Shapur II (309-79). Uma guerra longa e difícil na Mesopotâmia foi encerrada por um tratado em 350. No Ocidente Constantino ganhou o descontentamento das tropas por causa de sua dureza, e em 350 ele foi derrubado e morto em uma insurreição liderada pelo oficial Magnêncio, que era de Origem

germânica. Três pretendentes surgiram para o trono: Magnêncio, Vetrânio (o *magister militum*) e Nepotianus, sobrinho de Constantino. Magnêncio emergiu da luta e ganhou o controle do Ocidente. Constâncio recusou-se a reconhecê-lo, marchou para o oeste e envolveu-o em uma série de batalhas de 351 em diante, o que finalmente resultou na derrota e morte de Magnêncio. Por volta de 353, Constâncio II era governante de um império indiviso.

Constâncio II escolheu Galo - um dos dois sobrinhos que sobreviveu ao massacre - e fez dele César. Galo era casado com Constantia, irmã de Constâncio, e foi enviado para lidar com a fronteira persa. Seu sucesso contra os persas, no entanto, bem como seu temperamento, excitou a inveja e a desconfiança de Constâncio. O imperador lembrou de Galo e mandou executá-lo em 354.

Constâncio em seguida voltou-se para o meio-irmão mais novo de Galo, Juliano, que recebeu o título de *Caesar* em 355 (aos 23 anos). Embora Juliano não tivesse experiência militar anterior e tivesse passado quase todo o seu tempo no estudo da literatura e da filosofia, ele logo se tornou um comandante popular e bem-sucedido. Ele foi capaz de derrotar uma insurreição militar na Gália e garantir a estabilidade da fronteira na Grã-Bretanha e ao longo do Reno, contra os alamanos e francos (357-9). Constâncio, no entanto, desconfiava do sucesso de Juliano e, no início de 361, ordenou que a maior parte das tropas do César deixasse a Gália e se mudasse para a fronteira oriental. Recusando-se a deixar suas casas no Ocidente, os exércitos se revoltaram e proclamaram Juliano como imperador, supostamente contra sua vontade. Juliano buscou a aprovação de Constâncio para seu novo status como *Augustus*, mas o velho imperador recusou. Em 361, os dois exércitos marcharam um contra o outro em busca de uma batalha para decidir a questão, mas Constâncio de repente e inesperadamente ficou doente e morreu. Ele não teve filhos e Juliano tornou-se imperador de todo o império.

Enquanto isso, a controvérsia ariana continuou causando dificuldades nos anos após a morte de Constantino. No Ocidente, as decisões do Concílio de Nicéia foram mais ou menos aceitas, mas no Oriente a opinião foi dividida. Atanásio, bispo de Alexandria, manteve uma política linha dura para que as pessoas aceitassem os ensinamentos de Nicéia de que o Filho [Jesus] era *homoousios* (da mesma substância) com o Pai (assim os defensores do concílio são chamados *homoousianos*). Os imperadores Constantino II e Constante I geralmente apoiavam Nicéia, enquanto Constâncio II apoiava o arianismo. Havia, no entanto, muitas nuances do arianismo: os “semi-arianos” surgiram em parte como resultado de tentativas de encontrar um compromisso sobre essa questão difícil. Constâncio era um ariano moderado, mas o bispo Makedonios de Constantinopla era mais militante e estava bastante disposto a perseguir os niceirianos, algo ao qual o imperador ocasionalmente concordava e pelo qual ele era desfavoravelmente lembrado pela tradição ortodoxa. De um modo geral, Constâncio II procurou encontrar alguma fórmula para o compromisso e convocou vários concílios para esse fim, mas todos falharam. Não surpreendentemente, os bispos estavam no centro da controvérsia e muitos deles assumiram posições que não permitiam o compromisso. O caso mais famoso a esse respeito foi Atanásio de Alexandria, e Constâncio o exilou e reintegrou várias vezes.

Constâncio II e seus irmãos, diferentemente de seu pai, foram criados como

cristãos e aceitaram sem questionar sua responsabilidade, diante de Deus, de defender a igreja e, mais especificamente, manter a unidade da fé através da eliminação da heresia. Apesar da controvérsia sobre o arianismo, houve relativa estabilidade política durante o quarto de século após a morte de Constantino, e isso foi certamente importante no triunfo do cristianismo no império.

Constâncio II foi influente no desenvolvimento de Constantinopla; ele elevou o prestígio do Senado e concedeu aos senadores orientais um nível igual ao de Roma. Constâncio também construiu a primeira igreja de Hagia Sophia (Agia Sofia, Aya Sofia) em Constantinopla, a igreja que se tornaria quase sinônimo do próprio império. Fontes literárias posteriores glorificam Constantino como o fundador do "sistema" bizantino, dominado pelo imperador e pelo patriarca de Constantinopla (como o bispo de Constantinopla veio a ser chamado), mas é claro que grande parte da responsabilidade deve ser concedida a Constâncio II, cujo longo reinado regularizou o novo arranjo e o tornou a norma.

Juliano, o Apóstata (361 – 363)

Juliano, o “Apóstata”, sempre permanecerá uma figura misteriosa e controversa, admirada por alguns, mas temida e detestada por outros. Seu reinado foi uma séria ameaça para o sistema constantiniano e para o domínio do cristianismo, e nunca se saberá o que poderia ter acontecido se seu reino não tivesse sido tão curto.

Juliano, como os outros membros de sua família, fora educado como cristão, e até mesmo recebera ordens clericais mais baixas (como "leitor" - ou "leitor" - na igreja). Ele havia estudado com o bispo Jorge de Capadócia, mas era particularmente atraído pelo aprendizado, literatura e literatura helênica (ou seja, filosofia clássica, pagã). Ele estudou retórica em Pérgamo e filosofia nas famosas escolas de Atenas. É impossível saber exatamente quando Juliano decidiu romper com o cristianismo e colocar em prática suas inclinações pagãs, mas logo após a morte de Constâncio II, ele cancelou oficialmente as leis emitidas contra práticas pagãs. As bases da política de Juliano eram sua atração filosófica e pessoal pelo helenismo clássico e sua hostilidade em relação às políticas de Constantino e sua família. Este último provavelmente surgiu como uma reação ao terrível massacre de sua família em 337, mas o primeiro parece ter sido uma preferência pessoal genuína, profundamente assentada na própria experiência de Juliano e em sua educação no mundo da antiguidade clássica. O paganismo de Juliano era uma mistura curiosa de preferência intelectual pela literatura clássica e uma superstição grosseira, baseada aparentemente na influência de alguns dos "sofistas" que o rodeavam. Alguns deles eram intelectuais genuínos, mas outros eram teurgistas, "homens santos" vagamente ligados ao neoplatonismo, que, no seu melhor exemplo, Iamblichos e Proklos, buscavam a união com Deus por meio de rituais religiosos ou orações. Na pior das hipóteses, porém, os teurgistas eram charlatões que usavam magia, fraude e prestidigitação para enganar os crédulos. O teurgo Maximos, a quem Juliano aparentemente encontrou em Pérgamo, foi um dos mais notórios deles, e ele teve considerável influência sobre o jovem príncipe. Juliano foi iniciado nos mistérios sagrados em Éfeso e depois em Eleusis (perto de Atenas), e ele convidou Maximos para se juntar a ele na corte.

Juliano não perseguiu abertamente os cristãos, mas ofereceu tolerância a todos, incluindo hereges e judeus. Ele encorajou o último a reconstruir o Templo em Jerusalém (convidando a todos os tipos de expectativas apocalípticas do fim do mundo), sabendo que isso confundiria os cristãos, que geralmente acreditavam que a destruição do Templo em 70 d.C cumprira uma profecia de Cristo e demonstrou que Deus havia abandonado os judeus. Ele também sabia que a tolerância aos hereges levaria rapidamente a lutas internas e até derramamento de sangue entre os cristãos, e ele estava correto nessa expectativa. Ele acreditava na superioridade do politeísmo e pensava que, se as pessoas tivessem uma escolha livre, elas rapidamente abandonariam o cristianismo e voltariam ao politeísmo, e, é claro, muitos o fizeram. Mas Juliano também procurou reformular e revigorar o politeísmo, unificando e organizando-o, e encorajando o sacerdócio a dar um bom exemplo de caridade e comportamento adequado. Sua religião era essencialmente monoteísta e filosófica, embora, mais uma vez, suas idéias também fossem influenciadas pela magia, pelo emocionalismo e pela superstição. A única crítica séria de suas políticas, feita por pagãos e cristãos, foi que ele proibiu os cristãos de ensinar nas escolas - dizendo que eles poderiam se aposentar e ensinar os Evangelhos! Muitos desses professores cristãos transformaram seus talentos em outras tarefas, incluindo Apolinário e seu filho com o mesmo nome, que começaram a transformar os Evangelhos em um verso clássico apropriado.

Juliano também teve visões políticas que, segundo ele, remontam aos "grandes" dias do antigo Império Romano. Assim, ele desejava evitar as armadilhas do poder imperial que tinham sido usadas desde o reinado de Diocleciano, e até desejava se ver, como o imperador Augusto havia feito, como um "primeiro cidadão" e não como um déspota. Em vez de regalia imperial, Juliano usava roupas simples e barba, mostrando-se um "filósofo" tanto quanto um imperador. Ele percebeu que as cidades do império tinham sido o núcleo da estrutura política romana e ele queria vê-las revividas, juntamente com a aristocracia urbana local, os *curiales*. Ele restaurou às cidades as propriedades que Constantino confiscou e encorajou os aristocratas locais a retomar seus lugares como líderes da sociedade.

Julian rapidamente voltou sua atenção para os assuntos militares e, em 363, ele preparou uma grande campanha contra a Pérsia. Enquanto preparava a expedição, tentou conquistar os habitantes de Antioquia com seu tipo de politeísmo. Os antioquenos, no entanto, recusaram-se a ouvir e apenas riram do imperador e chamaram-no de nomes. A campanha militar de Juliano foi, a princípio, um sucesso brilhante. O exército romano avançou para o interior da Pérsia e até atacou a capital persa de Ctesifonte. Enquanto reunia suas tropas, no entanto, Juliano foi misteriosamente atingido por uma lança e logo depois morreu (26 de junho de 363), interrompendo assim a campanha militar e colocando uma parada repentina em seu programa mais amplo de política. O sucessor de Juliano, Joviano, era cristão, e sua política religiosa retornou à direção estabelecida anteriormente por Constantino e seus filhos. Nós nunca saberemos o que teria acontecido se Juliano tivesse um reinado mais longo.

Joviano (363 – 364)

A morte repentina de Juliano deixou um vazio de poder no mundo romano. Praticamente todos os membros da família de Constantino estavam mortos, e Juliano se recusara a nomear um sucessor. Pouco depois de sua morte, os altos comandantes militares se reuniram para selecionar o próximo imperador (lembre-se que o exército estava em campanha profunda em território persa na época). Sua primeira escolha foi Salutius Secundus, prefeito pretoriano do Oriente e um pagão moderado. Ele era, no entanto, bastante velho e ele recusou a posição. A segunda opção dos comandantes era o cristão Joviano, um oficial da guarda do palácio (*domestici et protectores*); ele aceitou a posição, com algum receio. Quase imediatamente após sua ascensão, Joviano concordou com a paz com Shapur, o rei persa, permitindo-lhe a liberdade de retornar a Constantinopla para assegurar seu trono. O tratado era "vergonhoso", uma vez que desistiu, não apenas de tudo o que Juliano acabara de ganhar, mas praticamente de todas as conquistas romanas desde a época de Septímio Severo. Isso envolveu a rendição de Nisibis, a mais importante fortaleza militar romana no Oriente, e todo o território além do Tigre. Joviano abandonou o protetorado romano na Armênia e concordou em pagar aos persas um grande subsídio em ouro.

Joviano rescindiu a legislação impopular de Juliano contra os cristãos e ele favoreceu abertamente a igreja cristã mais uma vez. Ele, no entanto, não perseguiu os pagãos, mas permitiu que todos adorassem como bem entendessem. Joviano morreu repentinamente, em 17 de fevereiro de 364, tendo reinado por apenas oito meses.

Valentiniano I (364 –375) e Valente (364 –378)

Os comandantes militares reuniram-se novamente em Nicéia e escolheram um endurecido e bem-sucedido comandante de ascendência panônica, Flavius Valentinianus, conhecido em inglês [português] como Valentiniano I. De um ponto de vista, essa sucessão relativamente ordenada era uma indicação da estabilidade da estrutura política contemporânea. Valentiniano, que tinha 43 anos na época, era rude e mal educado, mas ele era um ativista enérgico e como imperador ele estava quase constantemente em campanha. Dentro de seis meses de sua ascensão, o exército suplicou a Valentiniano que escolhesse um colega para ajudá-lo a governar o império, e escolheu seu irmão mais novo, Valente, que tinha 36 anos de idade. Valentiniano governou no Ocidente, a partir de sua residência imperial, primeiro em Milão e depois em Trier, enquanto Valente governava o Oriente, de sua residência em Antioquia.

Valentiniano concentrou sua atenção na fronteira do Reno, onde ele derrotou e pacificou os francos e alamanos; ele também derrotou os pictos e escoceses na Grã-Bretanha, junto com piratas francos e saxões. Ele também realizou campanhas contra os mouros no norte da África. Valente, enquanto isso, lutou contra os godos na Trácia, e em 371 ele voltou sua atenção para a fronteira persa, onde ele foi capaz de restabelecer a influência romana na Armênia. Em 365, um parente distante de Juliano, Prokopios, rebelou-se e ganhou o apoio de um líder gótico, Atanarico; Valente abateu a revolta com severidade especial.

Tanto Valentiniano quanto Valente favoreceram os soldados, especialmente os

panonianos, em sua administração, em vez de aristocratas e letrados. Eles aumentaram enormemente o tamanho da ordem senatorial, incluindo dentro desse grupo muitos indivíduos de origem camponesa - ou mesmo bárbara - devido à sua capacidade militar. Durante este período os problemas das cidades tornaram-se críticos e o papel dos curiais especialmente difícil. Deve-se lembrar que Juliano tentou preservar as curas (prefeituras) e restaurou a propriedade confiscada por Constantino e Constâncio II. Valentiniano e Valente eram cristãos convictos. Eles novamente confiscaram as terras do templo que Juliano restituiu aos cultos pagãos, mas o paganismo era oficialmente tolerado: apenas a adivinhação e a magia eram condenadas e proibidas (como sempre haviam sido, até mesmo pela maioria dos imperadores pagãos). O sacrifício público era desencorajado, mas muitos rituais eram permitidos se seus praticantes pudessem mostrar que eram de origem antiga.

Cultura Cristã no Quarto Século

No quarto século os intelectuais cristãos vieram mais e mais para dominar a vida cultural do império. É notável que, antes da época de Constantino, estudiosos cristãos (como Orígenes) haviam sido relegados a um plano de discussão intelectual. Em meados do século IV, porém, menos de meio século depois da Batalha da Ponte Milviana, os cristãos vinham cada vez mais determinar as correntes intelectuais da época. Era isso, pelo menos tanto quanto qualquer outra coisa, que o imperador Juliano lutara para acabar.

Os cristãos, por sua vez, há muito tempo aceitaram a premissa de que o cristianismo e a cultura clássica não eram irreparavelmente opostos, e os pensadores cristãos (do apóstolo Paulo em diante) fizeram uso dos modos de pensamento gregos e dos princípios da lógica e filosofia gregas. No século IV, no entanto, essa tradição irrompeu por completo e foi representada por pensadores tão diversos quanto Eusébio de Cesaréia, Santo Atanásio de Alexandria, os Padres Capadócijs (São Basílio, Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa), São Jerônimo e Santo Ambrósio, de Milão. Eusébio parece ter sido o primeiro a conectar plenamente a salvação prometida pelo cristianismo e a tradição política do estado romano, algo que caracterizaria a tradição bizantina pelos próximos mil anos e além. Suas visões da história, o papel do bispo e o lugar do imperador na sociedade bizantina rapidamente se tornaram a norma. Santo Atanásio já foi mencionado como o principal defensor da posição ortodoxa contra os arianos, e sua oposição feroz e obstinada a Constâncio II e Juliano era quase tão importante quanto seus tratados teológicos cuidadosamente argumentados. Da mesma forma, sua biografia de Santo Antônio, o arquétipo eremita-monge, estabeleceu o padrão para as obras hagiográficas (vidas dos santos).

A Batalha de Adrianópolis (8 de Agosto de 378)

Em 375, Valentiniano I morreu, deixando a parte ocidental do império para seus filhos Graciano e Valentiniano II (que era apenas um menino). Valente ocupou a fronteira oriental a partir de 371 em diante. Por volta de 376, os hunos surgiram repentinamente ao norte do Danúbio (no que hoje é a Romênia), e os aterrorizados

godos procuraram segurança através da fronteira romana. Eles se ofereceram para se estabelecer em território romano e servir no exército romano; Valente pensou que eles fariam um bom acréscimo ao exército e concordou. Talvez cerca de 200.000 godos tentaram se estabelecer dentro do império, mas o governo romano não foi capaz de atender às grandes necessidades dessa população imigrante. A comida lhes foi prometida, mas não chegou ou foi vendida aos alemães por oficiais corruptos a preços exorbitantes. Esses mesmos oficiais também apreenderam muitos godos e os venderam como escravos. Frustrados por esse tratamento, os godos se revoltaram em 377 e começaram a devastar o território romano na Trácia.

Valente imediatamente mudou seu exército para fronteira leste e o trouxe para lidar com a situação na Trácia. Graciano também começou a mover suas forças do Ocidente para enfrentar a ameaça. Valente, no entanto, aparentemente estava com ciúmes de seu jovem sobrinho e recebeu um relatório falso de que as tropas góticas tinham apenas 10.000 homens. Assim, logo que chegou à Trácia, Valente imediatamente se preparou para a batalha, na esperança de ganhar a vitória para si mesmo. As tropas de Valente, no entanto, estavam cansadas de sua longa marcha e não puderam se posicionar adequadamente para a batalha, que ocorreu numa planície quente fora da cidade de Adrianópolis na Trácia.

A situação era catastrófica para o império: um imperador romano foi morto em batalha pela primeira vez em bem mais de um século, havia um vácuo de poder no leste, a fronteira persa estava indefesa e os godos estavam em liberdade na Trácia. A Batalha de Adrianópolis também mostrou que os alemães poderiam derrotar um exército romano treinado e demonstrou a superioridade da cavalaria pesada. Na crise, o governo romano ficou temporariamente paralisado, e foi uma sorte que os godos não pudessem tirar proveito da situação. Eles não tinham experiência em cercar cidades e tinham que se contentar em invadir o interior da Trácia.

Teodósio, o Grande (379 – 395) e Graciano (375 – 383)

Após a batalha de Adrianópolis, Graciano foi deixado como único imperador. Ficou claro que ele precisava de um colega, já que era jovem, inexperiente e completamente incapaz de lidar com a situação militar. Nesse contexto, o estado voltou-se para Teodósio, um general experiente. O pai de Teodósio (também chamado Teodósio) era de uma antiga família espanhola, e ele tinha sido um dos principais comandantes de Valentiniano; ele restaurou a ordem na Grã-Bretanha e derrotou a rebelião de Firmus no norte da África. O velho Teodósio, entretanto, caiu em desgraça sob circunstâncias que não são claras, e ele foi executado em 375. Seu filho, o jovem Teodósio, retirou-se para sua propriedade espanhola, mas nas circunstâncias após Adrianópolis, Graciano, se lembrou dele e o proclamou imperador, em Sirmium, em 19 de janeiro de 379. Teodósio recebeu o controle de todo o Oriente, juntamente com a Dácia e a Macedônia.

Teodósio tinha muitos problemas imediatos a enfrentar, entre os quais a necessidade de recrutar novos soldados para preencher as fileiras esgotadas pelo desastre de Adrianópolis - ele teve que substituir pelo menos 20.000 soldados. Teodósio instituiu medidas rigorosas para localizar e inscrever aqueles que tinham a obrigação de servir no exército. Ele procurou os filhos de veteranos (que deveriam também servir) e alistou até mesmo aqueles que se mutilaram para escapar do

serviço.

Enquanto isso, Teodósio tentou controlar os godos que ainda estavam devastando a Trácia. Ele não foi capaz de imobilizá-los para travar uma batalha decisiva, e eles continuaram a atacar as fazendas e aldeias no campo. Teodósio finalmente assinou um tratado com os godos em 3 de outubro de 382. Sob os termos deste tratado os godos foram autorizados a se estabelecer em território romano, mas em troca eles deveriam servir no exército romano como *foederati* (aliados bárbaros), aparentemente contribuindo com cerca de 20.000 homens. Sempre foi política romana aliar-se a estrangeiros (incluindo bárbaros) que lutassem por e ao lado dos romanos.

No Oriente, Teodósio conseguiu organizar uma paz com a Pérsia. A Armênia foi dividida entre Roma e a Pérsia, os romanos recebendo a parcela menor. No entanto, como resultado disso, Teodósio foi capaz de controlar um território estratégico entre o Tigre Superior e o Eufrates, o que seria de grande importância no caso de novas hostilidades entre as grandes potências.

Na política religiosa, Teodósio era um cristão niceno bastante simples, e seu cristianismo tinha uma orientação ocidental definida (como se poderia imaginar em seu lugar de origem na Espanha). No início de seu reinado, ele se assustou com uma doença grave, da qual quase morreu; como resultado, ele foi batizado e, desde então, entusiasmado em seu apoio ao cristianismo. Em 380 ele emitiu uma lei dizendo que todos os cristãos deveriam seguir os ensinamentos dos bispos de Roma e Alexandria. Esta foi uma afirmação simples e clara em apoio aos ensinamentos de Nicéia, e evitou a sofisticação ou dúvida doutrinária: a fé foi definida por referência ao ensino de bispos individuais. Teodósio, no entanto, achou prudente convocar um conselho ecumênico para pôr fim à controvérsia ariana que dividira o império havia mais de meio século e desafiara todas as tentativas de conciliação. Assim, o Primeiro Concílio de Constantinopla foi realizado em maio de 381. O conselho acrescentou um pouco ao Credo do Concílio de Nicéia, mas reafirmou os ensinamentos desse conselho e, essencialmente, pôs fim ao debate sobre o arianismo no Oriente. Alguns indivíduos, é claro, continuaram a manter os ensinamentos arianos, mas a controvérsia teológica finalmente pareceu resolvida com a decidida decisão do imperador e do conselho. Enquanto isso, entretanto, o bispo Ulfilas já estava ativo na conversão dos godos ao cristianismo ariano. Assim, ironicamente, o arianismo continuaria sendo uma força poderosa no Ocidente, não entre os cristãos romanos, mas entre os bárbaros, e continuava sendo uma grande diferença e fonte de conflitos entre romanos e bárbaros. Isto foi especialmente importante porque o bispo de Roma (o papa) cresceu em importância e os bispos ortodoxos no Ocidente chegaram a adquirir poder político e religioso. Os bispos, é claro, consideravam os alemães em primeiro lugar como hereges.

A política de Teodósio em relação ao paganismo era igualmente e incrivelmente simples e pragmática. Ele parece pessoalmente ter aceito o cristianismo de todo coração, e ele não podia realmente entender por que alguns persistiriam em seguir ensinamentos “falsos”. Como resultado, assim como ele havia visto a controvérsia ariana em termos práticos, ele considerou o paganismo como uma prática “atrasada”, fora das políticas de seu tempo, embora estivesse certamente disposto a tolerar o

paganismo da maioria de seus aliados germânicos e ele manteve boas relações com oficiais pagãos como Symmachus. Assim, como os imperadores cristãos anteriores a ele, Teodósio apoiava o cristianismo e se opunha ao paganismo, preferindo os cristãos a cargos no governo e fornecendo apoio financeiro a igrejas, mosteiros e outros estabelecimentos eclesiásticos, o que encorajava o crescimento contínuo do cristianismo dentro do império.

Teodósio, no entanto, tomou medidas contra os cultos pagãos e os restantes templos pagãos. Estes ataques oficiais ao paganismo são narrados nas leis preservadas no *Codex Theodosianus*, compilado pelo neto do imperador em 438. Estes mostram que não existia um único “edito de Teodósio” que fechasse os templos pagãos. A situação era muito mais complicada e as condições locais provavelmente desempenharam um papel maior do que qualquer outra coisa. As leis de 383 e 385 proibiam o sacrifício público, mas o paganismo (como sistema de crenças) não era proibido, e o Estado não tinha interesse ou capacidade de intervir no que as pessoas faziam em particular. Assim, não havia uma única ordem para fechar todos os templos, mas não há dúvida de que quando bispos, cidades e cristãos individuais pediam para fechar lugares individuais de culto pagão, estes eram freqüentemente recebidos favoravelmente por oficiais do Estado. Muitos templos, sem dúvida, foram destruídos, com ou sem aprovação oficial. Em parte porque os templos pertenciam oficialmente ao Estado, os funcionários imperiais geralmente os protegiam, mas os templos eram freqüentemente atacados por bispos e até mesmo por grupos de monges, e os administradores freqüentemente olhavam para o outro lado. Às vezes a população local resistia a essas ações e tentava impedir a destruição de seus templos, e a violência ocorria com freqüência.

Um dos mais dramáticos e simbólicos desses eventos foi a destruição do Serapeum em Alexandria. Este templo para o deus Serapis foi um dos edifícios mais famosos do mundo antigo. Em 391, Teófilo, o bispo de Alexandria, obteve permissão do imperador para converter os templos da cidade em igrejas. O bispo encontrou uma escultura obscena entre os “objetos sagrados” no templo de Serapis e desfilou pelas ruas a fim de zombar dos pagãos por sua “imoralidade”. Os pagãos ficaram indignados com isso e um tumulto eclodiu entre os pagãos e os cristãos. Olympios, um filósofo pagão, reuniu um grupo de pagãos, tomou o Serapeum e transformou-o numa fortaleza. Os pagãos saíram do Serapeum e espancaram os cristãos, alguns dos quais trouxeram de volta ao templo, onde os crucificaram. O prefeito *Augustal* [título dado ao prefeito], o oficial-chefe militar no Egito, não conseguiu restaurar a ordem e buscou reforço das tropas imperiais. Estes foram despachados de Constantinopla e a revolta entrou em colapso. O Serapeum foi então convertido em uma igreja. Em 391 e 392, Teodósio proibiu todos os cultos pagãos, em público e em particular, embora mais uma vez a lei certamente não pudesse ser rigorosamente aplicada.

Teodósio foi a Itália de 388 e ficou até 391, deixando o Oriente nas mãos de seu filho Arkadios, que havia sido Augusto desde 383. Em 391 o imperador retornou a Constantinopla. Ele deixou Valentiniano II [filho de Graciano] aos cuidados de Arbogast, o *magister militum* franco, que ajudou Teodósio a derrotar Maximus [na idéia que ele fosse o imperador do ocidente]. Em 392 Valentiniano tentou afirmar sua independência de Arbogast, mas ele logo foi encontrado enforcado, e Arbogast

rapidamente proclamou Eugênio como imperador.

Eugênio era um professor de retórica e um cristão indiferente, mas encontrou apoio entre os pagãos que se opunham à política de cristianização de Teodósio; os pagãos esperavam que Eugênio pudesse ser um novo Juliano, que favoreceria o paganismo mais uma vez. Em 394, Teodósio marchou para o oeste mais uma vez e enfrentou Arbogast e Eugênio no rio Frigidus, no norte da Itália (6 de setembro de 394). Teodósio foi vitorioso e Arbogast e Eugênio foram mortos. Esta foi a última oportunidade de tolerância do paganismo ou de uma política tolerante propagada no império.

Teodósio tinha apenas 48 anos, mas morreu cedo em 395 em Milão. Ele deixou o Oriente para seu filho Arkádios (que tinha 17 ou 18 anos) e o Ocidente para seu filho Honório (que tinha apenas 10 anos); ambos eram filhos de Aelia Flaccilla. Teodósio se casou novamente, desta vez com Gala, a irmã de Valentiniano II (e, portanto, a filha de Graciano), que conectou sua família diretamente com a de seus predecessores; com ela Teodósio tinha uma filha, Gala Placidia, que deveria ter uma vida longa e agitada no Ocidente: esposa de Constâncio III, mãe de Valentiniano III e avó de Placidia, esposa de Olybrius, imperador em 472.

5

O Quinto Século

- 395 – Império dividido entre Ocidente e Oriente
- 408 – 450 – Teodósio II
- 431 – Concílio de Éfeso
- 451 – Concílio da Calcedônia.

A Casa de Teodósio no Oriente

Teodósio I foi o último governante de um Império Romano indiviso. Ele segurou a vasta extensão do estado romano firmemente em seu alcance, em grande parte como resultado da força de seu próprio caráter e sua experiência e determinação como comandante militar. É uma das ironias da história, portanto, que os arranjos que ele deixou para a administração do estado resultaram no que acabou sendo sua divisão permanente em duas metades, que (pelo menos em certa medida) marcaram a divisão da Europa. até o presente momento. Além disso, embora Teodósio e seu pai fossem homens militares, criados na tradição romana da batalha, seus sucessores foram todos criados no palácio, e quase dois séculos se passariam antes que os imperadores voltassem a entrar em campo [de batalha].

Como mencionado acima, Teodósio havia coroado seus dois filhos, Arkádios e Honório, bem antes de sua morte e ele não deixou dúvidas de que eles deveriam sucedê-lo no trono. Arkádios (nascido em 377/8), no entanto, tinha apenas 17 anos quando seu pai morreu, enquanto Honório tinha apenas 11 anos. Teodósio já havia previsto que seus filhos estivessem sob a tutela de indivíduos mais fortes, o prefeito pretoriano Rufinos no caso de Arkádios e do patrício Stilicho (cujo pai era um vândalo) no caso de Honório. A juventude dos dois imperadores e as intrigas dos indivíduos por trás do trono levaram a dificuldades, especialmente quando combinadas com a revolta de Alarico, o Visigodo, logo após a morte de Teodósio.

Como seria lembrado, Teodósio I havia estabelecido os visigodos em território romano ao norte e a oeste de Constantinopla, onde viviam essencialmente sob a jurisdição de seus próprios líderes. Em parte como resultado do contato contínuo com os romanos, a sociedade visigótica tornou-se mais complexa e, na década de 390, o líder dominante era Alarico, que servira como comandante do contingente visigodo na luta

contra Eugênio. Decepcionado por não ter sido nomeado *magister militum*, Alarico aproveitou a oportunidade da morte de Teodósio para revoltar-se, devastar as áreas fora de Constantinopla e até mesmo ameaçar a própria cidade. A rivalidade entre as cortes do leste e do oeste impediu uma ação efetiva contra Alarico, e ele desceu à Grécia e arrebatou cidades desprotegidas. Em pelo menos duas ocasiões, os exércitos ocidentais de Stilicho tiveram Alarico à sua mercê, mas o desacordo com a corte do leste o impediu de agir e ele permitiu que Alarico escapasse. Alarico primeiro estabeleceu-se como um poder independente nos Bálcãs e, mais tarde, em 401, ele invadiu a Itália. Esses desastres, acoplados aparentemente à fraqueza do próprio Arkadio, causaram mudanças na corte de Constantinopla, com Rufinos sendo substituído, primeiro pelo eunuco Eutrópio (396-400), depois pela esposa de Arkadios, Eudoxia (400-4), e finalmente pelo prefeito pretoriano Anthemios (404-8), como o poder dominante em Constantinopla. Enquanto isso, a oposição desenvolveu-se contra Stilicho no Ocidente, e ele foi executado em 408. Com Roma essencialmente indefesa, Alarico tomou a cidade e a saqueou em 410.

Durante o reinado de Arkadios, João Crisóstomo serviu como bispo de Constantinopla. João havia sido criado em Antioquia e recebeu uma excelente educação, mas foi atraído pelo monasticismo do deserto sírio, e suas atitudes foram marcadas pela dureza e ascetismo daquele ambiente. Ele ganhou a reputação de ser um orador poderoso em Antioquia e seus seguidores foram fanaticamente devotados a ele, frequentemente aplaudindo em pontos-chave de seus sermões. João foi selecionado como bispo e levado a Constantinopla em 398, onde ele imediatamente se envolveu nas intrigas políticas de seus dias, em parte por causa de sua posição intransigente contra o arianismo e a imoralidade. Suas críticas abertas à imperatriz Eudoxia levaram a sua condenação em um conselho da igreja, mas a indignação popular resultou em seu retorno temporário, até que seus inimigos o forçaram ao exílio permanente em 400.

João era um forte defensor dos direitos da sé de Constantinopla, especialmente contra as reivindicações do bispo de Alexandria, que até então tinha sido o episcopado dominante no Oriente romano. Este foi um passo importante na ascensão de Constantinopla a uma posição como o primeiro bispado do Oriente. João também se opôs à tendência da “Escola Alexandrina” de exegese bíblica para favorecer interpretações alegóricas ou simbólicas das Escrituras. João preferia, ao contrário, uma interpretação direta, quase literal, dos textos e, sempre, uma moralidade inflexível.

Arkadios morreu subitamente em 408, com apenas 29 ou 30 anos.

Deixou para trás seu filho Teodósio II, que tinha apenas 7 anos de idade, embora tivesse sido coroado imperador quando tinha menos de um ano de idade. Em parte por causa de sua juventude na época de sua ascensão, mas também aparentemente como resultado de seu próprio temperamento, Teodósio foi dominado por personalidades mais fortes, especialmente por sua irmã mais velha, Pulcheria, e sua esposa Athenais-Eudokia. Ao mesmo tempo, o reinado de Teodósio foi marcado por extraordinária paz nas fronteiras e pela falta de influência dos militares na capital oriental: os persas não apresentavam nenhuma ameaça significativa do oriente e o poder de Átila e dos hunos era comprado pela oferta de ricos presentes. A principal preocupação estrangeira da corte oriental era restaurar a unidade do império, em grande parte por meio de tentativas diplomáticas de conquistar a corte ocidental, em parte por meio de casamentos dinásticos. Estas tentativas finalmente falharam, embora o Oriente tivesse aliados importantes na pessoa de Gala Placidia e outros. Ao mesmo tempo, esse período testemunhou o que se revelou serem significativas concessões de territórios no Ocidente para os bárbaros, especialmente a conquista do norte da África pelos vândalos.

Em 421, Teodósio casou-se com Atenais, filha de um filósofo pagão de Atenas, que adotou o nome de Eudóxia depois de seu batismo. Ela era uma mulher atraente e talentosa que escrevia poesias, e ela deu ao imperador três filhos. Ela reuniu em torno de si um círculo de pessoas educadas e poderosas que procuravam enfatizar a cultura tradicional e os valores seculares romanos. Por um tempo Eudóxia dominou a vida na corte, mas Pulquéria manteve sua própria base de poder e lentamente começou a eclipsar a influência de sua cunhada. Eudóxia deixou Constantinopla rumo a Terra Santa, primeiro em 438, e depois, finalmente, em 443, após o que Pulcheria foi mais uma vez uma grande força na corte.

Curiosamente, o governo de Teodósio II parece ter tido um interesse real na fortificação das cidades e do interior do império. Como mencionado acima, o prefeito pretoriano Anthemios expandiu e reconstruiu as muralhas de Constantinopla e há evidências de atividade similar em outros lugares, mais notavelmente a construção do que mais tarde foi chamado de *Hexamilion* ("muro de seis milhas"), uma grande barreira através do istmo de Korinth na Grécia, projetado para bloquear as invasões de bárbaros como a de Alarico no final do século IV. O poeta Kyros, da cidade egípcia Panopólis, como prefeito da cidade, também consertou as muralhas de Constantinopla após um terremoto desastroso em 437.

A Controvérsia Cristológica

Durante o reinado de Teodósio II, alguns dos desenvolvimentos mais importantes na política e na doutrina da igreja se manifestaram. No quarto século, a principal questão teológica era a controvérsia ariana, que essencialmente envolvia o relacionamento entre os membros da Trindade Cristã: a questão principal era se o Filho (Cristo) era totalmente igual ao Pai, isto é, se o Filho era “Da mesma substância (*homoousios*)” que o Pai, ou se ele era de algum modo “menos plenamente Deus” do que o Pai. Como mencionado acima, o Concílio de Nicéia decidiu aceitar o ensinamento de que Cristo e o Pai eram ambos plenamente Deus, e isso foi confirmado no Concílio de Constantinopla em 381.

Essas decisões, no entanto, que estavam amplamente relacionadas com as chamadas 'questões trinitárias' (ou seja, as que dizem respeito às relações entre os três membros da Trindade), e que deixaram questões sem resposta igualmente difíceis sobre a pessoa de Cristo, que são normalmente chamadas de questões cristológicas. Para colocar a questão de maneira muito simples, se Cristo fosse plenamente Deus (como disse Nicéia), como poderia ele ser plenamente um ser humano? E se ele não fosse totalmente um ser humano, como poderia a sua morte e sacrifício na cruz ser eficaz na salvação da humanidade? A este respeito, a decisão de Nicéia pareceu a algumas pessoas favorecer um rigoroso tipo de monoteísmo no qual o elemento humano foi subestimado, e isso ressuscitou velhas controvérsias sobre como o próprio Deus deveria ser visto e como os humanos deveriam entender seu relacionamento com Ele. Naturalmente, essas eram questões difíceis e, como na controvérsia ariana do quarto século, elas foram abordadas por intelectuais e teólogos usando as tradições e a terminologia da filosofia grega. Como dissemos antes, essa tradição filosófica era ideal para tal tarefa, embora as tendências diferentes das escolas teológicas aumentassem a probabilidade de discordâncias ou divisões sérias dentro da igreja que, dada a visão prevalecente desde o tempo de Constantino e Eusébio, teria sérias ramificações para o império como um todo. O imperador estava certo de estar envolvido, uma vez que ele geralmente acreditava que o sucesso de seu reinado dependia do apoio de Deus, que (por sua vez) dependeria em grande parte do apoio do imperador às posições teológicas corretas e à supressão da heresia.

É comum falar de duas "escolas" diferentes de teologia, a de Alexandria e a de Antioquia. Tal distinção é uma simplificação excessiva,

mas pode ser útil observar a maneira como estas afetaram as controvérsias cristológicas. A tradição alexandrina, mencionada acima, baseava-se nas idéias do neoplatonismo, pois haviam sido adaptadas ao cristianismo no século III por Orígenes e Clemente de Alexandria. Entre os princípios do ensino alexandrino estava uma interpretação alegórica (e não literal) da Bíblia (especialmente o Antigo Testamento) e uma forte ênfase na divindade (em oposição à humanidade) de Cristo. A Escola Antioquiana desenvolveu-se em oposição às idéias da Escola Alexandrina, e enfatizou uma interpretação histórica ou mesmo literal da Bíblia e da humanidade de Cristo (embora não negando sua divindade); a tradição antioquena, portanto, enfatizava as duas naturezas de Cristo (humano e divino).

A Controvérsia Nestoriana: O Concílio de Éfeso (431)

Em 428 Teodósio II selecionou Nestório como bispo de Constantinopla. O novo bispo era do mesmo meio que João Crisóstomo, e era, como seu famoso predecessor, um asceta com reputação de poderoso orador e franco adversário de heresia. Desde o início, Nestório ganhou inimigos em Constantinopla, em parte por sua condenação de jogos e teatros e seus ataques contra os arianos; ele também ganhou a inimizade da imperatriz Pulcheria. Em 429 Nestório proferiu um famoso sermão no qual se opunha ao uso do termo *Theotokos* (literalmente, o "portador de Deus", ou "Mãe de Deus") para a Virgem Maria. As idéias de Nestório não são muito conhecidas, porque ouvimos falar deles principalmente de seus inimigos, mas em geral ele se opõe à idéia de que o próprio Deus possa nascer como ser humano; antes, ele preferiu usar o termo *Christotokos* (a Mãe de Cristo) para a Virgem. A oposição a Nestório emergiu imediatamente, liderada por Cirilo, o bispo de Alexandria, e até certo ponto a controvérsia pode ser vista como uma luta entre as escolas teológicas de Antioquia e Alexandria. Os inimigos de Nestório argumentaram que o bispo ensinou que havia "dois Cristos", um que era totalmente Deus e um que também era humano, e a acusação mais séria contra ele foi que ele separou esses dois aspectos de Cristo mais do que seus oponentes pensavam ser apropriado. Assim, os dois lados não estavam tão distantes quanto alguns observadores modernos poderiam imaginar. Ambos concordaram que Cristo era humano e divino, mas discordavam sobre a maneira pela qual esses dois aspectos estavam unidos.

O imperador apoiou fortemente seu bispo, mas ele finalmente

concordou em ter a questão debatida por um concílio ecumênico em Éfeso (no oeste da Ásia Menor) em 431. O conselho estava, desde o início, essencialmente sob o controle de Cirilo de Alexandria, e Nestório foi logo condenado e enviado para o exílio. Teodósio II não ficou nada satisfeito com este resultado, mas no final chegou a aceitá-lo. Nestório, no entanto, ganhou muitos adeptos que se recusaram a concordar com a condenação de seu líder e que apoiaram sua visão da relação entre o divino e o humano em Cristo. Eles achavam que as decisões do Concílio de Calcedônia, em 451 (ver abaixo) justificavam sua posição, e acabaram estabelecendo sua própria organização eclesiástica e sua própria hierarquia. A maioria dos adeptos do nestorianismo estava na Síria e, desde que foram perseguidos por não acreditarem no Império Bizantino, muitos deles migraram para a Pérsia, Arábia e mesmo para o leste, para a Ásia Central, Índia e até para a China, onde mantiveram igrejas até o presente.

Monofisismo e o Concílio da Calcedônia (451)

Assim, o Concílio de Éfeso foi uma vitória para a teologia alexandrina e, da mesma forma, para o bispo de Alexandria. Não obstante, alguns teólogos em Constantinopla temeram um renascimento do nestorianismo no final dos anos 440, e eles pressionaram suas idéias talvez mais longe do que pretendiam fazer. O líder desse movimento foi o monge Eutiques, que ensinou que Cristo tinha apenas uma natureza (*physis*) - e essa era divina. Ele foi combatido por Flaviano, o bispo de Constantinopla, mas ele foi apoiado por Dioskoros, o bispo de Alexandria. Essa controvérsia seria resolvida no segundo Concílio de Éfeso (449, muitas vezes chamado de “Conselho dos Ladrões”, porque terminou em considerável violência). Dioskoros e seus seguidores não hesitaram em intimidar os delegados ao conselho, e eles, portanto, exoneraram Eutiques e condenaram e depuseram Flaviano, que morreu logo em seguida como resultado desse tratamento.

Em 450, no entanto, Teodósio II morreu repentinamente em um acidente de caça. Nenhum preparativo havia sido feito para a sucessão, e o poder naturalmente caiu para [a rainha] Pulcheria, que havia sido Augusta de 414 e que tinha muitos apoiadores na corte, especialmente aqueles que discordavam das políticas recentemente defendidas por seu irmão. Os partidários de Pulcheria, no entanto, achavam que ela não poderia governar o império em seu próprio nome, então ela se casou com Marciano, um oficial militar idoso, que havia subido ao poder como um associado de

Aspar Alan, um poderoso comandante bárbaro que dominava o exército nos últimos anos de Teodósio II. Uma condição do casamento era que Marcião respeitasse a virgindade da imperatriz. Pulcheria já estivera em contato com o Papa Leão I sobre as decisões do “Conselho dos ladrões”, que ela considerava inaceitáveis. O papa e o novo imperador Marcião concordaram com Pulcheria e um novo conselho foi chamado para investigar o assunto novamente. Foi realizado em outubro de 451 na Calcedônia, um subúrbio de Constantinopla, na costa asiática do Bósforo.

Desde o início, ficou claro que o novo concílio reverteria as decisões do Concílio dos Ladrões, e muitos bispos se apressaram em afirmar que haviam sido coagidos pela violência dos egípcios e seus partidários em Éfeso, em 449. O Papa Leão não participou da reunião, mas enviou seus subordinados, que levavam consigo uma declaração de fé geralmente descrita como o “Tomo de Leão”, e isso foi aceito pelo conselho como uma compreensão adequada do cristianismo ortodoxo. O conselho, portanto, proclamou que Cristo tinha duas naturezas (*physeis*), humanas e divina, e que estas eram totalmente unidas sem divisão ou separação. Sua aceitação das duas naturezas de Cristo foi considerada por alguns como tendo voltado aos ensinamentos de Nestório (e o próprio Nestório - que ainda estava vivo - alegou que esse era o caso). Ao mesmo tempo, o concílio realmente não resolveu o dilema, já que praticamente todos os participantes do debate concordaram que havia duas naturezas em Cristo. O desacordo centrava-se na caracterização do modo como as naturezas humana e divina se uniam. Em todo caso, ao condenar Eutiques e Dioskoros, o conselho assegurou que grandes porções da igreja do Egito se recusariam a aceitar seu ensinamento.

A partir deste momento podemos ver uma divisão significativa na igreja cristã. É verdade que cismas existiram antes. Os arianos nunca haviam aceitado o Concílio de Nicéia, mas foram marginalizados depois de 381. Os nestorianos se recusaram a aceitar o Concílio de Éfeso, mas passaram a viver essencialmente fora do império. Os monofisistas, no entanto - como os adversários de Calcedônia passaram a ser chamados - viviam em algumas das partes mais populosas e importantes do império, no Egito e (cada vez mais) na Síria. Grande parte da história religiosa dos próximos 200 anos (e talvez até além dela) pode ser vista como uma luta para encontrar uma solução, ou um compromisso, para os problemas resultantes das decisões tomadas na Calcedônia, em 451.

Depois do concílio, o imperador tentou impor um bispado calcedôniano (isso é "*diofisista*") em Alexandria, mas os egípcios -

incluindo a maioria dos próprios bispos - recusaram-se a cooperar, e um novo bispo só poderia ser imposto pela força dos braços imperiais. A oposição era forte em Alexandria, mas talvez fosse ainda maior nas aldeias e mosteiros do país; apesar do domínio do grego nas cidades, os camponeses continuaram a falar a língua egípcia, que foi escrita em um alfabeto baseado no grego e conhecido por nós como copta. Por esta razão, os historiadores geralmente se referem aos cristãos monofisitas do Egito como coptas, desde sua liturgia e teologia, até literatura foi cada vez mais escrita na língua copta. Da mesma forma, os monofisitas da Síria são comumente referidos como jacobitas, depois de seu líder Jacob Baradaeus (578 d.C.), e eles usavam cada vez mais a língua local, siríaca, em suas publicações e cultos religiosos. Como resultado dessas divisões, da época de Calcedônia em diante, muitas das grandes cidades da parte oriental do império tinham dois bispos, um fiel ao imperador e os ensinamentos do conselho, e um monofisista.

Anastácio I (491 – 519)

Após a morte de Marcião em 457 assumiu Leão I (457 – 474) e depois Leão II (474) e depois Zeno (474 – 491), e com a morte do o imperador Zeno em 491, e o poder estava no momento nas mãos de sua viúva Ariadne. Indo contra os desejos do próprio Zeno, Ariadne escolheu como imperador um oficial militar relativamente indistinto de ascendência duvidosa chamado Anastácio. Anastácio era um imperador dedicado e relativamente bem-sucedido cujo longo reinado trouxe estabilidade e prosperidade ao império e, inquestionavelmente, pavimentou o caminho para a “idade de ouro” de Justiniano a seguir.

Ele era um administrador cuidadoso e com um olho real para os detalhes das finanças do Estado. Ele procurou reconstruir as cidades do império em parte através do incentivo ao comércio. Acabou com o *chrysargyron*, um imposto que recaía sobre interesses comerciais e - em 494 - ele reformou a cunhagem de [moedas de] bronze imperial, substituindo o pequeno *nummi* quase sem valor por uma grande moeda 40 vezes o seu valor nominal. Essa reforma foi projetada, pelo menos em parte, para estabilizar as moedas de bronze das quais o comércio de pequena escala dependia. Anastácio também removeu o ônus da coleta de impostos dos *curiales* locais, colocando-os nas mãos de reivindicações indicadas pelo Estado. Anastácio era um construtor enérgico e estava especialmente envolvido na construção de defesas de fronteira e igrejas em

várias partes do império. Apesar das despesas associadas a eles, as sólidas políticas financeiras do imperador trouxeram sua recompensa e, em sua morte, o tesouro teria contido 320.000 libras de ouro.

Anastácio parece ter sido pessoalmente religioso e um convicto monofisista; antes de sua ascensão ao trono, até sugeriu que ele fosse nomeado bispo monofisista de Antioquia. Ao longo de seu reinado, ele deixou o *Henotikon* como uma política oficial do Estado e fez várias tentativas de nomear bispos monofisistas em cidades importantes. Isso significava que ele havia estreitado as relações com o papado e o Ocidente em geral; o papado exigiu que todos os bispos orientais aceitassem os ensinamentos de Calcedônia sem reservas, e as discussões propostas entre as partes não tiveram sucesso. A tentativa de Anastácio de impor um bispo monofisista a Constantinopla em 511 levou à revolta de Vitaliano na Trácia. Vitaliano parece que não queria derrubar Anastácio, mas forçá-lo a aceitar Calcedônia; o rebelde, no entanto, foi derrotado em 515 e a revolta entrou em colapso.

A sociedade bizantina mudou de maneira significativa durante o quinto século. Essas mudanças não foram tão repentinas ou dramáticas como as do século IV, que podem ser vistas como mudanças reais de direção. Em vez disso, os fenômenos do quinto século podem ser melhor entendidos como desenvolvimentos baseados no sistema básico estabelecido no período anterior. Eles foram, no entanto, importantes, pois criaram as formas e sistemas que permaneceriam em grande parte pelo resto do Império Bizantino e além.

A Época de Justiniano

527 – Justiniano imperador.

532 – A Revolta de Nika.

533 – 534 – A conquista do Norte da África.

535 – 532 – A Conquista da Itália.

O reinado de Justiniano é comumente considerado como a Idade de Ouro do período bizantino inicial. O imperador e sua consorte Teodora são duas das personalidades bizantinas mais conhecidas, e durante esse tempo a incerteza dos anos anteriores foi substituída pela confiança e uma nova síntese da sociedade antiga e cristã. O reinado de Justiniano será sempre associado à reconquista do Ocidente, que quase provocou a restauração do antigo Império Romano, e ele estará sempre ligado à construção da igreja de Hagia Sophia, um dos símbolos preeminentes dos bizantinos como um todo. Arte e literatura floresceram sob seu domínio, e seus funcionários realizaram uma síntese extraordinariamente completa do direito romano que serviu de base para os sistemas jurídicos de grande parte da Europa até os dias atuais. Ele foi um dos poucos imperadores bizantinos cujas idéias sobre o seu poder foram correspondidas por um considerável grau de realidade. As personalidades do imperador - e ainda mais, da imperatriz - têm sido objeto de muita discussão e até mesmo foco de romances e filmes populares, em grande parte por causa das descrições gráficas fornecidas pelo historiador da época, Prokopios.

Antecedentes: O Reino de Justino I

O imperador Anastácio não tinha filhos, de modo que, após a sua morte em 518, a posição estava pronta para ser tomada. Houve turbulência na corte, mas o poder logo foi tomado pelo comandante idoso dos *exkoubitores* (os guardas do palácio), Justino. Como muitos de seus antecessores, Justino havia se levantado de um fundo humilde nas áreas de língua latina dos Bálcãs. Ele tinha vindo a Constantinopla em busca de sua fortuna, matriculado no exército, e subiu nas fileiras, servindo como comandante nas guerras de Anastácio I. Justino usou sua posição com os *exkoubitores* e, aparentemente, sua própria inteligência e astúcia, para garantir o trono e imediatamente estabelecer uma política muito diferente da do seu antecessor. Por exemplo, ele exilou alguns dos apoiadores de

Anastácio e lembrou de outros indivíduos que haviam caído em desgraça. A tradição posterior afirma que o sobrinho de Justino, Justiniano, era a força por trás do trono de seu tio desde o início, e pode haver alguma verdade nisso, já que Justiniano foi escolhido para ocupar o consulado já em 521.

No geral, a política de Justino baseou-se na determinação de buscar a paz com o Ocidente, ou seja, o papado e o remanescente da aristocracia romana na Itália. A recente política religiosa dos imperadores tornou essas relações difíceis e, imediatamente após a ascensão de Justino, um sínodo da igreja local foi realizado em Constantinopla, que afirmou uma posição de Calcedônia e condenou uma série de bispos monofisistas proeminentes. Isto foi seguido por uma série de sínodos semelhantes em todo o Oriente. A condenação dos bispos monofisistas foi imposta pelo imperador, e muitos foram para o exílio, especialmente para o Egito, incluindo Severo de Antioquia, que se tornou o principal porta-voz do monofisismo moderado. No final de 518, o tribunal do leste enviou cartas ao papa, buscando o fim do cisma akakiano, que causara anos de discordância. Seguiram-se negociações difíceis, mas o cisma havia sido efetivamente curado e a corte de Constantinopla estava firmemente calcedoniana em sentimento.

Ironicamente, o acordo entre o imperador e o papa levou a um agravamento das relações com o rei ostrogodo Teodorico em Ravenna. Enquanto o papa e o imperador se opusessem, Teodorico podia se sentir seguro em confiar em seus assuntos ortodoxos, mas agora que os dois estavam novamente em bons termos, Teodorico se sentiu ameaçado. A situação piorou quando Justino decidiu pressionar mais ativamente pela eliminação da heresia no Oriente, envolvendo, naturalmente, o monofisismo, mas também o arianismo, a versão do cristianismo endossada por Teodorico. Tentativas foram feitas para curar as relações entre Constantinopla e Ravenna, e Justino chegou a concordar em compartilhar o consulado com o genro de Teodorico e presumiu seu herdeiro Eutárico, o primeiro gótico a ocupar este alto cargo. Enquanto isso, Teodorico tornou-se cada vez mais desconfiado de seus súditos romanos, e o resultado foi, entre outras coisas, a execução de Boécio em 524. Em 526, Teodorico morreu, deixando o menino Atalarico como seu herdeiro.

Justiniano: Anos iniciais a 532

O nome real de Justiniano era Flavius Petrus Sabbatius, mas o nome em seu díptico consular de 521 é Flavius Petrus Sabbatius Justinianus, mostrando que, antes disso, ele havia sido adotado por seu tio Justino, que o levara a Constantinopla alguns anos antes. Justiniano, como era conhecido por seus contemporâneos, foi assim criado na atmosfera da capital e, embora ele ocupasse altos postos no exército, ele obviamente recebeu uma boa educação e estava igualmente à vontade em [falar em] grego e em latim. Ele nasceu por volta de 482 e, quando jovem, ele já mostrava um pouco da inquietação ou até da imprudência que caracterizaria sua vida posterior, envolvendo-se na violência das facções de circo que era comum na época.

Essas facções haviam se desenvolvido a partir das associações que forneciam cavalos e armadilhas para as corridas de bigas na Alexandria helenística e depois na Roma imperial. Cada uma das associações distinguia suas bigas com cores individuais: vermelho, azul, verde, branco, etc. As corridas de circo (ou seja, corridas no hipódromo) eram muito populares em Roma e, mais tarde, em Constantinopla e nas outras cidades do início do período bizantino e elas atraíram um grande número de fãs que se identificaram com as cores de seus cocheiros favoritos. Assim, no quinto ou sexto séculos, as “facções” passaram a significar, não tanto as associações responsáveis por fornecer os cavalos, mas os próprios fãs, que geralmente eram em grande parte jovens que eram fanaticamente leais à sua “cor”. Assim como nos jogos modernos de futebol, os fãs muitas vezes se envolviam em gritos ou cantos organizados, usualmente usavam roupas estranhas e identificavam roupas e cortes de cabelo, e às vezes se envolviam em violência, especialmente contra membros de facções opostas. Essa violência não foi derramada fora do hipódromo nas ruas e, no final do século V e início do VI, tornou-se endêmica em Constantinopla e, em menor grau, em outros lugares. A essa altura, as outras facções haviam praticamente desaparecido, deixando apenas os Verdes e os Azuis brigando entre si. Houve época em que os estudiosos achavam que as facções deviam ter representado diferenças ideológicas ou sociais dentro das primeiras cidades bizantinas, já que só assim - pensava-se - poderíamos explicar a violência e o forte apego que as pessoas tinham às facções. Por exemplo, uma vez foi argumentado que os azuis representavam os interesses da aristocracia enquanto os verdes apoiavam a classe comercial, ou que os azuis apoiavam uma política ocidental enquanto os verdes tinham uma orientação oriental, e / ou que os azuis eram ortodoxos e Monofisita os Verdes. Há, no entanto, pouca ou nenhuma

evidência para tais identificações, e parece provável que as facções fossem simplesmente formadas por homens jovens que se identificaram com sua própria facção por nenhuma outra razão que não a solidariedade grupal, e que se engajaram em violência no país da mesma forma que hooligans do futebol moderno. Mesmo os imperadores muitas vezes tomavam partido no partidarismo das facções e há razões para acreditar que Justiniano, antes de se tornar imperador, já era conhecido como um defensor dos azuis.

Provavelmente no início da década de 520, Justiniano se casou com Teodora, outro exemplo do pensamento voluntarioso do futuro imperador e da vontade de ir contra a tradição. É verdade que muitos dos imperadores (e imperatrizes) dos últimos três séculos vieram de origens humildes, não menos importante, da família do próprio Justiniano, mas Teodora teria parecido uma escolha muito incomum para o sobrinho do imperador, que já deve ter sido visto como um candidato para o trono imperial. Teodora foi por todos os relatos linda - e as representações sobreviventes dela (por exemplo, o mosaico San Vitale em Ravenna) confirmam isso - e ela certamente era inteligente e engenhosa, mas ela era uma atriz, uma profissão que nesse período era sinônimo de prostituição. A 'História Secreta' [livro] de Prokopios conta a história dos primeiros anos de Teodora em detalhes sinistros. A futura imperatriz era a filha de um "guarda-costas" da facção verde, um treinador das feras usadas nos espetáculos do hipódromo, e sua mãe era dançarina e atriz. Quando o pai dela morreu e a mãe se casou novamente, a família pediu à facção verde que nomeasse o novo marido como guarda-costas, mas a facção recusou; a mãe e a filha apresentaram sua petição novamente publicamente à facção no hipódromo, mas o resultado foi o mesmo - até que a facção Azul foi persuadida a assumir o padrao como seu novo guarda. A própria Teodora tornou-se atriz assim que tinha idade suficiente e, segundo Prokopios, era conhecida por suas performances especialmente pornográficas no palco.

A tia de Justiniano, a imperatriz Eufêmia, se opôs ao casamento de Justiniano e Teodora, embora, ironicamente, ela própria tivesse subido do teatro para o palácio imperial. Além disso, havia uma lei que proibia o casamento entre uma atriz e um senador (o que Justiniano era). No entanto, após a morte de Eufêmia, Justino promulgou uma lei que permitia o casamento entre uma atriz "arrependida" e um senador, e o casal estava assim casado.

Justino coroou Justiniano como co-imperador no início de abril em 527, e a sucessão de Justiniano foi tranqüila após a morte do velho imperador em 1º de agosto daquele ano. Justiniano levou seu papel como

imperador cristão absoluto muito a sério, e seus primeiros anos foram marcados pelo autoritarismo e pela autoconfiança que caracterizariam quase todo o seu reinado. Ele se cercou de recém-chegados políticos, pessoas como ele, que eram fortes, ambiciosos e dispostos a romper com a tradição onde quer que achassem melhor. Essa camarilha imperial dominante não tinha paciência com a nobreza estabelecida de Constantinopla, que, embora também dificilmente pudesse remontar seus ancestrais, considerava o imperador e seus partidários como primários grosseiros e ambiciosos. A panelinha imperial incluía a imperatriz Teodora, sua amiga Antonia, esposa de Belisarios, o maior general de Justiniano, sobrinho de Justiniano Germanos, o coletor de impostos João da Capadócia, o eunuco general Narses e o jurista Triboniano. Essa camarilha foi de fato um grupo formidável e foi responsável por grande parte da eflorescência do reinado de Justiniano.

Algumas das primeiras ações de Justiniano foram na esfera religiosa, contra maniqueus, samaritanos e pagãos. Leis renovadas contra o sacrifício pagão e a proibição dos pagãos no serviço imperial mostram que o império não era inteiramente cristão nessa época, e a conversão de milhares de pagãos por João de Éfeso nos anos 540 atesta isso também. Em 529 Justiniano proibiu os pagãos de ensinar nas escolas, e isso pode ter levado ao fechamento da Academia em Atenas, uma das principais instituições intelectuais do período; os professores da Academia supostamente fugiram para a corte do rei persa, que estava bastante disposto a apoiar suas atividades. Os professores, no entanto, aparentemente não estavam felizes na Pérsia, e alguns deles parecem ter retornado ao território bizantino; uma cláusula da paz “eterna” assinada por Justiniano e o rei persa Chosroes (Khusro) I em 532 permitia a esses professores praticarem sua religião em paz dentro do império.

Justiniano não atacou imediatamente a heresia, em parte porque, embora fosse calcedoniano, Teodora apoiava fortemente o monofisismo. O historiador Prokopios alegou que o casal imperial fingia esse desacordo, para melhor controlar a situação religiosa de ambos os lados, mas não há razão para pensar que isso não se baseou na crença sincera da parte tanto do imperador quanto da imperatriz. Como resultado, embora Justiniano tenha se envolvido pessoalmente na questão do monofisismo, como veremos abaixo, ele não perseguiu os monofisitas e, de fato, fez uma promessa para a esposa em 548 para não fazê-lo - uma promessa que ele aparentemente manteve.

Imediatamente após a sua ascensão, Justiniano tentou reformar a

burocracia do Estado, não tanto reformando sua estrutura (como Diocleciano e Constantino haviam feito, por exemplo), mas fazendo a burocracia trabalhar com mais eficiência, especialmente erradicando a corrupção e melhorando a burocracia, o sistema de cobrança de impostos. Certamente, algumas das críticas ao imperador foram o resultado de suas incessantes tentativas de fechar as brechas e eliminar a corrupção que beneficiara tantos indivíduos, inclusive membros da ordem senatorial.

A Revolta de Nika

Antes que o código [de Justiniano] pudesse ser revisado, no entanto, o ambicioso reinado de Justiniano quase chegou a um final inglório e repentino, na Revolta de Nika de janeiro de 532. A revolta recebeu o nome da palavra grega '*nika*'! (“Conquiste, Ganhe”), que era o grito das torcidas nas corridas no hipódromo que se tornou o grito de guerra dos desordeiros em 532. Os eventos da revolta são quase certos, registrados em detalhes pelos historiadores Prokopios e Malalas. As dificuldades começaram em 10 de janeiro de 532, quando o prefeito da cidade prendeu alguns membros das facções azul e verde por violência e fez com que fossem enforcados. Felizmente para os condenados, a execução foi fracassada, e dois deles sobreviveram, um membro do azuis, e um dos Verdes, e eles foram levados para a segurança temporária em um mosteiro nas proximidades. Três dias depois, quando as corridas foram realizadas novamente, as facções pediram clemência ao imperador em nome dos condenados, e quando ele não conseguiu responder, os Azuis e Verdes uniram inesperadamente e levantaram o grito de revolta. Os tumultos se espalharam do lado de fora do hipódromo; o *praetorium* (essencialmente o quartel da polícia e a prisão central) foi incendiado e os prisioneiros libertados; as autoridades perderam o controle total da situação e muitos dos grandes edifícios da cidade foram queimados, entre eles as igrejas de Hagia Sophia e Hagia Eirene, as Termas de Zeuxippos e o Chalke, o grande portão central do próprio palácio. Neste ponto, se não antes, os membros da aristocracia se juntaram ao lado dos desordeiros e procuraram transformar o problema em uma revolta contra o próprio imperador. Justiniano percebeu a gravidade da situação e concordou com a remoção de alguns dos funcionários proeminentes que estavam sendo culpados pela política imperial: João, o Capadócio, e Triboniano que era o Prefeito da Cidade. O motim, no entanto, continuou e Justiniano ordenou que suas tropas, sob o comando de Belisário, atacassem os desordeiros, mas os soldados não tiveram sucesso

em sua tentativa. Em 18 de janeiro, Justiniano apareceu no hipódromo e procurou um acordo, mas suas ofertas foram rejeitadas e, em vez disso, os manifestantes propuseram a nomeação de Hypatios como imperador. Hypatios era sobrinho de Anastácio, que teve uma carreira medíocre como oficial militar sob Justino e Justiniano, mas sua proposta de elevação trouxe um grau de legitimidade ao movimento e claramente transformou a revolta numa tentativa de derrubar o imperador. Esse aspecto da Revolta de Nika dificilmente poderia ter sido arquitetado sem a liderança e de membros interessados da aristocracia. A situação parecia desesperada, e Justiniano aparentemente estava pronto para fugir, mas foi persuadido a manter-se firme através de encorajamento de Teodora. De acordo com um relato popular, ela disse ao imperador que ele poderia fugir se quisesse, mas ela permaneceria desde que "encontrou a realeza como uma mortalha adequada". Intimidado pela força de sua esposa, Justiniano novamente enviou Belisário contra a multidão, agora montado no hipódromo. Desta vez, os desordeiros não foram páreo para as tropas imperiais e um grande massacre aconteceu: de acordo com nossas fontes, entre 30.000 e 35.000 pessoas foram massacradas e a revolta desmoronou imediatamente. Agentes imperiais rapidamente capturaram Hypatios e alguns outros líderes, e eles foram imediatamente executados; as prisões continuaram por algum tempo, incidentalmente dando ao imperador uma oportunidade de confiscar muitas propriedades. As corridas no hipódromo, não surpreendentemente, foram suspensas e não retomadas até cerca de cinco anos depois.

O Programa de Construção

Uma vez firmemente de volta ao poder, Justiniano imediatamente começou a implementar um plano há muito programado para moldar a aparência de Constantinopla como ele desejava. A destruição causada pelos desordeiros forneceu a necessidade e a oportunidade de reconstruir muitas das grandes estruturas da cidade. Estamos bem informados sobre os detalhes deste programa desde que o historiador Prokopios escreveu uma obra [chamada] *'Das Construções'*, que elogia efusivamente o imperador por sua atividade em Constantinopla e em todo o império. Justiniano (ou talvez até a própria Teodora) tinha começado o programa de construção antes de 532, com a construção da importante igreja dos santos Sergios e Bakchos, seja como uma capela palatina ou como refúgio para monofisitas na capital. No final, Justiniano construiu ou reconstruiu um total de mais

de 30 igrejas na cidade. A primeira das reconstruções foi a igreja de Hagia Sophia, a "Grande Igreja" e a catedral de Constantinopla. Que Justiniano já tinha isso em mente é mostrado pelo fato de que a construção começou apenas 45 dias após o fim do tumulto. Este majestoso edifício, uma das maiores conquistas da arquitetura bizantina, ainda sobrevive e simboliza a civilização bizantina para muitas pessoas.

A igreja de Justiniano, a Hagia Sophia (Agia Sofia, Aya Sofia, etc.) é a terceira igreja desse nome construída no mesmo local. Foi dedicada, não a uma Santa Sofia, mas sim à “Sabedoria” (*Sophia*) de Cristo. O plano do edifício foi confiado a Anthemios de Tralles e Isidoro de Miletos, que não eram arquitetos, mas dois dos principais cientistas da época, e eles criaram um esquema brilhante e ousado. O plano do edifício combina o plano longitudinal da basílica com o espaço interior abobadado de uma estrutura planejada centralmente. A planta baixa é quase quadrada, de 78 por 72 metros, com enormes arcadas com colunas nos lados norte e sul.

Como Prokopios escreveu:

“Então a igreja se tornou um espetáculo de beleza maravilhosa, esmagadora para aqueles que a vêem, mas para aqueles que a conhecem, de maneira totalmente incrível. Primeiro ela sobe a uma altura que combina com o céu, é como se surgisse entre os outros edifícios, fica no alto e olha para o restante da cidade. [A igreja] distingue-se pela beleza indescritível, destacando-se tanto em seu tamanho quanto na harmonia de suas medidas, não tendo nenhuma parte excessiva e nenhuma deficiente; sendo mais magníficos do que os prédios comuns, e muito mais elegantes do que os que não são de tão simples proporção. A igreja é singularmente cheia de luz e sol; você declararia que o lugar não é iluminado pelo sol de fora, mas que os raios são produzidos dentro de si, tal abundância de luz é derramada nesta igreja.”

Em Constantinopla, esta igreja e os milagres associados a ela foram a fonte das lendas da Virgem como a de *Zoodochos Pege* (Primavera que dá vida) e os muitos ícones representando-a como a “fonte da vida”. Justiniano também reconstruiu partes do palácio e outros edifícios públicos danificados na Revolta de Nika, e ele colocou uma estátua eqüestre de si mesmo no *Augustaion*, o centro imaginário do império.

O Império Restaurado: Guerras de Conquistas no Ocidente

A maioria do Ocidente foi perdida para os chefes bárbaros durante o quinto século. Isso não havia acontecido de uma só vez, e as condições em

várias partes do Ocidente eram muito diferentes. No norte da África, os vândalos estavam no poder desde 429 e controlavam a maior parte do centro-norte da África de sua capital era em Cartago, e [seu império] incluía a maioria das ilhas do Mediterrâneo ocidental. A frota dos vândalos foi capaz de derrotar as tentativas de reconquista e ameaçou as costas da Itália e até mesmo da Grécia. Apesar da fundação de uma monarquia relativamente centralizada sob o domínio de *Geiser* e a formação de um corpo de elite de guerreiros germânicos, a vida continuou relativamente inalterada na África Vândala. As relações entre os conquistadores arianos e a população “romana” eram muitas vezes tensas e havia muitos confiscos de grandes propriedades. No entanto, a África continuou a fornecer grãos para a Itália, e produtos manufaturados africanos (como a cerâmica) que encontraram um mercado em todo o império. A Itália nesse período era controlada, pelo menos teoricamente, pelos ostrogodos. Teodorico, que morreu apenas um ano antes da ascensão de Justiniano, deixou seu reino com uma boa administração baseada em grande parte nos modelos romanos, e as relações entre a nobreza italiana e os líderes ostrogodos eram geralmente positivas. O papa, naturalmente, desempenhou um grande papel na política, bem como na religião da Itália e (especialmente após o fim do cisma akakiano em 519), ele geralmente olhou para o imperador em Constantinopla como um aliado contra os governantes arianos em Ravenna. A situação política no resto do Ocidente era muito mais fluida, embora os reinos tivessem sido montados pelos visigodos na área em torno de Toulouse (e mais tarde na Espanha) e pelos francos no norte da Gália. De fato, a conversão de Clóvis (481 / 2-511) ao cristianismo ortodoxo permitiu que Bizâncio - assim como o papado - considerasse os francos como potenciais aliados contra os estados germânicos arianos ao sul.

Como mais uma marca da confiança e habilidade de Justiniano em administrar assuntos muito diferentes ao mesmo tempo, ele abriu hostilidades contra os vândalos em 533. A pretensão para a expedição era um chamado do rei vândalo deposto Hilderico (reinou de 523 a 30). Durante o seu reinado, Hilderico promoveu boas relações com os ortodoxos e liberou muitos bispos exilados, mas foi destronado por seu primo Gelimer. Usando o apelo de Hilderico por ajuda, e lembrando a maneira pela qual os vândalos haviam sido um problema para seus antecessores, Justiniano rapidamente organizou a guerra. A expedição de cerca de 10.000 homens estava sob o comando de Belisário.

A vitória, descobriu-se, foi surpreendentemente fácil para os bizantinos. Gelimer estava longe da África quando a frota chegou e

Belisário foi capaz de fazer uma chegada sem oposição. Gelimer retornou e ofereceu batalha perto de Cartago, mas ele foi decisivamente derrotado e Belasário foi capaz de entrar na cidade. Outra batalha foi travada em dezembro, mas Belisário foi mais uma vez vitorioso. No início de 534, o rei vândalo se rendeu. Rumores circulavam de que Belisário poderia se estabelecer na África como um governante independente, mas ele retornou a Constantinopla e uma grande celebração triunfal foi realizada na qual Belisário e Gelimer se prostraram diante do imperador. A guerra africana de Justiniano havia sido um sucesso brilhante, mas a situação no norte da África havia sido desestabilizada e a população nativa berbere (ou mourisca), que já se revoltara contra os vândalos, continuava a causar sérias dificuldades. Os comandantes bizantinos deixados na África construíram um poderoso sistema de fortificações, muitas das quais ainda permanecem, na tentativa de pacificar os berberes, mas esse objetivo nunca foi plenamente alcançado e o norte da África não foi totalmente reintegrado ao Império Bizantino.

Justiniano imediatamente estabeleceu planos para a reconquista da Itália. As perspectivas de vitória eram favoráveis, uma vez que a monarquia ostrogótica estava em tumulto após a morte de Teodorico. Teodato, sobrinho de Teodorico e rei desde 534, tinha uma posição insegura. A força principal de Justiniano, apenas metade do tamanho do exército que tomou a África, desembarcou na Sicília em 535 sob o comando de Belisário e rapidamente assumiu o controle de toda a ilha. No início do ano seguinte, Belisário marchou para o norte e facilmente tomou Nápoles, um evento que levou à derrubada de Teodato e sua substituição por Witigis como rei. Em dezembro de 536 Belisário havia tomado Roma, em parte com a ajuda do papa, mas o contra-ataque gótico derrotou os bizantinos na cidade por mais de um ano. Quando os bizantinos se aproximaram de um ataque direto a Ravena, os ostrogodos fizeram contato com o rei persa Chosroes II e ofereceram uma aliança. Belisário foi finalmente capaz de tomar Ravenna em 540, mas Justiniano suspeitou da história de que seu general poderia declarar-se rei da Itália, e ele chamou Belisário para Constantinopla. Entretanto, depois de mais tumultos internos, Totila tornou-se rei dos ostrogodos em 541 e sua habilidade militar causou considerável dificuldade para os bizantinos.

Belisário voltou ao comando [das tropas na Itália] em 544, mas no final de 545 Totila sitiou Roma e, no final de 546, os ostrogodos fizeram o mesmo. A cidade mudou de mãos pelo menos mais duas vezes, e a guerra não pareceu que estava perto de uma conclusão. Belisário foi novamente

chamado a Constantinopla, e, depois de vários planos ir e vir, Justiniano colocou Narses no comando das forças imperiais. Narses era um eunuco de ascendência armênia que anteriormente substituíra Belisário na Itália e que comandara com sucesso várias frentes antes dessa época. Em 551, Narses partiu para a Itália com uma força esmagadora de 30.000 soldados. No verão de 552, os ostrogodos foram decisivamente derrotados, e Totila morreu de ferimentos sofridos na batalha. Narses perseguiu os remanescentes do exército gótico ao sul e em outubro outra batalha foi travada perto de Nápoles, o que essencialmente acabou com toda a oposição à reconquista bizantina. Narses permaneceu na Itália, repelindo uma invasão franca em 553-4 e assegurando o controle do norte. Os bizantinos haviam retomado o controle da Itália, mas só conseguiram isso depois de 20 anos de guerra que deixaram o campo desolado e a sociedade romano-gótica de Teodorico em ruínas, sem substituí-la por nada sólido. Ravena permaneceu a capital da Itália bizantina e, a partir do final do século VI, era governada por um exarca, um comandante militar que detinha o poder militar e civil, já que a área estava constantemente sujeita a ataques bárbaros.

Em 551, Justiniano respondeu ao apelo de um nobre visigodo por apoio numa revolta contra o rei. Justiniano respondeu com uma força expedicionária, e com isso conseguiu ganhar o controle de uma faixa costeira da Espanha, que o império foi capaz de manter até a década de 620. Sabemos agora que este era o "ponto alto" da reconquista bizantina, mas um observador do notável sucesso militar de Justiniano poderia muito bem ter sentido que a restauração do Império Romano estava realmente à mão.

Controvérsias Teológicas

A controvérsia monofisista continuou fervendo durante todo o reinado de Justiniano. De fato, como vimos, muito antes do período de Justiniano, as linhas de batalha foram traçadas e tanto os monofisistas como os cacedonianos desenvolveram uma teologia e - provavelmente mais importante - uma hierarquia, administração e apoio popular que tornaram a paz praticamente impossível. Como vimos, em 519 o cisma akakiano foi formalmente encerrado, e o papa e o patriarca de Constantinopla estavam formalmente em comunhão mais uma vez. No entanto, em Constantinopla, uma fórmula foi apresentada por quatro monges numa tentativa de encontrar um compromisso entre os monofisitas (que, lembremos,

dominaram a corte nos 37 anos anteriores) e os calcedonianos. Sua solução foi dizer que “um da Santíssima Trindade sofreu na carne” - significando que Cristo (um membro da Trindade) havia sofrido e morrido; esta doutrina é chamada de *teoquascismo* (significando que Deus “sofreu”). Este ensinamento foi fortemente combatido por uma das comunidades monásticas dominantes de Constantinopla na época, os chamados Monges Sem Sono (os *akoimetoí*). O monastério foi fundado em 405 por um certo Alexandre, que encorajou seus seguidores a realizar literalmente a injunção do Novo Testamento de “orar incessantemente”. Apesar da oposição dos Monges Sem Sono, Justiniano parece oficialmente ter apoiado o teoquascismo e isso é o que claramente declarou em uma lei de 533. Os Monofisitas, naturalmente, recusaram aceitar o compromisso do teoquascismo, e Justiniano por algum tempo usou todos os recursos do estado para persegui-los, especialmente na Síria. A perseguição visava quase exclusivamente o clero e os monges, muitos dos quais fugiram para o Egito, onde a política religiosa imperial simplesmente não podia ser aplicada, ou se misturavam à população em geral, e a perseguição provavelmente teve o efeito não intencional de se espalhar o monofisismo.

Últimos Anos

Teodora morreu em 28 de junho de 548. É impossível ter certeza sobre o impacto que ela teve na idade e no reinado de Justiniano. Certamente, Prokopios a descreve como uma personalidade notavelmente forte e até mesmo superior a do imperador em questão de dissimulado. Ela fundou muitos mosteiros, igrejas e outras instituições religiosas: um dos mais famosos foi o mosteiro de Metanoia (arrependimento), que recrutou ex-prostitutas. Sua proteção aos líderes monofisistas em Constantinopla, dentro dos muros do Palácio de Hormisdas, aconteceu sem dúvida, e isso certamente indica uma mulher de caráter e crença fortes.

Após a morte de Teodora a notável energia e otimismo de Justiniano parecem ter diminuído. Isso deve ter sido ainda mais diluído pelo longo curso da guerra italiana, embora isso tenha terminado, por fim, em uma vitória bizantina. Além disso, como vimos, as tentativas do imperador de unidade religiosa foram claramente um fracasso, e deve tê-lo deixado perplexo ao ver os monofisitas desafiando não apenas as ordens imperiais, mas também crescendo em força com o passar dos anos.

Em 558, a cúpula da Hagia Sophia desmoronou e, em 559, os hunos Kutrigur atravessaram o Danúbio e avançaram para o sul, até as

Termópilas, na Grécia. Quando os hunos ameaçaram Constantinopla, Justiniano chamou novamente Belisário da aposentadoria e ele os derrotou profundamente. O imperador fortaleceu a frota do Danúbio e os hunos se retiraram, mas essa invasão seria um presságio do que viria no próximo meio século.

A 'Era Negra' dos Bizantinos: Final do Século VI e Século VII

- 582 – 602 – Maurício
- 610 – Heráclito imperador
- 628 – Vitória sobre a Pérsia
- 634 – Início das invasões árabes
- 636 – Batalha de Yarmouk

O Período Após a Morte de Justiniano

Quase imediatamente após a morte de Justiniano em 565 (alguns diriam até mesmo antes), o grande edifício que o imperador construía rapidamente começou a desmoronar. Como já dissemos, as causas para isso são difíceis de discernir; é preciso perguntar quanto do desastre foi causado pelos excessos do reinado de Justiniano e quanto foi resultado de erros cometidos por seus sucessores; além disso, temos que estar cientes de que as dificuldades que caíram sobre Bizâncio nesse período foram muitas e difíceis, e pode-se imaginar se alguém poderia ter feito um trabalho melhor. No final, o estado sobreviveu - e a civilização bizantina com ele. E os imperadores reconstruíram o Império Bizantino em uma nova base, que levaria o império a seus maiores dias de prosperidade e poder. Mas antes dessa recuperação, o império foi quase destruído.

Justino II (565 – 578)

Justiniano e Teodora não tiveram filhos (embora foi alegado que Teodora teve filhos antes de conhecer Justiniano). Justino II era filho de uma das irmãs de Justiniano e sua esposa era sobrinha de Teodora; Justiniano nomeara seu sobrinho para ocupar altos cargos no palácio imperial e, quando o velho imperador morreu, Justino foi facilmente capaz de tomar o trono.

Durante todo o seu reinado Justino contou com a ajuda de sua esposa Sophia, e ela foi a primeira imperatriz bizantina a aparecer regularmente em moedas ao lado de seu marido: o casal é retratado, sentado lado a lado e vestidos com regalias imperiais completos sobre o volumoso cobre da cunhagem do reinado. Como sua tia, Sophia tinha uma personalidade poderosa e ela tinha seguidores, em Constantinopla e em outros lugares,

que eram especialmente leais a ela. O imperador e a imperatriz apareceram como um par em muitas esculturas em Constantinopla e construíram os *Chrysotriklinos*, que se tornariam a principal sala do trono no palácio imperial.

Nos assuntos do exterior, Justino acreditava que o império deveria impor sua política pela força do exército, então ele se afastou da política de ganhar o apoio dos bárbaros através do pagamento de tributos. No entanto, essa era uma prática difícil de manter naquele momento específico. Como vimos, problemas já estavam se formando na fronteira norte do império, e a situação começou a se desenrolar na Itália. Apenas três anos após a morte de Justiniano, em 568, os lombardos, outro povo germânico, iniciaram a conquista do país. Os bizantinos mantiveram o controle de Ravena e das terras imediatamente ao redor dela por algum tempo, e Ravena permaneceu essencialmente uma cidade bizantina; além disso, o Império Bizantino reteve o controle da maior parte da Calábria e da Apúlia no sul até meados do século XI, e a cultura bizantina continuou a influenciar a península pelos séculos vindouros. A maior parte do resto do país, no entanto, foi rapidamente perdida para os lombardos. Em Roma, os papas mantiveram uma independência precária, confiando em grande parte no poder militar bizantino para apoiá-los contra os alemães hereges; os lombardos, deve-se lembrar, eram arianos e havia uma longa história de antagonismo entre os hereges governantes germânicos da Itália e seus súditos católicos romanos.

Nos assuntos religiosos, Justino II novamente foi contra as políticas de Justino I e Justiniano, buscando mais uma vez encontrar um compromisso com os monofisistas. Ele abandonou as idéias teológicas de Justiniano e defendeu um retorno às doutrinas da igreja como elas existiam antes do Concílio de Calcedônia. Ele insistiu na recitação do Credo do Concílio de Constantinopla nas igrejas, e chamou os principais teólogos para tentar encontrar um compromisso. Ele até mesmo ressuscitou a idéia do *Henotikon*, proibindo a discussão de questões relacionadas com Calcedônia. Todos esses esforços foram em vão, no entanto, e Justino mais uma vez fez mais uma tentativa de trazer os Monofisitas de volta à comunhão com a igreja oficial.

Justino aparentemente sofria de algum tipo de doença mental, e seu comportamento tornou-se cada vez mais bizarro: aparentemente o imperador ocasionalmente mordida os membros da corte e passava horas ouvindo música de órgão. Sophia viu o perigo representado por essa instabilidade e, em 574, convenceu Justino a nomear o belo cortesão

Tiberios como César. A partir de então até a morte de Justino em 578, Tibério e Sophia efetivamente governaram o império.

Tibério Constantino (578 – 582)

Durante os últimos quatro anos da vida de Justino II, Tibério reverteu muitas das políticas do imperador, comprando o apoio dos ávaros, por exemplo, com um presente generoso, reduzindo impostos e gastando dinheiro em vários projetos de construção.

Após a morte de Justino, a viúva Sophia procurou manter seu próprio poder, e ela aparentemente exigiu que Tibério (daqui em diante conhecido como Tibério Constantino) se divorciasse de sua esposa e se casasse com ela. Ela foi, no entanto, enganada por Tibério, e sua influência começou a declinar. Nos assuntos externos, Tibério procurou primeiro recuperar a Itália através de uma campanha militar contra os lombardos. Ele teve que lutar guerras em três frentes, e ele finalmente procurou neutralizar os lombardos através de intrigas políticas. O general de maior sucesso de Tibério foi Maurício, que conseguiu vencer batalhas significativas contra os persas. O foco do imperador na fronteira oriental obrigou-o a negligenciar os Bálcãs, onde os ávaros construíram um poderoso império. Entre os aliados (ou súditos) dos ávaros estavam os eslavos, e seus primeiros ataques em grande escala ao território bizantino parecem ter ocorrido durante o reinado de Tibério.

Maurício (582 – 602)

Durante seu reinado de 20 anos, o imperador Maurício parecia que poderia restaurar alguma aparência de estabilidade para o estado bizantino. Ele já havia demonstrado sua habilidade como comandante militar e, em 582, Tibério Constantino o fizera César; após a morte do imperador mais velho, Maurício casou-se com a filha de Tibério. Maurício era um bom general em seu próprio direito, e o primeiro imperador a entrar em campo [de batalha] desde Teodósio I. Ele foi cuidadoso em sua escolha de generais competentes e administradores para ajudá-lo, e ele era um bom e ponderado governante, que deu passos para reverter a centralização que caracterizava a política estatal desde a época de Diocleciano, e ainda mais desde a época de Justiniano. Assim, ele criou formalmente os *Exarchate's* de Ravenna e Cartago, governados por exarcas cujos poderes combinavam autoridade civil e militar, o que contrariava os princípios anteriores da

política de Estado.

Maurício foi geralmente bem sucedido em suas guerras contra a Pérsia e em 591 uma oportunidade rara surgiu em seu caminho. Houve uma disputa pelo trono persa e Cosroes II, o neto de Cosroes I, procurou a ajuda de Maurício, e fugiu para território bizantino e pode até ter se casado com a filha do imperador. Maurício despachou vários de seus melhores generais para ajudar Cosroes em sua tentativa final de recuperar o trono. O resultado foi um tratado de paz (em 591), notavelmente favorável a Bizâncio e, na verdade, cedendo uma grande porção da Armênia ao império. A paz na fronteira persa permitiu que Maurice adotasse uma política externa agressiva em outros lugares, e a influência bizantina estava em um ponto alto na área disputada do Cáucaso. Maurício, no começo de seu reinado, já havia conseguido romper a confederação dos árabes dos Gassânidas, que havia sido o principal aliado de Bizâncio ao longo da fronteira sudeste contra os persas e os beduínos do deserto. Como resultado dessa mudança de política, o império foi capaz de forjar alianças flutuantes com um número maior de grupos árabes.

No Ocidente, a situação não era tão positiva. A maioria das possessões bizantinas na Espanha foi perdida para os visigodos em cerca de 584, embora ainda houvesse sua presença até os anos 620. O norte da África permaneceu oficialmente em mãos bizantinas até as conquistas árabes do século VII, mas a área estava longe de ser segura, já que os membros das tribos berberes atacavam os centros estabelecidos e tornavam o controle bizantino muito difícil. Na Itália, os lombardos emergiram de um período de dissensão interna, primeiro sob Autari, que assumiu o título de rei em 584 e depois Agiluf (590-616), e conseguiram estabilizar a conquista de grande parte do país. Em 593, o papa Gregório I procurou demonstrar sua independência do apoio bizantino, assinando um tratado de paz com os lombardos por conta própria, mas isso só poderia ser cumprido em 598 com a ajuda do Exarca de Ravenna.

Maurício dedicou energia significativa à área ocidental e, ano após ano, suas tropas fizeram campanha nos Bálcãs. A paz com a Pérsia em 591 permitiu-lhe concentrar ainda mais a sua atenção lá. Tropas imperiais atravessaram o Danúbio, a partir de 593, e a confederação dos ávaros mostrou sinais de dissolução. No entanto, a ordem para as tropas passarem o inverno de 602 através do Danúbio levou a uma revolta militar que rapidamente encontrou apoio em Constantinopla, tanto entre os senadores quanto nas facções de circo, com os Verdes e os Azuis se unindo contra Maurício, a quem eles consideravam muito severo em seu controle de sua

atividade. Focas, um oficial do exército de baixa patente, liderou a revolta do exército e marchou para Constantinopla, alegando que ele iria colocar o filho de Maurício, Teodósio (ou, alternativamente, sogro de Maurício) no trono. Nesta situação, as facções se revoltaram, e isso finalizou o destino do imperador. Maurício e seus filhos foram todos executados e Focas foi proclamado imperador com a benção do Senado.

Focas (602 – 610)

O reinado do imperador Focas é geralmente visto tanto por historiadores contemporâneos como por antigos como um desastre quase absoluto. Como mencionado acima, Maurício juntamente com toda a sua família foi assassinado de uma forma especialmente brutal, e todo o tecido da vida em Constantinopla parecia se desfazer. Embora Focas tenha sido inicialmente apoiado por membros do Senado, seu governo rapidamente começou uma série do que só pode ser chamado de assassinatos judiciais. Isso naturalmente deu origem a conspirações reais contra o imperador, e estas, por sua vez, levaram a uma maior perseguição da aristocracia. A facção do circo Verde, que inicialmente apoiara Focas, voltou-se contra ele por algum motivo, enquanto a facção Azul veio para apoiar o governo. O resultado foi uma violência quase contínua entre os membros das facções, não apenas em Constantinopla, mas também em outros lugares, e isso naturalmente teve um efeito desestabilizador sobre a sociedade como um todo.

Focas acrescentou à situação difícil levantando questões religiosas que inflamavam muitos cidadãos do império. Por um lado, ele assumiu uma posição fortemente calcedônia, em contraste com as políticas mais pragmáticas de seus antecessores, que não haviam feito nenhuma tentativa prolongada de controlar os monofisitas. Isso levou à perseguição de monofisitas no Oriente e uma resistência natural à política imperial. Além disso, no final do século VI, o papa Gregório Magno gerou uma controvérsia ao se opor ao uso do termo “Patriarca Ecumênico” (que significa patriarca de todo o império) pelo bispo de Constantinopla. Maurício essencialmente ignorou a controvérsia, mas Focas apoiou a posição papal e chegou a dirigir um decreto ao papa Bonifácio III, reconhecendo expressamente o bispo de Roma como chefe de toda a igreja. Tal posição, naturalmente, não obteve nenhum apoio para Focas, quer dos monofisitas quer dos calcedonianos, que desejavam manter as prerrogativas da igreja de Constantinopla.

O fracasso militar em várias frentes contra os persas, é claro, levou o imperador a encontrar bodes expiatórios, e seu governo continuou a executar comandantes e membros da aristocracia. Esta situação, juntamente com a catástrofe militar, apenas encorajou novas revoltas. Uma delas foi a bem sucedida em pôr fim ao sangrento reinado de Focas. Em 608, Heráclio, o exarca de Cartago, revoltou-se contra os Focas e despachou uma frota para a capital. Focas não tinha tropas para enfrentar o desafio e os provincianos descontentes começaram a se reunir ao padrão de revolta, que logo foi tomado pelo filho do exarca, também chamado Heráclio. O Egito se juntou à revolta e imediatamente cortou o suprimento de grãos para Constantinopla. Erguendo adeptos, Heráclio, o mais jovem, chegou fora de Constantinopla em 3 de outubro de 610, e o governo de Focas entrou em colapso quase imediatamente: o imperador foi sumariamente executado e as cores da facção Azul foram queimadas em uma onda de ira popular. Em 5 de outubro, Heráclio entrou em Constantinopla e foi coroado imperador pelo patriarca Sérgio.

Heráclio (610 – 641)

A ascensão de Heráclio ao trono é uma boa oportunidade para dar um passo atrás e examinar brevemente algumas das principais questões e problemas históricos que afetam nossa compreensão dos séculos VI e VII, especificamente a questão do assentamento eslavo dos Bálcãs e do questão da chamada Idade das Trevas Bizantina.

Os Bálcãs, como vimos, estavam essencialmente perdidos para o império, e a guerra com a Pérsia estava indo muito mal, já que a morte de Focas não diminuiu o desejo de Cosroes II por uma vitória sobre Bizâncio. O exército do Oriente, felizmente, manteve algum grau de coesão e buscou desviar o avanço persa. Pouco depois da ascensão de Heráclio, no entanto, os persas derrotaram o exército bizantino perto de Antioquia, e eles se mudaram para a Ásia Menor e para o sul, tomando Damasco e, em 614, Jerusalém. Eles saquearam a Cidade Santa, destruíram a igreja do Santo Sepulcro, construída por Constantino, e levaram a Santa Cruz (supostamente a cruz usada na crucificação) para a capital persa de Ctesifonte.

Heráclio usou esse tempo para treinar o exército em novas táticas, especialmente o uso de arqueiros montados em armas leves, e supervisionou isso pessoalmente, contra o conselho de seus ministros, que pensavam que ele deveria evitar entrar no campo de batalha. Em 622,

Heráclio sentiu que estava pronto para o contra-ataque contra os persas. Ele lançou isso atacando o norte na Armênia, forçando os persas a abandonar suas fortificações na Ásia Menor, e o imperador foi vitorioso em uma batalha crítica em solo armênio. Nos anos seguintes Heráclio permaneceu na ofensiva e conseguiu tomar várias cidades, incluindo a importante cidade religiosa persa de Ganzak, onde destruiu o templo de Zoroastro em vingança pela destruição de Jerusalém. Os persas, no entanto, contra-atacaram, e a ameaça mais séria veio em 626, quando os persas e os ávaros se combinaram para atacar a própria Constantinopla. O imperador estava em campanha no Cáucaso e a defesa da cidade estava nas mãos do patriarca Sérgio. Os persas, sob seu general Shahrbaraz, acamparam-se na Calcedônia, mas não tinham navios para transportá-los através do Bósforo. Estes eram fornecidos pelos eslavos, que conheciam a tecnologia da construção básica de navios, embora seus navios - embora provavelmente não fossem canoas (como alguns historiadores pensam) - dificilmente seriam páreo para os navios da marinha bizantina. As Muralhas de Constantinopla foram suficientes para frustrar dois ataques diretos dos ávaros, e quando os eslavos partiram para transportar os persas para o lado europeu, a marinha bizantina partiu do Corno de Ouro e devastou a “armada” ávara. Outro ataque dos ávaros também falhou e o cerco foi cancelado; Constantinopla havia sido salva, e Heráclio foi capaz de pressionar sua vantagem para o coração da Pérsia. Ele passou a maior parte de 627 em uma tentativa bem-sucedida de subjugar o Cáucaso e depois surpreendeu os persas ao marchar para a Mesopotâmia em dezembro. Uma batalha perto de Nínive teve uma vitória bizantina decisiva e Heráclio perseguiu Cosroes pelo norte do Iraque. No ano seguinte (628) houve uma revolta na Pérsia e Chosroes foi derrubado e executado.

Heráclio conquistou uma vitória completa. O novo governante persa, Shahrbaraz, estava disposto a fazer concessões notáveis, incluindo a aceitação do cristianismo e o reconhecimento de Heráclio como protetor de seu filho. Embora apenas alguns anos antes parecesse que o Império Bizantino poderia desaparecer, em 628 derrotara decisivamente seu antigo rival e estava definitivamente no controle do Oriente. A Santa Cruz foi levada de volta para Jerusalém e em 630 Heráclio entrou na cidade para celebrar o triunfo, que ele conquistou em grande parte por sua coragem pessoal, determinação e habilidade militar.

Problemas Teológicos

Como todos os imperadores bizantinos fizeram, Heráclio teve que lidar com questões religiosas e com a maneira como o cristianismo parecia dividir seus súditos em vez de uni-los. A questão era particularmente aguda para ele quando recuperou o Oriente, e o monofisismo voltou a ser uma consideração permanente. O patriarca Sérgio assumiu a liderança na tentativa de encontrar novamente algum compromisso entre os dois lados teológicos. Ele procurou fazer isso com a doutrina do *Monoergismo*, que ensinava que, embora Cristo tivesse uma natureza humana e divina, ele tinha uma única "energia". O imperador e o patriarca empurraram essa doutrina e tiveram algum sucesso inicial; o papa parecia disposto a concordar, e vários importantes clérigos monofisistas também apoiaram. Sophronios, o poderoso patriarca de Jerusalém, resistiu e exigiu nada menos que a plena aceitação de Calcedônia, e logo a posição dos monofisitas também se endureceu. Sérgio, portanto, repensou o assunto e sugeriu outra doutrina, propondo a doutrina de que Cristo tinha um único "testamento". Heráclio apoiou o ensino do *monotelismo* (a doutrina da "única vontade") e em 638 ele declarou oficialmente que era política imperial em um decreto chamado *Ekthesis*, que foi publicado publicamente na Hagia Sophia. Esta "solução" para o problema religioso não teve mais sucesso do que qualquer das tentativas anteriores. Assim como o *Henotikon* antes dele, o *Ekthesis* foi rejeitado por calcedonianos e monofisitas, e só serviu para endurecer a posição dos dois lados e minou ainda mais a capacidade do imperador de determinar a crença religiosa por decreto imperial.

As Invasões Árabes

É uma ironia impressionante que a vitória total de Heráclio sobre os persas tenha sido seguida quase que imediatamente pela perda permanente de virtualmente todo o Oriente Bizantino para os árabes. Como resultado das guerras persas, os recursos do estado bizantino foram estendidos ao ponto de ruptura, e o imperador deve ter esperado ansiosamente por um longo período de paz em que a prosperidade pudesse ser restaurada. Pelo contrário, em 634 - apenas seis anos depois da vitória de Heráclio sobre os persas e dois anos após a morte do profeta Muhammad (chamado de Maomé em português) os árabes invadiram o território bizantino e dentro de dois anos eles tinham essencialmente ganho o controle do Oriente

bizantino, incluindo a Síria e Palestina.

Este não é o lugar para uma discussão sobre as origens do Islam e o desenvolvimento do califado árabe; o leitor que não tem conhecimento básico desses eventos seria aconselhado olhar para um bom resumo da história islâmica primitiva. É claro, no entanto, que o Profeta Muhammad e a antiga tradição islâmica cresceram em um mundo com fortes conexões com Bizâncio. O próprio Muhammad estava plenamente consciente do judaísmo e do cristianismo bizantino, e o Profeta viveu na fronteira do Império Bizantino, que ele quase certamente visitou.

Grande parte da última parte da vida do Profeta foi dedicada ao estabelecimento de uma nova religião estridentemente monoteísta entre os povos fortemente politeístas da península arábica. Esta foi uma tarefa difícil, marcada pela violência contra os muçulmanos e muitos contratempos para o Islam. Na época da morte de Muhammad em 632, no entanto, a maioria da península havia pelo menos aceitado formalmente o Islã, e Abu Bakr, o primeiro califa ("sucessor do Profeta"), poderia reivindicar pelo menos a lealdade formal da maioria das pessoas vivendo na península. O sucessor de Abu Bakr foi o califa Umar (634 – 644), que iniciou as campanhas militares que levaram à rápida disseminação do islamismo e do califado.

Em 634, Umar invadiu a Síria e obteve várias vitórias contra os exércitos bizantinos, incluindo a conquista de Damasco. A princípio, os bizantinos não levaram a sério essa invasão, já que invasores árabes freqüentemente causavam dificuldades naquela área. Em 636, no entanto, Heráclio ficou alarmado, e ele organizou uma enorme força expedicionária, talvez do tamanho de 100.000 homens, e a despachou contra os árabes. Umar inicialmente recuou do norte da Síria, mas ofereceu uma batalha no vale de Yarmuk (um afluente do rio Jordão na Palestina). A dissensão entre os comandantes bizantinos, a eficácia dos cavaleiros árabes e uma súbita tempestade de areia levaram à destruição de todo o exército bizantino e deixaram toda a Síria e a Palestina abertas às forças de Umar. Liderados pelo Patriarca Sophronios, o povo de Jerusalém resistiu às forças árabes, mas eles também foram forçados a se render a Umar em 638. O califa respeitou os lugares cristãos de culto em Jerusalém e os deixou em mãos cristãs, embora santuários muçulmanos foram rapidamente construídos na cidade santa. Os árabes subjugarão o Império Persa tão depressa quanto tomaram o leste bizantino, e se mudaram para conquistar a Armênia em 640 e o Egito em 641.

O califa Umar iniciou o processo de criação de um estado que

finalmente teria sua capital em Damasco, no antigo território bizantino, e ao fazê-lo fez uso de muitas instituições bizantinas e, de fato, com ex-autoridades bizantinas, já que os árabes não tinham tradição anterior de gerenciar um grande império centralizado, mas diversificado. De fato, os registros do califado foram mantidos por anos em grego, e as primeiras moedas árabes imitaram moedas bizantinas, até mesmo representando um “califa em pé” em imitação de moedas que mostravam o imperador na mesma posição; só depois de algum tempo essa figura humana foi removida das moedas, para ser substituída por uma simples inscrição. O mesmo pode ser dito sobre a arquitetura monumental, já que os árabes tinham pouca ou nenhuma tradição a esse respeito, e os novos governantes empregavam naturalmente arquitetos e construtores bizantinos na construção de palácios, mesquitas e outros edifícios públicos para decorar suas cidades e locais de interesse.. Bons exemplos da continuidade da tradição bizantina sob os primeiros califas são a grande mesquita de Damasco, a Cúpula da Rocha em Jerusalém e os palácios omíadas no deserto jordaniano.

Há também boas evidências de continuidade num nível mais básico nas evidências arqueológicas. Um exame minucioso das escavações e levantamentos da cidade e do campo sugere considerável prosperidade na Síria durante o quarto ao sexto século. Isso está de acordo com o que sabemos de todo o Mediterrâneo Oriental neste período. Escavações na aldeia de Dehès, no entanto, apresentam uma surpresa considerável. A aparente prosperidade dos primeiros anos permitiu que os habitantes, que aparentemente eram fazendeiros, construíssem casas bastante impressionantes (completas com colunatas ao longo da frente) até o século VI. Essa construção foi interrompida, mas as conquistas árabes praticamente não deixaram vestígios, e aparentemente a vida continuou sem interrupção pelo menos até o final do século VII. Não há evidência de destruição violenta a qualquer momento, mas o acordo parece ter diminuído de tamanho e acabado por desaparecer, aparentemente como resultado da ascensão dos abássidas e da substituição de Damasco por Bagdá como a sede do califado em 750, eventos que não tinham conexão direta com Bizâncio.

Os Sucessores de Heráclio

Heráclio passou seus últimos anos afundado em desespero, doença e talvez até desordem mental. O colapso total do Oriente deixou-o incapaz

de agir, e o homem que havia tomado o estado da derrota para o triunfo foi aparentemente petrificado pela indecisão e pelo medo. Dissensão começou a surgir na capital e Heráclio finalmente morreu em fevereiro de 641.

Ele deixou para seus sucessores um legado difícil: o império foi dividido internamente e teve que enfrentar uma série de desafios do ascendente califado árabe. Que o estado bizantino foi capaz de sobreviver a esta época de problemas é uma medida de sua profunda força interna e da criação de uma estrutura institucional que caracterizaria a sociedade bizantina para o próximo meio milênio. O período é difícil de entender, em parte porque nossas fontes são tão pobres, mas eventos de crucial importância estavam ocorrendo. Os fracassos finais dos árabes para tomar Constantinopla ou fazer incursões permanentes na Ásia Menor foram o início do longo processo de recuperação bizantina.

Heráclio casou-se duas vezes, primeiro com Favia, que adotou o nome de Eudokia, e que lhe deu o futuro imperador Heráclio Constantino, também conhecido como Constantino III. Após sua morte, Heráclio se casou com sua sobrinha Martina (em 613/14), uma mulher capaz e ambiciosa que conquistou a inimizade do povo e da igreja, em parte porque o casamento era geralmente considerado incestuoso. O patriarca Sérgio condenou a união, mas Heráclio ignorou sua oposição e Martina deu ao imperador dez filhos; vários deles, no entanto, estavam mentalmente incapacitados - um sinal para [Sérgio de] um pouco do desagrado de Deus.

Heráclio Constantino nasceu em 612 e foi coroado como imperador no ano seguinte, por isso sua sucessão estava garantida, embora ele estivesse com problemas de saúde na época da morte de seu pai. De acordo com o testamento do ex-imperador, Heráclio Constantino deveria dividir o trono com seu meio-irmão Heraclonas, filho de Martina, que tinha apenas 15 anos na época. Heráclio Constantino era popular com o povo de Constantinopla, mas ele encontrou o tesouro vazio (e de acordo com uma fonte, ele abriu a tumba de seu pai e removeu sua coroa para ser vendida). Ele não teve sucesso militar. Martina claramente achou-o um impedimento para o governo de seu próprio filho, e rumores de crime foram imediatamente divulgados quando Heráclio Constantino morreu.

Martina sentia que agora que tinha uma oportunidade clara de governar em nome de seu filho pequeno. Ela apoiou os ensinamentos do Monotelismo e procurou remover os seguidores do recentemente falecido co-imperador, mas a oposição surgiu, tanto por causa de seu casamento supostamente incestuoso e também simplesmente porque ela era uma

mulher que procurava governar sozinha. Esta oposição foi centrada especialmente dentro do Senado e do exército na Ásia Menor, e Martina tentou difundi-lo, organizando a coroação do filho de Heráclio Constantino, Constante II, que tinha apenas 11 anos de idade. Isso não foi suficiente, e no entanto, uma revolta varreu ela e seu filho do poder. Ambos foram mutilados - o primeiro caso de mutilação judicial de um imperador ou imperatriz: o nariz de Heraclonas e a língua de Martina foram cortados, tornando-os incapazes de novamente manter o poder imperial, e foram exilados para a ilha de Rodes (setembro de 641).

O nome verdadeiro de Constante II (641-668) era Flavios Herakleios, mas ele foi coroado como Constante e usou esse nome em suas moedas. O novo imperador, provavelmente por sua juventude, era universalmente conhecido pelo apelido de Constante. Durante a parte inicial de seu reinado, o Senado exerceu um poder incomum, mas quando ele tinha 18 anos, ele governou em seu próprio nome e começou a ocupar o campo no comando de suas tropas.

Naturalmente, a primeira preocupação do imperador era a ameaça árabe, e Constante concebeu uma política agressiva, exortando seus soldados a recordar as vitórias de Constantino, o primeiro imperador cristão. Infelizmente para o imperador, os árabes estavam cada vez mais bem organizados, e Muawiya, o governador da Síria e depois primeiro califa omíada (661-680), era um líder que planejou um plano cuidadosamente pensado para conquistar o Império Bizantino. Em 647 ele começou a fazer incursões anuais na Ásia Menor. Muawiya era tolerante com os cristãos e fez uso de administradores e artesãos bizantinos, principalmente para ajudar na construção de uma frota com a qual ele buscava desafiar a superioridade naval bizantina e atacar profundamente o coração do império. Assim, Muawiya capturou o Chipre (649), Rodes (654) e Cós (654), desafiando os bizantinos no controle da costa sul da Ásia Menor. Curiosamente, os árabes não foram capazes de manter o Chipre, e desta época até meados do século X, Chipre permaneceu como um “condomínio” no qual tanto os árabes tanto como os bizantinos exerciam autoridade e da qual nenhum dos dois poderes deveria atacar o outro. Esse arranjo interessante provavelmente não foi único neste período e indica a capacidade de bizantinos e árabes de interagir de uma maneira menos hostil.

Muawiya, no entanto, logo se preocupou com eventos políticos internos. Os últimos anos do califado de Uthman foram marcados por conflitos civis, e Uthman foi assassinado em 657. Uthman foi sucedido por

Ali, o sobrinho do Profeta e marido de Fátima, filha de Muhammad. O descontentamento continuou, assim, Muawiya (que havia sido secretário do Profeta) foi um dos principais adversários de Ali. Como resultado dessa luta, Muawiya concluiu um tratado de paz com Constante em 659, no qual Bizâncio pagaria uma enorme tributo.

Constantino IV (668 – 685)

Depois de alguma hesitação inicial, Constantino IV, filho de Constâncio II, sucedeu ao trono. Ele foi coroado como co-imperador em 654, e ele governou a princípio com seus irmãos mais novos, Heráclio e Tibério. Seu primeiro ato foi ir à Sicília para acabar com a revolta de Meziades, um dos assassinos de seu pai, mas ele logo teve muitas dificuldades para lidar com a fronteira oriental.

Em 668, a disputa dentro do califado havia terminado e Muawiya estava firme no poder. Desde 663, os árabes invadiram a Ásia Menor e a cada ano devastaram-na, mas a cada outono eles tinham que retornar às suas bases na Síria. Muawiya entendeu que enquanto Constantinopla permanecesse uma fortaleza inexpugnável, os árabes não seriam capazes de assegurar suas vitórias na Ásia Menor, e ele continuou sua política de cerco naval. Em 670 suas tropas tomaram Kyzikos, nas margens do Mar de Marmora, em frente a Constantinopla, e em 670, Esmirna. Em 674, Muawiya iniciou um grande cerco à própria Constantinopla. O cerco foi baseado no domínio árabe inicial pelo mar, já que as Muralhas da cidade eram essencialmente inexpugnáveis. O cerco se arrastou por quatro anos, mas a maré finalmente se transformou quando navios bizantinos partiram do Corno de Ouro e atacaram os navios árabes com "fogo grego" pela primeira vez. Esta substância, cuja manufatura era um segredo de estado bizantino não conhecido até hoje, foi disparada por um "sifão" e incendiou uma conflagração supostamente insaciável. Estudiosos propuseram várias substâncias, de pólvora a uma mistura à base de petróleo; seu efeito era aparentemente aterrorizante e eficaz para os defensores bizantinos. Embora o Fogo Grego pudesse ser usado em uma variedade de circunstâncias, era mais comumente empregado em encontros navais, disparados dos conveses de navios bizantinos sobre os cascos de madeira de seus oponentes.

No final, as forças de Muawiya tiveram que se retirar, embora os árabes ameaçassem novamente Constantinopla, esse era o ponto alto do poder árabe contra Bizâncio e, a partir de então, os bizantinos começaram

a se recuperar, certamente em parte por causa da lenta reorganização do Estado e do exército que estava começando durante esse período. Muawiya percebeu que a oportunidade imediata havia sido perdida e assinou um tratado de paz de 30 anos em termos muito mais favoráveis a Bizâncio do que os acordados no início do século. Assim, em termos históricos gerais, o cerco de Constantinopla em 674-8 foi de considerável importância, e alguns [historiadores] o classificam como mais importante do que a Batalha de Poitiers (ou Tours) em 732, quando as forças de Carlos Martel derrotaram os árabes da Espanha. A vitória bizantina em 678 foi a primeira derrota significativa que os árabes experimentaram desde sua explosão no cenário mundial 40 anos antes, e tem sido vista por alguns como crítica na “defesa” da Europa e da civilização européia. Tal visão é em grande parte fora da escrita histórica, e é mais comum que os historiadores enfatizem as fortes interconexões entre os árabes e as potências cristãs da Europa medieval, mas não há dúvida de que a vitória bizantina neste momento foi significativa na história e na sobrevivência do próprio império.

Constantino IV também tentou estabilizar ainda mais a situação no Ocidente. Ele assinou um tratado de paz com os lombardos, que haviam feito progressos no sul da Itália, capturando vários redutos bizantinos. Ele teve menos sucesso nos Bálcãs e foi forçado a reconhecer a colonização dos búlgaros ao sul do Danúbio.

Justiniano II, primeiro reinado (685 – 695)

Constantino IV morreu em 685 e deixou sua esposa Anastasia e seus dois filhos, Justiniano e Herakleios. Justiniano II tinha apenas 16 anos de idade quando seu pai morreu, mas sua elevação [a imperador] era aparentemente inquestionável. Apesar de sua juventude, Justiniano embarcou em uma política ampla e agressiva em várias frentes. Militarmente, seus exércitos foram geralmente bem sucedidos contra os árabes no início de seu reinado, embora os ataques árabes na Ásia Menor o forçassem a recuar da Armênia e em outras áreas, onde ele havia sido capaz de exercer o poder bizantino. Essas vitórias permitiram que Justiniano fizesse campanha com algum sucesso nos Bálcãs, e continuou a política de intercâmbio populacional, estabelecendo eslavos na Ásia Menor e povos orientais nos Bálcãs.

Em 691-2, ele chamou o Concílio Quinisextum (Concílio em Trullo), realizado no palácio imperial em Constantinopla. Esse concílio,

diferentemente daqueles que o precederam imediatamente, não se preocupava primordialmente com a controvérsia teológica, mas com os assuntos cotidianos da moralidade e do governo da igreja. Os decretos deste conselho sobrevivem e fornecem uma janela importante para a vida neste período, não apenas para a igreja e membros do clero, mas também para leigos comuns.

Justiniano II era extremamente piedoso e realizou muitos projetos notáveis de construção e iconografia, incluindo a construção dos Triklinos no Palácio Imperial. Especialmente significativa foi a decisão de Justiniano de usar um retrato de Cristo como o elemento principal das moedas de ouro bizantinas. Antes disso, por uma razão ou outra, os bizantinos tinham hesitado em colocar a figura de Cristo diretamente nas moedas, mas Justiniano reverteu essa política e relegou seu próprio retrato para o reverso da moeda, uma indicação clara do triunfo da moeda e do ideal eusebiano da monarquia bizantina: Cristo era o verdadeiro governante, enquanto o imperador era seu vice-regente e confidente.

Imperadores Fracos e a Quase Anarquia (695–717)

Apesar do sucesso de Justiniano II, a oposição começou a crescer, especialmente contra suas rigorosas políticas tributárias. Em 695, uma revolta eclodiu, liderada pelo general de maior sucesso do imperador, Leôncio, um isauriano que havia caído em desgraça por causa de Justiniano. A revolta teve sucesso e Leôncio tornou-se imperador. Justiniano foi mutilado tendo seu nariz cortado; desta época em diante ele fora conhecido como "Rhinotmetos" ("nariz cortado") e pode ser que ele tenha usado um "substituto" de ouro para esconder sua desfiguração. O ex-imperador foi exilado em Cherson, na costa norte do Mar Negro.

Leôncio (695-8) governou apenas brevemente, seu reinado foi marcado mais notavelmente por um surto de peste. Leôncio despachou o comandante naval Apsimar para o norte da África, numa tentativa de recuperar a área dos árabes. O esforço fracassou, mas Apsimar foi proclamado imperador, e ele capturou Constantinopla com a ajuda da facção verde [de corrida], e foi proclamado imperador com o nome de Tibério II (698-705). Tibério foi ativo na promoção da defesa do império, reparando os muros de Constantinopla, e ele interveio militarmente no Chipre e na Síria.

Justiniano II, no entanto, enquanto exilado em Cherson, aliou-se ao clã dos cazares, cuja irmã ele se casou. Os cazares haviam se estabelecido no

Cáucaso e ao norte do Mar Negro, pelo menos desde a época de Heráclio, e eram aliados naturais dos bizantinos contra os persas e, mais tarde, contra os árabes. Além disso, forneceram aos bizantinos uma importante ajuda no controle do extremo oeste do “corredor das estepes”, que ia da Ásia Central à fronteira do Danúbio, sempre uma área chave na política externa bizantina.

Com a ajuda dos cazares, Justiniano retornou a Constantinopla e novamente tomou o trono (705-11). Justiniano II foi um dos poucos governantes bizantinos a reconquistar o trono e o único imperador que reinou depois de ter sido mutilado. Justiniano teve sua esposa, Teodora, coroada como imperatriz, a primeira mulher estrangeira a ter essa honra. Durante seu segundo reinado, Justiniano II retomou de onde havia parado, restabelecendo uma moeda decorada com o busto de Cristo e promovendo uma ambiciosa política externa envolvendo os lombardos, o papado e os búlgaros no Ocidente, enquanto os árabes sob Maslama invadia a Ásia Menor. Justiniano despachou uma frota contra Cherson, mas as tropas se revoltaram e proclamaram seu comandante Bardanes como imperador com o nome de Filpos. Ajudado pelos cazares, Filpos capturou Constantinopla em 711 e Justiniano II fugiu da cidade.

Surpreendentemente, Filpos levantou novamente a questão do monotelismo e convocou um conselho da igreja que reverteu as decisões tomadas recentemente a esse respeito. O reinado de Filpos foi militarmente mal sucedido e os árabes tiveram uma série de vitórias impressionantes. Provavelmente por essa razão, houve outra revolta militar e em 713 Filpos foi deposto e cegado.

O oficial da corte Artemios foi proclamado imperador como Anastácio II (713 – 715). Ele imediatamente reverteu a política religiosa de seu antecessor, restabeleceu os conselhos que Filpos havia condenado, e em 715 fez de Germanos o Patriarca de Constantinopla; Germanos, que era um importante teólogo e autor de poesia religiosa, teria um papel significativo nas controvérsias que logo iriam surgir. Anastácio acreditou corretamente que os árabes estavam planejando outro grande ataque a Constantinopla, e preparou a cidade para o cerco, fortalecendo as muralhas e construindo um forte suprimento de provisões. No entanto, outra revolta militar soletrou o fim de Anastácio II e levou Teodósio III ao trono (715-717). O novo imperador pode muito bem ter sido o filho de Tibério II, poupado por Justiniano II ao retornar ao poder em 705. Teodósio também estava ciente do iminente perigo árabe, e assinou uma aliança com o búlgaro Khan Tervel, provavelmente para garantir sua segurança em caso

de um cerco árabe. No entanto, outra revolta militar eclodiu, e com a ascensão de Leão III, Teodósio abdicou e se tornou um monge.

A Dinastia Isauriana e o Iconoclasmo

- 717 – Leão III se torna imperador.
- 717 – 718 – Novo cerco árabe a Constantinopla.
- 726 – Início do Iconoclasmo.
- 787 – Primeira Restauração dos Ícones.
- 800 – Coroação de Carlos Magno.

Leão III (717 – 741)

Leão III interveio na política bizantina em um momento decisivo, e estabeleceu o estado em uma base sólida, militar e politicamente. Seu primeiro problema foi um cerco árabe de Constantinopla, que começou quase imediatamente depois que ele tomou o trono. Depois de resistir ao cerco, Leão começou a levar a guerra aos exércitos árabes e conseguiu, no final de seu reinado, libertar locais ocidentais da Ásia Menor dos ataques árabes. Em assuntos domésticos, ele é mais conhecido por sua codificação da lei, o *Ekloga* e sua política de iconoclasmo. A investigação deste último é particularmente difícil porque as fontes Iconófilas são universais em sua condenação do imperador, e virtualmente quase não existem fontes Iconoclastas.

A família de Leão tinha vindo da Síria e estava estabelecida na Trácia como parte da política de transferências de população de Justiniano II. A denominação “Isauriana” para Leão e sua dinastia é, portanto, provavelmente um equívoco. Leão chamou a atenção de Justiniano II quando ajudou o imperador a recuperar seu trono em 705, e ele alcançou proeminência no exército. Ele se tornou *strategos* do *tema* [unidade territorial] *Anatolikon* sob Anastácio II, e durante o reinado de Teodósio III Leão aliou-se com Ardavasdos, *strategos* de Armeniakon, e tomou o trono em 717. Ele encontrou a capital em uma situação de algum desconforto após 30 anos de instabilidade política.

Devido à confusão em Constantinopla desde a morte de Constantino IV, os árabes haviam feito progressos consideráveis na Ásia Menor, e o general árabe Maslama (irmão dos califas Walid, Sulayman e Yazid (705-724) planejou outro ataque direto contra a capital. O cerco de Constantinopla começou em agosto de 717, apoiado pela marinha de Sulayman. Leão conquistou uma vitória na Ásia Menor e atacou os árabes pela retaguarda, enquanto os búlgaros (sob Tervel) atacaram a partir do

oeste, e o fogo grego novamente fez seu trabalho na frota árabe. Como resultado, Maslama retirou-se em agosto de 718 depois de absorver pesadas perdas.

Leão teve vitórias em Nicéia em 726 e em Akroinon em 740, de modo que até o final de seu reinado a Ásia Menor ficou relativamente segura contra incursões árabes. Em parte, os sucessos de Leão contra os árabes foram o resultado de sua aliança com os cazares. Os cazares, que viviam ao norte do Mar Negro, podiam atacar os árabes pela retaguarda, e eles haviam estado envolvidos na política bizantina pelo menos desde o casamento de Justiniano II com a filha do líder cazar. Leão cimentou sua própria aliança com os cazares ao casar seu filho Constantino com uma princesa cazar.

Leão era um administrador cuidadoso e um autocrata. Ambas estas características são mostradas no *Ekloga*, uma codificação legal, emitida provavelmente em 726 (ou possivelmente em 741). Segundo o prefácio do texto, Deus havia confiado ao imperador a promoção da justiça em todo o mundo, e o novo código fazia parte da tentativa do imperador de promover justamente isso. Em sua opinião, as atuais codificações da lei eram confusas e amplamente incompreensíveis (em parte porque eram contraditórias e ainda largamente em latim). Juízes e advogados, não só (de acordo com o *Ekloga*) nas províncias, mas também na “Cidade protegida por Deus” (Constantinopla) eram ignorantes no que a lei dizia. O *Ekloga* era um manual prático projetado para uso diário, em vez de um tratado que fornecia uma base teórica para a lei. Restringiu o direito ao divórcio e forneceu uma longa lista de crimes sexuais. O *Ekloga* também introduziu um novo sistema de punição, incluindo a mutilação judicial, mas praticamente aboliu a pena de morte.

Ícones e a Teoria dos Ícones

Como vimos, a arte cristã primitiva evitou amplamente a representação de Cristo e dos santos, limitando-se a representações simbólicas, provavelmente por causa da proibição mosaica de adorar ídolos. Lentamente, porém, e especialmente depois da conversão de Constantino, começaram a ser empregadas gravuras religiosas. Nem todos os cristãos aceitaram essas representações e, como mencionado anteriormente, Eusébio de Cesaréia foi um dos que aparentemente se opuseram à nova tendência.

Ícones (*eikones*, “imagens”) eram representações físicas de Deus e dos

santos, normalmente quadros bidimensionais, frequentemente pintados em madeira, que eram usados para propósitos devocionais. Os ícones parecem ter se originado na mesma tradição dos cultos dos santos e relíquias; isto é, eles não eram vistos primariamente como arte, mas como poderosas “ferramentas” religiosas que poderiam ajudar a humanidade a cobrir a enorme lacuna entre o humano e o divino.

Apesar de algumas dúvidas, o uso de ícones continuou a crescer e a decoração de muitas igrejas sobreviventes dos séculos V e VI demonstra que, juntamente com o uso continuado de símbolos e representações simbólicas de Cristo (por exemplo, Cristo como um cordeiro, o uso do *Christogram*), igrejas eram comumente decoradas com representações realistas de Cristo, da Virgem Maria e dos santos. Há razões para crer que no século VI, especialmente na segunda metade, o uso de ícones se tornou mais difundido, à medida que a devoção pessoal aumentou e os líderes políticos e religiosos se identificaram cada vez mais com ícones e os usaram para ajudar a aumentar seu próprio poder. Uma marca disso foi quando o Concílio Quisisext (o Concílio de Trullo) em 691/2 decretou que Cristo não deveria ser representado como um símbolo, mas sim "em sua forma humana". Também significativa era a representação de Cristo como a imagem principal de Justiniano II nas moedas bizantinas, uma indicação de que o imperador e, sem dúvida, muitos de seus súditos consideravam essas imagens apropriadas e importantes para manter o bem-estar do império.

Os ícones também eram uma expressão pessoal de devoção que era particularmente importante na idade média, quando muitas das instituições da época estavam aparentemente desmoronando. Assim, um indivíduo ou uma família pode ter um ícone próprio, ao qual as pessoas podem ser especialmente dedicadas. Desde cedo os símbolos também eram vistos como milagrosos e "localizavam" o poder de Deus, a Virgem ou um santo individual. Assim, um ícone trouxe a presença do poder divino diretamente aos adoradores individuais, independentemente de onde eles estavam, e permitiu que eles “falassem” diretamente ao divino e buscassem ajuda para todas as suas necessidades. Não é de surpreender que os ícones, como manifestações localizadas do divino, frequentemente pensassem em honrar os pedidos dos fiéis, e os milagres eram frequentemente atestados e amplamente elogiados.

O Surto do Iconoclasmo

Como mencionado acima, algumas pessoas sempre se opuseram à produção e veneração dos ícones, em grande parte porque os viam como uma violação do mandamento Mosaico contra a adoração de “imagens esculpidas”. Essa oposição, no entanto, nunca antes havia formado um movimento de qualquer espécie, e os imperadores não se envolveram na questão de maneira significativa, exceto talvez quando Justiniano II colocou a imagem de Cristo em moedas e o Concílio Quinisext proibiu a representação simbólica de Cristo.

Tudo isso mudou com Leão III. De acordo com o monge Teófanos, que era muito hostil a Iconoclasmo (e, portanto, a Leão III e seus sucessores), Leão "começou a falar contra os ícones" em 726 e finalmente ordenou que o grande ícone de Cristo fosse removido do Portão de Chalke do palácio. Isso despertou considerável oposição, tanto em Constantinopla quanto nas províncias ocidentais. Como resultado, em 730, Leão convocou uma reunião do conselho imperial de seus conselheiros e declarou que a veneração aos ícones era ilegal e ordenou seu confisco. Como seria de esperar, esta política encontrou uma oposição considerável. O patriarca Germanos expressou seu apoio aos símbolos e foi deposto, enquanto o governador de Hélade aproveitou a ocasião para montar uma revolta, que aparentemente foi facilmente derrotada. O papado sempre foi fortemente a favor da veneração das imagens, então as políticas de Leão levaram a um cisma entre as duas igrejas. Os oficiais do imperador aparentemente removeram a decoração figurativa de igrejas e outros locais públicos, mas parece não ter havido nenhuma perseguição real aos Iconófilos, como podem ser chamados aqueles que apoiavam a veneração dos ícones.

Teófanos (que escreveu no início do século IX) diz que a política Iconoclasta de Leão foi resultado da influência de judeus e árabes. Mesmo que tanto o judaísmo quanto o islamismo fossem ambos "iconoclásticos" no sentimento, parece não haver razão para acreditar que os exemplos dessas religiões foram a causa última do iconoclasmo bizantino. Teófanos, com certeza, cria uma história confusa, conectando a política de Leão com um vizir árabe e um mago judeu, que supostamente teria influenciado o imperador. A maioria dos estudiosos de hoje duvida de tal influência, exceto no sentido mais geral, embora pareça que este surto de Iconoclasmo oficial tenha ocorrido logo após a tentativa do califa Yazid de remover ícones nas igrejas cristãs sob o controle do califado.

A explicação mais convincente para a ação de Leão parece ser sua própria crença pessoal. Como já dissemos, muitos cristãos (talvez principalmente no Oriente) consideravam a veneração dos ícones um

pecado grave, e presumivelmente sentiam que Deus estava certamente punindo o império pelo crescimento dessa prática nos últimos séculos. Assim, nesta visão, o fracasso de Bizâncio em deter a maré árabe foi a resposta de Deus à idolatria dos cristãos que veneravam imagens e as colocavam em igrejas e em lugares públicos proeminentes em todo o império. Leão, deve ser lembrado, reinou por quase dez anos antes de começar a falar abertamente contra os ícones e, quando decidiu agir, aparentemente não agiu diretamente contra os indivíduos que os veneravam, mas sim contra a exibição pública de ícones - algo que poderia ter sido usado para desagradar a Deus mais do que qualquer outra coisa.

Constantino V (741 – 775)

Sob o filho e sucessor de Leão III, a dinastia isauriana atingiu o ápice de seu poder, e a política dos iconoclastas endureceu na perseguição aos Iconófilos (ou *Iconodoules*, como às vezes são chamados).

Constantino V é um dos mais interessantes de todos os imperadores bizantinos. Seu governo foi geralmente bem sucedido e o imperador era inteligente e determinado, mas as fontes Iconofilistas o viam como seu maior inimigo, então sua reputação foi enegrecida além de quase qualquer outro imperador. Constantino nasceu em 718 e as fontes iconofilistas dizem que quando ele estava sendo batizado ele defecou na pia batismal, dando origem ao seu apelido de *Kopromyos* ("nome sujo"). Ele foi coroado como co-imperador em 720 e em 732 ele se casou com Irene, a filha do Khan cazar, que depois de sua morte, ele se casou duas vezes novamente.

Firme no poder em 743, Constantino V continuou a bem sucedida política militar de seu pai e foi capaz de retomar a ofensiva na Ásia Menor. Os árabes foram enfraquecidos por seus próprios problemas políticos, que levaram ao colapso da dinastia omíada e sua substituição pela dinastia abássida em 750. A capital árabe foi transferida de Damasco (na Síria) para Bagdá (no Iraque) e os abássidas foram geralmente menos preocupados com sua fronteira ocidental (e guerra com Bizâncio) do que os omíadas tinham sido.

Assim como a ameaça árabe começou a diminuir, porém, houve um novo perigo, o da Bulgária. Constantino iniciou uma política agressiva contra os búlgaros e deu-lhes um golpe esmagador na Batalha de Anchialos em 763. Ao mesmo tempo, Constantino V ignorou quase completamente a situação na Itália, em parte porque percebeu que seu

apoio ao Iconoclasma impedia qualquer aproximação com o papado, e isso levou a uma mudança considerável no equilíbrio político na Itália. Desde 726, o papado discordou da política bizantina de Iconoclasmo e agora via pouca diferença entre os gregos “cismáticos” e os lombardos heréticos que haviam ameaçado os bens papais nos últimos dois séculos. Anteriormente, o papado tinha olhado para o imperador bizantino como um protetor militar, mas o iconoclasmo e a falta de interesse dos imperadores Isaurianos levaram ao colapso deste vínculo e a grandes mudanças nas relações entre Bizâncio e o papado.

Em 751, Ravena caiu para os lombardos e o exarcado de Ravena deixou de existir. O papa Estêvão II estava ciente dessas mudanças globais na política e na força militar, assim ele procurou outro protetor militar e encontrou um na pessoa do governante franco, Pepino, que era um cristão católico. Isso teria ramificações de longo alcance para o Ocidente, à medida que os interesses papais mudassem para o norte, para o Reino dos Francos, e isso naturalmente teve um impacto significativo nas tentativas bizantinas de manter suas posses na Itália.

Constantino V foi o mais feroz dos imperadores iconoclastas. Constantino V convocou um conselho da igreja, que ele naturalmente empacotou com os defensores do iconoclasmo. Este se reuniu no palácio imperial de Hiera, na costa asiática do Bósforo, em 754, e proclamou a teologia iconoclasta como ortodoxa, apesar da oposição de importantes teólogos, como o ex-patriarca Germanos, João de Damasco e Estevão do monte Auxênios. Embora a maioria dos tratados escritos pelos iconoclastas não tenham sobrevivido, as decisões do Concílio de Hiera são preservadas, uma vez que foram lidas e condenadas pelo Conselho Iconófilo de Nicéia. Armado com esta decisão, Constantino instituiu uma perseguição aos Iconófilos. Ele procurou arrancá-los da burocracia e do exército, e atacou especialmente os mosteiros, que eram os centros de veneração dos ícones.

Leão IV, o Cazar (775 – 780)

Leão IV era o filho de Constantino V e sua esposa cazar, Irene, então ele é freqüentemente chamado de “o cazar”. Ele foi coroado co-imperador em 751, logo após seu nascimento, e ele sobreviveu a uma conspiração de seus meio-irmãos, que esperavam ter sucesso para assumir o trono. Pouco se sabe sobre o reinado de Leão, mas ele fez campanha contra os árabes na Ásia Menor e contra os búlgaros; na verdade, ele morreu de febre em 780 enquanto liderava o exército pessoalmente contra os búlgaros. Leão IV era

ele mesmo um iconoclasta, mas não continuou as violentas perseguições de seu pai, em parte como resultado da influência de sua esposa Irene, que era iconófila.

Sob a dinastia isauriana, o princípio do governo hereditário indivisível continuou a crescer mais forte e, seguindo o precedente de seu pai e seu avô, Leão IV coroou seu jovem filho Constantino VI como imperador logo após sua própria ascensão, assegurando assim a continuidade da dinastia.

O Reinado de Irene e a Primeira Restauração dos Ícones

Leão IV morreu repentinamente em 780, com apenas 30 anos. Sua esposa Irene surgiu como regente de seu filho Constantino VI, que na época tinha apenas 9 anos de idade. A posição de Irene era precária: ela era uma iconófila e já estava envolvida em um movimento para trazer os ícones de volta ao palácio imperial. Como mulher, Irene naturalmente não tinha experiência militar, e o exército havia sido a instituição dominante de Bizâncio pelo menos no século passado. Além disso, havia rivais significativos de poder nas pessoas dos filhos de Constantino V, os meio-irmãos mais novos de Leão IV. Irene, no entanto, emergiu como uma das mais interessantes das muitas mulheres governantes de Bizâncio, e seu caráter, embora talvez nem sempre admirável pelos padrões modernos, fosse certamente forte e determinado. Embora seu principal objetivo sempre parecesse ser a restauração de ícones, Irene também tinha um interesse fortemente proativo em assuntos militares e políticos e ela era a única mulher bizantina a assumir por si mesma o título masculino de "imperador" (*basileus*).

Irene organizou um concílio ecumênico para realizar a restauração dos ícones e a reversão da política imperial. Este conselho foi aberto na igreja dos Santos Apóstolos em Constantinopla em 786. A essa altura, o mais alto comando do exército era leal a Irene, mas membros dos *tagmata* (tropas imperiais estacionadas em Constantinopla) continuaram a apoiar iconoclasmo e se revoltaram fora do local do conselho, forçando-o a se separar destes. Irene percebeu a importância dessas unidades militares e ordenou que fossem transferidas para a Ásia Menor em preparação para uma campanha no Oriente. Assim que eles estavam fora da cidade, ela os dispensou do exército. Firme em seu controle da situação, Irene ordenou que o conselho se reunisse novamente em 787, desta vez em Nicéia, local do Primeiro Concílio Ecumênico. Sob a presidência de Tarasios, o Segundo Concílio de Nicéia condenou devidamente o iconoclasmo sem

qualquer resistência real. Ex-iconoclastas foram autorizados a se arrepender e a maioria foi capaz de manter suas posições na igreja e no estado, e Irene, é claro, tinha um interesse real em garantir que seu ex-marido e sua família não fossem severamente condenados, já que sua posição dependia completamente de seu relacionamento com eles.

Numa tentativa de consertar as relações com o Ocidente, Constantino VI fora prometido a Rotrud, a filha de Carlos Magno, rei dos francos, e só podemos imaginar o que poderia ter acontecido, o casamento não foi realizado. Aconteceu que Irene interrompeu o noivado e em 787 organizou um “show de noiva” no qual selecionou uma esposa, a santa Maria, para seu filho. Por volta de 790, quando ele tinha 19 anos de idade, Constantino tentou governar em seu próprio nome e, embora uma conspiração de Stavrakios falhou, o exército acabou por apoiá-lo, e Constantino assumiu o poder em seu próprio nome. Constantino VI, no entanto, não foi um governante bem-sucedido, a situação política estava dividida entre vários centros de poder, e ele acabou sendo forçado a voltar sua mãe ao trono. Em 795, Constantino se divorciou de sua esposa e se casou novamente, ganhando a oposição declarada dos dois monges, Platão de Sakkoudion e seu sobrinho Teodoro (mais tarde conhecido como Teodoro de Stoudios). Eles objetaram que o novo casamento de Constantino era ilegal sob a lei da igreja e argumentaram que o imperador era, portanto, culpado de adultério. A oposição declarada de Teodoro ao imperador resultou em seu exílio de Constantinopla. Este foi o início da chamada controvérsia *moechiana* (do adultério), uma questão que foi muito mais ampla do que a mera questão da situação conjugal de Constantino, uma vez que envolvia uma tentativa por parte de certos grupos dentro da igreja de ditar ao imperador o que ele podia e não podia fazer. Não surpreendentemente, alguns dos líderes da igreja que queriam impor penalidades mais fortes aos ex-iconoclastas estavam ao lado de Platão e Teodoro em oposição ao segundo casamento de Constantino.

Finalmente, em 797, alguns dos apoiadores de Irene tomaram o jovem imperador, cegaram-no e Constantino morreu, provavelmente como resultado desta ação. No rescaldo Irene estava no controle exclusivo do estado bizantino, como dissemos, a única imperatriz a usar a forma masculina do título imperial, *basileus*.

As tramas continuaram a assombrar Irene, centrando-se nos filhos de Constantino V que, apesar de mutilados e exilados, formavam um foco para os descontentes. Os árabes também obtiveram sucessos militares, especialmente porque as políticas de Irene enfraqueceram o exército e

drenaram os cofres já que o califa Harun ar-Raschid (786-809) foi um dos governantes mais fortes e mais bem sucedidos que os bizantinos enfrentaram. No Ocidente, o reinado de Irene testemunhou um desenvolvimento especialmente importante, quando o papa Leão III coroou Carlos Magno como imperador em Roma no dia de Natal de 800. Esse foi o ponto culminante dos acontecimentos que enfraqueceram a confiança papal em Bizâncio e encorajaram a idéia de que os francos eram os protetores políticos e militares da Itália e do papado. Como já discutimos acima, o papa geralmente confiava em Bizâncio como um poder militar que poderia neutralizar a força dos povos germânicos arianos. Nos últimos 70 anos, porém, Constantinopla não esteve em comunhão com Roma; e o que era pior, Leão III e Constantino V não tinham interesse real no Ocidente. Ao mesmo tempo, os francos ortodoxos subiram ao poder, especialmente sob Carlos Martel e depois Carlos Magno.

Agora, com a coroação de Carlos Magno, a situação estava confusa. Alguns ocidentais alegaram que uma mulher não podia ser imperadora e, portanto, o trono em Bizâncio estava vago. Tanto Carlos Magno como o papado perceberam que a coroação significava um desafio direto a Bizâncio de uma maneira ou de outra. O Império Bizantino viu Carlos Magno como um usurpador, e a incapacidade de Irene de se opor à força certamente enfraqueceu sua posição política. Carlos Magno, enquanto isso, percebeu que sua reivindicação ao poder imperial não tinha sentido sem algum reconhecimento dos bizantinos. Ele, portanto, enviou uma embaixada a Constantinopla, oferecendo-se para casar com Irene, e a aparente disposição da imperatriz em considerar uma proposta tão notável só causou mais sofrimento e oposição em Constantinopla.

Força Continua Contra os Ícones

815 – Restauração do Iconoclasmo.

843 – Fim do Iconoclasmo.

860 – Primeiro ataque russo a Constantinopla.

863 – Missão de Constantino e Metodios aos eslavos.

Nicéforo (802 – 811)

Um complô foi formado em 802, enquanto os embaixadores de Carlos Magno ainda estavam em Constantinopla. Irene foi deposta e ela retirou-se para um monastério que ela havia fundado anteriormente. Os conspiradores escolheram como o novo imperador Nicéforo (802–811), o *logothete tou genikou* que aparentemente também possuía experiência militar para acompanhar suas habilidades administrativas e que, supostamente, descendia da casa real dos árabes dos Gassânidas.

Nicéforo era um iconófilo, mas ele se opunha fortemente ao "partido monástico", às vezes chamado de *zelotes*. Deve-se ter muito cuidado para não imaginar que havia partidos políticos no sentido moderno em Bizâncio, mas, para fins de análise, podemos agrupar indivíduos em categorias que nos ajudarão a entender seus pontos de vista. Assim, como vimos, logo depois que Irene restaurou a veneração dos ícones, um grupo de monges exigiu severa punição aos iconoclastas, estrita adesão à lei canônica e a condenação do que eles consideravam ser imoralidade no palácio imperial (a questão dos moebianos). Este partido monástico ou zelote também se opunha à elevação ao episcopado dos leigos na época, favorecendo aqueles que haviam passado longos anos na vida monástica. Assim, os zelotes ficaram chateados quando, após a morte do patriarca Tarasios em 806, Nicéforo o substituiu por outro leigo e ex-burocrata, também chamado Nicéforo. Teodoro de Stoudios, em particular, se opôs às políticas eclesiásticas do imperador e foi novamente exilado em 809. Como resultado de suas políticas religiosas moderadas, o imperador Nicéforo ganhou a hostilidade dos escritores monásticos (principalmente Teófanos), que permanecem nossa principal fonte de informações sobre o período.

Carlos Magno tentou forçar Nicéforo a reconhecer sua reivindicação ao título imperial, exercendo pressão militar na Dalmácia. Nicéforo, no entanto, trabalhou para restabelecer o poder bizantino nos Bálcãs, começando com a reconquista do Peloponeso e a criação de novas temas: Trácia, Tessalônica, Macedônia, Cefalônia, Dirráquio e Peloponeso, todos estes nos Bálcãs. Ele também fez grande uso da política de transferências de população, com foco nos Bálcãs, estabelecendo grupos e tribos “leais” perto das fronteiras ocidentais e removendo elementos possivelmente desleais de áreas onde eles poderiam representar um perigo. Esses colonos nos Bálcãs parecem ter fornecido a base populacional para o renascimento bizantino nesta área nos próximos anos.

Nicéforo foi forçado a negociar termos diante de uma poderosa invasão árabe

sob Harun ar-Raschid. Ele foi, no entanto, notavelmente bem sucedido no Ocidente, restabelecendo o domínio bizantino da costa da Dalmácia e derrotando os eslavos no Peloponeso e na área de Serdica, na Bulgária. O rei búlgaro Khan Krum ficou alarmado com esses sucessos bizantinos, mas as tropas de Nicéforo responderam derrotando os búlgaros e destruindo sua capital Pliska. Em 811, Nicéforo liderou uma grande campanha contra os búlgaros, novamente tomando Pliska e forçando Krum a pedir paz. Nicéforo, no entanto, prosseguiu com a guerra, esperando a derrota completa da Bulgária. No momento de seu maior sucesso, Nicéforo e todo o seu exército foram pegos em uma emboscada: o imperador foi morto, junto com muitos de seus generais e uma grande parte de seu exército. Krum mais tarde transformou o crânio do imperador em uma taça com a qual ele tinha seus aliados brindando sua vitória. Nicéforo foi o primeiro imperador bizantino a cair em guerra desde a Batalha de Adrianópolis em 378, mas suas políticas e administração fortaleceram o Estado de maneiras importantes para o futuro.

Miguel I (811 – 813)

O sucessor de Nicéforo foi seu genro, Miguel I, que detinha o título de *kouropalates*, dando a ele uma classificação logo abaixo da do imperador. Miguel I foi o primeiro imperador com um nome de família apropriado, uma indicação de que famílias aristocráticas estavam começando a se formar como resultado da maior estabilidade da era. Miguel fez campanha com seu sogro, mas conseguiu escapar do desastre na Bulgária, e sua adesão foi aceita quando ele assinou uma declaração, fornecida pelo patriarca Nicéforo, de que ele apoiaria a ortodoxia (ou seja, a doutrina iconófila).

As políticas de Miguel estavam em contraste marcante com as de Nicéforo I, ele fez doações generosas para igrejas, mosteiros e organizações de caridade. Ele imediatamente chegou a um acordo com o partido Zelote, se lembrou de Teodoro de Stoudios retirando-o do exílio, e condenou o "adultério" de Constantino VI (que ainda permanecia uma questão viva). A política de Michael também era conciliatória em relação ao Ocidente, permitindo a comunicação direta com o papado, e ele planejava casar seu filho com uma noiva franca. Miguel concordou em reconhecer a reivindicação de Carlos Magno ao título imperial e, a partir de então, os imperadores bizantinos tomaram regularmente o título de *Basileus Romaion* (Imperador dos Romanos) para se distinguirem dos imperadores “menores” do Ocidente. Assim, na visão bizantina, ainda havia apenas um império, e os governantes ocidentais eram simplesmente tolerados por uma questão de conveniência ou necessidade. Michael era generoso em suas doações de dinheiro, especialmente para o clero, e o estado estava em uma situação financeiramente difícil. Nos Bálcãs, Khan Krum triunfou e praticamente não encontrou resistência de nenhum exército bizantino.

Até mesmo os cronistas monásticos perceberam que a posição de Miguel era insustentável em face da fraqueza óbvia, e os planos foram tramados por aqueles que desejavam trazer de volta o Iconoclasmo, incluindo os desafortunados filhos de Constantino V. Quando Miguel tentou entrar em campo contra Krum em 813, um de seus generais, Leão, *strategos* da Anatólia, abandonou-o e tomou Constantinopla.

Miguel foi deposto e exilado, e Leão V, o Armênio (813-820) foi feito imperador em seu lugar.

O Segundo Iconoclasmo

Leão V claramente sentiu, junto com muitos do exército, que os desastres militares do último quarto de século foram a punição de Deus para o império pela idolatria após o abandono do Iconoclasmo. O novo imperador conscientemente imitou Leão III na política e até mesmo teve seu filho mais velho renomeado de Constantino, a fim de completar a identificação. No curto prazo, o sucesso militar de Leão não foi maior do que o de seus antecessores, mas encontrou um golpe de sorte quando Khan Krum morreu repentinamente em abril de 814. Leão conseguiu concluir uma paz de 30 anos com o filho de Krum, Omurtag, que estava mais preocupado com sua fronteira ocidental, onde ele foi ameaçado pelos francos. A fronteira entre Bizâncio e os búlgaros foi restaurada para onde tinha estado em 780, e a paz permitiu que Leão fizesse algum progresso na reconstrução das cidades da Trácia e da Macedônia, que haviam sido devastadas nos recentes combates. Além disso, há algumas evidências de que Leão deu passos hesitantes na direção de introduzir os búlgaros ao cristianismo. Essa tentativa falhou completamente, mas prenunciou importantes desdobramentos que aconteceriam no final do século.

Em 814, Leão estabeleceu uma comissão para investigar as questões do iconoclasmo, sob a liderança de João Grammatikos, um jovem monge instruído, que seria a principal força intelectual por trás desse novo movimento iconoclasta. A comissão emitiu um argumento exaustivo a favor do iconoclasmo, que o patriarca Nicéforo recusou-se a assinar. O imperador removeu o grande ícone de Cristo que pairava sobre o Portão de Bronze do palácio, e em 815 ele forçou o patriarca Nicéforo a abdicar e ir para o exílio. Um concílio foi realizado na Hagia Sophia que reafirmou o Concílio Iconoclasta de Hiera (754), e muitos bispos e monges foram exilados, incluindo Teodoro de Stoudios. Do exílio, Teodoro organizou oposição contra o renovado iconoclasmo e ativamente buscou a intervenção do papado, que, é claro, sempre havia permanecido firmemente a favor da veneração dos ícones.

Em 820, um dos antigos companheiros de armas de Leão V, Miguel, o Amoriano, envolveu-se em uma conspiração contra o imperador, aparentemente em grande parte por motivos pessoais e familiares. O enredo foi detectado e Miguel foi condenado à morte para ser amarrado a um macaco e lançado nas fornalhas que aqueciam os banhos do palácio imperial. A sentença foi adiada até depois do Natal, mas Miguel reuniu alguns de seus partidários que, vestidos em trajes clericais e posando como membros do coro, entraram na Hagia Sophia durante os cultos para a manhã de Natal. Eles invadiram o altar, assassinaram Leão e proclamaram Miguel como imperador.

A Dinastia Amoriana

Miguel II, o amoriano (820-829) foi um soldado e um governante prático. Ele era provavelmente um iconoclasta, mas queria desencorajar a dissensão sobre o

assunto, por isso acabou com a perseguição dos iconófilos, lembrou dos exilados (incluindo o patriarca Nicéforo e Teodoro de Stoudios), e proibiu a discussão do assunto. O reinado de Miguel II foi marcado pela revolta de Tomas, provavelmente um eslavo estabelecido na Ásia Menor. Tomas, o eslavo, teve uma carreira envolvida em pelo menos uma revolta, mas ocupou um alto cargo militar no *tema* [província] da Anatólia. Ele então se revoltou uma segunda vez e fugiu para a corte do califa Ma'mum (813-833, filho de Harun ar-Rashid), que lhe prometeu ajuda. Tomas reuniu uma força heterogênea nos distritos fronteiriços orientais do império. Curiosamente, ele afirmou que ele era Constantino VI, que havia sido deposto quase um quarto de século antes. Ele atraiu para sua causa muitos iconófilos e todos os elementos desapropriados de poder na Ásia Menor: estes incluíam indivíduos do Cáucaso, dos eslavos, dos pobres do campo e dos Paulicianos. Estes últimos foram, sem dúvida, o mais importante dos movimentos heréticos da Ásia Menor no período bizantino médio; eram dualistas, com crenças que correspondiam em muitos aspectos aos movimentos rigoristas dos tempos antigos (montanistas, novacianos) e possivelmente até aos antigos maniqueus, embora não haja razão para pensar que representassem continuidade com qualquer um deles. O califa providenciou a coroação de Tomas pelo patriarca de Antioquia, e grande parte do exército imperial e da marinha da Ásia Menor foi para o seu lado. Historiadores modernos ficaram intrigados com essa revolta, já que ela parece representar um dos poucos movimentos revolucionários na história de Bizâncio, mas provavelmente não se deve superestimar o aspecto social do fenômeno, e é claro que o objetivo de Tomas era principalmente político. - a tomada do trono imperial - e que ele não tinha um programa real de mudança social. Tomas controlou a maior parte da Ásia Menor por dois anos (821-823) e sitiou Constantinopla, começando em dezembro de 821. Como muitos antes dele, no entanto, ele foi incapaz de tomar a cidade e suas forças foram dispersadas pela intervenção búlgara de Khan Omurtag, que veio em auxílio de seu aliado Miguel. Depois disso, a revolta rapidamente desmoronou e Tomas foi capturado e executado.

Em 826/8, Creta foi tomada por aventureiros árabes da Espanha e, em 827/9, os árabes espanhóis puderam estabelecer-se na Sicília. A presença árabe nessas duas ilhas teria sérias repercussões para Bizâncio. Creta tornou-se uma base para os "piratas" árabes que tornaram o mar Egeu e suas linhas costeiras inseguros para os bizantinos e presumivelmente também interromperam o comércio na área. As bases árabes na Sicília foram o início de uma longa disputa entre bizantinos e árabes pelo controle do sul da Itália e da Sicília, que também envolveria o papado e, eventualmente, outras potências da Europa Ocidental. Os árabes também usaram essas bases sicilianas para atacar a Itália e os Bálcãs.

Miguel II manteve a sua posição de moderação religiosa durante todo o seu reinado, mas as suas políticas foram completamente minadas pelo partido zelote, sob a liderança de Teodoro de Stoudios. Eles aceitariam nada menos do que uma completa restauração de ícones e condenação dos iconoclastas. Nisto eles continuaram a apelar para o papado, mas quando um mensageiro veio a Constantinopla com uma carta do papa em apoio aos ícones, o imperador mandou que ele fosse maltratado e jogado na prisão. Miguel também procurou superar os zelotes pedindo apoio do imperador ocidental, Luís, o Piedoso.

Teófilo (829 – 842)

Miguel II foi sucedido por seu filho, Teófilo, que havia sido coroado como co-imperador em 821. Ao contrário de seu pai, Teófilo foi culto e erudito, já que havia sido ensinado por João Grammatikos. Em termos militares, no entanto, o reinado de Teófilo foi um desastre. Ele ganhou algumas vitórias no Oriente, mas praticamente em todos os lugares ele foi derrotado. Palermo caiu para os árabes da Espanha Ummayyad [omíada] em 831 e todo o oeste da Sicília estava em mãos árabes em 841. Em 839 os árabes invadiram o sul da Itália, tomaram Taranto, e assim efetivamente cortaram a Itália bizantina em dois. Teófilo procurou ajuda contra os árabes espanhóis do imperador alemão, Luís, o Piedoso, e do califa Abd ar-Rahman.

Sob Teófilo, o iconoclasmo experimentou sua última verdadeira eflorescência. Em 837, João Grammatikos tornou-se patriarca, e uma perseguição aos Iconófilos começou, dirigida especialmente aos monges. Dois conhecidos monges palestinos, Teodoro e Teófanos, foram trazidos para Constantinopla, e os versos iconoclastas foram escritos em suas testas com ferros em brasa, dando-lhes o título de *graptoi* ("aqueles que foram escritos"). É difícil saber quão forte era o movimento iconoclasta naquele momento, se ainda era uma idéia vibrante e popular ou se seu apoio havia diminuído.

Pessoalmente, Teófilo parece ter sido romântico, e ele tinha uma forte admiração pela cultura árabe. Ele até enviou emissários a Bagdá para obter informações e idéias arquitetônicas da corte de lá, e há razões para acreditar que a arte e a arquitetura bizantinas neste período foram influenciadas pelos desenvolvimentos no califado. Teófilo parece ter encorajado a aprendizagem em Constantinopla. Quando Leão, o matemático, um polímata com interesses em mecânica e comunicação, bem como literatura antiga e teologia, foi convidado para a corte do califa Ma'mun, Teófilo recusou-se a deixá-lo ir, mas estabeleceu-o como professor à custa do governo em uma das principais igrejas de Constantinopla.

A Restauração dos Ícones

Teófilo morreu em 842, deixando para trás sua esposa Teodora e seu filho Miguel III (842-867), que tinha apenas três anos de idade, mas que já havia sido coroado como imperador. Naturalmente, estabeleceu-se uma regência para governar em nome do jovem imperador, neste caso encabeçado por Teodora, junto com o eunuco Theoktistos (*logothete tou dromou*), os irmãos de Teodora, Bardas e Petronas, e o magíster Sérgio Nikitites. O principal objetivo de Teodora era a restauração de ícones. Naturalmente, era importante preservar, tanto quanto possível, a reputação de Teófilo, já que o poder da regência dependia completamente de sua relação com ele, e Teodora circulou a história de que, em seu leito de morte, Teófilo havia se arrependido do iconoclasmo. Ela não sentiu necessidade de convocar um concelho da igreja, mas em 843 simplesmente reuniu um grupo de oficiais que aceitaram os ensinamentos do Segundo Concílio de Nicéia de 787 e depuseram o patriarca João Grammatikos. Este evento ainda é celebrado pela Igreja Ortodoxa, no primeiro

domingo da Quaresma, como o “Domingo da Ortodoxia”.

Com o passar do tempo, os negócios caíram cada vez mais sob o controle do eunuco Theoktistos, cuja carreira e caráter foram obscurecidos por historiadores posteriores. Theoktistos conseguiu a reconquista temporária de Creta, embora a ilha tenha sido rapidamente tomada de volta pelos árabes quando brigas eclodiram dentro da regência. Os assuntos na igreja permaneciam um pouco confusos, uma vez que a regência estava preocupada em evitar a condenação direta dos antigos iconoclastas (incluindo os membros da dinastia governante), enquanto os zelotes insistiam nisso. Em 847, Teodora escolheu o monge Ignácio como patriarca de Constantinopla; ele era filho de Miguel I e fora castrado e forçado a fazer votos monásticos quando seu pai foi deposto em 813. Como Ignácio era um monge, sua nomeação foi bem recebida pelo partido zelote.

Enquanto isso, Miguel estava crescendo. Um estudo de seu caráter é especialmente difícil, porque a maior parte do que sabemos sobre ele vem de historiadores posteriores que tinham razões para denegrir o último dos imperadores amaris e descreveram Miguel sob uma luz pouco lisonjeira e lhe deram o apelido de "O Bêbado". No entanto, parece claro que, em tenra idade, pelo menos, Miguel não estava especialmente interessado em assuntos de Estado. Miguel já tinha uma amante, Eudokia Ingerina, mas Teodora organizou um casamento onde a noiva era Eudokia Dekapolitissa. Chateado sob o que ele considerou como interferência de sua mãe, o Miguel de 15 anos conspirou com seu tio, Bardas, que organizou o assassinato de Tektisto em 855. No ano seguinte, Miguel proclamou-se único governante e exilou Teodora num monastério.

Como mencionado acima, o reinado de Miguel III é difícil de avaliar com base nas fontes bizantinas hostis, mas os historiadores árabes fornecem um contraposto útil, uma vez que descrevem com algum detalhe as vitórias militares sob Miguel III; e a poesia popular bizantina retrata um governante, provavelmente o próprio Miguel, que lutou heroicamente e com sucesso contra os árabes e cujas forças empurraram [os árabes] para o interior da Ásia Menor.

Ramificações e Fim do Iconoclasmo

O reinado de Miguel foi marcado por importantes desenvolvimentos religiosos e culturais que tiveram resultados a longo prazo. Obviamente, a restauração dos ícones criou uma necessidade (e, portanto, um mercado) para a arte religiosa em pequena e larga escala. Obviamente, a arte decorativa certamente não desaparecera durante o período iconoclasta, mas como a arte representacional havia sido proibida, isso era restrito em escala e escopo. Agora, os doadores competiam entre si para encontrar pintores e mosaicistas que pudessem redecorar igrejas que haviam sido despojadas de arte figurativa e produzirem ícones que os indivíduos queriam em suas casas e em lugares públicos. Não podemos traçar esses desenvolvimentos em detalhes, mas pode-se imaginar que os artistas lutaram para recuperar antigas técnicas e padrões e formar novos modelos que atendessem às necessidades da sociedade neste momento.

Além disso, com a controvérsia dos iconoclastas terminada, a igreja bizantina estava confiante e pronta para expandir suas atividades e se engajar numa atividade

missionária sem precedentes, especialmente entre os eslavos, alguns dos quais desenvolviam sociedades estatais mais sofisticadas e consideravam Bizâncio um modelo de imitação, e quem via a religião organizada, especialmente o cristianismo, como uma marca da cultura civilizada. Além disso, e igualmente importante, um considerável trabalho missionário precisava ser realizado dentro do próprio império, ou talvez mais corretamente nas áreas que haviam sido essencialmente perdidas para o império nos sétimo e oitavo séculos.

O Início da Dinastia Macedônica

- 867 – Basílio I funda a Dinastia Macedônica.
- 893 – Simão se torna Tsar da Bulgária.
- 920 – Romanos Lekapenos se torna imperador.
- 922 – Primeiros esforços para proteger os camponeses.
- 961 – Nicéforo Focas conquista Creta.

O Reinado de Basílio I (867 – 886)

Em meio as atividades missionárias nos Bálcãs e ao cisma ponciano, Miguel III caiu do poder e uma nova dinastia foi estabelecida no trono bizantino. Basílio I o Macedônio nasceu na Trácia ou Macedônia, provavelmente de família armênia que se estabeleceu no local no início do século. Basílio fez sua fortuna em Constantinopla; sua força física deu-lhe uma posição na corte e sua vitória sobre os búlgaros fez chamar a atenção de Miguel III. Ele se casou com Eudokia Ingerina, e foi hábil em suplantar o César Bardas, que ele colocou-o em sua própria mão em 865. Basílio tornou-se co-imperador com Miguel em 866 e no ano seguinte Miguel foi assassinado enquanto dormia, e Basílio tornou-se imperador em 867 como único governante do mundo bizantino e estabeleceu uma dinastia que duraria [cerca de] 200 anos.

O primeiro ato de Basílio foi naturalmente consolidar seu poder e assegurar seu reconhecimento. Ele teve dois filhos, o mais velho, Constantino, o filho do primeiro casamento, e o segundo, Leão, o filho de Eudokia Ingerina; futuramente, circularam rumores por anos de que realmente ele não era filho de fato de Basílio, mas sim de Miguel III, e isso certamente influenciou negativamente as tentativas de Basílio promover a legitimidade de sua dinastia, pois Constantino foi coroado como imperador em 869 e Leão em 870. Basílio também tentou neutralizar a sua oposição, e destituiu alguns dos Zelotes, que eram remanescentes do patriarcado de Photios. Como resultado, em 867, Basílio depôs Photios e Ignatios [Inácio] foi colocado como patriarca. Um concílio foi realizado em Constantinopla em 869–70 onde enviados do Papa Adriano II, fez com que Photios fosse novamente excomungado. O concílio também se reuniu com uma embaixada da Bulgária que perguntava da classificação e status da igreja búlgara. Diante de protestos dos enviados do Papa, a igreja decidiu em favor de Bizâncio, e a igreja Búlgara ficou subordinada a Constantinopla.

Em termos militares Basílio teve algum sucesso na Itália, onde as forças bizantinas não tinha sucesso desde a época de Leão III cerca de um século antes, e onde a situação tinha mudado drasticamente com o avanço dos árabes e a criação do Império Franco no Ocidente. Ele foi hábil em assegurar aliança com o príncipe lombardo de Benevento e da cidade de Bari. Infelizmente, entretanto, na Sicília e na grande cidade de Siracusa, caiu para os árabes em 878. Basílio fez uma aliança com o Imperador Luís II contra os árabes no sul da Itália mas que não deu em nada.

Ignatios morreu em 877, e Photios novamente se tornou patriarca. O papa aceitou sua elevação, e um concílio em 879 formalmente deu a total vitória a Photios.

Os acontecimentos sobre Photios não podem ser compreendidos apenas como uma narrativa política. Ele foi, claro, muito envolvido nos afazeres políticos de seu tempo mas temos sempre discutido sobre sua participação como patriarca de Constantinopla e sua missão aos eslavos. Sua influência religiosa caracterizou a igreja bizantina pelos próximos dois séculos. Ele foi muito influente no reavivamento dos interesses na literatura antiga em Constantinopla e seus numerosos trabalhos providenciam um valor cultural importante para seu mundo em seu tempo. Seu mais conhecido trabalho é o *Bibliotheka* (Livraria), que contém descrição de algum dos 386 livros que ele e seus amigos leram. Os livros escritos por autores cristãos e pagãos somente sobreviveram graças a Photios; e em respeito a *Bibliotheka* a mesma trás muito sobre a literatura antiga, bem como mostra o teor intelectual do nono século. Seu [livro] *Missa do Espírito Santo* é uma discussão detalhada da *filioque* e argumenta muito sobre a importância da religião. Photios é reconhecido como santo pela Igreja Ortodoxa.

O Reinado de Leão VI (886 – 912)

O filho favorito e primogênito de Basílio, Constantino, morreu em 879, e o imperador foi forçado, aparentemente com relutância, a organizar a sucessão de seu segundo filho, Leão VI. Havia rumores, que devem ser lembrados, que Leão não era o filho natural de Basílio, mas de Miguel III. No entanto, após a morte de Basílio (em um acidente de caça), Leão assumiu o trono sem dificuldade, e ele começou imediatamente a reverter alguns dos atos de seu pai. Assim, ele providenciou imediatamente o enterro de Miguel III com honras imperiais completas, dando origem a novas fofocas sobre as origens de Leão. Leão também rapidamente providenciou a deposição de Photios e sua substituição pelo irmão mais novo do imperador, Stephen, que tinha apenas 16 anos de idade. Leão tomou como principal conselheiro o armênio Stylianos Zautzes, que também era pai da amante de Leão (e depois mulher) Zoe; Zautzes recebeu o novo título de *basileopator*.

Apesar dessas reações contra seu pai, a política externa de Leão seguiu a mesma direção que a dos últimos amorianos e Basílio I. Simeão era agora governante da Bulgária, e ele forneceu uma das mais sérias ameaças que Bizâncio enfrentaria. Simeão era um filho mais novo de Boris-Miguel, e ele foi enviado para Constantinopla para ser treinado para uma cargo na igreja. Ele foi chamado de volta à Bulgária em 893 e tornou-se czar (da palavra romana-bizantina *caesar* / *kaisar*). Simeão era perigoso para Bizâncio não apenas por causa de sua habilidade natural como governante e estrategista militar, mas ainda mais porque ele conhecia e entendia os bizantinos e o poder da ideologia bizantina.

A guerra eclodiu a partir de questões comerciais. Os bizantinos sempre procuraram controlar os pontos em que mercadorias estrangeiras entravam em Bizâncio, e os comerciantes búlgaros sempre tinham permissão para realizar seus negócios em Constantinopla. Em 893, porém, os bizantinos encarregados deste comércio decidiram aumentar os impostos sobre os bens búlgaros e transferir o mercado para Tessalônica. Como resultado, Simeão decidiu forçar a questão pela guerra e invadiu o território bizantino em 894. Os bizantinos enfrentam esse desafio

ao se aliarem aos magiares, um povo turco que se estabeleceu no nordeste da Bulgária, entre os rios Danúbio e Dnieper. Enquanto Simeão travava uma guerra contra os bizantinos no sul, os magiares atacaram a Bulgária pelo norte, forçando Simeão a concluir uma trégua com Bizâncio. Simeão, entretanto, aprendeu bem suas lições em Constantinopla e rapidamente fez um tratado com os Patzinaks (Pecheneges), um povo de origem disputada (talvez turcomanos) que se estabeleceu na bacia do Volga no final do século IX. Os magiares viram-se, assim, presos entre os búlgaros e os patzinaks, e fugiram para o oeste, onde se estabeleceram na bacia do Danúbio, na área da Hungria moderna, onde seus descendentes permaneceram até os dias atuais. O assentamento dos magiares, aliás, teve o efeito de conduzir uma cunha através das áreas habitadas pelos povos eslavos, separando os eslavos do sul (croatas, sérvios, etc.) dos eslavos ao norte e leste. Livre da pressão dos magiares, Simeão voltou-se novamente para Bizâncio, derrotando o exército bizantino em 896 antes de fazerem um tratado de paz no qual os bizantinos eram obrigados a pagar tributo substancial à Bulgária.

A atividade militar bizantina no Ocidente foi naturalmente enfraquecida como resultado do conflito com Simeão, e em 902, Taormina, a última fortaleza bizantina na Sicília, foi perdida para os árabes. Particularmente perigosa era a situação no Egeu, onde os bizantinos não eram capazes de fornecer uma vigorosa defesa contra os árabes. Em 904, Leão de Trípoli, um ex-cristão, liderou uma grande frota da Síria contra Constantinopla, mas ele atacou Tessalônica, a segunda cidade mais importante do império, que não estava preparada para o ataque e caiu rapidamente. Os árabes massacraram e aprisionaram cerca de metade da população e depois retiraram-se. O sucesso militar bizantino na Síria produziu prisioneiros árabes que depois foram trocados por alguns dos que foram levados de Tessalônica. A marinha imperial bizantina procurou reduzir o perigo de invasão por mar, e ataques foram feitos em Chipre e Creta, mas estes foram finalmente repelidos, e o Egeu continuou sujeito a incursões árabes.

Enquanto isso, os Russ passaram a desempenhar um papel maior nos assuntos bizantinos. Em 907, o príncipe russo (de Kiev) Oleg trouxe uma grande frota a Constantinopla e garantiu um tratado com os bizantinos, o que proporcionou aos mercadores russos uma posição comercial favorável em Constantinopla.

Em 905, Zoe deu à luz um filho, o futuro imperador Constantino VII (912-959), e foi crucial para Leão legitimar a criança a fim de preservar sua reivindicação ao trono. Leão VI morreu em 912 e, por causa da juventude de Constantino, Leão foi sucedido por seu irmão Alexandre (912 a 913), que havia sido nomeado co-imperador algum tempo antes. Alexandre imediatamente começou a reverter as políticas de seu irmão, começando com a recordação de Nicholas Mystikos como patriarca. Alexandre também se recusou a pagar à Bulgária o tributo que havia sido acordado pelo tratado de 896, e Simeão imediatamente entrou em campo contra Bizâncio. Nesta situação, Alexandre morreu em 913.

A Regência e Romanos Lekapenos

Constantino VII era o único membro masculino remanescente da dinastia

macedônia e os assuntos eram controlados por um conselho de regência, inicialmente liderado pelo patriarca Nicholas Mystikos, que naturalmente considerava Constantino ilegítimo. A situação era complexa e as lealdades estavam divididas, e em meio a isso eclodiu uma revolta, liderada por Constantino Doukas, comandante dos *Scholai* e membro de uma importante família militar que havia ganhado proeminência no governo de Leão VI. A revolta quase conseguiu seus objetivos, mas Doukas foi morto no momento em que ele estava prestes a tomar o palácio. Simeão, enquanto isso, atravessou o território bizantino e parou diante dos muros de Constantinopla (no verão de 913). Ao contrário de outros governantes estrangeiros, que desperdiçaram seus esforços em ataques fúteis contra os muros de Constantinopla, Simeão entendeu a situação política na capital e procurou tirar vantagem disso para controlar todo o território de Bizâncio. Ao czar búlgaro foi concedido uma entrevista com os membros da regência, que concordaram com todas as exigências de Simeão: uma de suas filhas era para se casar com Constantino VII, e o patriarca coroou Simeão como imperador (certamente entendido pelos bizantinos como imperador da Bulgária e não de todo o império).

Pouco depois da partida de Simeão de Constantinopla, no entanto, houve um golpe. Zoe retornou ao palácio como chefe da regência, e seu governo cancelou a aliança matrimonial e negou o título imperial a Simeão. Rudemente rejeitado, o imperador búlgaro naturalmente invadiu o território bizantino, mas Zoe recusou todas as concessões. Os comandantes do exército, no entanto, incluindo Leão e Bardas Phokas, conspiraram contra Zoe, e o poder acabou sendo tomado por Romano Lekapenos, filho de um camponês armênio e comandante da marinha bizantina. Quando o exército da imperatriz não conseguiu realizar nada contra Simeão, Romano conseguiu o controle de Constantinopla, e em 919, organizou o casamento de Constantino VII com sua filha Helena. Em 920, Romano foi coroado como co-imperador e, a partir de então, ele era, de fato, o senhor do império.

Simeão parece ter planejado novos ataques a Bizâncio, mas ele morreu repentinamente em 927, e seu filho Pedro procurou conciliação com o império, pelo menos por enquanto. Um casamento foi arranjado entre Pedro e Maria Lekapena, neta de Romano Lekapenos, e o império reconheceu a legitimidade do patriarcado búlgaro que aparentemente havia sido estabelecido recentemente. Estas concessões à Bulgária eram razoáveis, e eles reconheceram o poder militar considerável que a Bulgária possuía, mas também levaram a um prolongado período de paz e influência bizantina em todo o sul dos Bálcãs. A Sérvia, por exemplo, conquistou a independência da Bulgária e o Príncipe Caslav aliou-se a Bizâncio.

Durante o reinado de Pedro da Bulgária, um novo grupo religioso apareceu nos Bálcãs. Eram os bogomilos, que extraíam suas doutrinas de um padre chamado Bogomil, que aparentemente viveu na Bulgária durante a primeira metade do século X. Eles eram dualistas e acreditavam que o mundo material, incluindo a encarnação de Cristo, era obra do diabo. Um grupo seleta de bogomilos pregava que se devia evitar relações sexuais, carne e vinho. Eles podem ter sido influenciados pelos paulicianos da Ásia Menor que se estabeleceram nos Balcãs, mas essa conexão está longe de ser clara. Ao contrário dos paulicianos, os bogomilos não se engajaram em ação militar contra o Estado, embora resistissem a todas as tentativas de convertê-los

em formas ortodoxas de cristianismo, e sobreviveram nos Bálcãs pelo menos até a conquista otomana.

Após a melhoria das relações com os búlgaros em 927, Bizâncio foi capaz de voltar sua atenção militar para o leste, onde o califado abássida continuava seu declínio. O general de Romanos, João Kourkouas teve um sucesso notável, liderando em 934 a rendição de Meletine. Kourkouas, no entanto, encontrou um adversário significativo na pessoa de Said-ad-Daulah, o emir de Aleppo e Mosul e um membro da família hamdanida. O império formou uma aliança com o califado e a dinastia semi-independente dos Ikhshididas no Egito contra Said-ad-Daulah. O hamdanidas, no entanto, fizeram um ataque bem-sucedido ao império e invadiu a Armênia antes de voltar sua atenção para o sul para intervir nos assuntos do califado.

Em 941, os russos de Kiev fizeram outro ataque surpresa a Constantinopla. Kourkouas retornou da frente oriental e derrotou-os em uma importante batalha terrestre, enquanto a frota russa foi destruída pelo fogo grego. Um tratado assinado em 944 entre Constantinopla e os russos reproduziu muitos dos termos do tratado de 911, mas o equilíbrio de poder claramente mudou para Bizâncio.

Com a ameaça russa temporariamente removida, Kourkouas pôde retornar ao Oriente, onde obteve vitórias impressionantes no meio do Eufrates, tomando as cidades de Amida, Dara e Nisibis - lugares que haviam sido contestados pelos bizantinos no século IV. Finalmente, em 944, ele sitiou Edessa, o que resultou na rendição do Mandylion, uma das maiores relíquias do cristianismo.

Em 931, Romanos percebeu que seus filhos mais jovens não estavam realmente qualificados para governar, e ele relutantemente parece ter decidido que o poder real acabaria por retornar ao imperador legítimo, Constantino VII. Determinando antecipar isso, os filhos mais novos de Romano arquitetaram um golpe no final de 944 em que depuseram seu pai, e o exilaram em um monastério e tomaram o poder eles mesmos. Ao fazê-lo, porém, eles calcularam mal, tanto no grau de sentimento em favor da dinastia legítima quanto na esperteza do próprio Constantino. Uma contra-revolta eclodiu no início de 945; e os filhos de Romano juntaram-se ao pai no exílio e o imperador legítimo assumiu o poder em seu próprio nome.

O Reinado de Constantino VII Porphyrogenitos

Após 32 anos de espera à margem e com 39 anos [de idade], Constantino VII assumiu o poder em seu próprio nome. Estudiosos modernos geralmente caracterizam Constantino como estudioso e retraído, mais interessado em arte e literatura do que na política. Ele estava claramente interessado em cultura e ele era aparentemente um pintor por mérito próprio. Ele coletou livros e avisos oficiais, e foi uma figura importante na sistematização do conhecimento que caracterizou o período. Ele cercou-se de um círculo de estudiosos que escreveu histórias e obras enciclopédicas sobre muitos tópicos, inclusive sobre ciência agrícola. Como mencionado anteriormente, ele foi provavelmente o autor de uma biografia de seu avô e responsável por outras compilações históricas significativas daqueles dias. No entanto, Constantino também era politicamente consciente e provavelmente era pelo menos parcialmente responsável pela derrubada dos Lekapenos. Ele era um astuto

propagandista político e estava determinado a usar essa habilidade em seu próprio nome e na perpetuação da dinastia.

Quase imediatamente Constantino teve seu filho Romano coroado como imperador, garantindo assim a sobrevivência da dinastia. Romano, deve ser lembrado, era o filho de Helen Lekapenos e, portanto, neto de Romano Lekapenos. Os Bálcãs e o Ocidente permaneceram pacificados durante o reinado de Constantino, assim a ação militar concentrou-se no Oriente, onde Bardas Phokas continuou a luta com Said-ad-Daulah. Os resultados foram misturados, mas os bizantinos tiveram um sucesso crescente após 957, quando Nicéforo Focas substituiu seu pai como *domestikos*. Os esforços diplomáticos de Constantino chegaram até os tribunais do califa omíada Abd-ar-Rahman na Espanha e Otto I na Alemanha. Especial importância, no entanto, deve ser atribuída à conversão da princesa russa Olga, regente de seu jovem filho Vladimir, e sua visita a Constantinopla em 957.

Constantino morreu em 959 e foi sucedido por seu filho, Romano II (959-963). O novo imperador, neto de Romano Lekapenos, não estava especialmente interessado em assuntos de Estado, e ele deixou a maioria das decisões para seu conselheiro, o eunuco José Bringas, enquanto o *domestikos* Nicéforo Focas realizou uma série de campanhas brilhantes no Oriente. Ambos, Leão VI e Constantino VII, já haviam montado tentativas importantes mas malsucedidas de conquistar Creta, mas em 961 as tropas do *domestikos* finalmente conquistaram a ilha depois de uma longa luta. Depois disso, Nicéforo Focas voltou para o Oriente, onde teve um sucesso notável, conseguindo até tomar Alepo, a capital de Said-ad-Daulah. Nicéforo, a "*morte pálida dos sarracenos*", como era conhecido, ganhou a reputação de que as forças árabes teriam se retirado com a simples menção de que seus exércitos estarem em marcha. A remoção do poder de Said-ad-Daulah e a conquista de Creta fizeram com que os exércitos bizantinos estivessem em toda parte descontroladas no leste e que a área do mar Egeu fosse poupada da devastação dos piratas árabes. Este último foi de particular importância no crescimento da economia bizantina e na capacidade de Bizâncio de "recolonizar" muitas ilhas e áreas costeiras que haviam sido abandonadas ou muito pouco povoadas nos últimos dois séculos.

O Apogeu do Poder Bizantino

- 963 – Fundação de Megisti Lavra, no Monte Atos.
- 976 – Basílio II se torna Imperador.
- 989 – Conversão de Vladimir de Kiev.
- 1014 – Basílio II derrota Samuel da Bulgária.
- 1028 – Morte do último imperador da Dinastia Macedônica.
- 1054 – Separação entre as igrejas do ocidente e oriente.
- 1071 – Batalha de Mantzikert

Nicéforo II Focas (963 – 969) e João I Tzimiskes (969 – 973)

Em 963, Romano II morreu repentinamente, deixando seus jovens filhos, Basílio II e Constantino VIII, como governantes nominais: Basílio tinha 5 anos e Constantino 3. A esposa de Romanos, Teofana, assumiu a regência e firmou um acordo com Nicéforo Focas, que já havia sido saudado por suas tropas como imperador. Teófana ofereceu a Nicéforo sua mão em casamento e Nicéforo II Focas (963-969) tornou-se imperador e, ao mesmo tempo, defensor dos direitos dos dois jovens imperadores "nascidos no púrpura". Assim, pela primeira vez na história bizantina um membro da aristocracia militar da Anatólia subiu ao trono.

Nicéforo substituiu José Bringas como *parakoimomenos* (camareiro) por Basílio, filho ilegítimo de Romano Lekapenos. A posição do *domestikos* no Oriente foi dada a João Tzimiskes, que já havia conquistado considerável reputação como general, enquanto as forças bizantinas no Ocidente eram comandadas pelo irmão do imperador, Leão Focas.

Nicéforo era robusto, fisicamente pouco atraente e extraordinariamente dedicado aos mosteiros e ao ascetismo. Quando não estava em campanha militar ativa, ele vivia uma vida de oração e auto-mortificação, e alguns de seus melhores amigos eram monges. Entre eles estava Santo Atanásio, fundador do mosteiro de Lavra, no monte Atos, e o imperador foi um dos primeiros patronos daquele famoso centro de monasticismo bizantino.

Fundação do Monte Athos

Desde os primórdios do cristianismo, era comum os monges se reunirem em grandes grupos em lugares remotos e desertos. Esses retiros

monásticos, então, freqüentemente se tornaram centros sagrados, aos quais os fiéis se reuniam, ou para buscar intervenções milagrosas ou simplesmente para compartilhar a santidade dos homens e mulheres santos que viviam ali. Tais refúgios nas montanhas no início do período bizantino eram no Monte Sinai, no Monte Auxentios e na Maravilhosa Montanha de São Simeão, o Jovem Estilita. No oitavo século, o Monte Olimpo, na Bitínia, tornou-se o mais célebre centro montanhoso de monaquismo. Este foi um grande complexo em Ulu Dag, perto da moderna Brusa, que foi fundada no século V, mas que eventualmente continha cerca de 50 mosteiros, todos, menos um deles, habitado por homens. Os mosteiros de Olimpo eram todos estabelecimentos independentes e não tinham organização comum, mas outras comunidades semelhantes, como o Monte Latros, eram confederações monásticas sob um único *hegoumenos* (abade) ou *protos* ("primeiro" monge).

O Monte Athos, geralmente chamado em grego, simplesmente por *Agion Oros* (a Montanha Sagrada) forma a projeção mais oriental da península de Chalkidike na Macedônia, a leste de Tessalônica. Hoje é uma área espetacularmente bela, em parte porque foi poupada dos traumas do desenvolvimento moderno. A montanha em si é perto da ponta sul da península, e o resto da área é de floresta ondulada misturada com terrenos aráveis, marcados por inúmeras correntes que descem das alturas. Há tradições de que os monges se estabeleceram na península no início do período bizantino, que ou fugiram para lá das invasões árabes ou das perseguições iconoclastas, mas estas não podem ser historicamente substantiadas. As primeiras referências históricas aos mosteiros na península datam do século IX, e um édito de Basílio I em 883 forneceu proteção imperial aos monges e dos pastores locais.

O evento crucial para o desenvolvimento do Monte Athos, no entanto, foi a fundação, por Atanásio, da Grande Lavra (*Megiste Lavra*) em 963 com o apoio de Nicéforo Focas. Atanásio era um professor de Trebizonda que se estabeleceu em Constantinopla e formou alianças fortes com membros das famílias aristocráticas da época, incluindo a de Nicéforo Focas. Ele manteve essas conexões quando entrou na vida monástica e em 958 mudou-se para o Monte Athos, onde procurou reformar a vida monástica, em parte pela fundação de mosteiros maiores. Com a ajuda de Nicéforo II, ele iniciou uma tradição que durou até o nosso tempo, sobrevivendo à queda do império em mais de meio milênio.

Campanhas de Nicéforo

Mesmo depois de se tornar imperador, Nicéforo entrou em campo [de batalha]. Ele lutou uma longa e finalmente bem sucedida campanha contra os árabes na Cilícia e depois na Síria. Seus generais tomaram a ilha de Chipre em 965 e Antioquia e Alepo em 968. A Síria foi dividida ao meio; a parte norte foi anexada por Bizâncio, e o sul, ficou independente, mas estava sob efetivo controle bizantino. Assim, os exércitos bizantinos estavam em toda parte triunfantes no Oriente, e as áreas perdidas para os árabes mais de três séculos antes foram mais uma vez restauradas ao império. A situação no Ocidente estava mais complicada, especialmente por causa do renascimento do Império do Ocidente sob Otto II, que foi coroado imperador em 962 e que se envolveu [no poder] fortemente na Itália. Como Carlos Magno antes dele, Otto procurou acordos com Bizâncio e em 968 ele enviou o bispo Liudprando de Cremona como emissário a Constantinopla, com o propósito de organizar uma aliança matrimonial entre seu filho e uma das irmãs de Nicéforo. Nicéforo tratou Liudprando de maneira dura e decididamente rejeitou a oferta de aliança.

Nos Bálcãs, Nicéforo também agiu de forma decisiva, embora no final não com grande sucesso. Ele rejeitou as exigências búlgaras de pagamento de tributo e pediu ajuda do príncipe russo Svjatoslav (filho de Olga), que recentemente havia destruído o estado cazar. Svjatoslav derrotou facilmente os búlgaros em 968 e 969, depôs o czar búlgaro Boris II e essencialmente tomou o país. Ele aparentemente até considerou mudar sua capital para Little Preslav na Bulgária. Como resultado, Bizâncio encontrou os russos na fronteira do império, uma situação que iria atormentar os imperadores por algum tempo.

Enquanto isso, a imperatriz Teófana aparentemente estava cansada da aparência física de Nicéforo e de seus hábitos monásticos, e ela formou uma conspiração com o general-chefe do imperador, João Tzimiskes. Os conspiradores assassinaram o imperador em seu quarto em dezembro de 969.

João I Tzimiskes (969 a 976) foi coroado somente depois de concordar com a exigência do patriarca de que ele fizesse penitência pelo assassinato e se separasse de Teófana, que foi mandada para um mosteiro. Ele então se casou com Teodora, a filha de Constantino VII, e, como seu antecessor, ele assumiu o papel de guardião dos jovens imperadores. Os assuntos civis foram deixados nas mãos de Basílio o *parakoimomenos*. Tzimiskes teve que reprimir várias revoltas de rivais aristocráticos, e seu maior aliado foi seu cunhado, Bardas Skleros. Embora o próprio Tzimiskes fosse, como seu

antecessor, um membro da aristocracia militar, ele procurava ativamente evitar a alienação de terras camponesas privadas e a transformação dos camponeses em *paroikoi*. A legislação para fazer isso já estava em vigor, e Tzimiskes usou o poder militar para reunir os camponeses estabelecidos em propriedades privadas e forçá-los a voltar para suas aldeias. Nisto, ele dificilmente poderia ter sido plenamente bem-sucedido e, com efeito, os camponeses assim tratados se tornaram essencialmente os *paroikoi* do estado.

Tzimiskes ficou com uma situação difícil nos Bálcãs, onde o príncipe russo Svjatoslav havia garantido uma autoridade crescente sobre a Bulgária. Em 971, os bizantinos ocuparam a capital búlgara de Grande Preslav e levaram o czar Boris cativo. Ele então se mudou para a cidade de Silistria, que Svjatoslav ocupara. Depois de um cerco desesperado e uma resistência igualmente desesperada, Tzimiskes prevaleceu e Svjatoslav foi forçado a se retirar. Ele foi morto pouco depois, e Tzimiskes estava no controle efetivo da Bulgária. Tzimiskes também foi capaz de lidar com sucesso com o imperador ocidental, Otto II, concordando com a aliança de casamento que seu antecessor havia rejeitado, mas não enviando uma princesa imperial nascida em Bizâncio, mas seu próprio parente Teófane, que se tornou esposa de Otto II em 972. Este casamento teria um efeito significativo nas relações Oriente-Occidente, especialmente no impacto das idéias bizantinas na corte ocidental. Teófane teve considerável influência sobre seu filho, Otto III, que se tornou imperador do Ocidente em 983, e que copiou o cerimonial bizantino e afirmou a supremacia do imperador sobre o papa.

No Oriente, Tzimiskes procurou consolidar [seu poder] e expandir as conquistas feitas por Nicéforo Focas. Nisso, ele foi combatido pelos fatímidas do Egito, que também haviam procurado explorar o vácuo de poder na Síria. Tzimiskes, no entanto, aliviou a pressão fatímida sobre Antioquia e avançou para a Síria e a Terra Santa, tomando Damasco, Tiberíades, Cesaréia e parando não muito longe das muralhas de Jerusalém. Ele retornou vitorioso a Bizâncio, conquistando Beirute e Sidón no caminho. Infelizmente para o império, este imperador vigoroso e bem sucedido de repente adoeceu e morreu, no início de 976.

O Reinado de Basílio II (976 – 1025)

Foi nesse contexto que Basílio II, então com 18 anos de idade, finalmente tomou o poder em seu próprio nome. É verdade que durante

todo o seu reinado ele compartilhou o trono com seu irmão mais novo, Constantino VIII (dois anos mais jovem), mas o poder sempre esteve efetivamente nas mãos de Basílio, e Constantino se contentou em desfrutar a vida do palácio e deixar o fardo do governo para seu irmão. Durante anos, pelo menos desde a morte de Romano II, em 968, membros da aristocracia militar, que governavam em nome dos legítimos imperadores macedônios, haviam controlado o império. Agora, em 976, o *domestikos* Bardas Skleros esperava continuar essa tradição, e ele se revoltou quando Basílio II se declarou apto a governar por conta própria. Seguiu-se um confronto monumental no qual o jovem imperador manifestou a sua própria determinação e força de caráter, ajudado, por sua própria esperteza, e o *parakoimomeno*. Skleros primeiro derrotou todas as forças enviadas contra ele e em 978 e ele manteve toda a Ásia Menor sob seu controle. O *parakoimomenos*, no entanto, formou uma aliança com o chefe de uma família aristocrática rival, Bardas Focas, sobrinho do imperador Nicéforo Focas, e eles foram capazes de derrotar Skleros e forçá-lo a fugir para o califado.

Durante os próximos anos de Basílio, o *parakoimomenos* estava essencialmente no controle, como esteve durante anos, mas Basílio II finalmente procurou estabelecer sua independência e, apesar de um complô do eunuco para que Bardas Focas tomasse o poder, o imperador triunfou, e o venerável *parakoimomenos* foi finalmente removidos do poder e exilado em 985.

Enquanto isso, aproveitando-se da confusa situação em Constantinopla, uma revolta contra o poder bizantino eclodira nos Bálcãs, liderados pelos Kometopouloi, os quatro filhos de um governador da província na Macedônia. Esta revolta foi bem recebida pela população local, e a liderança foi finalmente assumida por Samuel, o mais novo dos Kometopouloi, fundando o segundo período de grandeza búlgara na Idade Média. Embora o foco do poder nesse estado fosse em Ochrid, na Macedônia eslava (longe do centro anterior de Pliska), tanto Samuel quanto os bizantinos o consideravam como descendente direto do império de Simeão, cerca de 150 anos antes. Uma das primeiras coisas que Samuel fez foi restaurar o patriarcado búlgaro independente que havia sido abolido pelos Tzimiskes.

Samuel procurou expandir seu território para o sul, com ataques a Serres e Tessalônica, e em 985 ou 986 ele conseguiu tomar Larissa (na Tessália). Basílio II contra-atacou em 986, mas suas forças foram derrotadas. Em parte como resultado desse fracasso, membros da

aristocracia bizantina se revoltaram. Bardas Skleros retornou do exílio e novamente buscou o trono imperial e, como antes, foi atacado por Bardas Focas. Nessa ocasião, no entanto, Focas também se revoltou e se proclamou imperador em 987. Focas logo se tornou o principal pretendente e, no começo de 988, estava preparado para um ataque à capital. Nesta situação, Basílio II pediu assistência ao príncipe russo Vladimir (o filho de Svjatoslav). Estes últimos despacharam uma força de 6.000 guerreiros, presumivelmente vikings da Rússia, e, liderados pelo imperador em pessoa, Focas sofreu uma derrota decisiva, que morreu em batalha no ano seguinte. Bardas Skleros mais uma vez se revoltou, mas isso foi rapidamente derrubado, e o trono de Basílio II foi garantido, em grande parte pela ajuda de seu aliado russo.

Como recompensa por sua assistência, Vladimir recebeu a irmã de Basílio, Ana, como sua noiva, com a condição de que o príncipe e seu povo aceitassem o batismo de Constantinopla. Certamente, do ponto de vista russo, a aliança foi igualmente positiva, e a conversão de Olga (avó de Vladimir) alguns anos antes e a força do exército bizantino sob Tzimiskes sem dúvida convenceram Vladimir de que o futuro de seu estado estava numa aliança com Bizâncio. A tradição política bizantina oferecia benefícios importantes para a consolidação de seu próprio poder e o avanço cultural do principado. Os bizantinos repensaram temporariamente a concessão de uma princesa nascida na nobreza a tal governante, mas em 989 Vladimir fez uma demonstração de força militar em Cherson, e o casamento foi solenemente celebrado, Vladimir aceitou o batismo e a conversão da Rússia foi iniciada.

O maior desafio de Basílio II foi o renascimento do Império Búlgaro por Samuel, e ele abordou essa luta com a mesma determinação metódica que caracterizou todos os outros aspectos de seu reinado. Em 991, Basílio invadiu o território de Samuel, mas sua campanha bem-sucedida foi logo interrompida por problemas no Oriente, onde os fatímidas ameaçaram as posições bizantinas no norte da Síria. Basílio viajou para o Oriente e foi capaz de restaurar a supremacia bizantina com uma vitória significativa em 995. Samuel, entretanto, foi capaz de tirar proveito da ausência de Basílio e seus exércitos avançaram para o sul na Grécia, chegando até o Peloponeso. Em seu retorno aos Bálcãs, em 1001, Basílio abraçou a luta com Samuel. Basílio moveu-se primeiro contra a antiga capital búlgara de Pliska, e seu sucesso nesse país cortou o império de Samuel pela metade. O imperador então virou para o sul, na Macedônia, conquistando vitória após vitória. Após quatro anos de guerra quase incessante, o Império

Bizantino foi mais uma vez supremo nos Bálcãs, mas Samuel ainda resistiu e a guerra continuou em um nível reduzido. Finalmente, em 1014, uma grande batalha em Kleidion (no rio Strymon, ao norte de Serres, na Macedônia) resultou na vitória completa de Basílio e na captura, supostamente, de 14.000 prisioneiros. Embora Samuel tenha escapado do desastre, não pôde sobreviver ao resultado: Basílio - depois sempre conhecido como *Bulgaroktonos* (o "matador de búlgaros") - cegou os prisioneiros e os enviou para Samuel em grupos de 100 homens, cada um liderado por um guia que enxergava. Quando o czar viu essa cena, sofreu um derrame e morreu quase imediatamente depois.

Houve alguma resistência adicional, primeiro do filho de Samuel e depois de outros parentes, mas em 1018 a Bulgária se rendeu completamente e Basílio entrou em Ochrid em triunfo. Depois de uma luta de quase 30 anos, Basílio cumpriu seu objetivo, e toda a península do sul dos Bálcãs estava sob controle bizantino - pela primeira vez desde o século VII. Ao contrário das políticas de seus predecessores, ele não deixou a Bulgária como um estado cliente aliado, mas anexou o centro do império de Samuel, dividindo-o em *temas*. As áreas periféricas, como a Croácia e Diocléa (incluindo Rascia e Bósnia), continuaram a ser governadas por príncipes nativos, que eram vistos como vassalos bizantinos. Basílio procurou respeitar a importância especial da Bulgária e, embora tenha suprimido o patriarcado independente de Ochrid, ele tornou o arcebispo autocéfalo, o que significa que ele não estava sujeito à autoridade do patriarcado de Constantinopla, mas, neste caso, pelo menos, ele respondia diretamente ao próprio imperador. Basílio morreu em dezembro de 1025.

Alguns Imperadores que Governaram por Pouco Tempo (1025 – 1042)

Basílio foi, portanto, sucedido por seu irmão Constantino VIII, que por muito tempo compartilhou com ele o trono imperial, pelo menos nominalmente. Constantino já era velho quando Basílio morreu, mas ele resistiu à pressão dos grandes proprietários de terras e da igreja para abandonar as políticas de seu irmão. Em 1028, Constantino ficou gravemente doente, e só neste momento ele tomou medidas para a sucessão. Ele também não teve filhos, mas três filhas, a mais velha havia entrado na vida monástica. A sucessão, portanto, deveria ser passada para suas duas outras filhas, Zoe e Teodora, que, a essa altura, já não eram mais jovens. Em novembro de 1028, Constantino conseguiu que Zoe se casasse

com Romanos Argyros, o prefeito da cidade, e em dezembro o último imperador macedônio morreu.

Romanos Argyros era um membro do que podemos chamar de aristocracia civil bizantina, aquelas famílias que - embora normalmente possuísem propriedades agrícolas substanciais nas províncias - deviam sua proeminência aos seus cargos administrativos na corte, o que significa que, em geral, eles não tinham experiência militar, mas foram altamente educados e totalmente familiarizados com a cultura clássica. Apesar de sua experiência administrativa, Romanos Argyros dificilmente teria sucesso como imperador. Aparentemente cheio de delírios de grandeza, ele tentou vários esquemas ambiciosos, incluindo uma campanha militar no Oriente, onde a situação foi salva apenas pela intervenção do general George Maniakis.

Romano III cometeu o erro de ignorar Zoe, a principal fonte de sua autoridade política. Como resultado, ela formou um acordo com Miguel, um camponês de Paphlagonia, que havia sido levado ao palácio por seu irmão, o eunuco João, o Orphanotrophos, que esperava por esse meio ganhar mais poder para si mesmo. No final, Romanos III foi assassinado em seu banho (1034) e Zoe se casou com Miguel, que subiu ao trono como Miguel IV.

João, o Orphanotrophos, administrou essencialmente o estado no nome do seu irmão. Ele era um governante capaz, embora suas políticas de tributação implacáveis lhe rendessem uma reputação de rapacidade. Em parte como resultado das políticas fiscais de João e, em parte, como reação à aparente fraqueza militar bizantina, irromperam revoltas nos Bálcãs. A primeira delas, sob Peter Deljan, que procurou restaurar o império de Samuel. Embora isso tenha sido suprimido pelo próprio Miguel IV em 1041, o ressentimento permaneceu entre os súditos eslavos do império, e o principado aliado de Zeta (antiga Diocléa) foi capaz de estabelecer sua independência da hegemonia bizantina.

Enquanto isso, Miguel IV adoecera e João selecionou um jovem parente, outro Miguel, conhecido como Kalaphates. Ele sucedeu Miguel IV na morte deste último em 1042. Michael V Kalaphates (1041-1042) era teimoso e imprudente e destruiu sua própria base de poder, primeiro exilando João e depois enviando a imperatriz Zoe para um mosteiro. O resultado foi uma rebelião quase instantânea do povo de Constantinopla e da igreja. Como resultado, Miguel V foi deposto e cegado e Zoe e Teodora deveriam governar em conjunto, um arranjo que se desfez quase que imediatamente.

Constantino IX Monomachos (1042 – 1055)

Depois disso, Zoe (embora com 64 anos de idade) se casou pela terceira vez, com Constantino Monomachos, um membro da aristocracia civil e um parente de Romanos III Argyros. A vida da corte na época foi certamente brilhante, e Constantino IX foi cercado por estudiosos de alto calibre, como Constantino Leichoudes, o poeta João Mavropous, o jurista João Xiphilinos e o filósofo e historiador Miguel Psellos. Em 1045, a Universidade de Constantinopla foi refundada com faculdades de filosofia e direito, e baseada solidamente nos princípios da educação clássica. Psellos foi nomeado como chefe da universidade, com o título de "cônsul dos filósofos". Na corte, as duas imperatrizes governaram em conjunto com Constantino IX, mas elas estavam abertamente unidas em funções oficiais pela amante do imperador, Sklerina (sobrinha de sua segunda esposa), a quem foi dado o recém-criado título de *sebaste*.

A metade do século XI testemunhou o declínio do exército bizantino, o governo de Constantino IX era decididamente anti-militar em suas políticas, e não proveu fundos para o exército nem recompensava seus comandantes pelo trabalho bem feito. Em sua busca por renda imediata, o Estado permitiu que os soldados cumprissem com sua obrigação de servir no exército. O resultado disso foi que o Estado tinha de depender cada vez mais de mercenários estrangeiros, primeiro dos varegues da Rússia, e cada vez mais dos normandos da Itália e da França, anglo-saxões da Inglaterra e outros. A mais famosa delas foi a Duzina varangiana, atestada a partir de 1034, que recrutou vikings da Rússia e, eventualmente, anglo-saxões. Esta guarda de elite, cujos membros tinham quartéis e uniformes distintos, tinha seus aposentos em Constantinopla, mas também participava de campanhas de campo. Além disso, Bizâncio teve que depender mais do que antes de suas alianças com povos estrangeiros que poderiam ser usadas para combater as guerras do império. O declínio do exército doméstico, portanto, teve ramificações de longo alcance. Houve também repercussões administrativas: o *strategos*, comandante dos exércitos temáticos [provinciais], desapareceu essencialmente, substituído pelo governador provincial (normalmente o *kritis*), que anteriormente era seu subordinado.

Várias revoltas eclodiram contra Constantino IX, liderado pelos generais George Maniakis e (mais tarde) por Leão Tornikis; ambos quase conseguiram derrubar a administração civil, mas em ambos os casos o destino interveio e as revoltas falharam. Enquanto isso, a paz trazida pelo

sucesso dos grandes imperadores militares permaneceu geralmente intacta e os exércitos bizantinos - no momento - permaneceram incontestados. No entanto, a cena internacional estava mudando lentamente, e novos adversários surgiam, os quais desafiariam seriamente Bizâncio nos próximos anos. Em meados do século XI, o califado abássida tinha praticamente desaparecido; o poder efetivo estava agora nas mãos de vários grupos turcos, desde os fatímidas no Egito até os seljúcidas na fronteira oriental do império. Nos Bálcãs, a Bulgária havia essencialmente desaparecido e os russos voltaram sua atenção para o norte, deixando o corredor das estepes para pessoas como os Patzinakos, Cumanos e Uzes. Talvez o mais ameaçador de todos, os normandos, que haviam se estabelecidos na Sicília e no sul da Itália por algum tempo, começaram a voltar sua atenção para Bizâncio e, pela primeira vez, o império enfrentaria uma ameaça direta daquela direção.

No final do reinado de Constantino IX, a divisão definitiva entre as igrejas oriental e ocidental ocorreu, um evento que continua a ter significado hoje e que influenciou seriamente as relações de Bizâncio com o Ocidente a partir de então. Foi especialmente lamentável para o império que, pois a Europa Ocidental Cristã começou a emergir como uma verdadeira potência econômica, política e militar. A causa básica do cisma foi, como anteriormente no tempo dos Photios, o abismo cultural que havia crescido ao longo dos séculos entre o Oriente e o cristianismo ocidental: embora bizantinos e ocidentais fossem todos cristãos, em perspectiva básica e em muitos aspectos de sua fé eles eram mundos separados. Além disso, o conflito foi abalado por circunstâncias históricas e personalidades dos personagens envolvidos. O papado, em meados do século XI, encontrava-se no meio de seu maior período de reformas e estava trancado no início de uma luta com o imperador ocidental pela supremacia na Europa Ocidental. Suas pretensões à universalidade haviam se tornado uma parte essencial da política papal de um modo que estava fadado a colidir com os conceitos bizantinos de independência eclesiástica e universalidade imperial. A velha questão teológica do *filioque* continuava sem solução: esse era um sério desacordo sobre a relação entre as três pessoas da Trindade. A igreja latina argumentou que a adição do termo “e do Filho” ao Credo Niceno não mudou sua essência, enquanto a igreja oriental argumentou que a diferença era fundamental para nossa compreensão de Deus. Havia também questões litúrgicas e práticas, como a questão do sacerdócio celibatário, o jejum no sábado e o uso de pão ázimo (os chamados *azymes*), todos eles característicos do Ocidente, mas

não do Oriente. Nos últimos séculos houve descentendimentos significativos e rupturas na comunhão, mais notavelmente o cisma akakiano, o iconoclasta e o cisma do fotismo. E, no geral, as duas principais metades do cristianismo tinham se desenvolvido em grande parte em termos de cultura, de modo que, embora as duas partes acreditassem essencialmente nas mesmas coisas, olhavam o mundo de maneira muito diferente e acumularam uma grande reserva de desconfiança. Finalmente, havia a questão-chave da supremacia papal: a igreja ocidental argumentava cada vez mais que o papa deveria ter o controle administrativo de toda a igreja cristã, enquanto os orientais negavam isso e diziam que os cinco patriarcas deveriam controlar suas respectivas áreas.

O papa Leão IX, o primeiro dos papas reformadores do século XI, era obstinado e orgulhoso, superado a esse respeito apenas por seu representante na controvérsia, o cardeal Humberto. O patriarca, Miguel Keroularios, era, em todos os aspectos, páreo para seus adversários; desde cedo envolvido em atividades políticas em Constantinopla, ele se tornou monge e, patriarca desde 1043, trouxe toda a sua confiança e importância a esse ofício. Ambos os lados estavam intransigentes e prontos para o conflito, que primeiro estourou sobre as reivindicações rivais no sul da Itália. Uma delegação papal, liderada pelo cardeal Humberto, chegou a Constantinopla em 1054. Encorajados pela falta de apoio do imperador a Keroularios, o partido papal condenou os bizantinos e excomungou o patriarca e seus seguidores. Keroularios teve o apoio total de sua igreja e do povo de Constantinopla, e ele rapidamente colocou Constantino IX na linha, convocando um concílio que se reuniu no mesmo ano, emitiu uma condenação de todas as práticas romanas e excomungou os legados papais. A ruptura entre as igrejas orientais e ocidentais em 1054 nunca foi curada. Como mencionado acima, os dois grupos acreditam e praticam muitas das mesmas coisas, mas o cisma tem sido a causa de muita incompreensão, hostilidade e derramamento de sangue desde então, e tem permanecido como um dos principais pontos de divisão entre Europa Oriental e Ocidental nos séculos recentes.

Constantino IX morreu em janeiro de 1055, e Teodora reinou em seu próprio nome até a sua morte no ano seguinte. Com o seu falecimento, a dinastia macedónia foi finalmente extinta. Em seu leito de morte, Teodora nomeou Miguel VI (1055-1057, conhecido como Mikhael Stratiotikos ou Miguel, o Velho), um membro da aristocracia civil que continuou as políticas de Constantino IX. Não surpreendentemente, uma revolta eclodiu

entre a aristocracia militar, liderada por Isaque Comneno, membro de uma importante família militar da Ásia Menor. As perturbações começaram também em Constantinopla e o patriarca Keroularios juntou-se aos insurgentes. Miguel VI abdicou e Isaque Comneno (1057-1059) foi coroado imperador.

Isaque Comneno fez movimentos significativos para fortalecer as defesas do império. Um problema difícil, claro, era a falta de fundos para os militares, e Isaque recorreu a medidas extremas, incluindo o confisco de propriedades e posses da igreja. Como vimos, o patriarca originalmente apoiara Isaque, mas os dois logo entraram em conflito, em parte pela política de confisco, mas também por questões ideológicas, já que Keroularios buscava nada menos que a independência total da igreja, ou senão o reconhecimento da superioridade da igreja ao estado. Foi dito até mesmo que o patriarca, em uma ocasião, vestiu as botas roxas que eram um dos principais símbolos do poder imperial. O imperador e o patriarca chegaram a um entendimento formal de uma divisão igualitária de poder, mas ambos eram obstinados e determinados, e ambos frequentemente violavam esse acordo. Finalmente, quando Keroularios saiu de Constantinopla em 1058, ele foi preso e um conselho foi rapidamente convocado para condená-lo e depô-lo. Keroularios morreu pouco depois, mas o sucesso de Isaque foi de curta duração, uma vez que a igreja e muitos dos habitantes de Constantinopla ficaram ofendidos com o tratamento dado ao patriarca, e a aristocracia civil usou isso para alimentar a oposição ao imperador. Desiludido, Isaque Comneno abdicou em 1059 e retirou-se para o mosteiro de Stoudios.

A aliança entre os líderes da igreja e membros da aristocracia civil selecionou Constantino X Doucas (1059-67) como imperador. Constantino era um membro da ilustre família de Doucas, que nessa época representava a aristocracia civil da capital. Ele era um devoto seguidor de Psellos, que se tornou o tutor de seus filhos, e ele retornou à política fiscal de Constantino IX, incluindo a degradação da cunhagem e do gasto de recursos em Constantinopla, e não no exército. O serviço civil cresceu em número e despesa e o exército foi completamente negligenciado.

Nos Bálcãs, o território bizantino foi ameaçado por ataques de vários grupos turcos: os húngaros do noroeste e os Uzes e os cumanos do nordeste. Mas, em última instância, o maior perigo foi representado pelos turcos seljúcidas, que haviam conquistado o controle do Irã e do Iraque e praticamente todo o Oriente Próximo até as fronteiras de Bizâncio, no oeste, e o califado fatímida do Egito, no sul. Sob a liderança de Alp Arslan,

o segundo sultão seljúcida, os Seljúcidas atacaram a Armênia e invadiram a Ásia Menor, avançando até Caesarea, que eles tomaram em 1067.

Neste ponto, Constantino X morreu, e sua esposa, Eudokia, atuou como regente para seus filhos jovens. O poder permaneceu nas mãos dos administradores civis, mas no final a situação militar era tão perigosa que até o patriarca, João Xiphilinos, viu a necessidade de acordos com a aristocracia militar, e Eudokia foi convencida a se casar com o general Romano Diógenes, que ascendeu o trono como Romanos IV (1068-1071).

A principal preocupação de Romano IV, no entanto, era reconstruir o exército na Ásia Menor. Como resultado desse foco no Oriente, os interesses bizantinos na Itália foram negligenciados, e Bari, a última fortaleza bizantina, caiu para os normandos em 1071. Romanos fez expedições para a Anatólia oriental em 1068-9, mas os seljúcidas aproveitaram a oportunidade para tomar cidades bizantinas no centro. Em 1071, Romano liderou um grande exército, talvez com 200.000 homens, incluindo muitos contingentes estrangeiros, num esforço monumental para expulsar os seljúcidas da Ásia Menor. Um elemento-chave no exército era um grupo de mercenários normandos sob o comando do aventureiro Roussel de Bailleul. Em agosto as forças de Romano IV encontraram as do sultão Seljúcida Alp Arslan numa batalha campal perto de Mantzikert na Armênia. Assim que a luta começou, as tropas normandas fugiram do campo de batalha e os bizantinos foram apanhados em uma armadilha. No segundo dia de luta, Romano estava se movendo com sucesso contra o centro seljúcida, quando seu rival Andronikos Doucas promoveu um rumor de que o imperador havia sido morto. O pânico se espalhou entre as tropas e muitos fugiram. Os Seljúcidas fizeram uso hábil de seus arqueiros montados, levemente armados, e os bizantinos foram completamente derrotados e Romano foi feito prisioneiro.

Os historiadores modernos vêem a Batalha de Mantzikert como a derrota fatal, da qual o império nunca se recuperou. Pelo contrário, as perdas bizantinas eram relativamente pequenas e o próprio Romano logo foi libertado, concordando apenas em ceder a Armênia aos turcos. A verdadeira dificuldade estava no rescaldo da batalha, na qual os comandantes do exército imediatamente abandonaram seus postos na Ásia Menor numa disputa louca pelo poder em Constantinopla. Como resultado, o campo ficou aberto para os seljúcidas, que foram capazes de ocupar grande parte da Ásia Menor e se instalar nela, virtualmente sem oposição dos bizantinos. Imediatamente após a batalha, o César João Doucas proclamou Miguel Doucas, filho de Constantino X, como único imperador.

Romano IV tentou recuperar seu lugar, mas perdeu para os partidários da família Doucas e foi cegado. Miguel VII Doucas (1071-1078) foi geralmente ineficaz, embora vários desenvolvimentos importantes tenham ocorrido durante o seu reinado. Ocupado primeiramente com a guerra civil e desatento às considerações militares, Miguel não pôde se opor aos seljúcidas, que inundaram a Ásia Menor e estabeleceram o Sultanato de Rum em Ikonion, o primeiro estado estrangeiro a ocupar parte do coração bizantino da Anatólia. Por volta de 1074, uma aliança foi feita com o normando Roberto Guiscardo, cuja filha se casaria com o filho de Miguel, Constantino, o presumível herdeiro do trono. Durante todo o reinado de Miguel VII, o império permaneceu em extrema dificuldade financeira. O cortesão Nikephoritzes tornou-se o principal administrador civil de Miguel VII e usou medidas duras na tentativa de restaurar alguma forma de estabilidade fiscal. Estes incluíam a regulação do suprimento de grãos de Constantinopla, a contínua desvalorização da moeda e uma diminuição no tamanho dos *modios*, a principal medida bizantina do grão, por um *pinakion* (cerca de um quarto de um *modio*), uma política que ganhou para o imperador o apelido de "*Parapinakis*".

Não surpreende que o reinado de Miguel VII tenha sido marcado por revoltas, das quais as mais importantes foram a de Nicéforo Vryennios nos Bálcãs e Nicéforo Votaneiates na Ásia Menor. Este último garantiu o apoio dos seljúcidas e entrou em Constantinopla em 1078, pouco depois da abdicação de Miguel VII. Votaneiates foi um general efetivo, mas agora estava idoso, e a situação financeira o forçou a desvalorizar ainda mais a cunhagem, a fim de fazer pagamentos generosos a seus partidários. Nessa situação instável, mais revoltas eram inevitáveis e, em 1081, ele foi derrubado por Aleixo Comneno, que finalmente conseguiu dar continuidade e força ao trono bizantino.

Os Comnenos

1096 – A primeira Cruzada chega a Constantinopla.

1143 – Manuel I se torna Imperador.

1185 – Morte do último imperador da Dinastia Comnena, iniciando o colapso do estado central.

1204 – Quarta Cruzada captura e saqueia Constantinopla.

Aleixo Comneno e a Primeira Cruzada

Aleixo I Comneno (1081-1118) representa aquele fenômeno peculiarmente bizantino, o imperador que apareceu exatamente quando a situação estava mais conturbada, que resgatou o império do desastre militar e o colocou num curso que deveria seguir para o próximo século. Os Komnenoi [Comnenos] eram uma família militar da Ásia Menor que realizou batalhas proeminentes desde o início do século XI em diante. Aleixo era sobrinho do imperador Isaque Comneno e filho de João Comneno, que havia sido *domestikos* dos *Scholai*. Aleixo era general na época de Miguel IV e Nicéforo III, contra quem ele se revoltou e tomou o trono. No entanto, Aleixo chegou ao poder como representante de uma coalizão de famílias aristocráticas: os Komnenoi, os Doukai [Doucas], os Palaiologoi e os Melissenoi, e a dinastia dos Komnenoi continuou a refletir essa aliança familiar aristocrática de uma maneira inédita na história bizantina.

Os normandos atacaram Dirráquio, a principal cidade bizantina na costa do Adriático, e a tomaram em 1081, abrindo assim o território bizantino às depredações dos normandos, que chegaram até o sul em Larissa. Devido a um tratado de 1082, os venezianos prometeram ajudar os bizantinos militarmente, em troca de honras, pagamentos em dinheiro e, o mais importante, o direito de negociar livremente em todo o império sem a imposição de impostos. Esta importante concessão foi a fundação do império marítimo de Veneza. Isso deu aos mercadores venezianos uma vantagem sobre seus concorrentes e parece ter virtualmente levado mercadores bizantinos aos mares. Enquanto isso, em 1082, Roberto Guiscardo foi chamado de volta à Itália e os bizantinos e seus aliados venezianos puderam se reagrupar. Quando Guiscardo morreu, em 1085, a ameaça normanda acabou, por um tempo, ainda que Bizâncio voltasse a encontrar os normandos em batalha, e o preço da vitória bizantina, pago

aos venezianos, fora realmente grande.

Depois disso Aleixo procurou restaurar a supremacia bizantina nos Bálcãs. Ele fez uma campanha militar na Sérvia que resultou no reconhecimento da hegemonia bizantina, mas uma revolta dos cumanos impediu a plena implementação dos planos do imperador. Na Ásia Menor, bem como na Europa, o poder bizantino estava aumentando, auxiliado em grande parte pela fragmentação do sultanato seljúcida de Rum em pequenos emirados que brigavam entre si. Uma reconquista bizantina da Ásia Menor não estava fora da possibilidade e, junto com ela, a possibilidade de uma Bizâncio restaurada para a posição que ocupara antes de Mantzikert.

No entanto, neste momento, um novo fenômeno caiu sobre o Império Bizantino como um redemoinho. Este foi o movimento das cruzadas, algo essencialmente estranho para os bizantinos, mas projetado para ter um poderoso impacto sobre a história bizantina a partir de agora. Por um lado, os bizantinos há muito estavam cientes dos interesses políticos e militares ocidentais no Oriente e, com a chegada dos venezianos e dos normandos, viram o tipo de poder que os ocidentais poderiam trazer. Não obstante, tanto os venezianos quanto os normandos eram compreensíveis para os bizantinos - eles eram potências estrangeiras que reconheciam a soberania bizantina e que geralmente desejavam trabalhar dentro do sistema bizantino. Mas as Cruzadas eram algo totalmente novo para os bizantinos. Não que os bizantinos não aceitassem uma conexão entre religião e guerra: eles certamente viam seu exército como o braço forte do Deus cristão e entendiam que os muçulmanos travavam guerra em nome de Alá. De fato, havia fenômenos no passado bizantino, onde os imperadores usavam o sentimento religioso como motivo de ação militar. Um deles foi na época das guerras de Heráclio contra os persas, especialmente depois que este último havia levado a Cruz Sagrada a Ctesifonte, e outro foi na época das campanhas de Nicéforo I Focas na Síria e na Terra Santa. Mas nada disso foi uma Cruzada no sentido ocidental, visto principalmente como responsabilidades religiosas destinadas a livrar a Terra Santa do controle infiel e devolvê-lo aos cristãos. Pelo contrário, as Cruzadas foram um fenômeno exclusivamente europeu ocidental, conectado com os conceitos ocidentais de peregrinação e as reivindicações universalistas do papado, bem como com o crescimento explosivo da economia européia durante o século XI e os pedidos de ordem e restrições à guerra no Oeste. O fervor que os ocidentais passaram a sentir pela “recuperação” dos Lugares Sagrados foi algo bastante estranho para os bizantinos, assim como as

hordas de camponeses, crianças e aventureiros que desceram sobre o império como resultado desse movimento.

Às vezes é dito que Aleixo trouxe consigo as Cruzadas com cartas [que escreveu] ao conde Roberto de Flandres e ao papa Urbano II, em busca de ajuda militar ocidental em sua luta contra os turcos. O que Aleixo tinha em mente, sem dúvida, era o envio de mercenários ou uma aliança militar do tipo que Bizâncio usava há muito tempo em seus negócios com inimigos. O papa Urbano, no entanto, num concílio em Clermont em 1095, pediu um movimento de massas, sob a direção do papado, para reconquistar Jerusalém, que havia caído para os seljúcidas em 1077. Surpreendentemente, o chamado foi entusiasticamente recebido, tanto por membros da aristocracia ocidental como por simples leigos, alguns dos quais se juntaram a um líder inescrupuloso chamado Pedro, o Eremita, e partiram para a Terra Santa antes que os nobres estivessem prontos para marchar. Este grupo, sem boa liderança e sem suprimentos, saqueou a Hungria e os Bálcãs, chegando em agosto de 1096 em Constantinopla. Depois que as tentativas de controlá-los falharam, o imperador enviou-os para a Ásia Menor, onde a maioria deles foi abatida pelos turcos.

Mais tarde, no mesmo ano, os nobres líderes da Primeira Cruzada começaram a aparecer em Constantinopla, dentre eles Godofredo de Bolhões, Raimundo de Tolouse e Boemundo, o filho do normando Roberto Guiscardo. Aleixo exigiu que os cruzados lhe dessem fidelidade num juramento baseado no precedente ocidental, e a maioria deles o fez. Raimundo de Tolouse se recusou, mas foi finalmente feito [após um tempo] um compromisso em que ambos, Aleixo e Raimundo, prometeram respeitar a vida e a honra um do outro. Aleixo, embora certamente não tivesse se agrado com os cruzados, pelo menos procurava controlar sua independência e garantir, da melhor forma possível, que qualquer território capturado por eles fosse devolvido ao controle bizantino.

Na primavera de 1097, os cruzados surpreenderam e derrotaram uma grande força que os turcos lançaram contra eles e a estrada através da Ásia Menor estava aberta para eles. O foco das expectativas bizantinas era Antioquia, já que era a chave para a defesa da fronteira do Eufrates e uma cidade rica em associações bizantinas. Os cruzados chegaram finalmente a Antioquia e sitiaram a cidade, onde encontraram grande dificuldade. Aleixo partiu para aliviar os cruzados, mas ele finalmente voltou atrás. Os cruzados, no entanto, finalmente tomaram a cidade em junho de 1098. Ao invés de entregá-la aos bizantinos, os cruzados indicaram que Aleixo os havia decepcionado em um momento crítico, e Boemundo tomou a cidade

em seu próprio nome. As esperanças bizantinas de uma restauração das fortunas do império no Oriente eram consideradas fracassadas.

Agora os cruzados seguiram em direção a Jerusalém. Raimundo, apesar de sua recusa em obedecer ao imperador, entregou vários portos sírios a Bizâncio, enquanto outros Cruzados estabeleceram seus próprios principados em território capturado. Jerusalém caiu para os cruzados em 15 de julho de 1099, mas Raimundo ficou desapontado em sua esperança de recompensa, já que Godofredo de Bulhões foi feito rei de Jerusalém e defensor do Santo Sepulcro.

Raimundo manteve boas relações com Aleixo e ajudou o imperador a lidar com um novo grupo de cruzados que chegaram a Constantinopla em 1100. Aleixo, porém, ainda fervilhava com a captura de Antioquia por Boemundo e - depois que o normando rejeitou a exigência de Aleixo de lhe dar a cidade - o imperador enviou uma força expedicionária à Síria na esperança de isolar a cidade e forçar sua submissão. Boemundo chegou a considerar Bizâncio como a principal ameaça a seus interesses no Oriente e, deixando seu sobrinho Tancredo encarregado em Antioquia, foi ao Ocidente preparar uma invasão da Albânia bizantina, destinada a forçar Aleixo a cessar sua pressão na Síria. Em preparação para isto Boemundo fez circular relatos hostis a Aleixo e aos bizantinos, fazendo uso dos estereótipos que os bizantinos eram extenuantes e traiçoeiros e alegando que os cristãos tinham a obrigação de derrubar o imperador cismático. Boemundo ganhou o apoio do Papa Pascoal II para o seu empreendimento e a invasão começou em 1107. Embora num primeiro sucesso, Boemundo em breve encontrou-se cercado, pois Aleixo juntou suas melhores tropas do Oriente para se opor ao perigo normando. No final, um tratado foi redigido em 1108, no qual Boemundo ficou no controle de Antioquia, mas ele reconheceu que ele a mantinha como um vassalo de Aleixo, e os normandos concordaram em reconhecer a suserania tanto de Aleixo quanto de seu sucessor, João Comneno.

Aleixo conseguira desviar a ameaça normanda e manter sua alegação de suserania sobre a maior parte do Oriente cristão. Esta afirmação, no entanto, foi sem muito valor prático e foi comprada em detrimento de um quase abandono dos interesses bizantinos na Anatólia central, onde os Seljúcidas foram essencialmente autorizados a manter e fortalecer suas propriedades. Mesmo na Síria, Tancredo pôde aproveitar o desaparecimento da pressão militar bizantina para assegurar seu controle de Antioquia, e Aleixo foi levado a buscar uma aliança militar com o sultão seljúcida em Bagdá contra esta cidade. Isso em última análise não

conseguiu nada além de servir para confirmar a propaganda de Boemundo de que os bizantinos estavam dispostos a conspirar com os turcos contra os interesses cristãos. Aleixo certamente percebeu a importância central da Ásia Menor, e seus generais conseguiram assegurar o controle de grande parte de sua costa ocidental. Em 1111, o imperador fez uma grande excursão à Ásia Central Menor, e conseguiu obter a submissão dos seljúcidas, embora Aleixo também concordasse com a evacuação da população grega da região, algo que contribuiria para que a etnia [turca] a longo prazo transformasse na área [em sua propriedade].

Aleixo teve um reinado longo e militarmente bem sucedido. Ele resgatou o estado bizantino da ameaça de dissolução iminente. E enfrentou uma série de sérias ameaças militares e, através de uma combinação de diplomacia, astúcia pessoal e sua própria capacidade militar, ele geralmente saiu vencedor. Na época de sua morte, Bizâncio foi mais uma vez o estado mais poderoso do Mediterrâneo oriental. Mas Aleixo havia conseguido isso mudando algumas das estruturas básicas do estado bizantino, ou - talvez melhor - ele havia criado novas instituições e arranjos pessoais que substituíram as instituições que haviam caracterizado Bizâncio até então.

João II Comneno (1118 – 1143)

João era filho de Aleixo. O reinado de João Comneno foi marcado por continuada conspiração, instigada por membros de sua própria família. As conspirações não eram incomuns em toda a história bizantina, mas até certo ponto os problemas de João eram o resultado da política de Aleixo de basear grande parte de seu poder nos membros de sua família. Enquanto o imperador permanecia a figura de proa e o centro teórico do poder, na verdade ele se tornara o líder de uma aliança de membros da família imperial. João Comneno procurou acabar com este sistema e ele se voltou para o apoio a funcionários pessoais bem fora do círculo da própria corte. O mais notável deles foi João Axoukh, um escravo de origem turca, o companheiro de infância do imperador, a quem João II nomeou como *megas domestikos*.

Libertado, pelo menos até certo ponto, da interferência de sua família, João pôde voltar sua atenção para os assuntos estrangeiros, que estavam pressionando numa variedade de frentes. Provavelmente sua primeira prioridade era lidar com a situação na Ásia Menor, e João fez uma campanha em 1119 e 1120 com algum sucesso. Sua atenção, no entanto, foi atraída para outros lugares quando os Patzinaks, que ficaram em

silêncio por 30 anos desde a derrota para Aleixo, invadiram os Bálcãs em 1122. João respondeu oferecendo presentes a seus líderes, enquanto ao mesmo tempo atacava suas forças que estavam acampando perto de Veroë (moderna Stara Zagora). A batalha foi travada de perto, mas a ousadia dos varegues ganhou o dia e os bizantinos foram completamente bem sucedidos. João se envolvera intimamente com a Hungria como resultado de seu casamento com uma princesa húngara, e os interesses bizantinos sobre o Danúbio dependiam de boas relações com aquele país. No entanto, a partir de 1128, ele teve que lutar contra os húngaros em várias ocasiões, a fim de manter o status quo. As transações de João com os sérvios eram um pouco mais confusas, mas a Sérvia ainda permanecia essencialmente dentro da esfera bizantina.

O desaparecimento da ameaça normanda significava que o império necessitava muito mais de ajuda naval de Veneza e João se ressentia da audácia dos venezianos, que muitas vezes agiam contra interesses bizantinos. João, a princípio, recusou-se a ratificar a posição privilegiada concedida aos venezianos por seu pai. Até 1124 os venezianos estavam relegados a outro lugar, mas depois voltaram sua atenção para Bizâncio, atacando a costa da Ásia Menor, bem como a ilha de Cefalônia. Em 1126, João decidiu que não poderia lutar contra os venezianos e, ao mesmo tempo, realizar seus planos para restaurar o poder bizantino na Ásia Menor e ratificou mais uma vez os privilégios de comércio veneziano.

Na década de 1130, a política externa bizantina teve que levar em conta o renascimento do poder normando na Sicília sob Roger II. Consciente de que os normandos logo se interessariam novamente por Bizâncio, João buscou uma aliança com os imperadores alemães, cujos próprios interesses na Itália os fizeram considerar os normandos como inimigos - e os bizantinos, portanto, como potenciais aliados. Acordo foi feito, primeiro com o imperador Lothair, e depois, após 1138, com Conrado III. Esta aliança foi sacramentada em 1140 por um acordo para o casamento de Bertha de Sulzbach, cunhada de Conrado III, com Manuel Comneno, o filho mais novo de João II (o casamento não ocorreu até 1145, somente depois que Manuel se tornou imperador). O imperador achava que o futuro de Bizâncio estava em alianças tão amplas, com os francos no Ocidente, assim como com os do Levante, e que com essa ajuda ele seria capaz de lidar com problemas nos Bálcãs e na Ásia Menor.

Em 1140, João fez campanha contra os turcos na Ásia Menor e preparou outra ofensiva contra Antioquia e o Oriente. Partindo em 1142, João avançou rapidamente pela Ásia Menor, garantiu o apoio de Edessa e

parou diante das muralhas de Antioquia. Raimundo esperou, mas acabou se recusando a entregar a cidade. João decidiu se retirar para a Cilícia no inverno antes de pressionar o cerco da cidade. Na primavera de 1143, no entanto, ele foi acidentalmente ferido enquanto caçava e morreu, deixando assim suas maiores ambições e as tarefas em que havia trabalhado por tanto tempo não cumpridas - mas presumivelmente bem ao alcance de seu sucessor.

Manuel I Comneno (1143 – 1180)

O filho mais jovem de João, Manuel, já se distinguira como soldado competente e bom líder. Provavelmente por essa razão, João II ignorou a prática bizantina normal e designou Manuel como seu herdeiro, passando sobre seu filho mais velho, Isaque, que deveria ser o imperador. Não surpreendentemente, havia alguma dúvida sobre a sucessão, tanto mais que Manuel foi proclamado na Cilícia enquanto seu irmão estava em casa em Constantinopla. Indivíduos fiéis a Manuel, no entanto, conseguiram neutralizar a oposição antes que ela se desenvolvesse e Manuel foi recebido na cidade e até se reconciliou com seu irmão, que aceitou o fato consumado.

Em 1144 Manuel enviou uma expedição conjunta por terra e mar contra a Cilícia e a Síria, que obteve algum sucesso, e em 1146 ele atacou Konya (Ikonion), a sede do Sultanato Seljúcida de Rum, e novamente ele foi razoavelmente bem-sucedido, apesar de seu cerco a Konya foi abandonado após uma nova tentativa.

Enquanto isso, uma nova força se apareceu no horizonte bizantino: a Segunda Cruzada. O sentimento dos bizantinos neste momento pode ser facilmente extraído do texto de Anna Comnena, que estava sendo concluído exatamente neste momento: na visão bizantina, o objetivo dos cruzados, do começo ao fim, não era a recuperação da Terra Santa, mas a conquista do Império Bizantino. Manuel ficou sabendo dos planos para uma nova cruzada e imediatamente iniciou uma comunicação diplomática destinada a salvaguardar os interesses bizantinos da melhor maneira possível. Já em 1146 ele escreveu ao papa Eugênio III, sugerindo que os mesmos arranjos em vigor para a Primeira Cruzada fossem mantidos para a segunda - ou seja, que os comandantes da cruzada jurassem obediência ao imperador e deviam devolver as antigas possessões bizantinas ao imperador. Manuel também estabeleceu contatos com o rei da França, Luís VII, e continuou suas relações diplomáticas com o imperador alemão

Conrado III. Um dos principais objetivos de Manuel, é claro, era a neutralização de Roger II da Sicília, que os bizantinos consideravam a mais perigosa das potências ocidentais. Essas negociações tiveram um sucesso considerável e Roger II foi excluído da Cruzada, mas, surpreendentemente e em claro contraste com a Primeira Cruzada, Conrado III foi a cruzada, junto com muitos de seus subordinados. Esta foi a primeira vez que um grande governante ocidental participou de uma cruzada e deu ao movimento um sabor alemão, e não francês, embora Luís VII tenha se juntado a Conrado na expedição.

Os cruzados chegaram rapidamente, o contingente alemão chegou a Constantinopla em 1147. Manuel suspeitava muito da intenção militar de Conrado, embora Conrado fosse o cunhado da esposa do imperador, Bertha de Sulzbach, e ele rapidamente enviou os ocidentais para a Ásia Menor. Embora os cruzados esperassem oposição apenas quando chegaram à Terra Santa, eles imediatamente encontraram a resistência armada dos turcos assentados na Ásia Menor; os alemães foram derrotados e seu exército voltou para Constantinopla, onde se encontraram com o contingente francês em Nicéia. Desse ponto em diante, os franceses tomaram a iniciativa e Manuel providenciou para que uma frota transportasse a maior parte do exército para Antioquia, evitando assim toda a Ásia Menor. Conrado retornou a Constantinopla, onde foi calorosamente entretido pelo imperador. Um acordo foi feito pelo qual o restante do exército alemão, menos o imperador, fosse enviado em navios bizantinos para Acre. Uma vez na Terra Santa, os remanescentes do exército cruzado encontraram um fracasso sombrio e a Segunda Cruzada não realizou nada.

Praticamente todos os estados cruzados no Oriente reconheciam pelo menos a supremacia teórica de Bizâncio, e em 1159 Manuel fez uma entrada cerimonial em Antioquia montado em seu cavalo, enquanto o rei latino de Jerusalém e o príncipe de Antioquia seguiam em fila. Aparentemente, Manuel resolvera o problema que as Cruzadas causaram a Bizâncio.

Na Hungria Manuel foi bem sucedido, intervendo em disputas sobre a sucessão ao trono, permitindo-lhe considerar a possibilidade de anexar o país de uma vez por todas. Um tratado de 1164, redigido com a ajuda do rei da Boêmia, deu ao imperador considerável influência e acabou levando, em 1167, à subjugação da Croácia, Bósnia e grande parte da Sérvia ao Império Bizantino. Manuel chegou a considerar a possibilidade de casar sua filha com o príncipe húngaro Belo, a quem ele acabaria por deixar o império. Dissensão, no entanto, eclodiu na Sérvia, cerca de 1166 ou 1167,

sob a liderança de Stefanio Nemanja, que se rebelou contra o império, mas foi derrotado e desfilou-se [Manuel, em comemoração] pelas ruas de Constantinopla em 1172.

O sucesso bizantino nas relações exteriores ironicamente teve um efeito negativo a longo prazo, em parte porque irritou ou neutralizou muitos dos aliados de Bizâncio e aumentou os temores no Ocidente. Também importante foi a inimizade com Frederico I, que abriu negociações com Kilij Arslan, o sultão de Rum.

Em 1176, Manuel moveu-se novamente contra o sultanato de Rum, e os dois exércitos se encontraram em Myriokephalon, nas montanhas da Frígia, em 17 de setembro. As forças bizantinas foram cercadas pelos turcos e quase completamente aniquiladas. A Batalha de Myriokephalon foi um desastre em um nível geral como foi a de Mantzikert um século antes. Apesar de seus notáveis sucessos, a política externa de Manuel desintegrou-se completamente depois de 1176, especialmente em face do óbvio sucesso dos turcos na Ásia Menor.

Manuel era, no entanto, um grande patrono da arte. Ele encomendou as pinturas no *trapeza* (refeitório) do mosteiro de São Mokios em Constantinopla, que retratava seus antepassados, e pinturas semelhantes no Blachernai e no Grande Palácio também forneceram excelentes exemplos de uma tentativa de usar a arte como propaganda política e dinástica. Apesar de sua oposição política e militar ao Ocidente, Manuel era um grande admirador da cultura ocidental, e imitava as maneiras da corte ocidental, cerimônias e até mesmo disputas feudais e cavaleheircas.

Andronikos Comneno (1183 – 1185)

Manuel I havia se casado duas vezes, primeiro com Berta de Sulzbach e, após a morte desta, com Maria de Antioquia, filha de Raimundo de Poitiers, em 1161. Com a morte de Manuel em 1180, seu filho Aleixo II, tinha apenas 12 anos de idade e Maria assumiu a regência, selecionando como seu agente Aleixo Comneno, sobrinho de Manuel I. Maria permaneceu impopular em Constantinopla, em parte por causa de suas simpatias ocidentais, e houve várias tentativas frustradas de derrubar o regime, conduzido em grande parte por membros descontentes da família Comneno. Por fim, o trono foi tomado por Andronikos I Comneno (1183-5), primo de Manuel I e seu oposto em muitos aspectos. Enquanto Manuel tinha apoiado a aristocracia militar e uma política pró-ocidental, Andronikos era um inimigo da aristocracia e ele se opôs fortemente a uma

política baseada em boas relações com as potências ocidentais. Sua revolta, em 1181, ganhou força rapidamente e, quando as tropas de Andronikos chegaram a Calcedônia, uma revolta eclodiu em Constantinopla, que resultou em um massacre brutal dos latinos na cidade (em maio de 1182).

Andronikos entrou na cidade em triunfo, organizou a prisão ou execução de seus rivais, e foi coroado como co-imperador junto com o jovem Alexios II em setembro de 1183. O jovem imperador acabou sendo assassinado, e Andronikos governou em seu próprio nome. O novo imperador (ele tinha então 65 anos de idade) fez uma tentativa determinada de extirpar todos os males que assolavam o estado, usando qualquer meio que pudesse para impedir a corrupção e reduzir o poder da aristocracia. Seus métodos eram muitas vezes brutais, mas geralmente bem-sucedidos: ele tem a fama de ter dito que os funcionários corruptos deviam "cessar tanto do mal como do viver". Essa aplicação do poder estatal teve um efeito geralmente favorável sobre os cidadãos bizantinos, que foram libertados dos piores abusos do passado.

Como resultado dessas dificuldades internas, das alianças que Manuel I construíra nos Bálcãs começaram a se desfazer. Os normandos viram essa situação como uma oportunidade para invadir mais uma vez, e Guilherme II, então o rei normando, varreu Dyrrachion, tomando Tessalônica após um cerco especialmente difícil. A população de Constantinopla, até então forte defensora do imperador, abandonou-o, e Andronikos foi derrubado e dilacerado pela multidão em 12 de setembro de 1185.

Com a queda de Andronikos Comneno, a dinastia dos Comneno terminou e, com isso, todas as tentativas de colocar limites à independência da aristocracia proprietária de terras. Nos 20 anos seguintes, a autoridade central do Estado entrou em colapso e as dinastias locais e pequenos estados tornaram-se quase independentes, pressagiando dramaticamente os resultados da Quarta Cruzada.

O novo imperador era Isaque II Ângelo (1185-1195), membro de uma família aristocrática que devia sua proeminência ao fato de seu avô ter se casado com a filha mais nova de Aleixo I. Isaque fez pouco esforço para controlar o poder da aristocracia provincial e foi acusado de cometer abusos fiscais, arrecadando dinheiro [para si], talvez, para seus ambiciosos planos de construção na capital. Ele, no entanto, entrou em campo [de batalha] quando necessário, e seu general, Alexios Vranas, conseguiu deter a expansão dos normandos nos Bálcãs.

A chegada de Frederico Barbarossa e do contingente alemão da

Terceira Cruzada em 1189 só piorou a situação, e os governantes da Sérvia e da Bulgária foram rápidos em aliar-se aos ocidentais contra Bizâncio. Isaque procurou obter o apoio de Saladino, que havia tomado Jerusalém em 1187 e, como resultado, Barbarossa ameaçou atacar a própria Constantinopla. Em 1190, Isaque foi forçado a concordar em ajudar os alemães a caminho da Terra Santa. A morte de Barbarossa na Ásia Menor permitiu que Isaque tomasse a iniciativa nos Bálcãs, onde teve algum sucesso contra os sérvios. O tratado que se seguiu (em 1190) reconheceu a independência da Sérvia, mas procurou manter a Sérvia na esfera de influência bizantina.

Em 1191, Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra, tomou a ilha de Chipre, que tinha sido virtualmente independente estando sob o governo de Isaque Comneno (irmão de Manuel I), que havia tomado a ilha em 1184; em 1192, Ricardo vendeu a ilha aos Cavaleiros Templários e depois a entregou a Guy de Lusignan, o antigo rei de Jerusalém. Daquele tempo em diante, o Chipre estaria em mãos latinas.

Isaque II teve dificuldades com os búlgaros e, em 1195, quando estava preparando uma nova expedição contra eles, seu irmão mais velho, Aleixo, se revoltou e cegou Isaque, tomando o próprio trono como Aleixo III (1195-1203).

Aleixo III não tinha nenhuma dedicação ao dever que caracterizava seu irmão, e o governo central estava em avançado estado de dissolução. Nos Bálcãs, a situação deteriorou-se consideravelmente. A Bulgária permaneceu um problema, apesar dos assassinatos de Asen e Pedro, e seu irmão mais novo Kalojan (1197-1207) que provou ser um dos governantes mais talentosos do período.

O desafio mais sério de Bizâncio, no entanto, veio do imperador alemão, Henrique VI, que sucedeu seu pai em 1190 e herdou o reino (normando) da Sicília através de sua esposa. Henrique pressionou reivindicações territoriais e políticas contra Constantinopla, exigindo os territórios que os normandos tinham tomado em 1185 e usando uma remota conexão familiar para se passar por vingador do imperador deposto Isaque II. Aleixo III procurou acordo com Henrique, e até mesmo o papa Inocêncio III ficou assustado com as alegações do imperador alemão de dominar o mundo. Como os eventos aconteceram, no entanto, Henrique morreu repentinamente em 1197, antes de poder realizar seus planos de expansão para o leste. Após sua morte, o Império Alemão enfraqueceu-se e a figura política mais poderosa do Ocidente foi o papa Inocêncio III.

Mudanças na Cultura e Sociedade Bizantina

O século XII testemunhou profundas mudanças culturais, sociais e econômicas que produziram efeitos significativos no próprio tecido da vida bizantina pelos próximos 300 anos e além. Todos esses, é claro, foram construídos sobre as estruturas que existiram no passado, e certamente podemos ver muita continuidade, assim como mudanças. Talvez a mais importante delas já tenha sido brevemente discutido no capítulo anterior: o crescimento da aristocracia militar. Isso não deve ser visto apenas em termos políticos, pois também teve muitas manifestações culturais, entre as quais a militarização de ideais aristocráticos, o crescimento da popularidade de santos militares, maior significado dado ao nascimento e à linhagem e até mesmo uma militarização da imagem do governante ideal. De fato, como visto acima, havia uma forte tendência na era da identificação da aristocracia com a família imperial e não é de surpreender que os ideais dos militares e da aristocracia e as dos imperadores eram normalmente uma mesma.

Economicamente, o século XII parece ter testemunhado um declínio nos recursos disponíveis para o Estado enquanto, ao mesmo tempo, a riqueza do império como um todo parece ter desfrutado de um real ressurgimento. O que parece certo, no entanto, é que no século XII, Bizâncio desfrutou de uma melhora econômica e do que só pode ser chamado de renascimento urbano. Essas “novas” cidades bizantinas eram normalmente construídas nos locais das famosas cidades da antiguidade, e normalmente continuavam a ser chamadas pelos mesmos nomes: pode haver pouca dúvida de que a vida (seja ela urbana ou não) tenha continuado nesses lugares desde a antiguidade. Mas as cidades eram certamente muito diferentes em aparência de seus predecessores clássicos. Comumente o centro cívico havia se mudado de sua localização original, e o plano de rua havia abandonado o padrão de grade do plano hipodâmico, substituído pelo que poderia ser descrito como um labirinto de ruas e faixas sinuosas partindo em direções diferentes. Novos edifícios monumentais surgiram na forma de igrejas, às vezes nos alicerces das basílicas cristãs primitivas, mas mais freqüentemente em novos lugares, mas estes eram normalmente pequenos e não teriam se destacado fortemente contra os bairros em que eles estavam assentados.

Uma das indicações mais claras desse crescimento urbano é a forma de construção de igrejas neste período. De fato, o décimo segundo século parece ter testemunhado uma “explosão” na construção de igrejas. Não

apenas grandes igrejas foram construídas no século XII; escolas regionais de arquitetura começaram a se desenvolver, algumas delas em áreas relativamente pequenas do Império Bizantino.

A Quarta Cruzada

A questão das causas e da motivação da Quarta Cruzada tem sido debatida há muito tempo e nenhum consenso acadêmico real emergiu sobre como exatamente o movimento projetado para conquistar as Terras Sagradas resultou na captura da cidade cristã de Constantinopla e no desmembramento das terras do Império Bizantino. No entanto, as principais questões são claras. Primeiro, a crescente fraqueza de Bizâncio era evidente para todos, e os acontecimentos dos últimos 150 anos criaram suspeitas mútuas, se não mesmo ódio, entre ocidentais e bizantinos. Segundo, os bizantinos nunca entenderam o ideal da cruzada e consideraram os interesses ocidentais no Oriente com grande suspeita. Terceiro, os cruzados não entendiam a falta de entusiasmo dos bizantinos pelas Cruzadas e sua hesitação freqüente em fornecer assistência ou, pior ainda, a disposição bizantina de trabalhar com os muçulmanos contra os cruzados. Além disso, havia muito tempo existiam tensões entre o papado e o Estado bizantinos, pelo menos desde meados do século IX, e os movimentos por reformas que levaram ao desenvolvimento da monarquia papal estavam fadados a entrar em conflito, não apenas com a interesses dos imperadores alemães, mas também a instituição muito mais antiga que o Império Bizantino. Em um sentido simples, o papado e o Império Bizantino baseavam-se em reivindicações de soberania universal (ecumênica, poderíamos dizer): cada um deles afirmava ser o único representante de Deus na terra. O campo de batalha para a atividade missionária nos Bálcãs continuou a ser real, mas papas como Inocêncio III buscaram a aceitação da soberania papal da igreja “cismática” de Bizâncio. Finalmente, a hostilidade contra os venezianos (na verdade para todos os ocidentais) era evidente em Bizâncio, e os motins e massacres de 1171 e 1182 criaram uma atmosfera de tensão crescente.

Inocêncio III proclamou a Quarta Cruzada em 1202, e os cruzados, sob a liderança de Bonifácio de Montferrate, reuniram-se em Veneza, de onde partiriam para o Egito. Os cruzados, no entanto, não tinham fundos para pagar os venezianos pelo transporte, então um acordo foi feito, pelo qual os cruzados deveriam parar em Zara, na costa da Dalmácia, que se rebelou contra Veneza e foi para o lado dos húngaros; os cruzados deviam ajudar

os venezianos a assegurar o controle da cidade mais uma vez. Este foi o primeiro desvio da cruzada e, embora os habitantes de Zara pendurassem cruzes nas paredes, a cidade foi tomada (em 1202). Nesse meio tempo, Aleixo Ângelo, filho do deposto Isaque II, viajou para o oeste, buscando ajuda primeiro de Inocêncio III e depois de Filipe da Suábia, o sucessor de Henrique VI da Alemanha e cunhado do príncipe bizantino. O jovem Aleixo fez generosas ofertas aos cruzados (incluindo a promessa de reconhecer a supremacia do papado), se o ajudassem a reconquistar seu legítimo trono em Constantinopla. Os cruzados aceitaram essa proposta e Aleixo se juntou à Cruzada em 1203.

Após a chegada dos cruzados nos portões de Constantinopla, Aleixo III fugiu da cidade, e Isaque II e seu filho Aleixo IV foram proclamados imperadores. Aleixo tentou cumprir os termos de seu acordo com os cruzados, arrecadando dinheiro e fazendo arranjos para se submeter ao papado, mas logo ficou claro que nem ele nem o império enfraquecido tinham recursos para cumprir essas responsabilidades. O povo de Constantinopla tornou-se inquieto e, em janeiro de 1204, um motim estourou em Constantinopla, liderado em parte por Aleixo Doukas (conhecido como *Mourtzouflos*), que defendia a resistência aos cruzados. Aleixo IV foi morto e seu pai morreu pouco depois na prisão. Aleixo V Doukas tornou-se imperador e começou a fortalecer as muralhas e realizar ataques contra os cruzados. Naturalmente, isso fez com que os cruzados planejassem um ataque aberto contra Constantinopla, neste caso, não para instalar um imperador marionete flexível, mas para tomar a cidade por si mesmos. Em março de 1204 eles elaboraram um tratado (o chamado *Partitio Romaniae*) que forneceu um plano detalhado para a divisão do império entre os cruzados e o estabelecimento de um Império Latino. As forças de Aleixo V foram capazes de derrotar o primeiro ataque dos cruzados em 9 de abril de 1204, mas em 12 de abril os cruzados invadiram o Corno de Ouro e atacaram os muros mais fracos ao longo do lado norte da cidade. Apesar da resistência significativa, os cruzados forçaram uma entrada e Aleixo V fugiu da cidade. Seguiu-se um saque selvagem de Constantinopla, que ainda era na época uma das cidades mais ricas do mundo, e inúmeros tesouros, livros e obras de arte foram cruelmente destruídos. Na carnificina, muitos dos manuscritos, relíquias cristãs e esculturas que haviam sido reunidas pelos imperadores, desde a época de Constantino, o Grande, foram destruídos ou, em alguns casos, transportados de volta para o Ocidente, principalmente para Veneza.

O Resultado da Quarta Cruzada

1204 – O Império Bizantino é dividido entre os poderes Ocidentais.

1259 – Início da Dinastia Palaiologa.

1261 – Os bizantinos reconquistam Constantinopla.

O Império Latino e os Estados Sucessores Bizantinos

Com a captura de Constantinopla e o desmembramento de seu território, o Império Bizantino havia essencialmente deixado de existir. De acordo com os termos do tratado entre os cruzados e os venezianos, um imperador foi escolhido para o que agora pode ser chamado de Império Latino. Embora Bonifácio de Montferrat tenha sido o principal líder militar da Cruzada, Balduíno de Flandres foi escolhido como imperador latino e foi coroado em 16 de maio de 1204 na Hagia Sophia. Os termos do tratado especificavam que, se um cruzado fosse eleito imperador, o patriarca seria um veneziano, de modo que Tomás Morosini tornou-se o primeiro patriarca latino de Constantinopla.

Assim, as formas do antigo sistema bizantino permaneceram, mas a essência era completamente diferente e estava completamente sob o controle dos cruzados. Além disso, o antigo governo centralizado foi substituído por um conjunto de principados feudais, em teoria todos deviam à lealdade ao imperador em Constantinopla, mas que eram de fato estados independentes. De acordo com o *Partitio Romaniae*, o imperador receberia um quarto do império, com os três quartos restantes divididos entre os venezianos e os muitos cavaleiros cruzados que seriam recompensados por seu serviço dessa maneira. O imperador latino recebeu territórios tanto na Ásia Menor como na Europa, mas o maior poder foi ocupado por Bonifácio de Montferrate, que se recusou a aceitar os territórios atribuídos a ele na Ásia Menor, mas tomou a Macedônia e a Tessália e se estabeleceu como rei de Tessalônica. Mais ao sul, na Grécia, Bonifácio se estabeleceu como senhor de Atenas, e colocou Otto de la Roche no comando da Ática e da Beócia. Ele também emprestou seu apoio a Guilherme de Champlitte e Godofredo de Villehardouin, que estabeleceu o principado da Moréa (o Peloponeso), que se tornou o mais completamente ocidentalizado dos territórios tomados pelos cruzados e desenvolveu uma rica cultura própria, misturando-se as [tradições] do ocidente e tradições bizantinas, não muito influenciadas por eventos em outras partes da região.

As relações entre os cruzados e a população conquistada variavam consideravelmente de um lugar para outro, mas os ocidentais sempre eram uma minoria, e a maioria do povo mantinha a língua grega e o cristianismo ortodoxo. O papado naturalmente fez tentativas árduas para converter a população local: mosteiros ocidentais foram estabelecidos em muitos lugares, e a maioria das igrejas estava teoricamente sob o controle de um bispo católico, mas na verdade essas tentativas fizeram pouco mais do que fortalecer as pessoas em sua dedicação e tradição milenar. Entre os *arquontes* (a elite bizantina local), no entanto, houve uma

real aproximação com os líderes cruzados, já que muitos dos arquontes foram incorporados, mais ou menos, ao sistema feudal. No entanto, eles também retinham o básico de sua cultura e religião bizantinas, embora aceitassem muitas características da vida na corte ocidental.

Além do controle fraco dos estados cruzados, o que podemos chamar de estados sucessores bizantinos começaram a emergir na terra anteriormente controlada pelo império. Estes, em menor ou maior grau, procuraram replicar o mecanismo administrativo bizantino e apelar para os ideais bizantinos de identidade política e cultural. Mais especificamente, os estados sucessores bizantinos afirmaram, explícita ou implicitamente, que eles eram os pretendentes legítimos à herança bizantina e que eles tinham o direito à lealdade e devoção de todos os que anteriormente viviam dentro de suas fronteiras. Havia, portanto, uma rivalidade natural não apenas entre bizantinos e cruzados, mas também entre aqueles que reivindicavam para si mesmos a herança bizantina.

O mais antigo desses estados sucessores havia existido antes da queda de Constantinopla para os cruzados em 1204. Devido à sua independência em relação à turbulência geral dentro do império no início do século XIII, o chamado Império de Trebizonda (na costa sudeste do Mar Negro), foi governado pela família do Grande Komnenoi Aleixo e Davi, netos de Andronikos I. Trancado no canto nordeste da Ásia Menor, o Império de Trebizonda resistiu por séculos contra todos os inimigos, e até sobreviveu ao colapso final de Bizâncio no século XV, mas destinou-se a não desempenhar um papel maior no palco da história.

Em última análise, mais importante que Trebizonda era o chamado Império de Nicéia. Este foi território no noroeste da Ásia Menor ocupado por Teodoro I Laskaris quando Bonifácio de Montferrate abandonou-o para pressionar suas reivindicações na Macedônia. Laskaris era o genro de Aleixo III e ele detinha o título de déspota [governador local]. Ele procurou organizar a resistência ao domínio latino na Ásia Menor, mas ele foi originalmente pressionado com todas as dificuldades, a princípio por Davi Komnenoi de Trebizonda e depois pelos partidários do imperador latino, que desejavam afirmar seus direitos nessa área. Laskaris foi salvo, no entanto, quando os cruzados foram derrotados pelo czar búlgaro Kalojan em uma batalha em Adrianópolis em 14 de abril de 1205. O imperador latino Balduíno foi feito prisioneiro na batalha, e nunca mais pode retornar a Constantinopla, e Luís de Blois, o governador latino pretendente a Nicéia, foi morto. Isso deixou Laskaris livre para consolidar seus ganhos e organizar um estado que reivindicava completamente a antiga herança bizantina. Abandonando o título de déspota, em 1205, Teodoro foi aclamado como imperador; e em 1208 foi solenemente coroado por Miguel Autoreianos, que havia sido escolhido como patriarca de Constantinopla no exílio. Desse momento em diante, um imperador e patriarca ortodoxo bizantino, residente em Nicéia, opôs-se a seus homólogos católicos ocidentais em Constantinopla.

Henrique, irmão de Balduíno e sucessor como imperador latino, ganhou algum apoio entre os gregos da Trácia, mas sua invasão da Ásia Menor em 1206 foi frustrada pela renovada hostilidade de Kalojan (que, no entanto, morreu em 1207). Ao mesmo tempo, Teodoro teve de lidar com a oposição prolongada do sultanato seljúcida de Ikonion (Rum), com quem o imperador deposto Aleixo III pedira asilo.

Os seljúcidas concluíram um tratado com o Império Latino contra Teodoro Laskaris, mas o último finalmente triunfou, e o próprio sultão caiu em batalha com o estado bizantino em 1211. A guerra entre o Império Latino e o Império de Nicéia continuou indecisa até 1214, quando um tratado de paz foi assinado, prevendo fronteiras temporariamente estáveis.

O despotado de Epiros era outro estado sucessor bizantino, e provaria ser um rival mais duradouro ao Império de Nicéia. Imediatamente após a queda de Constantinopla em 1204, Miguel Angelos (primo de Aleixo II e Isaque II) assumiu o controle da parte noroeste do continente grego, de Dirráquio ao Golfo de Corinto. Com sua capital em Arta, os governantes de Epiros também reivindicavam a herança bizantina, e competiam igualmente contra os venezianos ao longo da costa, e o reino franco de Tessalônica, no norte, e - em última análise - o Império de Nicéia, que era seu principal concorrente para a tradição bizantina. Depois de 1215, o governante de Epiros era o meio irmão de Miguel, Teodoro, que orgulhosamente tomou para si os três nomes imperiais de Angelos, Doukos, Comneno e quem conseguiu capturar Pedro de Courtney, o recém-coroadado imperador latino, quando estava a caminho através das montanhas da Albânia. Teodoro avançou contra o reino de Tessalônica, que estava fraco após a morte de seu fundador, Bonifácio de Montferrate, morto em 1207. Em 1224, Teodoro era dono de Tessalônica, e um dos estados cruzados em território bizantino deixara de existir. Após esse sucesso, Teodoro assumiu o manto púrpura imperial e se intitulou imperador, fazendo dele um claro rival para o imperador de Nicéia.

O Império de Nicéia

Em Nicéia, Teodoro I Laskaris morreu em 1222, passando o trono para seu genro João III Doukos Vatatzes (1222 a 1254). Os irmãos de Teodoro procuraram reivindicar o trono para si, com ajuda latina, mas João os derrubou. Ele ganhou o controle da maioria das ilhas do Egeu oriental e respondeu a um apelo do povo de Adrianópolis, enviando tropas para a Trácia, estabelecendo sua presença na Europa e, com efeito, fechando Constantinopla em dois lados. Neste ponto, entretanto, Epiros e Bulgária, que cobiçaram o mesmo prêmio, intervieram e Vatatzes foi forçado a se retirar.

O czar da Bulgária, Ivan Asen II, era um governante formidável, e tinha ambições semelhantes às de Simeão da Bulgária no século X: a conquista de Constantinopla e a formação de um estado búlgaro-bizantino. O governante latino, Balduíno II, era menor de idade e formou uma aliança pela qual Balduíno se casaria com a filha de Asen. Isso levou Teodoro de Epiros a romper sua aliança com a Bulgária, mas na batalha de Klokotnica, em 1230, os búlgaros prevaleceram, e Teodoro foi capturado e cegado. Ele foi sucedido por seu irmão Manuel, que conseguiu assegurar Tessalônica, mas Asen assumiu [o controle] da maior parte das conquistas de Teodoro na Macedônia e na Trácia, e emergiu como a figura mais poderosa dos Bálcãs. Esse rumo dos acontecimentos fez com que os latinos reconsiderassem sua aliança com Asen, que, portanto, aliou-se a Nicéia. Asen e João Vatatzes sitiaram Constantinopla em 1235-6, mas Asen logo mudou de posição mais uma vez, e a aliança búlgaro-bizantina entrou em colapso. Asen morreu em 1241 e o

poder búlgaro declinou, em parte como resultado da invasão dos mongóis, que devastaram os Bálcãs e o Oriente Próximo. Muitos dos inimigos de Nicéia, incluindo a Bulgária e o sultanato de Ikonion, foram obrigados a pagar tributo aos mongóis, mas o Império de Nicéia saiu ileso.

João pôde assim consolidar seu poder nos Bálcãs, culminando com a tomada de Tessalônica em 1246 e a captura da maior parte dos territórios que Asen II havia tomado de Epiros. Sob a influência do idoso Teodoro Angelos, Epiros ofereceu certa resistência, mas as forças de João Vatatzes foram superiores e os governantes de Epiros foram forçados a reconhecê-lo como imperador. Teodoro, por sua vez, recebeu dele o título de déspota [governador], e Epiros continuou a existir por algum tempo como um principado bizantino semi-independente.

João não ignorou as relações diplomáticas com o Ocidente, em um esforço para isolar o Império Latino política e militarmente formou uma relação especialmente cordial com o imperador alemão Frederico II e realizou negociações com o papado para a união das igrejas. Vatatzes estava pelo menos originalmente disposto a subjugar a Igreja Ortodoxa ao papa em troca de aliança contra o Império Latino. No final, no entanto, esses arranjos não levaram a nada, em parte porque o sucesso militar de Vatatzes tornou a ajuda ocidental desnecessária. João III poderia muito bem ter tomado Constantinopla, mas em seus últimos anos sofreu de epilepsia e em 1254 ele morreu.

João III foi sucedido por seu filho Teodoro II (1254-8), que recebeu o nome Laskaris através de sua mãe. Teodoro II era um erudito e autor consumado, e cercou-se de outros homens de letras. Era de temperamento bastante irritável e desconfiava das principais famílias aristocráticas. Como resultado, houve divergências frequentes entre a aristocracia e o imperador, que selecionavam conselheiros de status humilde. Teodoro, como seu pai, sofria de epilepsia e morreu em 1258, deixando seu filho de 7 anos, João IV, para sucedê-lo. Depois de algumas manobras, a regência foi tomada por Miguel Palaiologos, um membro de uma grande família aristocrática que havia ganhado proeminência sob o comando de João Vatatzes. Paleólogo assumiu o título de déspota, mas no início de 1259 foi coroado co-imperador com o jovem João IV, a quem ele essencialmente ignorou nos dois anos seguintes.

Miguel VIII (1259-1282) foi imediatamente confrontado com sérios problemas militares quando Manfredo da Sicília, filho de Frederico II, aliou-se a Epiros, o principado da Acaia e rei Uros da Sérvia contra Nicéia. Manfredo tomou Kerkyra e várias cidades ao longo da costa do Adriático, e a aliança anti-bizantina entrou na Macedônia. Miguel enviou seu irmão, o Sebastokrator João Palaiologos, para enfrentar o inimigo, e em uma batalha crucial em Pelagonia em 1259 derrotou decisivamente: a maioria dos cavaleiros latinos pereceram no campo de batalha, e o príncipe da Acaia, William Villehardouin, foi capturado.

Miguel agora confiante da vitória, colocou seus olhos diretamente em Constantinopla. Veneza era o único poder que poderia atrapalhar seus planos, de modo que, em 1261, Miguel contrabalançou essa ameaça com uma aliança com Gênova, agora rival econômico e naval de Veneza no Mediterrâneo oriental; em troca de ajuda militar, a Gênova foi concedida privilégios de negociação e remissões fiscais significativas, semelhantes aos concedidos aos venezianos no início do tratado de

1082. Em julho de 1261, o comandante bizantino Aleixo Estrategopoulos acampou no próximo a Constantinopla e, para sua surpresa, achou a cidade praticamente indefesa. Em 15 de julho de 1261 ele tomou a cidade e o Império Latino deixou de existir; um mês depois, Miguel VIII fez sua entrada triunfal em Constantinopla e, em meio aos alegres habitantes da cidade, percorreu a tradicional rota triunfal da Hagia Sophia. Em setembro, o patriarca realizou a segunda coroação do imperador, junto com sua esposa Teodora e o jovem filho Andronikos, garantindo assim a sobrevivência da recém-fundada dinastia.

Michael [após a tomada] ganhou a inimizade de um grupo do clero quando cegou seu co-imperador João Laskaris no final de 1261. O Patriarca Arsenios Autoreianos, que havia coroado Miguel no início do ano, agora excomungou o imperador, e o grupo cresceu e manteve a legitimidade da linha Laskarida, em vez da linha Paleóloga. O patriarca continuou sua oposição ao imperador sobre esta questão e em 1265 um sínodo depôs e exilou Arsenios. Seus seguidores, os chamados arsenitas, mantinham lealdade ao patriarca deposto e sua agitação estava intimamente relacionada ao sentimento político em apoio aos Laskaridas. Os arsenianos, portanto, se encaixam nos moldes do líder eclesiástico bizantino, que foi maltratado por um imperador por exigir um alto padrão de comportamento moral.

Uma das tarefas mais difíceis de Miguel foi a tentativa de expandir o poder imperial na Grécia. Epiros e Tessália permaneciam teimosamente independentes, e este último era um inimigo especialmente intransigente do império; Miguel também dedicou recursos consideráveis à sua tentativa de destruir o principado da Acaia no Peloponeso. Em todos esses esforços, no entanto, Miguel foi impedido pela ajuda que Carlos de Anjou enviou a seus inimigos na península grega.

O papa Gregório X, enquanto isso, se cansou das táticas de demora do imperador e insistiu que o imperador concordasse com a união das igrejas e, é claro, com o reconhecimento da supremacia papal. Miguel foi obrigado a aceitar, e em 1274 o Concílio de Lyon formalmente proclamou a submissão da Igreja Ortodoxa ao papado. O patriarca de Constantinopla recusou-se a aceitar a supremacia do papa e foi removido à força e substituído por um bispo mais flexível, João de Bekkos. Os estados sucessores gregos e os reinos eslavos todos rejeitaram a união e uniram-se em sua oposição a Bizâncio. Além disso, a resistência continuou a reunir-se em torno do cego João IV como representante dos Laskaridas, em oposição ao Paleólogos, e os arsenitas mantiveram esta questão viva.

Em 1281, Martinho IV tornou-se papa e apoiou ativamente as ambições de Carlos, indo tão longe a ponto de condenar Miguel como cismático - embora ele, é claro, tivesse oferecido sua submissão ao papado e ganhado o ódio de muitos bizantinos por essa ação. A aliança anti-bizantina se formou novamente e o rei Estéfano Uros II Milutin (1282-1321) da Sérvia invadiu a Macedônia. Nesta situação perigosa, Miguel VIII mais uma vez contou com suas habilidades diplomáticas. No final de março de 1282, uma rebelião estourou na Sicília contra o domínio Angevino. Carlos, que estava pronto para atacar Constantinopla, foi forçado a desviar sua expedição para a Sicília em uma tentativa vã de acabar com a revolta. Quando a frota de Aragão [que havia feito acordo com Miguel] chegou em agosto do mesmo ano, expulsaram os angevinos da ilha e Carlos não pôde mais ameaçar Constantinopla.

O Início do Declínio

- 1321 – Início de uma Guerra Civil.
- 1331 – Estéfano Dusan se torna rei da Sérvia.
- 1389 – Batalha de Kosovo.
- 1391 – Manuel II se torna imperador.

Andronikos II (1282 – 1328)

Miguel VIII morreu em 1282, deixando o império no que parecia estar em muito bom estado. Para ter certeza, Bizâncio ressurgiu no palco como um importante participante em assuntos internacionais. Não obstante, seus sucessores foram completamente incapazes de manter o poder político e militar do império de Miguel, porém é uma questão em aberto até qual ponto suas políticas foram responsáveis por esse declínio. Por um lado, Miguel gastara enorme energia para restaurar Bizâncio a uma posição de poder, e isso possivelmente enfraquecera o tecido mais amplo da economia e do Estado bizantino. Por outro lado, devemos ter cuidado quando culpamos o sucesso de Miguel VIII pelos fracassos que ocorreram sob o domínio de seus sucessores.

Após a morte de Miguel VIII, o trono passou sem incidentes a seu filho Andronikos II (1282-1328), cujo longo reinado foi marcado por dificuldades e derrotas significativas para Bizâncio. Nesta época, a prática de usar membros da família imperial dos Paleólogos como governadores provinciais tornou-se generalizada, de modo que eles eram efetivamente governantes semi-independentes de partes do império. Neste, pode-se notar a vitória final da nobreza bizantina, que por muito tempo buscou o poder que era essencialmente pessoal e independente do Estado central. Esse fenômeno estava associado a conceitos ocidentais de poder político, e o desejo da segunda esposa do imperador, Irene (Yolanda) de Montferrate, de dividir o território imperial entre seus filhos, o que era considerado um sinal de influência ocidental, de acordo com o historiador contemporâneo Gregoras. Irene acabou por não conseguir, apesar de ter conseguido casar a sua filha Simonis com o rei sérvio Milutin, e continuou a negociar com ele depois do afastamento do marido. Andronikos foi claro em sua rejeição das demandas de Irene para o que equivalia ao abandono da idéia bizantina do estado, mas ele permitiu o crescimento da independência de fato dos grandes latifundiários que, por sua vez, enfraqueceram economicamente o

estado, já que eram normalmente capazes de evitar o pagamento de impostos ao governo central. O antigo sistema de *pronoia* sobreviveu e foi usado pelos imperadores de Nicéia, e Miguel VIII tornou a concessão hereditária. A prática tornou-se mais difundida entre seus sucessores, e a obrigação do prestador de prestar um serviço para o estado enfraqueceu notavelmente.

Mais do que a maioria dos imperadores, Andronikos II dependia de seu filho mais velho, Miguel IX, que tinha sido nomeado co-imperador em 1281 e coroado em 1294 ou 1295. Miguel era um comandante energético e geralmente competente, e Andronikos compartilhava poder com ele de boa vontade, deixando a maioria dos assuntos militares em suas mãos.

Andronikos estava especialmente interessado em assuntos religiosos. Ele se opunha à fracassada política de união com Roma e abandonou a política de seu pai, que havia visto o papado como base para assegurar o apoio ocidental. As Vésperas Sicilianas [ataques sicilianos a terras bizantinas] puseram fim à viabilidade dessa política e, imediatamente após sua ascensão, Andronikos revogou a união e restaurou a posição tradicional da Igreja Ortodoxa. Infelizmente para Bizâncio, no entanto, assim que esse obstáculo entre o imperador e a igreja foi removido, a disputa irrompeu novamente entre os arsenitas, que continuavam a reverenciar a memória do patriarca deposto, e aqueles que apoiavam as políticas mais moderadas do imperador. Andronikos fez um gesto para os arsenitas em 1284 e permitiu que o corpo de Arsenios fosse levado de volta a Constantinopla, onde foi considerado com honra por seus seguidores. A disputa se arrastou, no entanto, até que o patriarca Nifônio foi finalmente capaz de negociar um tratado e o cisma chegou ao fim em 1310.

Andronikos teve considerável interesse na administração da igreja, reorganizando as dioceses e regulando os mosteiros. Uma das mais importantes dessas ações foi sua decisão de 1311, pela qual os *protos* do Monte Athos, que presidiam todos os mosteiros da Montanha Sagrada, não deveriam mais ser nomeados pelo imperador, mas pelo patriarca de Constantinopla. Nessa e de muitas outras formas, a igreja bizantina manteve ou até ampliou sua autoridade, muito além do território cada vez mais estreito controlado pelo Estado bizantino.

Sob Milutin (1282–1321), a Sérvia forneceu desafios e oportunidades para Bizâncio neste momento. Os ataques à Macedônia fizeram com que Andronikos buscasse uma aliança matrimonial com Milutin: uma proposta de casamento com a irmã do imperador Eudokia fracassou, quando este se

recusou a cooperar. Ambos Andronikos e Milutin buscaram a aliança, no entanto, ambos finalmente superaram a oposição local, e em 1299 o rei sérvio era casado a filha de Andronikos, Simonis (que tinha apenas 5 anos de idade na época). Este casamento, embora não tenha conseguido produzir um herdeiro, foi o início de um intenso período de interação no qual a influência bizantina na Sérvia atingiu um ponto alto. Arquitetos, pintores, estudiosos e missionários bizantinos encontraram caminho para a Sérvia, e a corte sérvia se tornou um fator significativo na disseminação da cultura bizantina nos Bálcãs setentrionais. Como muitas vezes aconteceu no passado, os governantes sérvios viram a conexão com Bizâncio como um meio de ajudar a solidificar seu controle sobre a aristocracia local e fornecer símbolos importantes de seu poder e controle de seu próprio território.

Os bizantinos experimentaram uma maior dificuldade na Ásia Menor. As invasões mongóis, que haviam trago algum alívio a Bizâncio em reinados anteriores, fizeram com que muitos refugiados fossem para a Ásia Menor vindos do Oriente. Talvez por causa da reconquista de Constantinopla e da mudança de atenção para o Ocidente, o império havia prestado menos atenção à Ásia Menor nesses anos desde 1261. Como resultado, Bizâncio foi capaz de oferecer pouca resistência aos povos turcos que se espalharam pelo país e no campo, e no início do século XIV, virtualmente toda a Ásia Menor, com exceção das grandes cidades, havia sido perdida do controle bizantino. Em vez disso, a Ásia Menor foi dividida em muitos principados turcos independentes, entre os quais, o de Osman (1288–1326), fundador da dinastia otomana, na Bitínia.

Andronikos não tinha recursos militares para combater a ameaça turca, então ele buscou ajuda dos aliados. Ele primeiro juntou forças com os Alanos, cuja incursão na Ásia Menor foi um completo fracasso. Em 1303, ele então se aliou a Roger de Flor, o comandante da Grande Companhia da Catalunha, um grupo de mercenários da Espanha que já havia lutado por vários líderes ocidentais. Andronikos fez de Roger um *Caesar* e casou-o com sua sobrinha Maria Asen. Em 1304, os catalães obtiveram algum sucesso notável no noroeste da Ásia Menor, mas também atacaram a população bizantina, especialmente quando o imperador nem sempre conseguia suprir seus pagamentos acordados. Eles atravessaram para a Europa e continuaram suas devastações, que só foram amplificadas após o assassinato de Roger de Flor em 1305, talvez por ordem de Miguel IX. O co-imperador entrou em campo contra os catalães, mas foi decisivamente derrotado, e por dois anos os catalães devastaram a Trácia antes de

descerem para a Macedônia.

Guerra Civil

O filho de Andronikos, Miguel IX, morreu em 1320, aos 43 anos. Antes disso, uma ruptura séria ocorrera entre o antigo imperador Andronikos II e seu neto e homônimo, Andronikos III. O jovem Andronikos, filho de Miguel IX, já havia sido coroado co-imperador, mas seu estilo de vida frívolo e seu comportamento violento fizeram com que o imperador mais velho o excluísse da sucessão. Membros da aristocracia, como João Kantakouzenos, que ocupavam cargos nas províncias, usaram a crise como uma oportunidade para se revoltar contra o governo de Constantinopla, e em 1321 Andronikos III assumiu a liderança desse movimento. Livre de responsabilidades fiscais, ele ofereceu generosos presentes e isenções aos seus apoiadores, e o antigo imperador foi forçado a aceitar seu neto como seu co-regente em 1325. A guerra civil estourou novamente em 1327 e chegou a envolver os reinos eslavos, como a Sérvia apoiou o mais velho e a Bulgária que apoiou o Andronikos mais jovem. Além disso, a guerra civil permitiu que um grande número de albaneses invadissem o território imperial, onde permaneceu essencialmente independente por algum tempo. Em grande parte por causa da oposição às políticas financeiras austeras de Andronikos II, e a popularidade de Andronikos III cresceu; em 1328 ele foi capaz de entrar em Constantinopla sem oposição e forçou seu avô a abdicar.

Andronikos III (1328 – 1341)

João Kantakouzenos, que foi um dos maiores apoiadores de Andronikos III, manteve as rédeas do Estado sob o novo imperador, enquanto Andronikos se dedicava principalmente aos assuntos militares. Na Ásia Menor, os otomanos continuaram seu avanço, tomando Bursa (Prousa), que passou a ser sua capital. Kantakouzenos aliou o império com os emires seljúcidas remanescentes, cuja existência foi igualmente ameaçada pelos otomanos.

Nos Bálcãs, Bizâncio aliou-se à Bulgária contra a Sérvia, e isso levou a uma prova de força entre os dois reinos eslavos em Velbuzd em 1330. A batalha foi uma vitória completa para os sérvios, que agora dominavam toda a região sul dos Bálcãs. Logo depois, o novo rei sérvio, Estefânio Ura'r IV Dusan (1331-1355), fez as pazes com o novo czar búlgaro Ivan

Alexander (1331 a 1371), e conseguiu se mover vitoriosamente na Macedônia bizantina. Em 1334, um tratado de paz foi assinado, segundo o qual os sérvios foram deixados no controle da maioria de suas conquistas.

A situação na Ásia Menor, onde Nicéia e Nicomédia haviam caído para os otomanos, deixando apenas alguns postos avançados ainda em mãos bizantinas [fez com que] os otomanos construíssem uma frota e começaram a ameaçar os bens bizantinos do mar. Por enquanto, porém, a renovada marinha bizantina tinha como objetivo defender a capital e até mesmo progredir no mar Egeu, já que Quios e Focaea foram tomadas dos genoveses, e uma frota ocidental decidida a capturar Lesbos saiu da capital. Bizâncio foi entretanto capaz de estender sua autoridade na Tessália e Epiros, onde os últimos sobreviventes dos estados independentes sucessores bizantinos reconheceram a autoridade de Andronikos III.

Renovada a Guerra Civil

Quando Andronikos III morreu em 1341, seu filho e herdeiro João V tinha apenas 9 anos de idade. Quase imediatamente a guerra civil estourou mais uma vez. De um lado estava o partido do patriarca João Kalekas e Aleixo Apokavkos, que estavam no controle da regência em Constantinopla; do outro, o partido do grão-mestre Domestikos Kantakouzenos, amigo e aliado de Andronikos III, cujo maior apoio estava entre a aristocracia provinciana. Kantakouzenos tinha-se coroado imperador, como João VI, embora ele sempre sustentou que ele estava apoiando o imperador legítimo João V. Neste contexto de confusão política, uma nova controvérsia irrompeu, que teve conseqüências religiosas, sociais e políticas.

Essa controvérsia teve raízes profundas na prática e teoria monástica. Os monges bizantinos sempre procuraram a *hesychia* (tranqüilidade) como meio de comunhão e união com Deus. O ascascismo como uma prática ascética específica foi promovida particularmente por Gregório de Sinai no começo do século XIV na Trácia e especialmente nos mosteiros do Monte Athos, onde ele introduziu a chamada Oração de Jesus (as palavras: “Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, Piedade de mim”). Os monges hesicastas viveram uma vida ascética estrita, incluindo exercícios especiais, respiração e recitação da oração de Jesus, que supostamente levaram ao êxtase e uma visão da Luz Divina, que foi identificada com a Luz que era visível no Monte Tabor. Em outras palavras, os hesicastas

alegaram que podiam realmente ver o próprio Deus.

As práticas dos hesicastas e sua pretensão de ver o próprio Deus ganharam a inimizade e a ridicularização de muitos teólogos, liderados pelo monge Varlaam da Calábria. Varlaam foi um pensador de habilidade considerável que, embora nascido de uma família ortodoxa no sul da Itália, foi influenciado pelos sistemas lógicos ocidentais do escolasticismo. Ele se tornou abade do Mosteiro Akataleptos em Constantinopla e foi conselheiro de Andronikos II em assuntos religiosos. Por volta de 1335 ele começou a atacar os hesicastas, argumentando que a Luz no Monte Tabor foi criada (e, portanto, não era eterna) e ridicularizando seus oponentes pela prática de olhar seus umbigos, chamando-os de *onfalopsiqui* (“pessoas com suas almas em suas umbigos”).

O principal defensor do hesicasmo foi Gregório Palamas, que respondeu às críticas de Varlaam fazendo uma distinção entre a essência de Deus, que é incognoscível e inacessível para os humanos, e as “energias” incriadas de Deus - que são Deus exatamente a mesma. Estes últimos são compreensíveis pelos humanos e incluem a Luz de Tabor. Assim, na visão de Palamas, a humanidade, embora uma criatura, pode compreender e “participar” do próprio Deus. O pensamento de Palamas foi firmemente baseado na tradição apofática da teologia bizantina, que dizia que nenhum sistema lógico era satisfatório para entender Deus, mas que Deus poderia ser percebido através da experiência direta. A esse respeito, ele não se opunha tanto ao escolasticismo quanto à idéia de que sistemas lógicos poderiam realmente definir Deus.

A controvérsia continuou por vários anos. Em 1341, Andronikos III convocou um concílio que proporcionou a Palamas uma clara vitória. A morte do imperador alguns dias depois, no entanto, colocou a questão em dúvida novamente. Varlaam renovou seus ataques, e a disputa religiosa começou a assumir um aspecto político, com Kantakouzenos e seu partido em geral apoiando Palamas e os hesicastas, com o patriarca Kalekas e Apokavkos em oposição. Como este último ganhou a mão superior, hesicasmo foi condenado, e Gregório Palamas foi preso e excomungado.

A controvérsia, no entanto, logo teve ramificações sociais e políticas ligadas à luta pelo trono. Kantakouzenos era apoiado pela aristocracia, e a regência de Apokavkos dependia do apoio dos pobres urbanos, primeiro em Constantinopla e depois nas cidades de Trácia e Macedônia, onde o ódio real à aristocracia havia se desenvolvido. Em Tessalônia, os pobres e os marinheiros organizaram-se como um partido chamado os zelotes (não confundir com os zelotes do século X) que, em 1342, expulsou todos os

membros da aristocracia e o governador nomeado por Kantakouzenos, estabelecendo um governo que era essencialmente independente. O partido zelote naturalmente apoiou a regência em Constantinopla contra Kantakouzenos na luta pela supremacia. Embora o historiador Gregoras caracterizasse o regime zelote como “governo da multidão”, seria um erro considerá-lo primariamente como uma guerra de classes. Assim, embora haja alguma evidência de que os zelotes de Tessalônica ridicularizassem a liturgia cristã, eles certamente não tinham interesse na supressão do hesicasmo.

O governo zelote de Tessalônia sobreviveu por algum tempo, mas cresceu a violência contra a aristocracia, muitos dos quais foram jogados das muralhas da cidade e massacrados pela turba. Em 1349, os zelotes tentaram entregar a cidade a Estefânio Dusan, mas esta falhou e Kantakouzenos entrou na cidade em 1350, juntamente com Gregório Palamas, que havia sido eleito bispo da cidade.

A vitória de Kantakouzenos também significou o triunfo do hesicasmo. Em 1351, um conselho se reuniu no palácio Blachernae de Constantinopla e proclamou a ortodoxia da teologia de Palamas e condenou Varlaam. A controvérsia continuou sobre a questão, mas o ensino hesicasta foi, a partir de então, oficialmente reconhecido e foi a base do pensamento dos teólogos mais influentes da igreja bizantina até o final do império e além.

Os inimigos de Bizâncio perceberam que João VI Kantakouzenos não era o imperador legítimo e, portanto, procuraram minar seu poder através do apoio a João V Paleólogo. O próprio imperador legítimo começou a ficar inquieto com a tutela de Kantakouzenos e buscou o poder em seu próprio nome. Não surpreendentemente, no entanto, a guerra civil eclodiu novamente em 1352 entre esses dois principados semi-independentes. Com o apoio de mercenários turcos, Kantakouzenos foi inicialmente bem-sucedido, mas João V apelou à Sérvia e Bulgária para assistência e Dusan enviou um contingente de cavalaria, enquanto os Kantakouzenos foram auxiliados pelo sultão otomano Orchan (1326-1362), o sucessor de Osman. Os turcos acabaram por derrotar os sérvios e, em 1353, Kantakouzenos abandonou a ficção de apoio à dinastia legítima e mandou proclamar seu filho Mateus como co-imperador, enquanto João V foi deposto.

Entretanto, Orchan abandonou Kantakouzenos, e tomou a cidade de Kallipolis no Helesponto e preparou-se para invadir a Trácia. Em parte como resultado do pânico que se seguiu em Constantinopla, João V aliou-se ao corsário genovês Francesco Gattilusio, e em 1354 se apossou de

Constantinopla. Os conspiradores forçaram João Kantakouzenos a abdicar e entrar em um mosteiro. Assim, com a idade de 25 anos, João V Paleólogo era o único governante em Constantinopla.

Como o monge José, João Kantakouzenos escreveu um número de trabalhos importantes e continuou envolvendo-se nas disputas políticas até a sua morte em 1383. Os membros da família de Kantakouzenos puderam ficar nas províncias, e Manuel Kantakouzenos procurou organizar uma aliança para derrubar João V e, depois de renunciar ao trono em 1357, dedicou-se à reorganização e fortalecimento do déspota de Morea.

Bizâncio como um Vassalo Otomano: O Reinado de João V

Porém, felizmente para João V, Estéfano Dusan, um dos inimigos mais sérios de Bizâncio, morreu repentinamente em 1355 e seu sucessor Estéfano Uros (1355-1371) não tenha conseguido manter unido o império que seu pai havia construído. Como resultado, vários principados greco-sérvios fracos surgiram nos Bálcãs, mas Bizâncio não foi capaz de tirar proveito do vácuo na região, e ficou cada vez mais claro que o poder real [na região] eram dos turcos otomanos, que se estabeleciam na Trácia em 1354. Murad (1362-1389), filho de Orcan, tinha grandes ambições para o estado otomano e lentamente levou a maioria dos governantes dos Bálcãs para sua influência.

Nesta situação, João V procurou ajuda ocidental através da antiga estratégia de manter a perspectiva de uma união das igrejas. Em 1355 ele enviou uma carta ao papa Inocêncio VI em Avignon, fazendo todos os tipos de promessas extravagantes com a condição de que o papa enviasse ajuda militar ao império sitiado. O papa não fez nada e João formou uma aliança com seu primo, Amadeo VI de Savoy, que planejou uma cruzada para conquistar as terras sagradas e ajudar Bizâncio na barganha. A cruzada, na verdade, partiu em 1366 e conseguiu tomar Kallipolis dos otomanos. João procurou estabelecer um conselho da igreja para discutir a união, mas o Papa Urbano V rejeitou essa idéia, sugerindo que o imperador bizantinos fossem a Roma. Talvez movido pela perda de Adrianópolis, João V fez uma viagem à Itália, e em outubro de 1369 ele fez uma profissão pessoal da fé católica e se submeteu publicamente à autoridade do papa. João permaneceu por algum tempo em Roma e depois em Veneza, não retornando a Constantinopla até o outono de 1371. Infelizmente, a humilhação do imperador não resultou em nenhuma ajuda do Ocidente.

Na ausência do imperador, a situação nos Bálcãs deteriorou-se ainda mais. Os sucessores de Estéfano Uros, Vukasin e seu irmão Joviano Uglesa, tentaram organizar a oposição à expansão otomana, e em 26 de setembro de 1371 (cerca de um mês antes do retorno de João V) os sérvios confrontaram o exército otomano no rio Maritsa, perto de Cernomen. As forças sérvias foram aniquiladas e todo o sul dos Bálcãs ficou aberto aos otomanos. João V viu a lição desta batalha e, pouco depois de sua chegada a Constantinopla, ele buscou um tratado com o sultão Murad, esperando que dessa maneira os otomanos pudessem ser persuadidos a deixar Bizâncio na posse de suas poucas posses na Trácia. Como condição deste tratado, no entanto, João teve de reconhecer o sultão como seu superior e prestar tributo regular e contribuir com tropas para o exército otomano quando solicitado a fazê-lo. Assim, em um curto período, João havia se submetido a dois dos inimigos de Bizâncio, primeiro o papa e depois o sultão otomano.

Enquanto isso, Murad continuou sua expansão para o norte nos Bálcãs. Ele tomou Sofia em 1385 e Nis em 1386. Nesse mesmo ano, o sultão foi forçado a retornar à Ásia Menor para lidar com uma invasão do leste. Bizâncio poderia ter aproveitado a ocasião para reafirmar sua independência, mas João V estava envelhecido e os acontecimentos dos últimos 15 anos o tornaram essencialmente impotente. A oportunidade, no entanto, foi aproveitada pela nobreza sérvia, liderada pelo príncipe Lazar, a figura mais poderosa de 1371 em diante, e Vuk Branković, governante da área de Kosovo, juntamente com o príncipe da Bósnia Tvrtko I. Na ausência do sultão, suas forças tiveram algum sucesso, inspirando a Bulgária a proclamar sua independência dos otomanos. Murad retornou aos Bálcãs e lidou com a situação de uma maneira caracteristicamente metódica. Ele reuniu um grande exército, em parte composto de impostos dos povos cristãos da região, e forçou os búlgaros a se submeterem. Os sérvios e seus aliados procuraram fazer uma posição desesperada na planície de Kosovo (Kosovo Polje), em 15 de junho de 1389. Esta batalha, que selou o destino dos Bálcãs durante séculos, veio desempenhar um papel crítico na lenda e contos heróicos, especialmente para os sérvios, e é difícil separar os fatos da fantasia romântica. Os otomanos eram comandados pelo próprio Murad, enquanto o líder dos sérvios era o príncipe Lazar. Parece que os sérvios estavam seriamente em desvantagem numérica e sofriam de dissensão interna e falta de confiança. Lazar teve sucesso no início, mas em um momento crítico - segundo a lenda, pelo menos - Vuk Brankovic abandonou seus companheiros, e os sérvios foram

barrados por Beyezid, filho e herdeiro do sultão. Murad foi morto na batalha, mas Beyezid levou os otomanos a uma vitória completa e matou muitos dos vencidos, incluindo o próprio Lazar.

Como sultão, Beyezid (1389–1402) organizou cuidadosamente o novo território, impondo um imposto principal, ou *haradj*, a todos os habitantes não-muçulmanos e forçando os príncipes cristãos a jurar fidelidade pessoal a ele. O filho de Lazar, Estépheno Lazarevic, era considerado o líder dos sérvios e manteve fielmente sua lealdade ao sultão até o fim de seus dias.

Após a Batalha de Kosovo, Constantinopla estava completamente isolada e cercada por território otomano, tanto na Europa como na Ásia; o único território significativo que permaneceu em controle bizantino foi o Morea (Peloponeso), controlado por Bizâncio em 1262 e organizado como um déspota depois de 1349. Beyezid era um governante de imensa habilidade e ambição, e, mais do que seu pai, ele era capaz. para explorar desentendimentos na família dominante bizantina para seus próprios fins. Bizâncio experimentou algum alívio, pois Beyezid se ocupou com uma demonstração de força militar na Ásia Menor, mas ele logo conspirou com o filho de Andronikos, João VII, que foi capaz de tomar Constantinopla com a ajuda otomana. O idoso João V, no entanto, se recusou a desistir, e ele retomou o trono com a ajuda de seu filho Manuel. Beyezid convocou peremptoriamente os imperadores mais jovens, Manuel e João VII, para ajudá-lo em suas campanhas na Ásia Menor, e os dois príncipes bizantinos foram forçados a irem a Filadélfia, a última cidade cristã a desafiar o sultão na Ásia ocidental. João V, entretanto, mal sobreviveu a esses eventos e morreu em 1391, como um homem velho e fraco.

Manuel II Paleólogo (1391 – 1425)

Ouvindo sobre a morte de seu pai, Manuel escapou do olhar atento dos turcos e retornou a Constantinopla, onde foi imediatamente saudado como imperador. Beyezid, sultão desde 1389, aceitou o fato consumado, mas ele impôs novas restrições a Constantinopla e forçou o novo imperador a se juntar ao seu sobrinho João VII e ao exército otomano em uma longa e árdua campanha militar na Ásia Menor. Por volta do início de 1392, Manuel retornou a Constantinopla e logo depois se casou com Helena, filha do príncipe sérvio de Serres, Constantino Dragas. O próprio Manuel era um governante talentoso e inteligente que poderia ter florescido em diferentes circunstâncias. Ele tinha as tendências literárias e teológicas de seu avô, João Kantakouzenos, e tentou aproveitar ao máximo o que era

uma situação política e militar muito difícil, mantendo a dignidade e as tradições do Império Bizantino, tanto quanto possível. Os sucessivos patriarcas de Constantinopla apoiaram fortemente o imperador e o lugar central de Bizâncio na ordem mundial em geral. Assim, quando Basílio, o Príncipe de Moscou, proibiu a comemoração do imperador na liturgia russa, dizendo: “Temos uma igreja; um imperador que nós não temos”, o patriarca reagiu fortemente e respondeu a Basílio com uma carta estabelecendo a doutrina tradicional da posição do imperador como o governante do *oikoumene*.

A Hungria permaneceu como a única outra potência cristã no sudeste da Europa que até então havia escapado do jugo otomano e, em 1393, os húngaros incentivaram o rei búlgaro, João Sisman, a se revoltar contra os otomanos. Beyezid reagiu imediatamente e restabeleceu seu controle sobre a Bulgária, acabando com seu status de vassalo e governando-a a partir de então como uma província otomana (*pashalik*) - um destino que muitos dos vassalos dos Bálcãs imaginavam que em breve seriam seus. Em 1394, Beyezid iniciou um bloqueio a Constantinopla e a população foi reduzida à fome, aliviada apenas por um carregamento de grãos trazido pelos venezianos. As potências cristãs ainda controlavam o mar, e Constantinopla mais uma vez buscou a salvação do Ocidente, mas a situação era séria para a cidade.

Em 1392/3, os turcos conquistaram a Tessália e, em 1395, a Valáquia tornou-se tributária dos otomanos. A invasão da Tessália mostrou tanto aos gregos quanto aos latinos da Grécia central e do Peloponeso que eles também estavam sendo ameaçados pela expansão otomana. Esses eventos finalmente encorajaram o Ocidente a prestar ajuda, e um novo espírito de cruzada varreu a Europa. Liderados por Sigismundo da Hungria, um exército de cerca de 100.000 soldados (muito maiores que os das cruzadas anteriores), compunham a chamada Cruzada de Nikópolis que se reuniu na Hungria em 1396. A aproximação do exército cruzado fez com que Beyezid retirasse seu exército do bloqueio a Constantinopla, e corresse para o Danúbio. Os cruzados - como no passado - discordaram sobre a condução da guerra, com os húngaros defendendo com cautela, mas os franceses clamando por um ataque direto aos turcos. Inicialmente, os cruzados tiveram algum sucesso, mas em 15 de setembro de 1396 o desastre ocorreu quando a cavalaria francesa foi conduzida a uma armadilha e massacrada, e todo o exército da cruzada se dissolveu em fuga.

Com o fim dessa ameaça, Beyezid retomou o cerco a Constantinopla e

em 1397 um exército otomano marchou da Tessália até a Grécia central e Peloponeso, não encontrando praticamente nenhuma oposição e tomando Atenas e Argos antes de retornar à Tessália. Pelo menos alguns dos venezianos, entretanto, parecem ter chegado a compreender a gravidade da ameaça e prometeram apoio militar e financeiro aos bizantinos. Manuel enviou delegações a todos os governantes do Ocidente, buscando ajuda e recebendo vagas promessas de dinheiro e exércitos. Carlos VI, rei da França, estava especialmente interessado, já que ele havia recentemente se tornado soberano de Gênova (e, portanto, ele controlava os interesses comerciais e as colônias de Gênova no leste). O marechal Charles Boucicaut, um veterano da Cruzada de Nikopolis que havia sido capturado e resgatado, foi enviado com uma pequena força de 1.200 soldados que forçou seu caminho através do bloqueio otomano e desembarcou em Constantinopla em 1399.

Boucicaut percebeu imediatamente que uma força muito maior era necessária para defender a cidade e persuadiu Manuel a voltar com ele à Europa para buscar tal apoio. O marechal também foi capaz de convencer João VII a se reconciliar com seu tio e governar a cidade em sua ausência. Como resultado, Manuel II levou sua família e partiu para o Ocidente. Essa estranha embaixada, com duração de mais de três anos, é um dos eventos mais irônicos da longa história do império. A visita de Manuel estava em forte contraste com a de seu pai alguns anos antes, não apenas porque a ameaça otomana era muito mais real, mas também porque os estudiosos ocidentais tinham se tornado fascinados pelo aprendizado de grego e consideravam os bizantinos como os provedores dessa cultura. Além disso, Manuel era um governante atraente e orgulhoso e, apesar de ter vindo em busca de ajuda ocidental, ele o fez com orgulho e não levantou a questão da união da igreja nem ofereceu mais uma vez sujeitar a igreja bizantina ao governo do papa. Manuel viajou pela Itália; em 1400 chegou a Paris e, no final do ano, em Londres. Lá ele foi calorosamente recebido pelo rei Henrique IV, que fez promessas grandiosas e realmente deu ao imperador uma pequena quantia (que provavelmente havia sido recolhida por seu antecessor). Otimista de que ele receberia apoio militar dos ingleses, Manuel retornou a Paris no início de 1401. Lá ele continuou a conduzir as negociações de ajuda militar, mas depois de um ano de frustração ele finalmente começou a perceber que nada aconteceria e que ele teria que retornar a Constantinopla de mãos vazias. Enquanto isso, o imperador passou seu tempo escrevendo tratados de natureza literária e teológica - testemunhando tanto sua erudição quanto sua contínua lealdade

à Igreja Ortodoxa.

Enquanto isso, em Constantinopla, as tropas francesas de Boucicaut continuaram a resistir aos otomanos, mas a população foi levada ao desespero pela fome. Finalmente, quando a situação se tornou ainda mais desesperada, o milagre que os cristãos estavam esperando aconteceu. Rumores começaram a chegar a Constantinopla e ao Ocidente que um grande líder do Oriente (talvez um cristão) havia surgido e estava derrotando os turcos. Era Timur-lenk, conhecido ocidentalmente como Tamerlão, o líder mongol cujos exércitos varreram de Samarcanda ao Afeganistão e a Índia, para o norte até a Rússia e para o oeste, para a Geórgia, a Armênia e a Ásia Menor. Lá eles tomaram os emirados turcomanos independentes que ainda não haviam sido incorporados ao império de Bayezid, e então, em 1400, eles entraram em território otomano, tomando a cidade de Sivas (antiga Sebaste Bizantina) e massacrando seus habitantes. Curiosamente, há evidências de que as potências cristãs, talvez até o próprio Manuel, há muito tempo estavam cientes do poder de Tamerlão, e esperavam que ele se tornasse seu aliado contra os otomanos (e, de fato, ele poderia se tornar um cristão mesmo).

Tamerlão decidiu [fazer] uma invasão maciça a Anatólia e, em 1402, Bayezid levantou um grande exército para encontrá-lo, abandonando o cerco de Constantinopla como resultado. A batalha de Ankara em 28 de julho de 1402 foi uma vitória completa para os mongóis: cerca de 15.000 turcos e seus aliados cristãos teriam sido mortos e o próprio Bayezid foi capturado. Ele morreu no ano seguinte em cativeiro e seu império estava em frangalhos. Tamerlão devastou toda a Ásia Menor, tomando Esmirna e massacrando seus habitantes. Diplomáticamente, ele buscou o apoio dos emires, que haviam permanecido pelo menos parcialmente independentes dos otomanos, e encorajou os filhos de Bayezid a lutarem entre si pela sucessão. O mais bem sucedido deles foi Suleiman, que conseguiu encontrar o caminho para a Europa, que permaneceu intocado pelos mongóis, e se estabeleceu em Adrianópolis.

Tamerlão, no entanto, não estava interessado na administração de suas conquistas e em 1403 ele deixou a Ásia Menor. Ele retornou a Samarcanda e partiu para conquistar a China, onde morreu em 1405. Tamerlão se foi, mas o império de Bayezid estava destruído e dividido, e, é claro, o cerco de Constantinopla foi agora esquecido. O Império Bizantino ganhara outra vida, e só o futuro poderia dizer se seria capaz de aproveitar a pausa para recuperar sua força.

Manuel finalmente chegou à Constantinopla em meados de 1403.

Enquanto isso, o filho de Bayezid, Suleiman, chegou a um entendimento com o regente João VII em Constantinopla. A situação dos otomanos refletia-se nos termos do tratado, no qual Bizâncio já não era obrigado a prestar tributo, o monte Atos e Tessalônia foram restaurados ao império, e Suleiman chegou a declarar-se o vassalo do imperador, procurando apenas deixa-lo com sua posse da Trácia. Ao retornar, Manuel confirmou o tratado e o selou casando-se com sua sobrinha ilegítima (filha de Teodoro I, déspota do Morea) com Suleiman. A rivalidade irrompeu novamente entre João VII e seu tio, mas uma acomodação foi feita e João tornou-se o governador de Tessalônica e da Trácia.

Manuel manteve uma relação formalmente amigável com o novo sultão, Mehmed I (1402-1421), e Mehmed estava de fato ocupado com a tarefa de restaurar o controle otomano na Ásia Menor e diminuir as revoltas menores (algumas das quais foram, de fato, ajudadas por Manuel). Manuel renovou suas negociações com as potências ocidentais, mas a rivalidade entre Veneza e Hungria e a fraqueza do papado condenaram essas tentativas ao fracasso.

O ano de 1421 foi agitado para Bizâncio. Manuel já estava velho e coroou seu filho João VIII como co-imperador e herdeiro. Logo depois, o sultão Mehmed morreu repentinamente em circunstâncias incertas e foi sucedido por seu filho, Murad II (1421-1451). Manuel e seu filho discordaram sobre como reagir à mudança de regime: o velho imperador era a favor de uma aliança com Murad, mas João VIII procurou explorar a situação apoiando um rival. Murad rapidamente prevaleceu e ele furiosamente atacou Constantinopla, determinado a tomar a cidade e punir os bizantinos por sua perfídia. Este cerco era grave, mas o antigo imperador jogou sua última mão mais uma vez incitando os rivais ao sultão, forçando Murad a levantar o cerco e, finalmente, em 1424, a assinar um tratado de paz que proporcionou uma pausa temporária, mas colocou Constantinopla novamente numa posição inferior como um vassalo pagador de tributos do sultão. A situação retornara, mais ou menos, ao que fora 22 anos antes. A oportunidade de uma recuperação bizantina havia passado.

15

O Fim do Império

1438 – 1439 – Concílio de Florença e união das Igrejas.

1449 – Constantino XI é coroado imperador.

1453 – Queda de Constantinopla.

O Reinado de João VIII Paleólogo (1425 – 1448)

Em 21 de Julho de 1425 o imperador Manuel II Paleólogo morreu aos 75 anos. Seu falecimento foi profundamente lamentado por seus súditos, pois os preservou, mais ou menos sem danos, mas também sem se submeter às exigências do Ocidente ou ressuscitar o espectro da submissão da igreja bizantina ao papado.

Manuel foi sucedido por seu filho João VIII Paleólogo (1425-1448), que herdou uma infinidade de problemas. Talvez a parte mais estável do império fosse a Morea, onde, na verdade, três de seus irmãos residiam. Mas a situação na Trácia tornou-se recentemente muito mais séria. Tessalônica estava em mãos venezianas desde 1423, e havia alguma esperança de que, sob seu controle, ela se tornasse novamente um rico centro de comércio e cultura. Mas havia dissensão dentro da cidade, e os venezianos desesperaram-se em manter suas defesas, então a situação se tornou sombria quando Murad trouxe suas forças para os muros [da cidade] em março de 1430. Muitos cidadãos desejavam se render imediatamente, mas os venezianos exigiram que a cidade fosse defendida - antes de partir para a segurança com seus navios. Após um curto cerco, a cidade caiu e ficou sujeita a um terrível saque; a igreja cristã primitiva dos *Acheiropoietos* foi transformada em mesquita. A segunda cidade do Império Bizantino que caiu para os Turcos.

Sinan Pasha, o general-geral otomano na Europa, moveu-se contra Ioannina no Ocidente. Diferentemente da população de Tessalônica, o povo de Ioannina aceitou a oferta de rendição de Sinan Pasha e, como resultado, eles trocaram sua liberdade pela proteção de suas propriedades, igrejas e vidas.

Os duplos sucessos otomanos de 1430 assustaram seriamente as potências ocidentais, especialmente Veneza e Hungria. O governante do que restava da Sérvia era agora Jorge Branković, e agora jurava lealdade ao rei Sigismundo da Hungria e se preparava para resistir à investida otomana de uma nova capital fortificada em Smederevo, no Danúbio, perto

de Belgrado.

O Despotato da Morea no século XV

O déspotato da Morea, com sua capital em Mystras (perto da antiga Esparta) floresceu política e culturalmente no século XV e proporcionou um raio de otimismo nas dificuldades militares da época. O déspotato da Morea passou a ser governado como um *apanágio* (essencialmente um território independente ligado por laços familiares a Constantinopla) por membros mais jovens da família imperial. O castelo de Mystras, a uma curta distância a oeste da antiga Esparta, foi construído em 1248 por Guilherme II Villehardouin, o príncipe franco da Acaia, para proteger a planície de Lakonia das tribos selvagens que habitavam o Monte Taizos. O castelo foi entregue aos bizantinos em 1262, e uma cidade logo cresceu abaixo dele, como os habitantes de Esparta que fugiram para lá para desfrutar da maior proteção das fortificações. Inicialmente governado por governadores que eram trocados todos os anos, a partir de 1308 eles ocuparam o cargo por períodos mais longos. João VI criou o Despotato do Morea em 1349 e João V então [nomeou] Teodoro I Paleólogo, que governou de 1381 a 1407, e dali em diante o déspota era um apanágio da família Paleólogo. De 1407 até a sua captura pelos turcos, o déspotato foi governado pelos filhos do imperador Manuel II, primeiro Teodoro II (1407-1443), depois o futuro imperador Constantino XI (1443-1449) e, finalmente, Tomás e Demetrios Paleólogo (1449-1460). Em 1429, o déspota ganhou o controle de todo o Peloponeso, mas os otomanos aproveitaram a competição entre os filhos de Manuel II para invadir a Morea, apesar dos esforços contínuos para fortificar e defender o istmo de Corinto.

O imperador Manuel II e seu filho Teodoro, que foi déspota após 1408, eram fortes defensores da vida intelectual em Mystras, onde havia uma mistura de cultura clássica e tradicional religiosa e até mesmo monástica. Entre os intelectuais que viviam e trabalhavam na corte de Mystras estavam Isidoro, mais tarde bispo de Kiev, Bessarion, mais tarde bispo de Nicéia (ambos os quais se tornaram cardeais na igreja romana), e Georgios Scholarios, que, como Gennadeios II, se tornou o primeiro patriarca de Constantinopla sob o domínio otomano. O maior desses intelectuais, no entanto, foi o filósofo Georgios Gemistos, que adotou o sobrenome Plethon em imitação de Platão ([o nome é] Platão em grego), a quem ele admirava e procurava seguir. Plethon já tinha uma carreira notável por trás

dele, como intelectual e conselheiro do imperador, quando chegou a Mystras em 1409. Escreveu muito, e a maioria de seus trabalhos são sobre temas estritamente filosóficos, mas, como Platão antes dele, ele sentiu tinha um dever político real de promover suas idéias para o bem-estar (ou mesmo a salvação) da sociedade.

O Concílio de Florença e a Cruzada de Varna

João VIII estava agora encorajado a esperar que a ajuda do Ocidente pudesse realmente estar próxima, e ele entrou em negociações com o papado. Este foi, naturalmente, um período de desacordo considerável na igreja ocidental, quando os chamados Conciliaristas tentaram tirar o poder do papa e colocá-lo nas mãos dos conselhos da igreja. Esse era um ponto de vista semelhante ao dos bizantinos, e João podia esperar que eles fossem mais compreensivos ao lidar com a igreja oriental. O papa Eugênio IV conseguiu que os emissários bizantinos partissem, em novembro de 1437, para um conselho que se reuniria em Ferrara, na Itália.

A delegação bizantina foi de fato, diferenciada: incluía o patriarca, José II (o primeiro patriarca de Constantinopla a comparecer a tal encontro no Ocidente). Entre os partidários de um conselho estavam Bessarion, um distinto teólogo recentemente nomeado bispo de Nicéia, e Isidoro, que acabara de ser nomeado bispo de Kiev e toda a Rússia; aqueles que se opunham à união incluía Marcos Eugenikos, então bispo de Éfeso. A disputa era, é claro, fundamentalmente teológica e - como sempre - cultural, mas na década de 1430 surgiu um novo elemento, o poder intelectual do renascimento italiano e sua fascinação por todas as coisas gregas. Essa excitação intelectual era atraente para alguns teólogos bizantinos, enquanto para outros era mais um sinal de que os ocidentais estavam dispostos a aceitar coisas dos gregos, mas não estavam dispostos a entender as necessidades do império ou a importância da tradição teológica bizantina. Os líderes leigos da delegação bizantina eram pelo menos tão distintos quanto os clérigos, incluindo o próprio imperador João, seu irmão Demetrios - e, mais notavelmente, Plethon; [e também] eram acompanhados pelo amigo e teólogo de Plethon, Georgios Scholarios, o platônico Amiroutzes, e o aristotélico Georgios de Trebizonda.

A comitiva bizantina chegou a Veneza, com uma grande acolhida, no início de 1438, e seguiu para Ferrara, e o conselho iniciou suas deliberações no início de abril daquele ano. A discussão foi geralmente em um alto nível, mas difícil para ambos os lados. O debate arrastou-se e o

custo para o papado aumentou, de modo que, no final de 1438, o conselho foi transferido para Florença, onde a rica família Médici estava disposta a ajudar a cobrir o custo. As principais diferenças entre os dois lados eram essencialmente as mesmas de antes: a procissão do Espírito Santo e a supremacia do papa. Alguns dos prelados bizantinos objetaram que era injusto esperar que eles cedessem em todos os pontos, e algumas fontes sugerem que eles estavam essencialmente famintos por submissão. No final, o patriarca e todos os prelados bizantinos - com exceção de Marcos Evgenikos - assinaram uma declaração de união em 5 de julho de 1439; dos representantes seculares, apenas o imperador teve que concordar.

O cisma tinha sido formalmente curado, mas a maioria dos bispos e leigos no Oriente se opuseram firmemente, e Marcos Evgenikos tornou-se um herói popular por sua resistência. Em troca de um acordo para o que veio a ser chamado de União de Florença, o papa concordou em enviar um exército para defender Constantinopla dos turcos. Quase imediatamente, no entanto, surgiram dificuldades no Oriente, pois muitos bispos se opunham ao conselho, e alguns que assinaram começaram a mudar de idéia. Como mencionado acima, o líder da resistência foi Evgenikos, mas quando ele morreu Georgios Scholarios tomou o seu lugar.

Enquanto isso, Murad II continuou suas conquistas no norte dos Bálcãs. Smederevo caiu em 1439, Belgrado em 1440, e em 1441 os otomanos invadiram a Transilvânia. A prometida cruzada foi acelerada por esses eventos, e as forças do papado, Veneza e o duque de Borgonha prometeram partir em 1444. Líderes da resistência cristã na Europa Oriental eram o rei da Polônia Ladislau III, que se tornara governante Hungria e o general húngaro João Hunyadi. Além disso, um líder local havia surgido na Albânia, criado como muçulmano e dado o nome "Iskender Beg" (Alexandre) pelo sultão por suas proezas. Skanderbeg, como era conhecido pelos albaneses, escapou do controle otomano e organizou a resistência das montanhas de sua terra natal. Ao mesmo tempo, Constantino, déspota da Moreia e irmão de João VIII, organizou as defesas do Peloponeso e tomou Atenas da fraca família florentina dos Acciajuoli.

Em julho de 1443, a tão esperada cruzada finalmente partiu da Hungria, enquanto a frota subia o Danúbio desde o Mar Negro. Murad II estava ocupado com uma revolta na Anatólia, e os cruzados puderam marchar rapidamente para o sul e tomar Nis e Sofia. Em 1444, os líderes da cruzada enviaram embaixadores ao sultão e uma trégua foi organizada por dez anos. Jorge Branković, o líder da Sérvia, manteve sua parte no

trato, mas os emissários do papa, junto com o rei Ladislav, quebraram o tratado e marcharam ainda mais para o território otomano, alcançando o Mar Negro perto de Varna. Murad voltou rapidamente da Anatólia, superou a frota dos cruzados e chegou a Varna com um enorme exército que aniquilou a força cristã em menor número. Assim terminou a Cruzada de Varna e qualquer esperança real de que Bizâncio receberia ajuda do Ocidente. Ao mesmo tempo, muitos bizantinos perceberam que o objetivo da cruzada era Constantinopla e sentiram uma real sensação de alívio quando chegou a um final ruim. João VIII não pôde fazer nada além de parabenizar o sultão pela vitória. João Hunyadi permaneceu à solta, com um exército razoavelmente grande, mas foi decisivamente derrotado em uma segunda batalha em Kosovo em 1448. Jorge Branković sobreviveu a essas dificuldades com grande parte de seu poder intacto, mas Bizâncio caiu a um nível de insignificância virtual na política mundial. Os esforços de João VIII para obter apoio do Ocidente fracassaram completamente e, em 31 de outubro de 1448, ele morreu.

A Queda da Cidade

João VIII não teve filhos e aparentemente pensou muito sobre seu sucessor. No final, ele escolheu seu irmão Constantino, que tinha então 44 anos e [era] déspota da Morea. Ele era claramente o mais talentoso e ambicioso de seus irmãos e tinha demonstrado capacidade em suas ações energéticas em defender e desenvolver a Morea. Frequentemente conhecido pelo sobrenome de sua mãe, Dragas ou Dragatzes, Constantino XI estava destinado a ser o último imperador de Bizâncio. Em janeiro de 1449, ele foi proclamado imperador em Mystras e nunca foi formalmente coroado pelo patriarca, mesmo depois de sua chegada a Constantinopla, em parte porque o patriarca ainda era leal à União com Roma, e o novo imperador não queria encorajar mais discordias sobre esta questão.

Constantino entrou em Constantinopla em março de 1449 e imediatamente buscou a aprovação de sua elevação [a imperador] pelo sultão Murad. O imperador confirmou seus irmãos Tomás e Demétrios como co-regentes do despotado da Morea, mas eles quase imediatamente começaram a rivalizar pelo controle da região.

A própria Constantinopla estava dividida sobre a questão da união com Roma. O imperador aprovou formalmente a União, já que continuava a esperar que isso pudesse de alguma forma levar à assistência militar do Ocidente. Alguns dos membros da corte apoiaram energicamente o

imperador nessa questão, enquanto outros se opuseram, mas estavam dispostos a ficar em silêncio para o bem-estar do Estado. A grande maioria do clero e dos leigos, no entanto, era firme em sua oposição. Líderes como Georgios Scholarios, que havia se tornado um monge com o nome de Gennadeios, e João Evgenikos, irmão de Marcos, continuaram mantendo uma posição hostil a Roma. Em 1451, o patriarca de Constantinopla, Gregório III, cansou-se da controvérsia e retirou-se da cidade e refugiou-se em Roma; a cidade estava sem patriarca.

Nessa situação, a diplomacia bizantina concentrava-se na necessidade de encontrar uma esposa adequada para o imperador (suas duas esposas anteriores haviam morrido), que poderiam trazer ao império um dote considerável e um herdeiro ao trono. Em última análise, nada resultou disso, mas em fevereiro de 1451 a situação do império mudou dramaticamente quando o sultão Murad II morreu. Ele foi sucedido por seu filho Mehmed II, que tinha apenas 19 anos de idade. Ele já tinha uma experiência considerável, já que seu pai não tinha outro filho sobrevivente e havia deixado muitos assuntos de estado para Mehmed. Estes, no entanto, nem todos tinham corrido bem, e muitos governantes cristãos esperavam que sua juventude e a falta de sucesso anterior aliviassem a ameaça, sentida pelo poder dos otomanos. Eles estavam seriamente enganados.

O governo bizantino compartilhava esse equívoco e, quando Mehmed estava ocupado com uma revolta na Anatólia, procurou defender as reivindicações de um pretendente fraco ao trono otomano. Mehmed reagiu rapidamente, disse aos bizantinos que eles tinham quebrado o recente tratado que haviam assinado e, na primavera de 1452, começou a construção de uma grande fortaleza no lado europeu do Bósforo: *Rumeli Hisar* ("Fortaleza Romana") foi para combinar com a *Anadolou Hisar* ("Fortaleza da Anatólia"), construída pelo avô de Mehmed, Beyezid, na costa asiática, para completar o cerco de Constantinopla pelos turcos.

Ficou claro que o sultão estava se preparando para um assalto final à cidade. Nessa situação, Constantino não podia fazer nada além de procurar guardar provisões e fazer qualquer apelo que pudesse ao Ocidente. Ele fez promessas para a Hungria e Aragão e tentou obter a ajuda dos mercadores de Ragusa. As grandes repúblicas marítimas italianas perderam, essencialmente, o interesse pelo destino de Constantinopla, em parte porque já haviam feito seus próprios arranjos para a promoção de seu comércio com os turcos.

Em outubro de 1452, o cardeal Isidoro chegou a Constantinopla com o

legado papal. Ele trouxe consigo 200 arqueiros de Nápoles para ajudar na defesa da cidade, mas seu objetivo real era ter a União de Florença formalmente proclamada lá. Os anti-consiliares, liderados por Gennadeios, resistiram firmemente, e em uma reunião no palácio imperial em novembro eles foram autorizados a assinar uma declaração formal de protesto. Mas o imperador e o conselho papal perseveraram e, em 12 de dezembro de 1452, uma cerimônia formal foi realizada na Hagia Sophia, na qual participaram clérigos ortodoxos e católicos, e os decretos do Concílio de Florença foram lidos. A maior parte do povo continuou a adorar nas igrejas cujos padres se opunham à União. Nas palavras de Steven Runciman, “se a união tivesse sido seguida rapidamente pelo surgimento de navios e soldados do Ocidente, suas vantagens práticas poderiam ter obtido o apoio geral. Mas, como foi, eles pagaram o preço exigido pela ajuda ocidental, e foram enganados ”(p. 72).

Dentro da cidade, as pessoas estavam bem conscientes do cerco que se aproximava. Os grandes canhões da Rumeli Hisar podiam ser ouvidos no Bósforo, e em novembro de 1452, quando um navio veneziano não deu atenção à ordem de não passar pelos estreitos, foi afundado. A tripulação do navio foi levada ao sultão, que ordenou que fossem decapitados; o capitão foi empalado e foi exibido seu corpo ao longo da estrada. Os espíritos em Constantinopla devem estar para baixo, e o historiador Doukas cita o oficial Loukas Notaras dizendo [em seus escritos]: "Melhor o turbante do sultão do que a mitra do papa", significando que seria melhor se render aos turcos do que concordar com a União com o Papa. No entanto, Constantino instigou seus cidadãos e trabalhou com eles durante o inverno, enquanto procuravam consertar as paredes da cidade. O maior perigo, como ele bem sabia, era o canhão turco. A pólvora foi usada na Europa nos últimos cem anos, mas não foi muito eficaz para virar a maré da guerra. Tanto Constantino quanto Mehmed, no entanto, estavam interessados no uso do canhão. Em 1452, um engenheiro húngaro chamado Urbano veio a Constantinopla e ofereceu ao imperador seus serviços; Constantino, no entanto, não tinha fundos para pagar seu salário nem os recursos para permitir que ele construísse a arma. Urbano, portanto, ofereceu seus serviços ao sultão; quando ele disse a Mehmed que ele poderia construir um canhão que quebraria os portões da própria Babilônia, o sultão lhe ofereceu um salário quatro vezes [maior] do que ele estava pedindo e colocou à sua disposição todos os recursos que ele precisaria. Urbano então construiu o enorme canhão que afundou o navio veneziano no Bósforo e depois começou a construir um com o dobro do

tamanho do anterior. A arma foi construída em Adrianópolis e, de acordo com uma fonte, quando terminada, tinha um comprimento de mais de 26 pés e um diâmetro de mais de 8 pés na frente; as balas de canhão pesavam 1.200 libras cada! Após o teste bem sucedido em Adrianópolis, no qual o primeiro tiro viajou mais de um quilômetro e meio, o canhão começou sua jornada para Constantinopla, atraídos por 60 bois com uma equipe de 2.000 homens necessários para manter a grande arma estável. Outros canhões foram construídos e enviados para o cerco, embora nenhum deles fosse tão grande quanto o primeiro.

Enquanto isso, as tropas do sultão começaram a se reunir em torno da cidade, marchando por terra e eliminando todos os remanescentes da resistência bizantina. O historiador grego Jorge Sphrantzes afirmou que o exército turco era de 200 mil [homens], enquanto uma estimativa mais razoável é de 80 mil homens. Dentro da cidade havia uma séria escassez de defensores: Sphrantzes colocou o número em 4.773. As muralhas da cidade, há muito tempo a melhor defesa do império, estavam em condições razoavelmente boas, mas tinham duas fraquezas sérias: seu comprimento (aproximadamente quatro milhas) dificultava a defesa por uma pequena força, e seu tamanho e construção, embora ainda formidável, não tinha sido projetado para resistir a um assalto de pólvora que tinha o poder de derrubá-lo através de uma força sem precedentes.

Mehmed ordenou que seu general Turahan cruzasse a Morea e devastasse o campo, impedindo que os déspotas ajudassem seu irmão. As potências cristãs relativamente fracas dos Bálcãs (Afonso de Aragão, João Hunyadi da Hungria e Jorge Brancović da Sérvia) não prestaram assistência, e as potências européias ou não conseguiram fornecer ajuda ou perderam o interesse. Ciente das lições da história, Mehmed entendeu que Constantinopla só poderia ser tomada por um poder que controlasse o mar, então ele construiu uma marinha de tamanho considerável para combater qualquer ataque das potências marítimas ocidentais. Finalmente, em fevereiro de 1453, Veneza decidiu enviar dois navios para Constantinopla, com 800 soldados, e estes partiram finalmente em abril.

A defesa da cidade foi confiada ao Grão-Duque Loukas Notaras, Demetrios e João Kantakouzenos, e Nicéforo Paleólogo, todos sob o comando geral do imperador. Os venezianos da cidade deram todo o seu apoio, e muitos membros das comunidades genoveses e catalãs se juntaram aos bizantinos. Vários aventureiros também apareceram, entre os quais se destacou o genovês Giovanni Giustiniani Longo, que recebeu supervisão geral da defesa ao longo das muralhas.

Os bizantinos celebraram a Páscoa de 1453 em relativa paz, mas na segunda-feira de Páscoa, 2 de abril, os primeiros elementos do exército do sultão chegaram ante as Muralhas; o imperador imediatamente ordenou que o grande estrondo através da boca do Chifre de Ouro fosse colocado no lugar para selar o porto do ataque. Em 6 de abril, a barragem de artilharia começou nas Muralhas; os turcos atiravam nas paredes durante o dia e os defensores saíam à noite para consertar o estrago. Os defensores tiveram alguns sucessos: uma tentativa de forçar a explosão do Chifre de Ouro foi espancada e também um ataque às Muralhas; em 20 de abril, três navios genoveses comissionados pelo papa, junto com um cargueiro com uma carga de trigo de Afonso de Aragão, conseguiram romper o bloqueio otomano e entrar no Corno de Ouro.

Dado este estado de coisas, Mehmed determinou tomar ações extraordinárias. Ele construiu uma estrada atrás de Galata, do Bósforo ao Corno de Ouro; carrinhos foram colocados em trilhos ao longo da estrada, puxados por bois, e os navios foram carregados nas carroças e transportados para o Chifre. Os esforços dos defensores para incendiar os navios não deram em nada, e em 22 de abril a frota otomana apareceu no Corno de Ouro; um enorme pontão foi construído e artilharia foi montada nele. Os defensores agora tinham que considerar a possibilidade de um ataque em qualquer ponto ao longo de todo o círculo da cidade, em vez de poder concentrar sua atenção nas muralhas por terra, e dificuldades de comunicação naturalmente se seguiram. Os otomanos, em contraste, foram capazes de levar a sua superioridade numérica esmagadora e de bombardear as muralhas do Corno, onde eram estruturalmente inferiores.

Os defensores resistiram muito, e o imperador conseguiu confiscar a igreja e a riqueza privada para comprar comida. Enquanto isso, a ajuda que os bizantinos buscaram no exterior chegou, não do Ocidente, mas do Oriente, na forma de revoltas dos súditos do sultão na Ásia Menor. Ficou claro que o cerco não poderia ser prolongado indefinidamente e que Mehmed teria que tomar a cidade ou enfrentar uma situação difícil em seu próprio reino. Ele ofereceu os termos ao imperador: os bizantinos deveriam render-se pacificamente a cidade e permanecer em Constantinopla com o pagamento de tributo ou sair e se estabelecer em outro lugar. Apesar do conselho de alguns de seus conselheiros, Constantino estava determinado a ficar e lutar com seu povo. O sultão também era agora capaz, sob a lei muçulmana, de prometer a seus soldados o direito tradicional de saquear a cidade após seu colapso.

Na segunda-feira, 28 de maio, Mehmed deu aos seus soldados um dia

de descanso, em preparação para um ataque massivo. Na cidade, os presságios estavam por toda parte, mas o povo reuniu-se à noite na Basílica de Santa Sofia e todos, incluindo os partidários e oponentes da União [com o Papa], o imperador e o cardeal Isidoro participaram da última liturgia cristã na capital bizantina.

O ataque otomano começou na madrugada de 29 de maio. As tropas irregulares mal equipadas atacaram primeiro em grande número; onda após onda, atingiram os setores mais fracos das Muralhas por terra, mas Giustiniani e seus homens mantiveram-se firmes. Quando as tropas regulares melhor armadas tomaram o seu lugar, os turcos atacaram também as muralhas do Corno de Ouro, mas a defesa manteve-se firme. O sultão ordenou que os janízaros atacassem; essas tropas estavam bem equipadas e a luta era furiosa. Pouco antes do amanhecer, Giustiniani foi ferido e levado da linha de frente. Embora seus ferimentos não fossem fatais, as tropas genovesas pensaram que ele estava morrendo ou que ele estava desistindo da luta, e eles recuaram. Os janízaros aproveitaram o momento e um deles chegou ao topo do muro. Ele foi imediatamente abatido, mas outros rapidamente seguiram. Mesmo esse ataque, no entanto, poderia ter sido empurrado para trás, mas ao mesmo tempo um pequeno grupo de janízaros descobriu que o pequeno Portão de Kerkoporta tinha sido erroneamente deixado aberto. Eles correram, subiram até o topo da muralha e elevaram o estandarte otomano. Os turcos avançaram através das duas brechas; eles rapidamente abriram outros portões e seus camaradas entraram.

O imperador Constantino fez o que pôde para reunir suas tropas. Alguns deixaram o campo para tentar defender suas famílias. Outros, como o imperador, avançaram para encontrar o inimigo. Constantino removeu sua regalia imperial e encontrou os turcos perto do Portão de São Romano. Ele nunca mais foi visto.

Muitos dos italianos fugiram para seus navios, e alguns fugiram [da batalha], mas a maioria dos habitantes ficou com o destino deles. O estupro e a pilhagem começaram imediatamente, quando os soldados do sultão reivindicaram sua recompensa. Igrejas foram despojadas, casas foram saqueadas, e os tesouros que escaparam ao saque dos cruzados agora caíram nas mãos dos turcos: o ícone da Virgem Odegetria, supostamente obra de São Lucas, foi destruído, as tampas de jóias foram removidas, os livros foram queimados, e mosaicos e afrescos foram arrancados e cortados. Os sobreviventes foram reunidos e levados como escravos, embora muitos tenham se matado em vez de caírem nas mãos

dos conquistadores. Não há relato confiável, mas estimativas contemporâneas sustentam que 4.000 pessoas foram mortas e 50.000 foram levadas como escravos. A lenda cristã sustentava que a Hagia Sophia, a Grande Igreja de Deus, não cairia aos invasores, mas que, ao se aproximarem de suas portas, o Anjo de Deus apareceria para destruí-los. Assim, alguns dos sobreviventes correram para a igreja e abriram as portas. Quando os turcos chegaram, invadiram o prédio, matando os idosos e enfermos e levando os outros prisioneiros. Os sacerdotes da igreja, enquanto isso, continuaram sua celebração da liturgia cristã ininterruptamente pela queda da cidade. Segundo a tradição, quando os turcos tomaram o controle da igreja, os sacerdotes recolheram os vasos sagrados, abriram as paredes do santuário e os sacerdotes entraram no interior do edifício, do qual emergirão uma vez mais para retomar a liturgia quando o edifício mais uma vez se torna-se uma igreja cristã.

No final da tarde, o sultão entrou na cidade e ordenou o fim do saque, que já havia sido realizado. Ele foi a Hagia Sophia e ofereceu misericórdia àqueles que ele encontrou ainda amontoados no edifício, que imediatamente mandou transformá-la numa mesquita. Mehmed pediu a um clérigo muçulmano que subisse ao púlpito e proclamou uma oração muçulmana, e ele subiu ao altar da antiga catedral e adorou Allah.

No rescaldo, Mehmed exigiu para si o mais escolhido dos tesouros saqueados e o mais nobre dos cativos. Alguns dos últimos ele manteve em seu palácio ou deu aos aliados muçulmanos. Ele descobriu uma série de aristocratas e administradores bizantinos, incluindo o Grão-Duque Loukas Notaras e sua família. A princípio, o sultão tratou todos os prisioneiros com generosidade, mas logo mudou de idéia e mandou executar todos os homens. Mehmed estava especialmente preocupado em descobrir o [paradeiro do] corpo do imperador Constantino, em parte porque queria ter certeza de que não havia escapado para liderar uma insurreição mais tarde. Embora uma busca minuciosa tenha sido feita e cabeças e corpos decepados fossem lavados e examinados, e embora um cadáver vestindo meias com uma águia bordada fosse a princípio considerado o imperador, o corpo de Constantino nunca foi descoberto. O fato de seu desaparecimento aparentemente completo permitiu que a tradição posterior o visse como o "Imperador Mármore", que não está morto, mas está esperando, em algum lugar fora do tempo, para retornar e restaurar o Império Bizantino.

Bizâncio Após a Queda da Cidade

1461 – Fim do Império de Trebizonda.

1553 – 1617 – Vincenzos Kornaros, autor de *Erotokritos*, estabelecimento dos sucessores de Bizâncio nos Balcãs.

Pode-se dizer que o Império Bizantino terminou em 29 de maio de 1453, quando Constantinopla caiu para os turcos otomanos. Por outro lado, várias entidades políticas bizantinas sobreviveram à catástrofe e, certamente mais importante, o ideal bizantino e as tradições culturais bizantinas viveram e ainda estão conosco hoje.

Os Estados Bizantinos Sobreviventes

O despotato da Morea sobreviveu à queda de Constantinopla apenas porque era distante, e o sultão não voltou imediatamente a atenção para lá. Os irmãos Tomás e Demetrios Paleólogo, que governaram em diferentes partes do Peloponeso, voltaram a brigar, com Tomás ainda esperando por ajuda do Ocidente e Demetrios disposto a chamar os turcos como aliados. Mehmed finalmente decidiu agir por conta própria e em 1460 partiu para a Morea. Demetrios rendeu-se imediatamente, exatamente sete anos após a captura de Constantinopla. Tomás resistiu um pouco mais, mas ele fugiu para a Itália antes do final do ano, e o despotato da Morea deixou de existir. Tomás era o único membro de sua família a ter herdeiros, e os Paleólogos descendentes dele continuaram a viver no Ocidente, ocasionalmente surgindo para levantar sua reivindicação ao trono de Bizâncio.

Enquanto isso, como já mencionamos, o chamado Império de Trebizonda continuou a existir na margem sul do Mar Negro, no leste da Ásia Menor. Este minúsculo estado, deve ser lembrado, tinha surgido pouco antes da Quarta Cruzada e manteve sua independência dos latinos, dos turcos e do ressurgente poder do Império de Nicéia no século XIII. O território desse estado era uma pequena faixa costeira, protegida das grandes potências da Ásia Menor pelas defesas da cidade de Trebizonda e da grande muralha das Montanhas Ponticas. Assim, até meados do século XV, Trebizonda manteve sua independência contra os otomanos. Murad II tinha ambições de capturá-la, mas estas foram frustradas pelas manobras diplomáticas do imperador João IV Comneno (1429-59 / 60). Após a queda de Constantinopla, João IV fez alianças com seus vizinhos, especialmente os turcomanos dos Turbantes Brancos, mas ele morreu antes que o ataque finalmente viesse e foi sucedido por seu irmão David Comneno. As ambições diplomáticas de David eram ainda mais amplas do que as de seu irmão, e ele fez contatos com o duque de Borgonha e o papa, discutindo até mesmo a possibilidade de uma nova Cruzada para libertar Jerusalém. David se aproximou de Mehmed II com um pedido de remissão de tributo pago por seu irmão. No inverno de 1460, Mehmed reuniu uma enorme força expedicionária, numerando 60.000 [homens] de cavalaria e 80.000 de infantaria. Apoiado pela frota otomana no Mar Negro, esta força marchou para o leste da Ásia Menor, tomou

Sinope e fez uma demonstração de força na Armênia antes de descer para o território de Trebizonda. Não houve alternativa a não ser a rendição e, em 15 de agosto de 1461, o último estado bizantino deixou de existir. O imperador David e sua família foram levados para Adrianópolis e inicialmente tratados bem, mas o sultão não podia permitir que a linhagem dos grandes Komnenoi existisse, e em 1463 ordenou que todos fossem executados.

Cristãos Bizantinos sob o Governo Otomano

Necessita-se dizer que as comunidades cristãs do antigo império continuaram a existir, tanto na Ásia Menor como nos Balcãs, em parte porque os otomanos muçulmanos eram obrigados a reconhecer os cristãos como uma entidade legítima, que seguiam uma “religião do livro”. Para eles, o evento mais importante foi a decisão de Mehmed de restaurar o patriarca de Constantinopla como chefe do miletto de Rum, como era conhecida a comunidade ortodoxa de língua grega. O antigo patriarca, Gregório III, estava há muito tempo no exílio e, de qualquer forma, o sultão desconfiava de um bispo unionista, pois continuava a temer que os cristãos gregos pudessem colaborar com o Ocidente contra o estado otomano. Por esta razão, ele procurou Jorge Scholarios, agora o monge Gennadeios, que se tornara escravo. Mehmed ofereceu-lhe o trono patriarcal, e depois de alguma consideração, Scholarios aceitou, e ele foi entronizado como Gennadeios II em janeiro de 1454, não na Hagia Sophia (que era agora uma mesquita), mas na igreja dos Santos Apóstolos. O sultão, assim como o imperador antes dele, participou da cerimônia. Significativamente para o futuro, os cristãos ortodoxos do antigo império haviam encontrado um ponto de encontro na pessoa do patriarca e da igreja ortodoxa.

Assim, dentro do Império Otomano, o papel e o poder da Igreja Ortodoxa aumentaram como resultado da conquista. O clero não estava sujeito à tributação, a organização da igreja permanecia inalterada e o clero gozava de considerável prestígio. De fato, os bispos e o patriarca agora tinham responsabilidades adicionais, já que eram líderes políticos e religiosos e tinham interesse em assegurar a estabilidade e o sucesso do regime otomano. Isso encorajou a igreja a ser politicamente conservadora e a apoiar o status quo. Além disso, a igreja passou a simbolizar para o povo ortodoxo dos Balcãs a glória e a tradição do Império Bizantino. O império havia obviamente desaparecido, mas a igreja retinha não apenas a cultura de Bizâncio, mas também - e provavelmente mais importante - uma estrutura política que assegurava a sua própria preservação e a manutenção do poder como uma instituição intimamente associada a Bizâncio. Isto teve repercussões importantes no que diz respeito à herança da cultura bizantina. Essa cultura sempre foi infundida com significados e interpretações cristãs, mas também havia uma forte tradição prática e secular em Bizâncio e até - pode-se argumentar - uma tradição que poderia ser chamada de anti-clerical. Esta tradição secular na cultura bizantina era menos que útil para o clero educado que dominava os altos cargos da igreja, e por isso não foi suprimido, e a percepção da cultura bizantina que surgiu nos tempos modernos foi dominada quase exclusivamente por considerações religiosas, de modo que Bizâncio tem sido consistentemente visto - até hoje - como uma sociedade que

era completa e fundamentalmente religiosa.

Rússia

Na Rússia, é claro, a situação era diferente, porque o novo centro político de Moscou estava muito além do controle do Estado otomano, e havia importantes pontos de fricção entre as duas potências, primeiro no Mar Negro e, por fim, na região de contato na extremidade nordeste do poder otomano na Europa na Romênia. Como vimos, a conversão da Rússia ao cristianismo veio de Bizâncio e, até o final do império, a maioria dos metropolitas de Kiev e de toda a Rússia eram gregos. No século XV, os russos exibiram alguma independência quando o Grande Príncipe de Moscou rejeitou Isidoro de Kiev porque ele aceitou a União de Florença e acabou elegendo um metropolitano por conta própria, fiel à tradição ortodoxa.

Após a queda de Constantinopla, o Grande Príncipe Ivan III casou-se com Zoe Paleóloga, a filha mais nova de Tomás Paleólogo, em 1472. Zoe, conhecida pelos russos como Sofia, trouxe uma estreita conexão entre a última família imperial de Bizâncio e a família governante da Rússia, e de fato, alguns russos estavam falando por um tempo sobre o "manto" de Constantinopla passando para Moscou. No início do século XVI, o monge Filofei de Pskov escreveu que as "duas Roma" (Roma e Constantinopla) haviam caído e Moscou se tornara a "Terceira Roma". Isso era visto claramente em um sentido apocalíptico, prefigurando o fim do mundo, e a aristocracia russa nunca adotou a idéia de que Moscou havia assumido toda a ideologia de Bizâncio. Não obstante, havia muitas maneiras pelas quais a Rússia podia se vista como herdeira da tradição imperial bizantina e protetora do povo ortodoxo que vivia fora do controle otomano.

A Continuação e o Desenvolvimento da Cultura Bizantina

Isso não quer dizer que muitos elementos da tradição bizantina não sobreviveram durante o período otomano: a arquitetura é talvez o melhor exemplo aqui, e as maravilhosas mesquitas de Sinan e os outros mestres arquitetos do século XVI podem certamente ser descritos como continuando a tradição bizantina de construção monumental a serviço de Deus. Da mesma forma, a pintura pós-bizantina também continuou, sem interrupção, [com] as tendências iniciadas no período bizantino.

Entre as instituições mais importantes que asseguraram a sobrevivência da tradição bizantina estavam os mosteiros. Certamente, os mosteiros existiram durante todo o período bizantino, e eles sempre desempenharam um papel importante na vida econômica, bem como religiosa e intelectual. Essa importância foi redobrada após a queda de Constantinopla, em parte porque os mosteiros estavam entre as poucas instituições bizantinas que sobreviveram intactas e, como *waqfs* (fundações religiosas), geralmente recebiam a proteção total da lei otomana. Muitos também receberam privilégios especiais - normalmente remissão de impostos ou confirmação de posse de terra - de sultões individuais. Assim, os mosteiros mantiveram, e muitas vezes aumentaram, as terras de propriedade substancial que possuíam, e frequentemente se dedicavam ao comércio e a outras atividades econômicas.

Certamente, o mais importante dos estabelecimentos monásticos do mundo pós-bizantino eram os do Monte Athos. Estes floresceram e cresceram, e a era otomana representa sua florescência. O mesmo poderia ser dito dos mosteiros de Meteora, na Tessália. Tanto Athos como Meteora eram constituídos por um número de mosteiros essencialmente independentes que ocasionalmente podiam trabalhar juntos em causas comuns, e preservavam a característica única do monasticismo bizantino, que enfatizava a proximidade física de várias comunidades monásticas e anchoritas independentes que viviam lado a lado.

Os “Herdeiros” de Bizâncio

Os gregos, russos, armênios, ucranianos, romenos, búlgaros, sérvios e outros povos eslavos, tanto em seus próprios países quanto na diáspora internacional que experimentaram, são os herdeiros culturais diretos de Bizâncio. Todos eles foram, de uma forma ou de outra, intensamente conscientes dessa herança e de seu papel em torná-los quem são. Comentaristas modernos, tanto dentro como fora da Igreja Ortodoxa, viram a tradição histórica bizantina como separando povos cristãos ortodoxos de seus poderosos vizinhos na Europa Ocidental católica ou protestante, de um lado, e dos turcos e árabes muçulmanos, de outro. A atitude dos “herdeiros” da tradição bizantina tem sido freqüentemente ambivalente, já que Bizâncio é às vezes visto como algo “medieval” (o que, é claro, cronologicamente) e “atrasado” (o que não era); os modernizadores têm argumentado freqüentemente que a preocupação bizantina pela religião impediu que o povo ortodoxo aproveitasse os desenvolvimentos tecnológicos e outros do mundo contemporâneo e que isso os leva a ridicularizar culturas mais “avançadas”.

Os povos da Rússia e dos Bálcãs não são, evidentemente, os únicos herdeiros de Bizâncio. De maneira significativa, toda a cultura ocidental moderna foi fortemente influenciada por Bizâncio, tanto nas contribuições históricas que fez para o desenvolvimento do Ocidente (fenômenos como a mistura da cultura cristã e clássica, a preservação da literatura grega clássica e da aprendizagem), e a criação de conquistas culturais significativas por si só. Além disso, os povos com “proximidade” a Bizâncio poderiam também ser considerados herdeiros legítimos: os turcos, os albaneses, os árabes e, até certo ponto, até os italianos. Os árabes e os turcos são casos especiais, uma vez que a cultura do primeiro desenvolveu-se paralelamente à cultura bizantina e a cultura bizantina foi influenciada de várias maneiras pela cultura árabe em seus últimos séculos. Não deve ser uma grande surpresa perceber que Bizâncio compartilha muitos elementos de sua cultura com seus dois grandes adversários.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- A. H. M. Jones, *Constantine and the Conversion of Europe*. London, 1948.
- A. Kazhdan and G. Constable, *People and Power in Byzantium*. Washington, 1982.
- Alan Cameron, *Circus Factions. Blues and Greens at Rome and Byzantium*. Oxford, 1976.
- C. Mango, *Byzantine Architecture*. New York, 1970.
- David S. Potter, *Prophecy and History in the Crisis of the Roman Empire*. Oxford, 1990.
- D. Gill, *Byzantium and the Papacy, 1198–1400*. New Brunswick, NJ, 1979.
- D. S. White, *Patriarch Photios of Constantinople*. Brookline, MA, 1981.
- D. Nicol, *The Despotate of Epiros, 1267–1479* (Cambridge, 1984).
- D. Nicol, *The Last Centuries of Byzantium, 1261–1453*, 2nd edn. (Cambridge, 1993).
- E. Freyde, *The Early Palaeologan Renaissance. 1261–c.1360* (Leiden, 2000).
- F. Dvornik, *The Photian Schism: History and Legend*. Cambridge, 1948.
- F. W. Carter, ed., *An Historical Geography of the Balkans*. London, 1977.
- Geoffrey Greatrex, *Rome and Persia at War, 502–532*. Leeds, 1998.
- Glanville Downey, *Constantinople in the Age of Justinian*. Norman, OK, 1960.
- G. W. Bowersock, *The Emperor Julian*. Cambridge, MA, 1978.
- I. Shahîd, *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*. Washington, DC, 1995.
- J. Curran, *Pagan City and Christian Capital. Rome in the Fourth Century*. Oxford, 2000.
- John J. Yiannias, ed., *The Byzantine Tradition after the Fall of Constantinople*. Charlottesville and London, 1991.
- John Matthews, *The Roman Empire of Ammianus*. London, 1989.
- John Meyendorff, *Rome, Constantinople, Moscow: Historical and Theological Studies*. Crestwood, NY, 1996.
- John Moorhead, *Justinian*. London and New York, 1994.
- J. Pelikan, *Imago Dei: The Byzantine Apologia for Icons*. Berkeley, CA, 1990.
- Lowell Clucas, ed., *The Byzantine Legacy in Eastern Europe. East European Monographs*. Boulder, CO, 1988.
- M. Angold, *The Byzantine Empire, 1025–1204: A Political History*, 2nd edn. London, 1997.
- Michael Whitby, *The Emperor Maurice and his Historian*. Oxford, 1988.
- N. J. G. Pounds, *An Historical Geography of Europe, 450 BC–AD 1330*. Cambridge, 1973. J. M.
- N. Q. King, *The Emperor Theodosius and the Establishment of Christianity*. Philadelphia, 1960.
- P. Charanis, *Church and State in the Later Roman Empire*. 2nd edn. Thessaloniki, 1974.
- P. Crone and M. Cook, *Hagarism: The Making of the Islamic World*. Cambridge, 1997.

- Peter Brown, *The Rise of Western Christendom*. 2nd edn. Oxford, 2003.
- P. Lemerle, *Byzantine Humanism: The First Phase*. Canberra, 1986.
- P. Magdalino, *The Empire of Manuel I Komnenos, 1143–1180*. Cambridge, 1993.
- P. N. Ure, *Justinian and his Reign*. Harmondsworth, 1951.
- R. Cormack, *Writing in Gold. Byzantine Society and its Icons*. Oxford, 1985.
- R. Lane Fox, *Pagans and Christians*. London, 1986.
- Ramsay MacMullen, *Constantine*. New York, 1969.
- Ramsay MacMullen, *Roman Government's Response to Crisis, A.D. 235–337*. New Haven, 1976.
- Robert Browning, *Justinian and Theodora*. 2nd edn. London, 1987.
- Robert Browning, *The Emperor Julian*. Cambridge, 1975.
- S. Franklin and J. Shepard, *The Emergence of Rus, 750–1200*. London, 1996.
- S. Gero, *Byzantine Iconoclasm during the Reign of Constantine V*. Louvain, 1977.
- S. Hackel, ed., *The Byzantine Saint*. London, 1981.
- Steven Runciman, *Mistra: Byzantine Capital of the Peloponnese*. London, 1980.
- Steven Runciman, *The Fall of Constantinople 1453*. Cambridge, 1965.
- Steven Runciman, *The Last Byzantine Renaissance*. Cambridge, 1970.
- Steven Runciman, *The Sicilian Vespers*. Cambridge, 1958.
- S. Tougher, *The Reign of Leo VI (886–912): Politics and People*. Leiden, 1997.
- S. Williams, *Diocletian and the Roman Recovery*. London, 1985.
- Simon J. J. Corcoran, *The Empire of the Tetrarchs: Imperial Pronouncements and Government, AD 284–324*. Oxford, 1996.
- Susanna Elm, *Virgins of God: The Making of Asceticism in Late Antiquity*. Oxford, 1994.
- Walter E. Kaegi, Jr., *Byzantium and the Decline of Rome*. Princeton, NJ, 1968.
- Walter E. Kaegi, Jr., *Byzantium and the Early Islamic Conquests*. Cambridge, 1992.
- Walter E. Kaegi, Jr., *Heraclius. Emperor of Byzantium*. Cambridge, 2003.
- W. Treadgold, *The Byzantine Revival, 780–842*. Stanford, CA, 1988.

BIBLIOGRAFIA POR ÉPOCA

O PERÍODO INICIAL (306 – 717)

- Brown, Peter, *The World of Late Antiquity*. London, 1971.
- Haldon, H. F., *Byzantium in the Seventh Century: The Transformation of a Culture*. Cambridge, 1990.
- Jones, A. H. M., *The Later Roman Empire: A Social, Economic, and Administrative Survey*. 3 vols. Oxford, 1964.
- Kaegi, W. E., Jr., *Heraclius, Emperor of Byzantium*. Cambridge, 2002.
- Whittow, Mark, *The Making of Byzantium, 600–1025*. Berkeley, 1996.

O PERÍODO MÉDIO (717 – 1204)

Angold, M., *The Byzantine Empire, 1025–1204. A Political History*, 2nd edn. London, 1997.

Brand, C. M., *Byzantium Confronts the West, 1180–1204*. Cambridge, MA, 1968.

Hill, B., *Imperial Women in Byzantium, 1025–1204. Power, Patronage and Ideology*. London, 1999.

Lilie, R.-J., *Die byzantinische Reaktion auf die Ausbreitung der Araber*. Munich, 1976.

Stephenson, P., *Byzantium's Balkan Frontier. A Political Study of the Northern Balkans, 900–1204*. Cambridge, 2000.

Stephenson, P., *The Legend of Basil the Bulgar-Slayer*. Cambridge, 2003.

O PERÍODO FINAL (1204 – 1453)

Angold, M., *A Byzantine Government in Exile: Government and Society under the Laskarids of Nicaea (1204–1261)*. Oxford, 1975.

Bartusis, M. C., *The Late Byzantine Army: Arms and Society, 1204–1453*. Philadelphia, 1992.

Lock, P., *The Franks in the Aegean, 1204–1500*. London, 1995.

Nicol, D. M., *The Last Centuries of Byzantium, 1261–1453*, 2nd edn. Cambridge: Cambridge University Press 1993.

Runciman, S., *The Fall of Constantinople 1453*. Cambridge, 1965.